


J. J. BENÍTEZ  
**CAVALO  
DE TROIA 5**

CESAREIA



 Planeta

**EDIÇÃO  
REVISADA**

# DADOS DE COPYRIGHT

## Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [X Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de disponibilizar conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

## Sobre nós:

O [X Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [xlivros.com](http://xlivros.com) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

***Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade enfim evoluirá a um novo nível.***

J. J. Benítez

CAVALO  
DE TROIA 5  
CESAREIA

*Tradução*  
Hermínio Tricca

Copyright © Douglas Kennedy, 2001  
Título original: *The pursuit of happiness*

Todos os direitos desta edição reservados à  
Editora Planeta do Brasil Ltda.  
Avenida Francisco Matarazzo, 1500 – 3º andar – conj. 32B  
Edifício New York  
05001-100 – São Paulo – SP  
[www.editoraplaneta.com.br](http://www.editoraplaneta.com.br)  
[vendas@editoraplaneta.com.br](mailto:vendas@editoraplaneta.com.br)

Conversão para eBook: Freitas Bastos

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**  
**(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)**

Benítez, J. J.

Cavalo de Troia, 5 : Cesareia / J. J. Benítez ;

Tradução Hermínio Tricca. – São Paulo :

Editora Planeta do Brasil, 2009.

Título original: Caballo de Troya 5.

ISBN 978-85-7665-928-0

1. Realismo fantástico I. Título.

08-00707 CDD-001.9

*A Fernando Lara Bosch,  
que do céu me transmitiu o seu alento.  
Me revelarás o significado do misterioso "5"?*



Principais povoações do *yam* ou mar da Galileia na época de Jesus (costas Norte e Noroeste). As linhas pontilhadas marcam as estradas habitualmente utilizadas pelo Major. Distâncias aproximadas: Nahum a Migdal, 7,5 km. De Migdal a Tiberíades, 4 km. Do *har* ou monte Ravid a Migdal (pelo caminho de Maghar), 2 km. Da desembocadura do Salmon à base do Ravid, 3,5 km.

# Seis anos de silêncio

Nunca, nos meus trinta e dois livros anteriores, eu havia experimentado tanto medo. Mas por quê? Não sei muito bem. Minto. Tenho uma intuição. É o terror de abrir uma porta que fechei em 18 de setembro de 1989. Naquela data – “às 21 horas” – eu dava por concluído o *Cavalo de Troia 4*. E hoje, às “11 horas” de quarta-feira, 1º de novembro de 1995, essa porta foi aberta de novo. E o medo, como já disse, me deixa acovardado. Um medo justificado, suponho. Medo porque, nestes longos seis anos, os olhos interiores se me abriram providencial e definitivamente. Medo porque, por fim, captei a magnífica e esperançosa mensagem do Protagonista desta obra. Medo, em suma, de não poder transmitir a genial verdade de Jesus de Nazaré: existe um Deus-Pai que ama, dirige e sustém. Medo de enfrentar uma história que é muito mais do que uma história.

O resultado é reconfortante. Agora, querido Pai, querido “Ab-bã”, compreendo e o compreendo. O presente relato não podia ser iniciado enquanto este servidor – o instrumento – não tivesse feito sua a essência que perfuma e define a chamada vida pública do Mestre: “Que se faça a vontade do Pai”. Uma ideia – a grande ideia – que moveu sua existência terrena.

E esse Deus-Pai, em outra demonstração de paciência e sabedoria, permitiu-me amadurecer e refletir sobre isso, nada menos do que durante seis anos. Seis anos de silêncio, de dúvidas, de sofrimento, uma série de experiências e de uma íntima e indefinível alegria ao verificar, mais de uma vez, que de fato todos estamos sentados nos joelhos de um Pai que “sabe”..., antes que consigamos abrir os lábios.

Devo confessá-lo. Cada vez que me lancei à obra, lutando por abrir a porta do novo *Cavalo de Troia*, uma força enérgica e sutil me desviava. Lembro-me de meia dúzia de tentativas inúteis. E só

quando me senti solidamente preparado na forja da vontade do Pai, só então se me abriu a possibilidade desta nova e fascinante aventura. Ainda assim, desconfiado, creio (com razão), o Pai Azul decidiu submeter-me a uma derradeira prova.

E em 1994 este aturdido mensageiro desnudava-se em público lançando um de seus livros mais queridos: *Mágica fé*. Uma espécie de ensaio geral da obra que agora começo. Estou convencido: a série dos *Cavalos de Troia* revive graças a essa mágica fé.

Eis aqui a única explicação para tão longo silêncio. Era necessário que, antes de revelar tudo quanto me foi dado, eu estivesse preparado e em sintonia. E ainda assim – que o Pai me desculpe – sinto medo.

*J. J. Benítez*



O Diário

(quinta parte)

“Enterrados!”

Davi, o velho criado, sentiu a inutilidade dos seus gritos e lamentos. Ismael, o saduceu, implacável, havia executado parte do seu diabólico plano.

– Enterrados vivos! – gemeu meu acompanhante deixando-se cair nos degraus que conduziam à gruta.

E eu, pobre explorador desajeitado, com as palmas das mãos fundidas na áspera pedra que acabara de ser removida pelo sacerdote, fiquei inerte. Pela primeira vez naquela intensa odisséia nas terras da Palestina um terror desconhecido me paralisou. Que foi que me dominou? Nem mesmo agora, ao pôr em ordem as minhas memórias, consigo explicar. Talvez me tivesse deixado contagiar pelo pavor do criado, mais consciente do que eu da gravidade da situação. Talvez – e principalmente – o dramático fato de me achar desarmado e sem a minha preciosa “vara de Moisés”, cujos dispositivos de defesa seguramente nos teriam livrado dos angustiosos instantes que viveríamos a seguir.

Quanto tempo transcorreu? Impossível calcular. De quando em quando eu recuperava a lucidez, mas por instantes fugazes; tentava despertar e não conseguia. Por fim desapareceu de vez. Hoje creio que sei o que ocorreu. E estremeço. Havíamos sido treinados para quase tudo, menos para uma crise de ansiedade aguda. E era disso que se tratava.

Aquela súbita e demolidora emoção – aquele pânico – anulou em mim todo o resto de pensamento racional. E a Operação – Santo Deus! – me pareceu condenada irremediavelmente ao fracasso.

Petrificado diante da rocha, alheio ao convulsivo pranto de Davi, em um dos escassos lampejos de raciocínio percebi, desolado, que a força muscular não respondia. E me vi dominado por uma debilidade motora generalizada. A vertigem não se fez esperar. Tentei agarrar-me à pedra. As mãos tremeram, incapazes de obedecer. E um suor denso e generalizado precedeu a inevitável taquicardia. Pensei que morria. Uma pungente dor precordial foi o último aviso. E no meio dessa negrura os pulmões falharam e o organismo entrou em um perigoso processo de alcalose respiratória secundária.

Não recordo muita coisa mais. Devo ter caído de costas sobre o rugoso pavimento calcário. Foi tudo que me ficou na lembrança.

– Senhor!... Oh, Deus!...

Mais do que ver, intuí a encurvada figura do ancião ajoelhado junto a mim. Sustentava minha cabeça entre as mãos sussurrando e implorando.

– Davi! – consegui pronunciar com dificuldade. E um leve intumescimento ao redor da boca e nos dedos das mãos e dos pés me devolveu à realidade, lembrando-me da síndrome da hiperventilação e a perda de consciência.

– Senhor! – respondeu o criado com um fio de voz. – Graças a Deus!

Ignoro quanto tempo permaneci inconsciente. Mas, como já disse, o traumatismo, felizmente sem maiores consequências, veio livrar-me daquele perigoso ataque de pânico. E foi por causa deste aviso na Nazaré subterrânea que, na previsão de situações similares, meu irmão e eu havíamos adotado novas e extraordinárias medidas de segurança. Uma delas, batizada pelos homens do general Curtiss como “tatuagem”, mostrou-se tão útil quanto espetacular. Mas continuemos pela ordem.

Cuidei de recompor-me e reunir as confusas e dizimadas ideias. A alcalose, entretanto, continuava atuando. Consciente da urgente necessidade de equilibrar a pressão do dióxido de carbono, reduzindo o pH sanguíneo, procurei um remédio de urgência.

– Maldita escuridão!

Às tontas tomei uma das extremidades do lençol que me cobria e improvisei uma espécie de reduzida bolsa. Aproximei-a do rosto e pratiquei várias e intensas inspirações e expirações. O CO<sub>2</sub> fez o resto.

Minutos mais tarde, relativamente reconfortado, a voz do criado veio recordar-me que pouco ou nada havia mudado.

– Senhor, essa víbora não perdoa; estamos condenados a morrer...

Não respondi. Meu pensamento, estranhamente tranquilo, havia voado até o “berço”. E a imagem de Eliseu me proporcionou uma benéfica força. Estendi os braços e procurei Davi na escuridão. Ao

topar com ele, agarrei-me à sua túnica e gritei-lhe com uma segurança que ainda agora me admira:

– Esquece esse miserável!... É hora de agir! Não tenhas dúvidas, amigo, vamos sair deste inferno!

– Mas...

Não lhe permiti novas lamentações e ele, dócil, certamente animado pelo persuasivo timbre daquele estrangeiro, foi respondendo às minhas perguntas:

– Senhor, não conheço outra saída. A gruta é utilizada como armazém. Aqui se guarda de tudo. Provisões, ferramentas, água. Geralmente só os serviços é que aqui entram uma vez ou outra. Às vezes se passam semanas...

O quadro não era promissor. Fiz silêncio, procurando fixar uma ordem de prioridades. E a têmpera militar rendeu os seus frutos. Além disso, me consolei, havia a família. Tiago e sua gente acabariam por fazer algumas diligências a respeito da minha repentina desapareição. Tanto a Senhora como seus filhos, sem esquecer Débora, a prostituta da pousada de Heqet, a "rã", sabiam que eu havia marcado entrevista com Ismael, o chefe do conselho local de Nazaré. Mas, frio e realista, pus de lado essa débil esperança e centrei-me no primeiro dos objetivos: a minuciosa exploração da gruta. Mas para isso necessitávamos luz, um mínimo de iluminação.

Ordenei a Davi que me ajudasse a rastrear o solo, em busca da malograda lanterna que ele mesmo trazia ao entrar no subterrâneo. Como eu suponha, só conseguimos encontrar dois ou três cacos de uma cerâmica já inservível.

E, antes que eu tentasse agir, o diligente criado, notavelmente recomposto, tomou a iniciativa, recomendando-me que não me movesse. Então ouvi o roçar de suas sandálias afastando-se até o fundo da sala. Mover-me? Como fazê-lo em semelhante escuridão? E o involuntário sarcasmo serviu-me para oxigenar o combalido ânimo.

A coisa de quatro ou cinco metros percebi um ruído. Como que o rangido de algo enferrujado. Uma porta? Meu coração bateu forte. Impossível, pensei logo. Alguns segundos depois, um ruído similar e um estalido seco, como se Davi houvesse aberto algo, me

confundiram definitivamente. Curioso, fiz menção de avançar até o ponto do qual haviam partido os misteriosos sons. Mas, consciente de que devia dominar a curiosidade e evitar mais complicações, aguardei ansioso, forçando em vão enxergar algo naquelas espessas trevas.

Não posso afirmar, mas se houvesse caminhado ao encontro do criado e descoberto o que ele tinha nas mãos talvez tivesse posto a perder a manobra. Ou não? O certo é que pouco depois o “achado” me traria uma angústia que ainda me acompanha. Se bem que, bem pensado, quem sou eu para modificar o Destino? La Fontaine, em sua obra *Fábulas*, descreveu perfeitamente minha situação. “Com frequência encontramos nosso destino nas veredas que tomamos para evitá-lo.”

E o breve silêncio voltou a quebrar-se, desta vez com uma série de fortes impactos, aparentemente contra a parede da caverna. Confuso, pareceu-me identificar golpes de madeira contra o solo rochoso. Davi aproximou-se, estendeu o braço esquerdo e, depois de tatear meu peito e confirmar minha presença, pediu-me o lençol. Nada perguntei; obedeci e, guiado pelos sons, tentei decifrar o mistério.

Não foi muito o que consegui descobrir. O crepitar das articulações do ancião indicaram que acabava de agachar-se. Rasgou o lençol duas vezes e aí morreram as pistas. Depois, sempre mantendo o mesmo e irritante mutismo, endireitou-se e se afastou de novo. Ouvei que remexia nos objetos de louça depositados na parede à minha direita. Na memória conservava a imagem daquele primeiro nicho, tomado de um lado e de outro de armários de diferentes alturas e profundidades, que guardavam ânforas, vasilhas de diferentes calibres e um sem-fim de utensílios de que, obviamente, dadas as circunstâncias, não conseguia me recordar.

E o entrecocar do cobre e da argila cessou de repente.

– Bendito seja o Todo-Poderoso!

A exclamação do velho e a sua aproximação aceleraram minhas pulsações.

– Por Deus! – exclamei. – Que é que tencionas fazer?

Sem tomar conhecimento de mim, Davi voltou a inclinar-se, absorto, supondo, em uma operação que de fato, como descobriria instantes depois, requeria muita atenção e destreza. E com os nervos a um passo do colapso o imitei colocando-me de cócoras. Percebi primeiro a sua agitada respiração. Depois, um leve borbulhar. Parecia manipular algum líquido. E o aroma do azeite de oliva chegou inconfundível. Mas para quê?

Em seguida Davi golpeou o solo com alguma coisa contundente. O som surdo me pareceu igualmente indecifrável. Alguma coisa deve ter falhado porque, descontrolado, lançou uma série de pragas e maldições. Contive a respiração. Segundo golpe e nova imprecisão. E ao terceiro, claramente metálico, vi cintilar uma diminuta chama verde-azulada. A mais formosa das visões...

O susto e a alegria me desnortearam. E pela segunda vez choquei-me contra o solo duro.

Davi, sem perda de tempo, tomou a chama e começou a preparar a primeira das improvisadas lanternas. E o lençol de linho, empapado em azeite, incendeu-se e encheu a caverna com um penetrante vapor. E, o que era mais importante, de uma luz amarela e salvadora.

Não sei o que predominou: o reconfortante sorriso do eficiente criado ou a minha desolação. Ao vê-lo com a tocha na mão compreendi. Mas era demasiado tarde. O bom homem, desejoso de obter uma pronta e aceitável iluminação, lembrou-se do baú depositado no fundo da gruta. O velho e empoeirado cofre de madeira que Ismael me havia mostrado à maneira de isca. E com a melhor das intenções, alheio ao singular valor daquele objeto, apanhara a harpa e golpeará com ela, sem piedade, a rocha. Agora eu entendia os enigmáticos sons.

Uma vez seccionada, envolveu os braços da harpa em diversas tiras de linho e empapou-as em azeite. Foi um triste achado. O venerável instrumento, que eu pude acariciar durante breves instantes, estava agora destroçado e consumido. Tive de conter-me. Todos os meus esforços, ardis e sacrifícios para alcançar aquele tesouro, uma das poucas lembranças do amável rabi da Galileia,

vendida por Jesus ao saduceu fazia 17 anos, acabavam de virar fumaça. O destino, como disse, voltava a zombar de mim.

Davi sugeriu que me encarregasse da segunda tocha; de momento, por prudência, não considerou oportuno acendê-la. E, sem mais palavras, aceitando os fatos, apanhei a outra metade da harpa e revisei e reforcei o linho que a cobria, enquanto o criado retirava a jarra com o azeite. Depois fiz o mesmo com a taça de argila que guardava a providencial reserva de "fósforos". Nunca pensei que aquelas modestas lascas e palhas de centeio de oito ou dez centímetros, praticamente cobertas de enxofre fundido, tivessem um papel decisivo na nossa história. A invenção, de uso comum em todo o império, era tão simples como eficaz. Eu as havia examinado em alguns dos lares pelos quais passara. Para provocar a ignição bastava a pederneira e um suporte metálico. A limpeza e rapidez da operação, proporcionando um fácil acendedor de lanternas, fogões e tochas, o converteu em um artigo de grande popularidade e, naturalmente, em um belo negócio.

Por precaução, o velho criado reservou um punhado de pavios e os acomodou no seu cinto. Sem mais demora iniciamos o seguinte e não menos delicado objetivo: a exaustiva exploração da gruta. Assaltado por tantas incertezas e negros presságios, eu lutava por sobreviver e me agarrava a uma única e obsessiva ideia: aquele pesadelo não podia se prolongar. Tinha de haver uma solução. Tinha de haver uma saída...

Inspirei profundamente. Calma. Sobretudo, calma. Cada passo devia ser meditado. Davi me observava, aguardando alguma indicação. Voltei até a escada. E o adverti: de agora em diante procure ficar junto a mim, iluminando os meus movimentos. Concordou nervosamente. Inspecionei a pesada rocha. Negativo. Nem a força de quatro homens a teria deslocado.

"Calma!", fui repetindo mentalmente.

Virei-me e prestei maior atenção naquele primeiro nicho. Exatamente como no subterrâneo existente sob a casa de Tiago, tratava-se de uma sala escavada na rocha calcária. Servia, como me dissera o servente, como armazém. À primeira vista, a cobertura grosseiramente cinzelada não tinha condutos ou chaminés de

ventilação. Aquilo era uma massa pétrea, cerrada e compacta. E a angústia aumentou no meu coração.

Caminhei para cima e para baixo aparentando uma frieza que realmente não tinha. O covil não apresentava saída. Aquele caixão, de cinco metros de comprimento por quatro de largura e dois e meio de altura, era apenas uma ratoeira. A primeira ratoeira... O exame dos armários fortaleceu em parte minhas débeis esperanças. Em situações extremas, quão pouco precisa a alma para impelir a vontade!...

A voz de Davi, enumerando os diversos conteúdos de cântaros, ânforas e vasilhas, me reconfortou. O corrupto sacerdote, fazendo justiça à filosofia saduceia, dispunha de uma sortida e luxuosa despensa. Ali, meticulosamente etiquetadas, guardava as mais requintadas e cobiçadas tâmaras de Jericó: as "cariotes", de suco espesso; as secas e intermináveis "nicolás", assim denominadas em memória de Nicolás de Damasco, o secretário de Herodes, o Grande; as "dáctilos", retorcidas e enormes como dedos; as dulcíssimas "adélfidos" e as suculentas "patetes". E, naturalmente, uma generosa coleção de ânforas de um metro de altura com a genuína rosa da ilha de Rodes gravada em uma das asas e contendo o mais granado dos vinhos gregos e de palmeira, tão frequentemente cantados por Plínio e sempre obrigatórios nas mesas dos ricos.

Foi suficiente. Davi seguiu meu conselho, interrompendo o inventário das provisões, mais que suficientes para alimentar-nos durante semanas. Ao menos nossa morte não seria pela fome. Morte? Rebelei-me contra mim mesmo. Estava disposto a reencontrar-me com o Mestre e nada nem ninguém se interporia no caminho. E aquele fogo interior quase me ergueu do solo.

– O cofre! – ordenei ao criado. – Vejamos o que tem.

Em meio ao silêncio, apenas alterado pelo crepitar da tocha, quando nos dispúnhamos a examinar o interior da arca, um distante e amortecido queixume nos sobressaltou. Não poderia afirmá-lo, mas o associei com um lamento.

Entreolhamo-nos. E um tremor se propagou pelo braço de Davi fazendo oscilar a chama. Instintivamente levei o dedo indicador aos



lábios e reclamei o silêncio de Davi. O tempo parou. Mas aquele grunhido, ou o que fosse, não se repetiu.

E meu companheiro sussurrou uma palavra que me eriçou o cabelo:

– Ratazanas!

Como é frágil a natureza humana! A recente e traumática experiência nos túneis da gruta de Tiago com aquela massa de ratazanas negras e peludas devorando a sandália de Jacó, o pedreiro, me descompôs, e toda a minha suposta força se eclipsou. Retrocedi derrotado, banhado novamente em suor e com os olhos esbugalhados.

Mas o ancião – Deus o bendiga! –, precavido, evitou que eu desfalecesse. Antes que o choque arruinasse minha precária estabilidade emocional, desferiu-me uma calculada e sonora bofetada. Santo remédio! E as lágrimas – nunca soube se de vergonha, dor ou raiva pelo meu comportamento infantil – vieram em meu auxílio, serenando-me.

– Sinto, senhor – desculpou-se Davi, mais aturdido, se era possível, do que este infeliz explorador. – Devo recordar-te das tuas palavras?

Fiz que não com a cabeça e a imagem de meu irmão no módulo serviu para me refazer de vez. Era parte da mais excelsa missão jamais confiada a homem algum e aquele desgraçado acontecimento não alteraria o seu rumo.

Meu amigo, comovido, me abraçou, animando-me a prosseguir. E assim foi.

O enferrujado cofre nos reservava uma surpresa. Em meio ao pó e a uma dúzia de túnicas roídas, apanhei uma grossa corda de cânhamo comum, de uns 15 metros de comprimento. Mesmo não sabendo se poderia ser-me de alguma utilidade, enrolei-a em bandoleira e apontei a Davi um negro buraco que se abria no fundo do covil. Davi, contagiado, respondeu com outro sorriso.

– Adiante! – animei-o e me animei. – Aí dentro nos espera a solução.

– Aí – resmungou ele –, aí, senhor, só encontraremos...

– Eu já disse – interrompi-o, negando-me a encarar a realidade –, aí está a chave.

Não me enganava. O que não imaginava era que a “solução” do nosso problema chegaria, como quase sempre, de forma imprevista e impensável. E, resignado, inclinando-se, me precedeu pelo escuro buraco. A tocha mostrou-nos uma estreita passagem de um metro de altura e cerca de 60 centímetros de largura. E a caminhada, tateante, foi lenta e trabalhosa.

Assim que penetramos na galeria observei que descia suavemente. Toda ela parecia escavada à mão. Percorridos uns dez metros, o sufocante túnel infletiu bruscamente à esquerda. Davi se deteve. À nossa direita, em plena curva, surgiu uma abertura circular. O criado introduziu o facho no seu interior e explicou: o depósito de azeite. Arrebatei-lhe a tocha e me acocorei na abertura. Minha intenção era não deixar passar sem exame um só recanto do covil. Atravessei o umbral e fui erguendo-me lentamente. A cova, praticamente redonda, de quatro metros de diâmetro por três de altura, era apenas um enorme desfiladeiro trabalhosamente cavado na massa calcária sedimentada.

Procurei impetuosamente uma greta, uma tímida corrente de ar, uma esperança. No centro se espremiavam quatro rotundas ânforas encravadas no solo por meio de diferentes cavidades. Examinei o lado posterior: rocha pura.

Desalentado, percebendo que as possibilidades se reduziam, perguntei ao ansioso criado se a gruta tinha continuação. Disse que sim e, empunhando de novo a tocha, apontou o fundo. Arrastamos por uns quatro ou cinco metros e de repente a luz da tocha à minha frente desapareceu. Fiquei imóvel, desorientado. Nem mesmo ouvia o penoso arrastar do calçado do meu amigo. Era como se a terra o tivesse tragado. Aflito, lancei-me à frente aos trambolhões e aos choques com as paredes.

O acesso à grande sala, de gatinhas e ofegando, mais morto do que vivo, foi desonroso para o meu maltratado espírito. Ao erguer a vista, o medo foi substituído pelo ridículo. O túnel conduzia a uma nova e espaçosa gruta. E meu amigo, ao chegar a ela e erguer-se, me havia deixado involuntariamente às escuras e sujeito às mais

insanas conjecturas. Davi, alertado, aproximou-se da boca da galeria, iluminando-a e procurando a razão da minha descomposta entrada. Só consegui sorrir, como um perfeito estúpido. Mais calmo, examinei o recinto e interroguei o criado com o olhar.

– Isto é tudo – resumiu Davi desalentado.

Tomei como referência a boca do passadiço. Diante dela, como vinha dizendo, abria-se o que de fato constituía o coração daquele subterrâneo: uma grande cavidade, em boa parte de origem natural. Apesar das suas muitas e irregulares saliências e contrafortes, guardava certa forma quadrangular. Calculei uns dez metros de largura. A abóbada, a cerca de dois metros, estava ao alcance das mãos. O piso rebaixado a martelo havia sido cuidadosamente pavimentado com gesso de uma brancura notável. E o mesmo se podia dizer das paredes. No chão, quase no centro geométrico da sala, sobressaía uma crista calcária de uns 50 centímetros de altura, arredondada, dominando com os seus seis metros de diâmetro boa parte do lugar.

– Isto é tudo – repetiu o velho, com voz trêmula, diante da dura realidade.

A um primeiro e superficial exame a gruta não oferecia de fato muitas alternativas. Mas, que digo? Não oferecia nenhuma. Sentindo que começava a ser dominado pelo medo, tentei acalmar-me com o único recurso de que podia lançar mão nas circunstâncias: manter-me ocupado, investigar, explorar cada milímetro. E confiar.

Sem saber muito bem por onde começar, lutando por dominar os primeiros tremores nas pernas e nos braços, expliquei a Davi que precisava examinar cada palmo da caverna. Ele achou inútil a ideia, admirado do meu insólito otimismo, mas mesmo assim me cedeu sua tocha, jurando por sua vida que se eu o arrancasse daquela trágica situação me serviria até a morte. Sorri contrafeito, agradecendo o generoso gesto. Mas Davi, de repente, deu um tapa na testa, desculpou-se, tomou-me de novo a tocha e se encaminhou para a parede da direita. Era como se tivesse esquecido alguma coisa. Incrível. Não me cansarei de repeti-lo. Em circunstâncias semelhantes, qualquer movimento, palavra ou sinal que possa concorrer para uma solução é um derivativo.

Só que a tênue esperança durou pouco. Tudo não passava da luz projetada por cinco candeeiros de azeite, estrategicamente distribuídos por outras cinco cavidades das paredes. Como quer que fosse, aquilo facilitou nossos movimentos, o que não foi pouco.

E com o ancião ao meu lado e uma tocha que se consumia sem remissão, tomei a direção da rocha situada à nossa direita. Examinei e apalpei o gesso, incluindo cada centímetro da abóbada. A parede e a cobertura, como nas câmaras pelas quais já passáramos, não mostravam fissura alguma. O exame da segunda parede, inclinada, deu o mesmo e frustrante resultado. Ao atingir o canto a chama se agitou. Foram alguns décimos de segundo. O suficiente, no entanto, para nos alertar. Aproximei a tocha da abóbada, tocando a pedra com a língua de fogo. De novo a chama acusou uma leve corrente de ar. Pressionei a madeira com as duas mãos, tentando localizar a infiltração. Dentro em pouco localizei uma milimétrica greta que corria até o centro da gruta. Escalei nervosamente a crista rochosa que se erguia no meio da sala, buscando, ansiando e gritando no íntimo que a fissura fosse dar em uma abertura.

Decepcionado, abaixei os braços. A brecha era natural e terminava sobre a minha cabeça, permitindo a passagem de não mais que um dedo.

Inspirei profundamente. Os tremores aumentaram. A sentença do criado – “Isto é tudo” – começou a martelar meu cérebro, ameaçando minha sanidade. Agora sei quanto estive próximo do desastre. E não apenas por causa da aparente blindagem da caverna. O perigo real foi o risco de loucura. E muito me custa entender o que foi que me susteve. Ou sei e não tenho coragem de o reconhecer? Juntei-me a Davi e agradei no íntimo seu discreto silêncio. Juntos desfilamos diante da terceira parede, quase como autômatos. Rocha. Gesso. Rocha...

“Isto é tudo”...

– E isso?

Davi aproximou a tocha, dirigindo a luz sobre três orifícios que havia no piso, em linha, muito próximos à quarta e última parede e separados uns dos outros por pouco menos de dois metros.

– Silos.

Não percebi o menor entusiasmo no esclarecimento. Mas o instinto me fez vibrar.

– São utilizados para os grãos e os frutos secos – e entregando-me o archote acrescentou: – São estanques. Não conduzem a lugar nenhum.

Ajoelhei-me diante do primeiro. E apesar da conclusão desanimadora de Davi explorei-o com atenção. A abertura, de um metro, permitia fácil acesso.

Achava-me diante de uma concavidade na rocha, em forma de pera, de uns três metros de profundidade por três de diâmetro máximo e pintada de vermelho. Tratava-se, sem dúvida, de uma típica construção da Nazaré troglodítica, igual a centenas que havia nas grutas que proliferavam na colina de Nebi. De acordo com as informações que tínhamos – e isso já constatara no subterrâneo da casa de Tiago –, esses silos, escavados a duras penas, formavam cachos que se superpunham uns aos outros. Os estudos e escavações de pesquisadores como Loffreda, Bagatti, Daoust, Manns ou Testa eram irrefutáveis. Em certos pontos essas intrincadas redes de grutas-armazéns comunicavam-se com os pátios e currais interiores das casas. E foi isso que me animou a procurar localizar algum canal ou escada que pudesse levar-nos para fora.

Pobre ingênuo! O fundo e as côncavas paredes eram tão herméticas como tudo que víamos antes. Repeti a operação no segundo silo, mesmo enfrentando o ceticismo do meu companheiro. A única diferença em relação ao anterior era a cor. Esse havia sido pintado de azul. As dimensões e a solidez eram as mesmas. E ambos estavam vazios.

Davi, vencido, foi sentar-se à beira da última boca. E aguardou o desastre. A terceira exploração não resultou em mudança alguma importante. Medidas um pouco menores – ao redor de dois metros de profundidade por outros dois de diâmetro –, tinta verde e o único pormenor que me chamou a atenção: alguns sacos mal empilhados ao fundo, talvez com algum cereal, duas canastras de regular tamanho, feitas de folhas de palma e cheias de pedras e uma sandália aparentemente abandonada.

O conteúdo do silo – especialmente as pedras – me deixou confuso. E durante uns momentos continuei ajoelhado, com meio corpo dentro da abertura, refletindo.

– Te adverti – disse-me o criado, interrompendo minhas reflexões. – Não tem saída.

Mantive silêncio sobre o que tinha diante de mim e não me dei conta de um quase insignificante detalhe: meu amigo, o escravo, havia inspecionado comigo os dois primeiros silos; nesse último, ao contrário, ficou sentado, sem se erguer uma única vez. Meu erro – e grave – foi não fazer um só comentário sobre o carregamento depositado no poço. É que eu supunha que Davi o conhecia. Decepcionado diante da inexistência do que verdadeiramente importava – uma saída –, esqueci momentaneamente o assunto e me concentrei no pouco que ainda restava por explorar.

Davi, humilhado, não se movia. Continuava sentado, com o rosto enfiado entre os joelhos. Eu não sabia o que fazer ou dizer. A incursão pela gruta até aquele momento era um fracasso. Por sorte os terrores que me haviam assaltado até pouco antes não voltaram. Apesar do amargor da situação, uma doce e inesperada melancolia foi afastando do meu espírito a angústia e o medo. Seria o princípio do fim? Estaria já me resignando? Admitia não haver esperança?

Ainda hoje não encontro a explicação daquela estranha sensação, mescla de paz e vaga tristeza. Mas fui-lhe grato.

Ao fim da quarta parede, a pequena distância dos silos, tropecei com os restos de um pequeno forno doméstico, meio encravado na rocha. A face frontal, construída de ladrilho, mostrava uma abertura de um metro, com um piso de pedras basálticas. Uma espessa camada de poeira que cobria a escura e reduzida cantaria vulcânica indicava prolongada falta de uso. A caverna – ou ao menos aquela última cavidade – não parecia muito frequentada. O forno em ruínas foi a confirmação final.

Aí terminaria o exame da grande sala. E durante alguns minutos – impotente e com a mente vazia – limitei-me a contemplá-la.

“Isto é tudo.”

Mas o pior estava por chegar. E chegou pelo caminho mais insuspeito. É possível que a fortíssima tensão o houvesse provocado.

Não sei. O fato é que aos poucos me dominou. Isto é o que lembro e está em um caderno de notas:

Primeiro foi a imagem da Senhora e de seus filhos. Depois um desvairado vaivém dos pensamentos, sem ordem nem lógica.

“... Eles virão... A gruta só tem uma saída... Eles sabem... Mas e se não for assim...”

A proximidade da chama em minha mão interrompeu momentaneamente meu delírio. Reagi e voltei para junto de Davi. Sentei-me defronte a ele, deixando entre nós a boca do terceiro silo. Davi não ergueu o rosto. E com os restos da tocha faiscando ao meu lado fui novamente assaltado pelo mal que me consome e que não duvido me levará para a tumba.

“... A tocha...” – debati-me em um caos mental. – “A tocha se apaga... É o sinal... Eles não podem tardar... Pegarei a outra metade... Então aparecerão...”

Mas a lucidez voltou logo. Fechei os olhos espantado. Esfreguei as faces com as pontas dos dedos, tentando sair da crise. Deus! Que me sucede?

Nova crise. Mas dessa vez o bloqueio mental agravou-se com um cortejo de desconexas risadas e uma voz rude que alarmou o pobre Davi.

“... Mas não pode... A tocha é a harpa do Mestre... Devo preservá-la... Foi feita com suas próprias mãos... Ele cortou o abeto... Sim, a madeira é branda, flexível e resistente. Além disso, as cordas não ardem... São de tripa de carneiro... Oito ou nove cordas? Não, estamos todos enganados... Não é uma harpa... É um *kinnor*... Devo corrigir a memória de ‘Papai Noel’... Um *kinnor* ou uma lira?... Josefo se engana... O *kinnor* não tem dez cordas... E Davi tomou a harpa – ou foi uma cítara? – e tocou-a com sua mão... Livro primeiro de Samuel... Não, o *kinnor* de Davi era de *berosh*... E este é de abeto... Salomão, ao invés, fê-lo de madeira de *almug*... Livro primeiro dos Reis...”

O que depois me vem à memória, no episódio, é meu companheiro sacudindo-me pelos ombros e erguendo sua voz para tirar-me do delírio.

– Senhor, que te sucede? Volta a ti!

E Deus misericordioso teve piedade. A “ressaca psíquica” passou, ao menos por algum tempo. Esse transtorno mental, não classificado ainda pela medicina e que, como já mencionei em outras partes deste diário, tinha origem em uma “inversão de massa” dos *swivels*, provocava o que, em termos simples, poderíamos descrever como uma repentina dissociação entre o consciente e o subconsciente. As desconhecidas mutações nas redes de neurônios do hipocampo ameaçavam o explorador com esse e outros distúrbios. Um em particular – a correta regulagem do conceito e da noção de espaço e tempo – foi o que mais nos preocupou e fez-nos sofrer ao longo daquele segundo “salto” no tempo e, sobretudo, no terceiro e mais prolongado. Mas também não é meu desejo desviar a atenção do hipotético leitor destas memórias para os sofrimentos que a sorte nos reservou. Só Ele e o que aprendemos e passamos ao seu lado importa realmente. E só com o intuito de tornar mais clara e completa a compreensão de quanto lhe aconteceu é que respeito a ordem cronológica dos fatos. A história de qualquer ser humano – exatamente como a do Filho do Homem – não pode ser interpretada e julgada corretamente se nos limitarmos a uma curta etapa da sua existência. Esse, em minha humilde opinião, foi o maior dos pecados dos escritores sagrados.

– Senhor!...

Um frio intenso sucedeu ao delírio. Davi, consternado, sem saber o que fazer, continuava interpelando-me.

Não pude dizer muito. Minhas palavras, mais calmas e coerentes – eu me esforçava por tranquilizá-lo e tranquilizar-me – devolveram-lhe o equilíbrio. E ao perceber meus calafrios e tremores sugeriu-me que seguisse seus conselhos. Desembaracei-me da corda que trazia a tiracolo e do lençol estراçalhado. Davi tirou sua túnica e me fez vesti-la. Depois, improvisando uma almofada com o lençol, fez-me deitar no chão e, com o melhor dos sorrisos, recomendou-me que descansasse. Sem escolha, vencido pelo horror, aceitei submisso, pagando-lhe com outro sorriso. E logo caí em um sono reparador.

– Davi!... Que aconteceu?

Ergui-me logo, sem clara consciência do que me rodeava. Nem precisei fazer muito esforço. A silhueta do ancião, sentado no



mesmo lugar e iluminado por instantes pela chama de uma tocha, dissipou minhas dúvidas. A gruta, silenciosa, iluminada pobremente pelas lamparinas de azeite, não havia apresentado mudança nenhuma. Estávamos como no primeiro instante. Se não pior.

Meu amigo não me respondeu. Melhor assim. Por que atormentar-me?

Tornei a sentar-me e perguntei-lhe quanto tempo se passara. As explicações – imprecisas –, além de não me satisfazerem, me puseram em alerta. Agora era o velho que fraquejava. Não o censurei. Aquelas duas horas – ou talvez mais – na tensa solidão do subterrâneo, velando o sono de um desconhecido, haviam esgotado suas forças. A seus pés, junto à tocha, descobri uma jarra de barro e três tigelas. Ele adivinhou meu pensamento e me estendeu um dos recipientes. Distingui na penumbra uma sábia mistura de figos secos, nozes e suco de tâmaras. Davi, constrangido, pensou que eu não aprovara a mistura e perguntou-me se preferia vinho. Aceitei ambas as ofertas. O espesso líquido negro e os frutos me estimularam. Os calafrios haviam cessado e, pela primeira vez naquele cárcere, desfrutei uma sensação de alívio, que até me levou, contra toda a lógica, a tentar uma conversa que nada tinha que ver com o nosso problema. E acertei, porque, ao mostrar interesse pela vida do ancião, ambos esquecemos por algum tempo onde estávamos.

Davi resumiu sua história mostrando o furo no lóbulo de sua orelha direita. Consumido por dívidas, sem outra opção, um dia teve de vender-se ao seu credor, escravizando-se. O amo e senhor – fácil imaginar – não era outro senão o saduceu, que ao lado disso se dedicava ao imoral negócio da usura, proibido até certo ponto pela Lei mosaica.

E foi ao terminarmos nosso vinho que, de repente, ficamos em suspenso. Meu amigo baixou lentamente sua tigela. Eu, perplexo, mantive a minha diante dos lábios. Davi apanhou a lanterna e a levou à altura do peito. A chama oscilou. O medo de novo apertava-nos o coração.

– Ouviste? – sussurrou, sabendo de antemão a resposta. Movi a cabeça afirmativamente. E um segundo grunhido ou lamento

(impossível definir), mais claro e prolongado, propagou-se pela gruta. E a tigela escorreu entre meus dedos.

Impelidos pelo medo, pusemo-nos em pé ao mesmo tempo, com os cabelos eriçados e a respiração ofegante.

– Ratazanas? – consegui perguntar.

Davi, atento à possível repetição dos sons, não respondeu. E rapidamente verteu o azeite da lamparina sobre o pano enrolado no segundo bastidor da harpa, que ardeu.

Longe de me tranquilizar, a iniciativa de Davi aumentou minha ansiedade. E sem saber para onde olhar, imaginando um iminente ataque de centenas de roedores, esmagado pelo medo e pelo silêncio, atirei-me sobre o cântaro de barro, brandindo-o desesperadamente.

Um novo grunhido me paralisou. Dessa vez o identifiquei. Era igual ao que nos surpreendera na primeira cova, quando nos dispúnhamos a revistar o cofre. Uma espécie de apagado lamento, entre humano e animal. Parecia vir dos silos. Cabelos em pé, coração disparado, vi que meu companheiro se ajoelhava diante do primeiro poço. Introduziu a tocha na escuridão e permaneceu imóvel por alguns segundos. Mas os lamentos cessaram. Juntei-me a Davi e fiquei olhando o que já havia visto na primeira observação: os sacos em desordem, o par de canastras e a sandália de couro, com as tiras rotas.

Davi iluminou com a tocha o carregamento de pedras e mostrou estranheza. Aquilo – disse – não era lógico. Por que guardar pedras em um silo destinado a forragem, grãos e frutos secos? E desde quando os humildes *felah* – os camponeses de Nazaré – se permitiam o luxo de abandonar uma preciosa sandália? E uma ideia – a mesma, suponho – nos ocorreu de repente. De mútuo acordo decidimos descer e examinar detidamente a cova.

O ancião me ajudou na operação. Atei a corda à sua cintura e, com a tocha na mão, deslizei até o fundo do buraco. Seguindo as indicações do meu companheiro, comecei o exame pela sandália. O material, seco e desgastado pelo uso, não me sugeriu nada. O pó da sola podia ser de qualquer dos caminhos de acesso à aldeia. Ergui a vista para os cabelos brancos de Davi e dei de ombros. A verdade é

que não fui capaz de uma identificação. Era uma sandália como tantas outras. Então atirei-a para cima e pedi ao criado que a examinasse. Sem resultado. Também ele não encontrou nela pista alguma.

Concentrei então a minha atenção nos sacos. Estavam perfeitamente fechados por uma costura de esparto. Tateei um dos sacos e deduzi que devia conter trigo ou cevada. Passei ao seguinte e meus dedos afundaram facilmente. O detalhe, irrelevante na aparência, mostrar-se-ia decisivo. Curioso, apalpei de novo o saco e um suave cicio confirmou minha suposição. Os grãos vazaram por alguma ruptura.

A princípio, devo reconhecer, não lhe prestei muita atenção. E me pergunto com horror o que haveria ocorrido se eu não houvesse cedido à curiosidade. Mas algo, ou alguém (?), me impeliu a explorar o fundo, à procura de uma saída. Deus misericordioso! Ali encontrei um filete de grãos de trigo duro, elípticos, quase diáfanos, que escorriam devagarinho para o piso do silo e desapareciam por uma rachadura!

Davi, impaciente, continuava a me pedir informações. Sinceramente, eu o havia esquecido.

Imobilizando a tocha entre os sacos mais próximos – e já com a firme intuição de que ali estava a nossa salvação –, empenhei-me em uma frenética “limpeza” do lugar. Arrastei como pude uma das canastras cheias de pedras. Minha túnica, folgada, restringia meus movimentos; então, diante do olhar perplexo do seu dono, desembaracei-me dela.

Não me enganara. Cerrei os punhos, entusiasmado, e gritei para Davi:

– Um alçapão!

No meu aturdimento, usei a expressão em inglês. Era a terceira vez que incorria nesse lapso. A primeira, no pátio da casa de Elias Marcos, em Jerusalém, na presença do jovem João Marcos, quando em conexão auditiva com o módulo. A segunda, dias depois, em Caná, na casa de Meir, o *rofé* das rosas, ao ser despertado por Maria, a Senhora, em pleno pesadelo.<sup>1</sup>

Felizmente corriji-me logo e o deslize passou despercebido, em meio à desbordante alegria de meu companheiro de infortúnio. Davi me pediu que o deixasse descer, mas lembrei-lhe que ele era o responsável pela corda e então se conformou. Ao terminar a limpeza da reduzida área da cova deparei com a magnífica lâmina de um tosco assoalho de uns 80 centímetros de largura. Nunca uma coisa tão corriqueira me pareceu tão sublime.

De súbito, o já familiar grunhido soou de novo na cova, derrubando-me de susto sobre as canastras. Não havia dúvida. O som provinha do vácuo que, com toda a certeza, se abria sob o assoalho. Indeciso diante do perigo que poderia acarretar a abertura do poço, pedi a opinião de Davi. Agitado, mandou que eu subisse. Que animal desconhecido se ocultava debaixo dos meus pés?

Mas a imperiosa necessidade de acabar de vez com aquela tortura foi mais forte do que o instinto de segurança. Ignorei as sensatas advertências do criado, apanhei a tocha e me ajoelhei sobre o madeiramento apodrecido.

Silêncio.

Os dedos, cautelosos, apalpavam uma das fendas. A chama, a um palmo do assoalho, acusou uma forte e preciosa corrente de ar. Ganhei coragem. Se se tratasse de outro silo estanque, sem saída, a chama da tocha não se teria movido.

E o animal? Por que teria emudecido? Que estava próximo era óbvio.

Aguardaria que eu transpusesse a passagem para me atacar? E o tenso silêncio – como que um aviso – me traspassou as entranhas. Tateei o alçapão. Deslizei os dedos por uma das brechas e, contendo a respiração, arranquei a tábua com força.

Silêncio.

E o suor, os calafrios e o medo me assaltaram ao defrontar-me com a escuridão da furna. Agora, à distância, entendo o pobre e indefeso Jasão e me compadeço dele. A obsessão por aquele animal ou animais me oprimia a alma. Lutando contra a escuridão, em um desesperado empenho por localizá-lo, incidi em novo erro. Descarreguei quase todo o peso do meu corpo na mão esquerda, firmemente assentada sobre o alçapão. A escuridão era absoluta.

Inquieto, movia-me de um lado para o outro, atento ao menor ruído ou movimento.

Ali estava.

Pensei haver distinguido uma sombra informe, de grande tamanho, agitando-se e grunhindo. Transtornei-me. Ainda tinha tempo para fugir, mas, dominando o instinto, quis ir adiante. Segundo erro. Introduzi a chama pela estreita abertura e me pus de cócoras sobre o frágil assoalho. A partir daí, tudo foi confusão. Minhas lembranças não estão claras. Vencida pelos meus 80 quilos, a madeira cedeu de repente e com estrépito. Tentei reagir. Impossível. A tocha escapou-me da mão e eu, impotente, me precipitei no vazio. E daquele dramático segundo apenas me vem à memória o grito de terror de Davi.

E os acontecimentos, como disse, se encadearam a grande velocidade.

Fui cair de bruços sobre uma espécie de prancha, também de madeira, que por sorte aliviou o impacto. A tocha estava ao alcance das minhas mãos. Senti dores mas não tive tempo para lamentar-me, porque o segundo assoalho, por sua vez, despencou e se fez em pedaços. E me vi suspenso pelas axilas entre estilhaços cortantes. Minhas pernas balançavam no vácuo, buscando um apoio que não existia.

Tinha de libertar-me. Cravei as unhas nas tábuas que ainda resistiam. Mobilizando o que me restava de forças, fazendo alavanca com os cotovelos, tentei galgar os restos do alçapão.

Ofegante, músculos retesados, mandíbulas rangendo, olhos esbugalhados, lutei durante instantes que me pareceram eternos. O tórax elevou-se uns centímetros. Fechei os olhos e, tentando controlar a respiração, preparei-me para uma nova arremetida.

Essa segunda tentativa foi ruínosa. Um rangido pôs a perder todo o meu esforço. A fortíssima pressão acabava de romper o sarrafo que me serviria de apoio para subir. Em um movimento reflexo, procurando onde agarrar-me, corri os olhos por toda a área da cova. Só pude ver a tocha faiscando no chão e aquele vulto negro aproximando-se a pequenos saltos... Depois, as trevas. O assoalho

ruiu definitivamente, e eu com ele. E outra câibra, quase uma labareda, queimou minhas entranhas.

Dois? Três? Cinco metros?...

Nunca o soube. A queda – isso sim – me pareceu interminável. E este infelizmente explorador, bracejando na escuridão, foi dar nas águas frias de uma das cisternas do subsolo de Nazaré. Submergi e cheguei ao fundo. Reativado pelo súbito e forte choque, dei um pontapé na rocha e subi velozmente até a superfície. Mal havia recobrado o fôlego e uma turbulenta corrente me arrastou em meio às trevas. Pensei em nadar. Mas para onde?

E a violência da corrente subterrânea – despertada sem dúvida pelas recentes e intensas chuvas – me arremessou contra umas paredes invisíveis. Tentei agarrar-me a uma das saliências. Inútil. A rocha, erodada, era uma farpa. Em minha desesperada luta para sobreviver, acabei batendo a frente contra a rocha. E o Destino, assim, dava por concluído esse ingrato e inesquecível capítulo na “outra” Nazaré.

O tordo – um *bulbul* – inclinou a cabecinha de azeviche, me observou curiosamente, desferiu um canto fugaz e, assustado e aborrecido, desferiu o voo, deixando visível a brilhante mancha amarela do pescoço. Os juncos, vibrando, arquearam. Tentei falar. Quis pedir-lhe que não me abandonasse. Não pude. E durante alguns instantes aquelas imagens resumiram para mim o mundo. Todo o mundo.

O verde juncal recuperou a galharda verticalidade. Olhando sem ver, uni-me ao lento e obstinado voo dos montanhosos e ameaçadores cúmulos-nimbos.

Que havia acontecido? Não houve resposta.

Senti-me cansado. Muito cansado. Talvez por isso, deliberadamente, me abandonei sem resistência. E não posso dizer em que “agora”, em que momento histórico se situava minha mente. Era um estado desconcertante, doce e amargo ao mesmo tempo. Não pensava, ou talvez pensasse em escalas remotíssimas.

Mas os golpes da corrente de água entre meus pés nus despertaram minha errante memória. E o embate de um violento rio subterrâneo, arrastando-me, me reconduziu ao olho do furacão.

A caverna! Tentei acomodar-me. Uma dor aguda na fronte me deteve. Palpei e percebi um grande hematoma. E minhas recordações começaram a afluir. Caí de novo de costas, mais abalado pelo trauma da recente experiência do que pela pertinaz dor na testa.

Santo Deus!

Revi o despencar da última plataforma de madeira e minha queda nas águas da cisterna. Revi as trevas e a desesperada luta com a impetuosa correnteza. E depois? Como havia chegado até ali?

Tremi como uma criança. Os cúmulos-nimbos vindos do Mediterrâneo, rumo ao Sul, continuavam cobrindo Nazaré. Havia deixado de chover.

Nazaré? Estaria eu realmente na aldeia? E as interrogações se atropelaram em minha mente, esmagando-me o ânimo.

Que dia era?... Ainda aquela fatídica quinta-feira, 27 de abril do ano 30?... Quanto tempo havia transcorrido desde o brutal choque com a rocha?... E Davi, meu fiel companheiro, onde estaria?... E minhas roupas?... E a “vara de Moisés”?

Cheio de angústia, consegui, enfim, sentar-me. E comecei a recuperar a memória. Percebi que me achava na margem direita do rio que descia do Nebi. Em frente, do outro lado, elevava-se o talude de 20 metros que rematava a parte ocidental da povoação. Procurei referências. E, torrente abaixo, por trás de um maciço de oliveiras, divisei o acinzentado perfil da casa.

Mas como havia escapado daquele inferno?

Só pude achar uma explicação. Minha estranha aparição na margem do rio devia ter relação com os grossos canhões de água que fluíam violentos em diferentes pontos das rochas. Conteí até seis. E supus que servissem para regular o volume dos reservatórios da tenebrosa Nazaré subterrânea. Provavelmente a impetuosa onda acabou por atirar-me para o exterior através de algum dos desaguadouros que eu tinha à vista. O resto não era difícil de imaginar.

Seminu, sentado à margem do generoso rio, ergui o olhar e dei graças a esse Pai imprevisível e bondoso por me haver prolongado a vida. E sorri no íntimo. A vida tem desses paradoxos. Ou não seria a

vida? A furiosa chuva que me empapara pela manhã, forçando-me a me despojar das roupas, me salvaria à tarde. Casualidade? Que teria sido de mim se não tivesse chovido tão torrencialmente?

Mas deixei de lado as hipóteses e me dispus a agir. Busquei o sol, adivinhando-o com dificuldade na obscuridade da tormenta. Podia ser a hora décima, ao redor das quatro da tarde. Isso significava umas duas horas e cinquenta minutos de luz. Fiz os cálculos e, admitindo que fosse mesmo quinta-feira, deduzi que a estada na caverna se teria prolongado por quase cinco horas.

E a lembrança de Davi, angustiada, encheu meu coração e se tornou prioridade. Continuaría na cripta? Era imperioso correr em seu auxílio.

Mas ao erguer-me dei-me conta do penoso da minha situação. Roupas, bolsa e a "vara de Moisés", eu supunha, continuavam em poder da víbora. Tinha de recuperá-las imediatamente. A perda do manto e da túnica não era grave. A bolsa de borracha, ao contrário, com as "crótalos", o salvo-conduto de Pôncio Pilatos e o dinheiro, os últimos e preciosos 131 denários de prata, isso me preocupava. Quanto ao cajado, a sua desapareição teria sido irreparável. Boa parte da Operação funcionara, e devia continuar funcionando, graças aos seus complexos dispositivos técnicos.

Optei por caminhar rio acima. Vadear o poderoso curso d'água e subir a escarpa não era aconselhável. E lentamente alcancei a débil pontezinha de troncos. A recente e amarga experiência, ao cruzá-la com a Senhora, perdendo no acidente o saco de viagem e com ele as sandálias eletrônicas, fez-me redobrar a cautela. Ao ver deserta a olaria, situada a um passo da ponte, estranhei e me preveni. Era estranho que os filhos do desaparecido Natan não estivessem em pleno trabalho. Mas, tomado pela obsessão de recuperar meus pertences e ajudar Davi, passei direto e esqueci o assunto.

Esquivei-me ao emaranhado cinturão de hortas daquela zona ocidental e me decidi pelo caminho mais curto, à beira do terraplano, até a esplanada em que se erguia o casarão que abrigava ao mesmo tempo a sinagoga e a moradia do saduceu.

A uns 20 metros da fachada Norte detive a cada vez mais nervosa e acelerada caminhada. Uma raiva surda e um crescente



sentimento de vingança começavam a perturbar-me. Precisava acalmar-me e não podia cair em novos erros. Mas como agir?

O Destino aplainou o problema.

O que primeiro me chamou a atenção foi a cortina de lã vermelha que pendia habitualmente no saguão da casa de Ismael. Estava no chão, na pequena esplanada. Indeciso, permaneci na expectativa. O poço de pedra, a quatro metros do muro caiado, estava tão solitário como o resto do lugar. Os recentes aguaceiros faziam brilhar o úmido tripé metálico. O cubo de madeira, cheio de água da chuva, rangia de instante a instante, ao embate do *maarabit*, o pontual vento do Oeste.

As duas portas da sinagoga à esquerda não mostravam alteração. Continuavam fechadas. O único sinal de vida, naquele ponto do casarão, era um jorro d'água, do calibre de um punho, que saía por um cano aberto no terraço. De quando em quando, em sua queda, provocava cintilações nas pedras cinzentas que revestiam as paredes do velho edifício.

Ao fundo, por trás da construção, a meia centena de passos, a aldeia, como que adormecida, parecia alheia a tantas tribulações. Uma vez mais me enganava.

Havia chegado a hora. Não podia suportar aquela incerteza nem mais um minuto. Quanto ao sacerdote e demais pessoas da casa, pensaria em algo durante a caminhada. Com passos enérgicos venci a distância que me separava da entrada e penetrei no vestíbulo como um tornado. Mas ali também não havia ninguém. Agucei os sentidos. Em algum lugar alguém se lamuriava.

Descarga sobre descarga de adrenalina aumentavam o furor com que eu havia entrado. A pressão arterial elevou-se e o coração, estimulado, me transformou em um aríete. Não sei o que teria sido do saduceu se eu cruzasse com ele nesse estado de descontrole.

Sem quase roçar o polido piso de mármore travertino, fui cair como um tigre na sala seguinte. E ali, entre as refulgentes paredes de bronze, vi uma cena que, por um lado, me teria encantado protagonizar e, de outro, viria acalmar minha justificada mas pouco recomendável ira.

Jacó, o pedreiro, voltou a cabeça sobressaltado. E ao reconhecer-me empalideceu. Sua mão esquerda empunhava uma larga espada de fio duplo – um *gladius* –, com a ponta roçando a garganta de um indivíduo lamurioso tombado junto à luxuosa mesa de madeira de limoeiro.

Não reconheci logo o sujeito. Seu rosto estava voltado para uma das *menorah* (o candelabro sagrado de sete braços) incrustadas nas pranchas. Foi a sua ginecomastia (anormal volume das mamas), oscilando para cima e para baixo a cada convulsa respiração, que me trouxe à mente o nome do odiado Ismael. Não havia dúvida. Ali estavam os demais sinais da sua cirrose: a acentuada frouxidão muscular, o enrubescimento das palmas das mãos, a ascite (acúmulo de líquido na cavidade abdominal) e, sobretudo, aqueles vasos dilatados, nas mãos e nas faces, em forma radial, como as patas das aranhas.

Que havia acontecido?

Não me atrevi a interrogar o ruivo e desajeitado cunhado de Tiago. Ele também não disse palavra. Mas me pareceu saber o que estava detrás da sua atitude.

O pé direito do habitualmente tímido e reservado amigo de infância de Jesus continuava pressionando o vultoso ventre do sacerdote. E a espada, implacável, continuava ameaçando a garganta do aterrorizado ancião. A branca e antes impecável túnica de linho do chefe do conselho tinha a manga esquerda despregada e a faixa solta e em desordem. Era evidente que o saduceu havia oferecido resistência.

Jacó decerto não tinha a intenção de executar o inimigo da família, agora suficientemente humilhado. As aparências indicavam que ele só queria imobilizá-lo. Num gesto instintivo levou as mãos à espada para aliviar a sua pressão na garganta.

– Bas... bas... tardo! – tartamudeou o colérico pedreiro, lançando uma ameaça que obrigou a víbora a retrair-se de novo. – Concede-me... o prazer de... de... libertar a mim... e ao meu povo... de tua... tua presença!

O genro da Senhora não teria tido o atrevimento de planejar sozinho aquela quase suicida incursão nos domínios do

representante máximo da lei. Era o que eu pensava. Por isso mesmo esquivei-me de submetê-lo a um interrogatório – ainda mais na presença do saduceu – e preferi fazer uma revista no lugar com a esperança de esclarecer o enigma.

Observei uma das paredes. Entre as lâminas de bronze destacava-se o estreito retângulo preto da porta secreta, aberta, pela qual Davi e eu havíamos cruzado essa mesma manhã. As peças continuavam a encaixar-se. Aproximei-me da porta decidido a transpô-la e enfrentar o irritante mistério. Mas, ao afastar com os pés os almofadões de seda persa esparramados sobre as pedras de *breccia*, o rumo dos acontecimentos mudou substancialmente. Em parte para bem e – claro – também para mal. Explico.

O coração bateu-me forte. Esquecendo tudo quanto me rodeava, precipitei-me até o lugar em que, na mesma desordem, se encontravam semiocultos o cajado e minhas roupas. Aliviado, felicitei-me de novo. Muito antes do que podia imaginar, e da forma mais insuspeita, consegui reaver a túnica, a *chlamys* azul-celeste e a insubstituível “vara de Moisés”.

Acaricieei o cajado, examinando-o com cuidado. Nada errado com ele, ao menos na aparência. E sem mais demora vesti a túnica, enrolando o incômodo manto ao redor do tórax e sobre os ombros.

Pode parecer pueril, mas ao contato com a cálida e familiar lã da Judeia, ganhei novo ânimo. E me senti até mais seguro. Ajustei as cordas egípcias que formavam o cinto. Então reparei que estava descalço e que faltavam, entre as minhas coisas, o calçado e a bolsa impermeabilizada. Lembrava-me bem de que me havia descalçado e colocado no saguão as sandálias eletrônicas, o último par disponível. Quanto à bolsa, eu mesmo a prendera à vara, entregando as duas, muito a contragosto, aos cuidados de um dos criados.

Nervoso, revolvi os almofadões. Engatinhando revistei até os pés de marfim da mesa. Nem rastro...

Preocupado ante a ideia de perder também as lentes de contato e o dinheiro, continuei a arrastar-me pelo aposento, afastando pratos, jarras, restos de comida, bandejas e outros utensílios espalhados, talvez, na luta entre o saduceu e Jacó, antes que o sacerdote fosse subjugado. Minha busca terminaria bruscamente e

da pior maneira: em minha sofreguidão, sem rumo algum, fui topar impetuosamente com as coxas de Jacó. Desequilibrado, ele se esparramou rotundamente no chão. Ouvi uma maldição. Depois vi que ele se revolia na tentativa de erguer-se. Mas em vão. O manto de listras verticais pretas e vermelhas o atrapalhou. E ao pisar a barra do amplo roupão caiu de novo.

Foram alguns segundos. Suficientes, todavia, para que o prostrado Ismael reagisse. Ao ver-se livre do *gladius*, saiu berrando como um bezerro e se perdeu na escuridão da passagem secreta.

Quando tentei pedir desculpas por meu imbecil procedimento, a lâmina fria da espada entre meus olhos me deixou sem fala. O pedreiro, pensando que o choque tivesse sido uma traição minha, enrubesceu de raiva. E os olhos azuis, enevoados pelo rancor, me fulminaram.

De joelhos a seus pés, pensei que minha hora havia chegado. Mas sua reação me surpreendeu. Não sei se foi meu aturdido olhar, sem maldade alguma. Não sei o que foi... A questão é que, após uma ligeira vacilação, incapaz, suponho, de descarregar o golpe fatal, me atirou uma cusparada, jurando que eu pagaria por meu dúplice jogo.

– Jacó!

Ao inesperado chamamento ele suspendeu o amargo lance final. Pareceu-me reconhecer aquela voz grave e cheia de autoridade. Não me enganava. No umbral da porta secreta recortava-se a corpulenta figura de Tiago, o irmão do rabi da Galileia. Vestia sua costumeira túnica branca e a longa e ajustada faixa vermelha. Cingia-lhe a frente e os embranquecidos e fanados cabelos uma tira de pano preto. Empunhava outra espada com as mesmas características e, o que era mais importante, trazia de volta o escorregadio saduceu, dominado sem contemplação. Estava claro que o surpreendera e agarrara em plena fuga. E com a moderação que o caracterizava, liquidou a dramática cena.

– Já basta!

O pedreiro, mais confuso ainda, me apontou com a mão direita, balbuciando a palavra traição.

Neguei como pude. Mas Tiago, empurrando o lívido sacerdote, não prestou atenção nem a mim nem a Jacó. Seus pensamentos não estavam ali. E isso mesmo ele resumiu em uma frase:

– Nosso objetivo foi alcançado. Vamos voltar.

Não consegui entender. A que objetivo se estaria referindo?

Jacó recolheu a espada e foi colocar-se ao seu lado. E diante de mim teve lugar um desfile que esclareceria minhas dúvidas e que nunca esquecerei.

Logo atrás de Tiago vi aparecer João Zebedeu encolhido e cambaleante, ajudado em seu instável caminhar por um dos filhos de Natan, o oleiro. O rosto fino, abatido, tinha uma cor leitosa. Estremeci. Os olhos pretos, antes vivos e penetrantes, pareciam perdidos. Olhei-o da cabeça aos pés e então me voltaram à memória recentes e dolorosas imagens. Faltava-lhe uma sandália!

E a dramática cena do silo, já na iminência de cair nas águas da cisterna, com aquele vulto grunhindo e agitando-se, ganhou sentido. Então entendi a razão das canastras cheias de pedras e da sandália abandonada entre os sacos de cereais.

Deus, quanta torpeza!

E umas fatídicas frases pronunciadas por Ismael na manhã de quarta-feira, no decurso de minha entrevista com o pomposo personagem, me acudiram à memória, elucidando definitivamente o acontecimento:

– “... quanto a esse Zebedeu... talvez tua ‘minúcia’ tenha ficado já explicada.”

A aparição, a seguir, do segundo dos oleiros, igualmente armado e agarrando pelos cabelos sem piedade um indivíduo atarracado, confirmaria outras deduções que eu estivera formulando. O ossudo e mal-encarado rosto do novo prisioneiro me pareceu familiar. Onde o teria visto?

Não demorei a me lembrar. Os gemidos aflautados do sujeito me transportavam no mesmo instante às “portas” da aldeia, rememorando a sanguinária imagem de Judá, o acólito do sacerdote, a introduzir a mecha ardente na garganta do infeliz réu executado naquela mesma manhã de quinta-feira.

Alguma coisa, porém, não se enquadrava. Aceitando-se que a hipótese fosse correta e que o chefe do conselho houvesse sepultado Zebedeu na caverna, como explicar a presença de Tiago e sua gente? Como haviam sabido?

Mas as surpresas não paravam por aí. Fechando a comitiva, irrompeu na sala ninguém menos que outro estimado amigo que eu quase acabara por esquecer.

Davi!

O velho criado, imóvel, de costas para a porta, reagiu à luz dourada e intensa lançada pelas grandes lanternas de ferro pendentes do teto. Pestanejou como se os olhos lhe doessem e procurou identificar quem o chamava. Ao ver-me, depois de me julgar morto, ensaiou um sorriso e, tomado por forte emoção, caiu em pranto. Fui ao seu encontro e, arrastado pela alegria, lancei-me sobre meu leal companheiro e o abracei.

– Mas, senhor...

O bom homem, ainda chorando, tentava perguntar, compreender. Para acalmá-lo, prometi que lhe daria todas as explicações. Mas a voz firme de Tiago, pedindo a atenção de todos, cortou minha palavra.

– E agora fica sabendo – sentenciou o irmão do Mestre, dirigindo-se ao esquálido saduceu. – Se tu e esse grupo de fanáticos nos esquecerem para sempre...

Acentuou o “para sempre”.

– ... nós também esqueceremos esse ultraje.

Ismael conseguiu por fim erguer o olhar e, destilando um ódio tão denso e repulsivo como o seu hálito, desafiou o sereno galileu:

– Ultraje?... De que ultraje falas?

Do alto da sua sabedoria, apontando os presentes, quis deixar claro que ele e só ele era depositário da verdade.

– ... Cumpri o meu dever colocando uma vala em torno à Torá.<sup>2</sup>

Tiago, conhecendo suas distorcidas interpretações, corrigiu-o:

– Não utilizes à tua vontade a sabedoria da Grande Assembleia. Aqueles homens prudentes disseram: “Sede cautelosos no julgamento, promovei muitos discípulos e colcai uma vala em torno à Torá”. Esta sim é toda a verdade.

E dando mais ênfase às suas palavras com uma pausa, acrescentou:

– Onde está a tua moderação?

E indicando a Zebedeu, a mim e a Davi, rematou:

– Nem sequer os escutaste.

O saduceu acusou o golpe. A cólera acentuou o rubor das “teias de aranha” do rosto. Respirou com dificuldade, balançando as proeminentes mamas, e, quando tentou replicar, Tiago, excelente conhecedor dos textos sagrados, desarmou-o:

– Lembro-te a sentença de alguém mais justo do que tu. Simão, filho de Onias,<sup>3</sup> costumava dizer: “Sobre três coisas se sustenta o Universo: sobre a Torá, sobre o culto e sobre a caridade”. Tu pareces ignorar as três...

Brandiu a espada a um palmo dos trêmulos lábios do sacerdote e fez-lhe uma última e direta advertência:

– Meu Irmão e Mestre me ensinou a antepor a caridade à lei. Mas não abuses de minha paciência.

Deu-lhe as costas e se encaminhou para a saída, disposto a abandonar a casa. E o ódio de Ismael o seguiu como uma onda. Tiago e os seus se enganavam. Aquela ratazana não conhecia o perdão. A crispação da sua face era um aviso.

E o grupo, em silêncio, com as espadas erguidas, se moveu sem perder de vista o aparentemente vencido saduceu e seu verdugo. Quanto a mim, prudentemente me retirei com eles. Mas o Destino não havia virado ainda aquela lamentável página. Não para mim.

Provavelmente cometi uma nova tolice. Mas me alegro de que tenha sido assim. Em vez de imitar meus companheiros saindo de costas, o excesso de confiança levou-me a caminhar de frente. E paguei por isso, embora, insisto, com imensa satisfação...

Subitamente, de par com uma injúria – “Bastardo!” –, senti no ombro direito o impacto de algo contundente. Meus amigos, já distanciados nesse momento, não se advertiram da última explosão de raiva de Judá.

Voltei-me rapidamente. No chão, a meus pés, estavam os cacos de um dos vasos de ágata. Olhei firmemente para o atacante e,

decidido, com uma súbita e irrefreável ideia na cabeça, dei um passo à frente.

Ainda não refeito da recente humilhação, e desconcertado diante da atitude serena daquele estrangeiro, o verdugo empalideceu. Interrogou o saduceu, que, num gesto típico, sem palavras, o incitou a cortar-me a garganta de um só golpe.

Desarmado, o esbirro hesitou. Percorreu com a vista o aposento, enquanto eu, muito à vontade, deslizava os dedos pela extremidade superior da "vara de Moisés" até localizar o cravo de cobre que ativava os raios de ultrassom. E mesmo não dispondo das "crótalos" confiei em meu tino.

Divertido, exibindo o mais cínico dos sorrisos, esperei que ele recuperasse um mínimo de calma. Ismael, por sua vez, a meia-voz, saboreando o que considerava o início da sua vingança, continuava incitando o algoz a acabar com a minha vida.

Lancei um olhar à porta e, certo de que o grupo já se afastara da casa, fiz pontaria na cabeça do vacilante energúmeno. E uma descarga de 21 mil hertz atingiu-o em cheio, alterando-lhe o aparelho "vestibular", responsável pela percepção das sensações e da permanente informação sobre a posição do corpo e da cabeça no espaço. As ondas ultrassônicas, de natureza mecânica e cuja frequência se situa acima dos limites da audição humana (superior aos 18 mil hertz), invadiram o ouvido interno do verdugo, bloqueando o conduto semicircular membranoso. Perdido o controle, com os olhos desorbitados, desabou.

Sem entender o que se passara, Ismael olhou atônito para o inconsciente Judá. Depois, erguendo o rosto para as vigas do teto, interrogou o céu sem resposta. E eu aguardei, serenamente. Respondi ao seu medo supersticioso com um gélido e calculado olhar. Alguma coisa ele intuiu. Então, trocando os papéis, com uma notável teatralidade, caiu de joelhos, implorando clemência. E assim, de joelhos, se aproximou. Mas só obteve justiça.

E um segundo "cilindro" infravermelho, protegendo os ultrasons,<sup>4</sup> partiu do cajado, em direção à calva do miserável. Em centésimos de segundo desabava também ele. Ainda que inócuo para a saúde, o dispositivo de defesa garantia a imobilização por



vários minutos. Satisfeito, dei por liquidada minha pequena e pessoal “vingança”. E já ia retirando-me, para juntar-me ao grupo, quando uma ideia me reteve. Inclinei-me sobre o corpo do inconsciente Judá e vi que não havia errado.

As sandálias “eletrônicas”!

O miserável, sabendo do meu encarceramento na gruta, não hesitou em apropriar-se delas e usá-las. Desatei-as rapidamente e, enquanto as calçava, achei que devia revistar o resto do seu corpo. A presunção de que tivesse feito o mesmo com a bolsa e os denários era de uma lógica absoluta. Tirei sua *hagorah* – a faixa em que era costume guardar armas e dinheiro –, mas achei-a vazia. Também não tive sorte no restante da revista.

Não quis tentar uma busca no próprio saduceu e decidi retirar-me. Mas a Providência me iluminou, porque assim que cruzei o saguão encontrei Davi, o criado. Preocupado com a minha demora, retornara à minha procura, disposto a entrar de novo na casa e ajudar-me uma vez mais. Tranquilei-o como pude, com uma meia verdade. Mostrei as sandálias, explicando que o tal Judá havia necessitado de “certos argumentos” para se convencer de que devia restituí-las a seu dono.

Visivelmente preocupado, sugeriu que nos afastássemos o mais rápido possível da casa da víbora.

Impaciente por conhecer os pontos obscuros do seu resgate e também da presença do Zebedeu na gruta, interroguei-o a respeito enquanto me deixava guiar pelo enlameado terreno até o labirinto da aldeia.

Foi assim que pude reconstituir em definitivo a história da oportuna chegada de Tiago e sua gente ao casarão do chefe do conselho. Uma história bastante simples, se levarmos em conta a dramaticidade dos antecedentes.

De acordo com a narração do criado, assim que fomos encerrados o linguarudo Judá não perdeu tempo para propalar a “façanha” de seu amo e senhor. E com a inestimável ajuda de um par de jarras de vinho, toda a casa do “rã” ficou sabendo da história com pormenores. Débora, a “burrinha”, sabendo da minha entrevista

com Ismael, achou que devia correr à casa da Senhora para contar-lhe o que acontecia.

A confiança da prostituta ratificava o que a família já sabia por outros dos seus aliados em Nazaré: o tal Jairo, o velho de barbas desfiadas, que na tarde de terça-feira havia batido à porta do curral da casa de Maria e informado Tiago da ida à vizinha Séforis do braço direito do saduceu – Judá –, com o objetivo de pedir instruções ao tribunal sobre a suposta “blasfêmia” do irmão do Ressuscitado.

Aparentemente – mas Davi não se lembrava claramente disso –, as confidências de Jairo continham mais elementos do que as de Débora. “É mais que provável” – disse-lhes – “que João, o discípulo do Mestre, haja tido idêntica sorte e esteja sepultado em algum lugar do subterrâneo.”

Aquilo esclarecia a até então inexplicável desaparecimento de João. E depois de muito discutirem o grave assunto, com a compreensível oposição das mulheres, Tiago e seu cunhado tomaram a decisão de procurar o vingativo sacerdote e esclarecer tudo. E na previsão de mais que prováveis complicações solicitaram o apoio dos filhos de Natan, o oleiro, assim como dos vizinhos com mais afinidade. Mas só dois dos três oleiros aceitaram. O resto da vizinhança, com medo, se escusou. A proposta era de fato atemorizadora. E a aldeia, como é natural, foi tomada de verdadeira comoção pela ocorrência e por seus previsíveis desdobramentos.

Entendi então o porquê da olaria fechada, a cena de Jacó ameaçando o saduceu com a espada e sua palidez ao reconhecer-me. Se a suposição era de que eu permanecia encerrado em algum recanto da cripta, como havia chegado até ali? Mas o pedreiro, empenhado na luta com o saduceu, não estava em condições de me fazer perguntas.

Segundo Davi, logo depois de eu desaparecer na escuridão da cisterna, percebera o ranger da mó e um grande vozerio. Minutos depois, Tiago e um dos oleiros desciam pela corda, guiados pelas confusas informações do criado e pelos misteriosos grunhidos. E, ao atingir o segundo silo, buscando o pobre Jasão, foram encontrar um João Zebedeu com os pés e as mãos atados e uma mordaga.

A surpresa do escravo, diante da aparição de João, foi igual à minha ao vê-lo, em péssimo estado, mais tarde, na casa do saduceu.

O resto eu já conhecia, pouco mais ou menos. Minha entrada na sala coincidiu com a de Tiago e demais integrantes da expedição.

De minha parte, como prometera, dei-lhe as únicas explicações que conseguira guardar, mais por intuição, sobre a minha libertação do subterrâneo. As mesmas que já narrei.

E repetindo sem parar “Deus está comigo”, o compungido ancião continuou guiando-me entre rampas e becos. Os recentes aguaceiros, cobrindo de barro, calhaus e intermináveis rios as voltas e reviravoltas da labiríntica aldeia, tornavam mais penosa a caminhada. Diante das portas, pátios e currais, homens, mulheres e crianças lidavam com toda classe de vasilhas e cântaros para esgotar as águas de enxurrada que desciam do Nebi e inundavam as miseráveis construções. Algumas das matronas, surpreendidas pela nossa passagem, cochichavam entre si, comentando o caso do dia – a audaz intervenção dos filhos de Maria, a “das pombas” – que “não podia trazer nada de bom”. Não se enganavam.

E quase sem tomar conhecimento do rumo traçado por Davi, fomos desembocar diante da familiar fachada sem janelas da casa da Senhora. Então o instinto me pôs em guarda. Que me reservaria ainda aquela tarde? Devia entrar? Como reagiria o rebelde João? Teria esquecido sua hostilidade para comigo?

Por um momento, enquanto o ancião batia timidamente à diminuta porta, pensei em dar meia-volta e despedir-me ali mesmo do leal criado. Faltava hora e meia para o pôr do sol. Mais do que suficiente para alcançar a cidade de Caná. Meus objetivos em Nazaré estavam cumpridos. As informações sobre a incorretamente chamada “vida oculta” de Jesus, ao menos no substancial, já as tinha obtido. A volta ao *yam* e ao saudoso módulo não podia demorar mais. Era necessário, além disso, que eu estivesse presente à possível nova aparição do Ressuscitado, anunciada para o próximo sábado, 29 de abril. Por outro lado, meu combalido ânimo não teria suportado um trauma como o que acabava de sofrer. Entretanto, apesar de todas essas ponderáveis razões, a triste realidade da perda da bolsa me foi inclinando a ficar. Tinha de localizá-la.

O súbito impulso duraria pouco. Uma voz, do outro lado da porta, liquidou minhas vacilantes intenções.

Davi anunciou-nos e a porta foi aberta. O criado, alheio às minhas reflexões, tirou as sandálias e entrou na casa, que estava na penumbra. Esperava, claro, que eu o seguisse. Ainda assim hesitei. E foi o gesto de Tiago, fazendo sinais para que me apressasse, o que acabou por render-me.

E ao galgar o alto degrau me vi diante de um novo “manicômio”.

A família, quase completa, em pé ao redor da mesa de pedra, estava empenhada em uma das habituais rixas, em que todos gritavam ao mesmo tempo, misturando argumentos e impropérios. Uma lamparina de azeite, no centro da roda de moinho que servia de mesa, assistia assustada, agitando-se a cada ida e vinda dos gesticulantes irmãos. Faltavam Rebeca e Esta, a mulher de Tiago.

Passei a vista pelo aposento, procurando Maria, a Senhora. Estava à minha esquerda (continuo tomando como referência a porta de entrada da casa), na plataforma proeminente que servia de cozinha e dormitório. Acocorada junto ao fogão, era a única que não estava envolvida na discussão. Outra lamparina, a seus pés, iluminava seus pômulos salientes e os negros e sedosos cabelos recolhidos na nuca. Tinha os olhos e a atenção na contenda. E parecia assustada.

Ao ver-me ergueu-se com dificuldade e tentou chegar aos degraus que amenizavam a descida até a parte do aposento em que eu estava. Mas seu joelho direito ressentiu-se, fazendo-a cambalear. Apressei-me a caminhar ao seu encontro para ajudá-la.

– Jasão!

Aquele terno abraço e o belíssimo verde-erva de seus olhos amendoados fizeram-me esquecer desgostos e desatinos.

– Estás bem? Que aconteceu?... Que tens aí?

Era a primeira pessoa, com exceção de Davi, que se interessava pelo estado deste maltratado explorador. E também foi essa a primeira ocasião em que – graças à compassiva Senhora – pude aliviar o hematoma subcutâneo que deformava minha fronte e havia chamado a sua atenção. Envolvido em tantos acontecimentos, quase não tivera oportunidade de examinar-me e conhecer a real extensão

do traumatismo. Sentia-me bem – ligeiramente dolorido, é certo –, mas, ante a insistência da obstinada senhora, aceitei seus cuidados.

Maria caminhou até a arca e dela retirou um espelho e um grande lenço.

– Observa – disse, entregando-me um pequeno espelho redondo de bronze brunido. Depois aproximou a lâmpada de azeite e aguardou meu parecer.

A briga continuava. Os gritos eram cada vez mais fortes. Ansioso por averiguar quanto antes as razões de tão lastimável espetáculo, abreviei o exame. Apesar de haver desmaiado quando me feri na cisterna, a contusão não parecia encerrar maiores complicações. As pupilas não apresentavam midríase (dilatação) bilateral ou unilateral reativa. Estavam normais. Qualquer alteração nesse sentido me haveria alertado sobre algum grave dano do tronco cerebral ou a presença de um não menos delicado hematoma intracraniano, respectivamente.

Examinei as outras áreas da cabeça e não achei senão leves escoriações, consequência dos múltiplos choques com as paredes da cisterna. O pulso estava normal. A intensa dor de cabeça inicial havia passado. De resto, não havia tido náuseas, vômitos ou sintomas convulsivos que sinalizariam um incremento da pressão intracraniana. Sinceramente, apesar dos pesares, podia considerar-me um homem de sorte. E se eu tivesse podido contar naquele momento com a farmácia “de campanha”, a administração de uma simples dose de paracetamol teria eliminado a dor de cabeça e todo o conjunto de sintomas.

Mas a Senhora, à sua maneira, compensaria com juro essa e outras carências.

– E então?...

Sorri e, piscando-lhe um olho, graciei:

– Teu “anjo” continua sendo o mais galante...

Maria, brincalhona, arrebatou-me o espelho com uma palmada e, confortada por este grego, imune ao desalento, esboçou um sorriso que a transfigurou. Os brancos e harmônicos dentes se mostraram fugazmente. Fingindo dureza, apontou-me o piso da plataforma e mandou que me ajoelhasse. Obedeci simulando

submissão. E ela, resmungando, colocou sobre o hematoma um denário de prata banhado em vinagre e o manteve estável com o lenço.

– Agora é que estás galante! – replicou, devolvendo-me a piscadela.

Com a fronte coberta com o lenço voltei à cena principal. A Senhora, refeita do abatimento em que eu a encontrara, aproximou-se dos quatro degraus e, de mãos na cintura, ficou assistindo àquele alvoroço que parecia interminável. Fiquei receoso. Sabia alguma coisa do temperamento de ferro da mãe do Galileu e de suas imprevisíveis reações. Davi, acovardado, continuava ao pé da porta, teso como uma árvore e com os olhos fixados em Jacó, que no momento vociferava mais que todos. No canto direito, encostado às ânforas, vi afinal o Zebedeu. Mantinha o mesmo olhar perdido. Embora presente ao conflito, não parecia ver nem escutar.

– Não permitirei que mamãe Maria fuja de sua casa e de sua terra!...

E milagrosamente o pedreiro acompanhou a última frase com um gesto da mão esquerda, indicando a plataforma. E digo “milagrosamente” porque, ao dar com a figura da sogra, refeita e a ponto de estourar, o arrebatado galileu encolheu-se no mesmo instante.

A brusca interrupção e o temor que se estampou no seu semblante – na previsão do vendaval que se aproximava – não passaram despercebidos. Gritos, imprecações e sarcasmos cessaram como que por encanto. E o grupo todo, percebendo a borrasca, baixou a cabeça.

Maria, contrariando minhas previsões, limitou-se a passear sua justa indignação diante de cada uma das caras. Sem dizer palavra estendeu o braço para que eu a ajudasse a descer. E num eloquente silêncio, com a censura pendente do olhar, caminhou diante dos pasmados Tiago, Míriam, Ruth e Jacó.

Sem saber onde esconder-me, continuei a seu lado sentindo no punho esquerdo a pressão dos grandes e calosos dedos. Uma pressão que traduzia a sua angústia.

Mas a Senhora sabia muito bem o que fazia. E aproximando-se do deprimido discípulo – sem uma só palavra – reprovou a inconsequente conduta dos seus. Envolvidos na contenda, esqueceram o que era prioritário e infringiram o mais elementar senso de hospitalidade.

Os filhos compreenderam de pronto e, discreta e prudentemente, rodearam a mãe. Mas ninguém disse nada. Inclínada sobre o apático João, reclamou uma lanterna. Ruth prontamente estendeu-lhe a que estava sobre a mesa de pedra. Coloquei-me junto à Senhora, deixei meu cajado sobre uma das esteiras de palha que tapetavam o piso e examinei João.

O pulso me preocupou. Estava lento. A pele, pálida e fria, perdera a elasticidade. Não descobri ferimentos ou contusões. Apenas umas leves esfoladuras nos punhos e tornozelos, as quais atribuí ao atrito das ligaduras.

– Que achas?

Não pude responder de pronto à pergunta de Maria. Auscultei-lhe o peito. Afora a bradicardia e a lentidão do pulso, a que já me referi, a pressão cardíaca me parecia normal. A frequência respiratória não me chamou a atenção. Fiz incidir a chama do candeeiro sobre os olhos vítreos, para um lado e outro. Embora timidamente, com certa apatia, as pupilas reagiram, acompanhando os pausados movimentos.

Tentei recapitular os fatos. Se as informações estavam corretas, o jovem havia sido capturado na manhã de terça-feira, 25, e encerrado na caverna imediatamente. Seu resgate, na tarde de quinta, 27, indicaria um inevitável estado de inanição, ainda que em primeiro grau e felizmente sem danos para os sistemas principais. Em todo o quadro clínico, o que realmente avultava, à primeira vista, era o forte choque emocional. Algo que eu mesmo sofrera e nas mesmas condições.

Persuadido da pouca importância do problema – uma desnutrição secundária, muito mais grave, me haveria impedido de atuar –, resumi à Senhora o diagnóstico e recomendei que tentasse reanimar o discípulo com frequentes e reduzidas porções de alimentos de fácil digestão. Se possível, a princípio, à base de leite,

azeite e mel. E tudo, naturalmente, acompanhado de um forçoso descanso.

Ruth e Míriam, a um sinal da mãe, aproximaram-se do fogão e iniciaram os preparativos.

Acariciando o rosto de João, Maria tentou reanimá-lo, fazendo ver que “tudo havia passado” e em breve poderia estar regressando a Saidan. E levando o indicador esquerdo aos lábios aconselhou silêncio.

Retiramo-nos para junto da mesa de pedra, ao mesmo tempo em que as mulheres já retornavam com a primeira ração. E, pacientemente, como se tratasse de um filho, a Senhora, sustentando a cabeça de João com a mão direita, com a esquerda foi vertendo o espesso caldo nos trêmulos lábios do discípulo. E, docemente, com um carinho que me cativou, assim fez até que ele tivesse sorvido a última gota. Então o Zebedeu lançou um profundo suspiro, fechou os olhos e agradeceu com um gesto suave de cabeça. Feliz diante daquela manifestação positiva de João, Maria mostrou-me sua alegria com um comentário espontâneo que, claro, só eu podia entender em toda a sua dimensão:

– Sim, Jasão, o mais galante!

Ainda que pudesse parecer o contrário, a Senhora não esquecerá os motivos que haviam arrastado seus filhos àquela rude polêmica. E, deixando a plateia em suspense, pediu que tomássemos lugar em torno à mesa de pedra.

Ruth, o “pequeno esquilo”, sentou-se ao lado da mãe. E num gesto que expressava e resumia o sentimento de todos, descansou a cabeça no ombro da Senhora, tomou-lhe as mãos entre as suas e as apertou e acariciou em silêncio, com os olhos baixos. Creio que o meu comovido olhar deve ter-se materializado e tocado suas faces porque, no mesmo instante, me lançou um olhar e ruborizou-se, encobrendo parte da constelação de sardas que as enfeitava.

Refugiando-se de novo naquele tom grave que não admitia desvios, Maria pediu que os filhos, um após outro e sem intromissões, repassassem a situação e dessem uma franca e moderada opinião sobre o que convinha fazer. Mas ninguém respondeu. Diante do embaraçoso silêncio, Davi e eu decidimos



retirar-nos compreendendo que nossa presença era motivo de inibição. A Senhora, porém, vetou secamente nossa resolução. Tanto o ancião Davi como eu – afirmou – estávamos envolvidos no mesmo conflito. Mais ainda: havíamos sofrido pela família e isso nos convertia em parte do clã.

Agradecemos sua cordialidade e voltamos aos nossos lugares. O criado, um pouco mais atrás, junto à porta; eu, à direita da Senhora, com sua filha Míriam à minha direita.

Tiago, acomodado entre Ruth e seu cunhado, o pedreiro, rompeu, enfim, o incômodo silêncio. E, sereno, percorrendo os expectantes rostos com aqueles olhos castanhos, profundos e sem dissimulação, traçou as linhas essenciais do problema:

– Como sabeis, hoje, quinta-feira, em sua costumeira reunião, o tribunal de Séforis rejeitou a denúncia desse malnascido...

Maria, franzindo o rosto, sem uma palavra, recriminou-o.

– Segundo as notícias vindas do pequeno Sinédrio – prosseguiu o galileu suavizando suas expressões –, o texto da denúncia pelo chefe do conselho local não contém indício de blasfêmia.

E, dando demonstração de sua excelente memória, facilitou minha tarefa – e suponho que a da maioria – relembrando as frases que ele mesmo pronunciara na manhã da última terça-feira diante de Ismael e de um grande número de circunstantes:

– “Será que te atreves a negá-lo?... Diz-nos: reconheces em Jesus o Filho do Deus vivo?”

Jacó, a única testemunha, além de mim, do pronunciamento que de fato desencadearia o terremoto, concordou com um gesto de cabeça, empalidecendo.

– “Tu o disseste. Reconheço-o como tal.”

Novo e pesado silêncio.

– Pois bem – prosseguiu Tiago, elevando o tom e deixando transparecer uma indubitável satisfação –, como diz a Lei, os juízes tiveram de render-se à evidência: não há blasfêmia.

Ruth, menos familiarizada com os subterfúgios dos intérpretes da Lei, pediu um esclarecimento.

Era muito simples. E seu irmão, condescendente, lembrou primeiro uma das passagens do *Levítico* (24, 10 e seguintes), na

qual se conta que, por ordem de Yaveh, se lapidou o filho de uma israelita “por haver blasfemado o Nome”.<sup>5</sup>

Ruth continuou sem entender. Tiago, recorrendo às interpretações dos juristas, lembrou-lhe – e a nós também – um ponto-chave, toda uma sutileza, acolhido e respeitado pela mais antiga tradição oral. De acordo com essa norma legal, “o blasfemo não é culpado enquanto não mencionar explicitamente o Nome”. Quer dizer, enquanto não pronuncie o nome de Deus de forma clara e precisa. (Assim está, de fato, na *Misná*: ordem quarta, capítulo VII, 5, e nos textos desse mesmo tratado *Yom 3, 8; 6, 2 e Sot 7, 6.*)

Tiago, conhecedor da artimanha, havia respondido com a verdade ao saduceu, mas sem cair na cilada. A história, como creio haver mencionado, voltava a repetir-se. Jesus de Nazaré, interrogado em termos idênticos por Caifás, o sumo sacerdote, respondeu com as mesmas palavras e habilidade. Mas Tiago teve a sorte de contar com um tribunal suficientemente honesto e imparcial.

– E apesar dos protestos e alegações de Ismael – concluiu Tiago com alívio –, os juízes, sabedores da velha animosidade desse indivíduo para com nosso Irmão e nossa casa, rejeitaram sua denúncia e o admoestaram pelo que consideraram “impudica e tendenciosa manipulação dos fatos”.

Ruth, eufórica, aplaudiu. E pouco faltou para que os demais, tomados pelo mesmo entusiasmo, se unissem à espontânea ruivinha.

A Senhora ergueu as mãos pedindo compostura. E ao seu gesto a chamazinha que animava a reunião tremulou. Sua grossa e imperativa voz, a seguir, impediu uma nova desconcentração. Retomou o comando e lembrou-lhes que aquela “vitória” só podia trazer desgostos e um clima mais belicoso. (Nem ela mesma podia imaginar quão certa era a sua advertência... )

Jacó protestou, repetindo o argumento que os havia levado a um beco sem saída:

– Mamãe Maria não deixará sua casa e seu povo... Não o permitirei.

Míriam, apoiando o marido, fez um gesto de concordância com a cabeça, sem atrever-se a falar.

Tiago, decepcionado com a retomada da velha e inútil polêmica, manifestou sua oposição com monossílabos.

A ruiva, angustiada, limitava-se a mover a cabeça, acompanhando as opiniões que se contrapunham.

Quanto a mim e ao criado Davi – angustiados –, temendo o pior, assistíamos em silêncio ao que parecia uma segunda batalha campal.

Mas a Senhora, endurecendo o olhar e fazendo baixar a inflexão da voz, recuperou o domínio, calando vozes e vontades. Nunca a havia visto tão segura de si e dominadora. E presumi que alguma coisa importante rondava seu coração.

– E agora escutai-me com atenção porque não repetirei...

Alisou com calma os negros cabelos e inspirou com ansiedade, como se o que se dispunha a revelar fosse arrancado das entranhas. Os finos lábios hesitaram. Semicerrou as pálpebras e, finalmente, após uma segunda e profunda inspiração, os verdes e rasgados olhos se abriram saturados de luz.

Ruth, com sua fina sensibilidade, captou o poderoso esforço da mãe. E, estreitando de novo suas mãos, olhou-a assustada.

Ninguém respirava.

– Durante anos, bem o sabeis, não compreendi vosso Irmão...

O tom alterou-se. E as aletas do pequeno e reto nariz tremeram. Mas foi só por um instante. Recuperou o autodomínio e prosseguiu com a vista fixa na chama da lanterna.

– Enfrentei até mesmo suas aparentemente absurdas e loucas ideias. Não sabia do que falava quando se referia a seu Pai Azul... Pior ainda: eu não quis saber nem entender...

Fez uma pausa. Ergueu os olhos e, exibindo uma segurança que nos alcançou a todos, confessou corajosamente:

– Pois bem, agora, sim, eu o sei. Agora (demasiado tarde, também o sei), compreendo o que repetia sempre. Compreendo e me envergonho por não haver ficado do seu lado... por não haver feito minha a sua frase favorita: “Que se faça a vontade de Deus!”.

A sincera e admirável confissão – em uma mulher que sustentou até o final a ideia e a imagem de um Jesus “libertador político” –, acabou por quebrantá-la. Cerrou os olhos, baixou o rosto, e as lágrimas falaram por ela. Contagiada, assaltada por um pranto incontrolável, Ruth abraçou-a, beijando-lhe os cabelos, a fronte, as faces e as mãos, sem ordem e sem pausa.

Tiago, com um nó na garganta, refugiou-se em um de seus gestos típicos: começou a pentear nervosamente a embranquecida e abundante barba com a mão esquerda. E os olhos se lhe umedeceram.

Jacó, branco como a parede, com a boca entreaberta, buscando ar e forças para não sucumbir à avassaladora emoção, contemplava com incredulidade a inédita imagem de uma Maria frágil e arrependida, ao mesmo tempo que audaz e luminosa.

Míriam, cópia quase exata da mãe no físico e no temperamento, reagiu como o teria feito Maria se o protagonista houvesse sido qualquer dos presentes: observou-a com doçura e, batendo palmas, reclamou calma, lembrando à “das pombas” que aqueles eram seus filhos e que não devia envergonhar-se porque simplesmente todos se achavam na mesma situação. Quem poderia vangloriar-se do contrário? Quem, dentre os familiares do Mestre, o havia entendido e ajudado nos anos de pregação?

E a filha mais velha, em seu empenho por reforçar os argumentos, revelou algo que realmente era novo para mim. Para refrescar a memória coletiva referiu-se – estas foram as suas palavras – à “ruptura que deixara Jesus isolado nos primeiros dias de vida pública”.

– Não vos recordais de suas lágrimas? – rematou com frieza. – Talvez vos tenhais esquecido de seus contínuos esforços por fazer-nos ver qual era a sua missão. E, entretanto, que foi que fizemos?

Maria, enxugando as lágrimas e buscando refazer-se da emoção, apoiou o discurso de Míriam, agradecendo com um trêmulo e amoroso sorriso a compreensão e o respeito da família. E deixou que a filha concluísse o que todos sabiam:

– Nós o abandonamos. Pior do que isso: murmuramos às suas costas, crendo-o louco...

Tive um choque. De que estava falando? Nenhum dos evangelistas faz alusão ao desprezo de sua própria família. Não, ao menos, com a clareza de Míriam. Mas, do que me assombrava? Porventura já não havia eu mesmo constatado a dolorosa inépcia dos mal chamados escritores sagrados? E nesse instante implorei à Grande Inteligência que nos permitisse prosseguir em nossos planos. Ardia em desejos de concluir o terceiro “salto” e verificar por mim mesmo o que realmente acontecera naquela etapa da existência do Filho do Homem, presumivelmente também manipulada. Foi difícil conter meus impulsos. Mas não fazia perguntas. Dessa vez não. Preferia descobri-lo pessoalmente... no momento certo.

– Está bem – interveio por fim a Senhora com a voz já serena –, o que tento dizer-vos é que a partir de agora honrarei tudo o que vosso Irmão defendeu. Se é a vontade do Pai – e o tom voltou enriquecido com aquela prodigiosa segurança –, ficarei.

Estendeu o indicador esquerdo para o grupo, desenhou no ar um círculo e encerrou a sentença sem concessões:

– Ficaremos em Nazaré. Se não for o certo, Ele nos indicará o caminho...

A vontade do Pai? E como descobrir algo tão abstrato e aparentemente distante da percepção humana? As respostas a essas imperativas perguntas deste perplexo explorador iam chegando pouco a pouco. Principalmente ao longo da inesquecível peripécia que seria o terceiro e próximo “salto” no tempo... Mas devo conter-me...

E operou-se o milagre. A contundente linguagem da Senhora, amparada em uma convicção que sem dúvida jazia adormecida em seu coração, teve uma resposta unânime e imediata. Ninguém se mostrou contrafeito ou sequer insinuou a mais leve oposição. E admitindo que estavam diante da fórmula que haveria agradado ao desaparecido Irmão, adotaram a resolução de esperar e ver em que desembocaria aquele clima hostil que afetava parte da aldeia.

Em minha opinião é triste e injusto que os evangelistas – e João estava presente – não tivessem dedicado uma só linha aos fatos e circunstâncias que envolveram a família depois da Crucificação e que criaram uma situação tão comprometida quanto patética. A não ser,

é claro, que a abatida e histérica imagem do Zebedeu naquele momento induzisse – por motivos de conveniência – ao silêncio geral. Seja como for, o certo é que uma vez mais os que se consideram fiéis se sentiriam burlados.

E a Senhora, de ânimo recomposto, voltou ao problema imediato, não menos premente, falando em primeiro lugar da necessidade de que Tiago se reunisse à família para informá-los e tranquilizá-los. Esta, sua mulher, e Rebeca não estavam a par dos últimos acontecimentos.

O galileu, a princípio, resistiu. Mas Maria, indicando com os olhos o entrançado das grossas e calafetadas vigas de sicômoro que sustentavam o teto, e reforçando a ordem com um malicioso sorriso, pediu-lhe que não esquecesse seu ainda quente compromisso:

– Ele nos protegerá...

Ao compreender o significado daquele olhar, que se estendia para além da folhagem caída e da terra pisoteada que contornava o terraço, a totalidade dos que ali estávamos, com os olhos fixados como tontos no teto, se apressou a corrigir o erro. Os olhares se cruzavam, as faces ruborizaram-se, e a Senhora, com uma oportuna e franca gargalhada, dissipou o que restava de receio.

Tiago concordou. Pôs-se em pé e, antes de sair, fez seu cunhado jurar que ao menor sinal de violência correria a avisá-lo. Depois, olhando para mim, sem necessidade de palavras, me advertiu que a segurança de sua gente também era coisa minha. Agradei a confiança respondendo com um quase imperceptível e afirmativo sinal de cabeça. Ele sorriu e se dirigiu para a porta. Nisso se deu conta da silenciosa e tímida figura de Davi e da incerta situação que enfrentava como escravo fugido. Então voltou-se e interrogou a Senhora.

Maria não vacilou. Sabia que a Lei protegia o escravo fugido<sup>6</sup> e que Davi poderia até ter denunciado seu amo por atentar contra a sua vida. E, interpretando os sentimentos do nobre criado, tranquilizou Tiago e acrescentou que se esse fosse o desejo do ancião podia contar com a ajuda da família.

Davi aceitou a gentileza da Senhora. Por nada no mundo haveria regressado à casa do saduceu. E, agradecido, arrojou-se-lhe aos

pés, beijando-lhe as mãos.

Constrangida, ela ordenou-lhe que se levantasse. E o ancião, com grandes e contínuas reverências, estendeu sua gratidão a todos os presentes e voltou ao seu lugar junto à porta. Quase não o ouvi falar dali por diante.

Chegava ao fim aquele dia. O sol já se punha e a família, mais serena, passou a ocupar-se dos preparativos do jantar.

Míriam, diligente, tratou de poupar novos e desnecessários trabalhos à mãe e tomou a dianteira. O joelho dolorido não aconselhava que Maria subisse na plataforma. Ruth, a conselho da irmã mais velha, continuou junto à mãe. O Zebedeu, profundamente adormecido, continuava alheio a tudo.

A envolvente Míriam, com os olhos brilhantes, voltou-se de repente para o marido e mandou-lhe que “movesse o traseiro se desejasse participar do jantar”. Dócil como um cordeiro, e conhecendo o temperamento tempestuoso da mulher, Jacó dispôs-se imediatamente a acatar a ordem da mulher. Nesse instante, súbito e seco estrondo nos sobressaltou. E um forte aguaceiro começou a cair sobre o quebradiço telhado, maltratado pelas copiosas chuvas anteriores.

Foi quase instantâneo. A água abriu caminho entre a folharada e a lama do terraço, despencando com certa pontaria sobre a cabeleira ruiva do pedreiro. O incidente provocou a indignação do homem, que, maldizendo sua má estrela, aproveitou para evocar um velho refrão do livro dos *Provérbios* (27, 15) e provocar a mordaz Míriam:

– A goteira contínua em dia de aguaceiro e a mulher encrenqueira fazem parelha...

Como era de prever, a mulher não deixou a provocação sem resposta. Voltou-se, agarrou o bigode do marido, desprevenido, puxou-o pelos degraus de acesso à plataforma e entoou triunfante outro dito popular, tirado também dos *Provérbios* (26, 5):

– Responde ao imbecil segundo a sua imbecilidade, não vá ele acreditar-se sábio...

Os ais e protestos não comoveram a esposa. E o pitoresco incidente nos relaxou, provocando o riso geral. A alegria, entretanto,

cessou bruscamente. E eu fui partícipe de um suplício que não tinha remédio senão acostumar-se a ele.

O dilúvio deixou sequelas. As goteiras propagaram-se por vários pontos, transformando a aprazível vivenda em um atordoado vaivém de todos nós, no discutível empenho de controlar as goteiras com vasilhas, pratos, cântaros e tudo o que aparasse a água. Até que, rendido, o ofegante grupo optou por sentar-se de novo, aparando sem glória cada nova goteira. Aquela tragicômica situação, em especial na época de chuvas (entre outubro e abril, aproximadamente), constituía o pão-nosso-de-cada-dia para os habitantes da maior parte das aldeias de Israel.

E por quase uma hora, enquanto a borrasca se despejava sobre Nazaré, o jantar e as conversas tiveram a animação do pipocar da água sobre a argila e o metal. A princípio, devo reconhecer, não podia acreditar na atitude resignada dos meus amigos. Mas, como disse, aquilo fazia parte do cotidiano e não afetou nem o apetite nem a espontaneidade dos galileus.

Remexi a fumegante sopa com curiosidade. Míriam, apesar das circunstâncias, se havia esmerado: ervilhas, abóbora sem sementes, uma espécie de alface repolhuda cortada em tirinhas, dentes de alho macerados, cebola em rodela e a saborosa parte branca de uns enormes alhos-porros.

Senti-me feliz. E para satisfação dos meus amigos elogiei a boa mão da cozinheira. O segundo prato não lhe foi inferior: croquetes de pescado rebuçados em nozes tostadas e picadas. Aquelas bolinhas, fritas em grande quantidade de azeite, quase me fizeram esquecer onde estava.

Mas o brusco despertar do Zebedeu devolveu-me à crua realidade. Ruth e a Senhora, ainda às voltas com as goteiras, correram a assisti-lo. O discípulo parecia notavelmente refeito. Vi que conversavam com ele em voz baixa mas não consegui ouvir nada. De vez em quando, isso sim, Ruth, a única que não abriu os lábios, me procurava na penumbra, cravando seus olhos nos meus. Pressenti que João, ao ver-me junto à mesa de pedra, comentava coisas passadas e protestava contra a presença – suponho – daquele traidor naquela casa. Maria sussurrou-lhe alguma coisa ao ouvido e



o olhar do Zebedeu – agora vivo e desperto – fixou-se neste incômodo explorador. Acreditei perceber nele certo ar de incredulidade a despontar entre o velho rancor. Não havia dúvida. Sua atitude para comigo – aquele grego que se negou a auxiliar seu amigo Natanael continuava tão hostil quanto antes, talvez mais. Resignei-me, prometendo-me que procuraria manter-me longe do instável discípulo.

A Senhora sorriu. Deu umas carinhosas palmadinhas nas faces do jovem, e João voltou a cerrar os olhos. Instantes depois, por indicação da mãe, Míriam foi ao fogão e aqueceu uma nova ração de leite, azeite e mel.

Nada mudou, porém, no ambiente. Jacó e Davi começavam a cochilar, vencidos pelo cansaço, e em poucos minutos, sem resistência, caíram em benéfico sono. Quanto a mim, sem saber o que fazer, aguardei impacientemente a volta da Senhora. Prometera a Tiago velar pela segurança de sua gente; mas como fazê-lo? E, sobretudo, como manter-me alerta se – como presumia – aquele invencível torpor que me invadia só aumentava?

Tudo foi mais simples. Maria contemplou o ancião e o genro e, na ponta dos pés, coxeando, foi inclinar-se sobre mim, depositando um beijo no lenço que me cobria a frente.

– Descansa, meu anjo querido. Demos a cada dia seu afã...

Essa última frase me pareceu familiar. Onde a havia estudado?

E a mulher, fazendo um sinal às filhas, depois de alimentar a lanterna com uma carga extra de azeite, foi com elas para a plataforma. Aí muniram-se de uma segunda luminária e estenderam sobre o piso os edredons que serviam de cama. Depois, em pé, entoaram o *Ouve, Israel*, uma das orações obrigatórias, acomodando-se em seguida com os pés em direção às brasas que começavam a apagar-se no pequeno fogão de ladrilho refratário.

E caiu o silêncio, apenas quebrado por algumas das quase esgotadas goteiras e o distante e apagado troar dos cúmulos-nimbos, rumo ao Jordão.

Dei uma vista de olhos ao meu redor. Jacó, acomodado sobre a pedra, dormia com uma respiração ritmada e saudável. O criado, junto ao alto degrau da entrada, feito um novelo, conservava a

postura inicial. Não sei exatamente por que mas me senti intranquilo. Aparentemente não havia motivo. No exterior tudo era quietude, rompida a momentos pelos lastimosos miados da gataria no cio.

Atribuí a incômoda sensação à solidão, que uma vez mais me acompanhava. Em tais momentos, longe de meu irmão, via-me assaltado por uma singular tristeza que me custava combater. Apesar da intensidade e dureza da missão – quase sem trégua e sem tomar fôlego – eu, para não falar de Eliseu, tive de suportar difíceis períodos de obrigatória espera e inatividade nos quais a memória do nosso verdadeiro “presente” (o século XX) fundia-se com o “agora” do século I, provocando um turbilhão mental de difícil acomodação.

Buscando sacudir aquela ameaça e o sono que já afetava meu organismo, optei por erguer-me. Um pouco de movimento me faria bem.

Apanhei uma lanterna, com o máximo sigilo, e cheguei até a porta da abandonada oficina em que o jovem Mestre trabalhava como carpinteiro.

A pálida luz revelou muito pouco do estreito quartinho. E mais uma vez me emocionei diante do banco de 80 centímetros de altura com os pés em “V” invertido. Passei as pontas dos dedos sobre a pequena plaina de duas asas e por alguns instantes permaneci absorto, recreando-me com a imagem de um Jesus alegre e suarento, aplainando a madeira e falando com ela.

Tudo continuava igual. As ferramentas, empoeiradas, pendiam dos tabiques. As teias de aranha estavam por todos os cantos e por toda parte se viam cabos para enxada, paus de nora para cavalos e arados simples e leves, tudo ainda por acabar.

O chão, forrado de serragem e aparas frisadas, rangia suavemente sob as minhas sandálias. Retirei a viga que escorava a porta e, abrindo devagarinho a folha que comunicava com o curral, saí para a noite timidamente.

O frescor e um aroma penetrante de terra molhada me estimularam momentaneamente.

A frente borrascosa se havia afastado, deixando no negro e transparente firmamento uma esteira de estrelas que tremeluziam raivosas. Vênus e Júpiter, muito próximos entre si, quase em conjunção, brilhavam como faróis a 20 ou 22 graus sobre o horizonte oriental.

Foi como um pressentimento. Como se as enfurecidas “chispas” do planeta Vênus – o astro mais brilhante naquela noite – quisessem advertir-me. Mas como imaginar o que ia ocorrer?

A escuridão era completa. À minha esquerda, no muro do fundo, arrulhavam inquietas as pombas sobreviventes. Mas também não soube “ler” a advertência.

Temendo tropeçar nos tantos utensílios e trastes velhos que se empilhavam no desordenado pátio, decidi suspender o passeio e voltar para dentro. Devolvi a lanterna ao seu lugar na mesa de pedra e lentamente fui recostar-me na parede da fachada, a um passo do criado, que dormia.

As goteiras haviam cessado. E por espaço de alguns minutos – poucos – aquela espécie de “aviso” continuou vibrando em meu interior. Mas eu não soube ou não pude traduzi-lo. O esgotamento me desarmou literalmente e deixei de resistir.

É muito possível que nos achássemos ainda na segunda vigília (a de meia-noite) – aquela em que, como reza o Salmo 130, “a sentinela anseia pela aurora” –, quando, lamentavelmente para todos, o sono me desligou da realidade.

---

1 *Cavalo de Troia 2 e 4*, pp. 373 e 108, respectivamente. (N. de J. J. Benítez)

2 No tratado *abot*, sobre os “pais” ou sábios de Israel, é especificado que Moisés recebeu a Torá – a lei oral – no Sinai, transmitindo-a depois a Josué e este, por sua vez, aos anciãos (*Jos. 24, 31*). E os anciãos passaram-na aos profetas (*Jer. 7, 25*), e estes, finalmente, aos homens da Grande Assembleia: o tribunal de 120 membros que começou a atuar com Esdras, depois do exílio na Babilônia. (N. do Major)

3 Referia-se, talvez, a Simão I, sumo sacerdote que viveu em 280 a.C. Outras fontes falam de Simão II, também sumo sacerdote (200 a.C.). (N. do M.)

4 Para evitar o difícil problema do ar – inimigo dos ultrassons –, os especialistas da Operação Cavalo de Troia idealizaram um sistema capaz de “encarcerar” e guiar os ultrassons, através de um finíssimo “cilindro” ou “tubagem” de luz laser de baixa energia, cujo fluxo de elétrons livres ficara “congelado” no instante de sua emissão. Ao conservar um comprimento de onda superior aos 8 mil angström (0,8 micra), o “tubo” laser continuava mantendo a propriedade essencial do infravermelho, ou seja, só visível com o

uso das lentes de contato ("crótalos"). Dessa forma, as ondas ultrassônicas poderiam deslizar pelo interior do "cilindro" ou "túnel" formado pela "luz sólida ou coerente", podendo ser lançadas a distâncias que oscilavam entre os 5 e 25 metros. (Ver informação sobre o sistema de ultrassons em *Cavalo de Troia 1*, p. 360.)

- 5 A passagem em questão diz assim: "Havia saído com os israelitas (do Egito) o filho de uma mulher israelita e de pai egípcio. Quando o filho da israelita e um homem de Israel brigaram no acampamento, o filho da israelita blasfemou e amaldiçoou o santo Nome, e por isso o levaram para Moisés. Sua mãe chamava-se Salumite, filha de Dribi, da tribo de Dan. Colocaram-no na prisão até a decisão de Moisés, segundo a ordem de Yaveh. Então Yaveh falou a Moisés: 'Faz sair do acampamento o blasfemo; todos que o ouvirem que ponham as mãos sobre sua cabeça, e que o lapide toda a assembleia. E dirás assim aos israelitas: Todo aquele que amaldiçoar o seu Deus levará o seu pecado. Quem blasfemar o nome do Senhor será punido de morte: toda a assembleia o apedrejará. Quer seja estrangeiro ou nativo, se blasfemar o santo Nome, será punido de morte.'" (N. do M.)
- 6 No apaixonante capítulo da escravatura entre os judeus – ao qual espero dedicar minha atenção no futuro –, ao contrário do que acontecia com os romanos, se um escravo conseguisse escapar não poderia ser devolvido ao seu senhor. A Lei assim o protegia, amparada no *Deuteronômio* (23, 15): "Não entregarás ao seu amo o escravo fugitivo que se refugiar em tua casa. Ele ficará contigo, em tua terra, no lugar que tiver escolhido numa de tuas cidades, onde melhor lhe aprouver, e não o molestarás". (N. do M.)

## 28 de abril, sexta-feira (ano 30)

Alguém abordou-me com violência:

– Senhor!

Uma fumaça branca e espessa impediu-me de distinguir com clareza o indivíduo que me havia arrancado de um profundo sono.

– Senhor!

E entre aquela fumaceira, por fim, consegui identificar um Davi que se retorcia num convulsivo ataque de tosse.

– Senhor!

Meus pulmões, cheios de fumaça, reagiram como os do criado, submetendo-me a um suplício extra. Apesar da confusão do momento, lembro-me de que entre as colunas de fumaça pareceu-me ver um oscilante e intenso reflexo avermelhado.

– Senhor, – tornou o ancião –, a porta!...

E tateando e curvando-se a cada acesso de tosse, tomou a iniciativa – bendito seja! – e abriu a porta de um golpe. A fumaça, como um ser vivo, alongou-se na direção da noite, retorcendo-se no umbral da porta. E uma golfada de ar puro envolveu-nos.

Aos tropeções, esquecendo até o cajado, precipitei-me atrás de Davi, tentando chegar ao exterior como um possesso. Só consegui reagir um segundo depois. E o fiz primeiro com perplexidade, depois com vergonha.

A família!

Indignado comigo mesmo, precipitei-me porta afora, espantando com as mãos os rolos de fumaça. Sufocado pelos repetidos ataques de tosse, procurei ao meu redor, tentando em vão ajudar Maria e os seus. Com os gritos do criado, e diante da sufocante fumaça, mulheres e homens já haviam saído.

Por sorte, a fumaça diminuía ao ser sugada pela corrente de ar. De início não me dera conta do porquê daquela intensa e salvadora

corrente. Também como o poderia, em meio a tão grande loucura? O que importava era que o cômodo principal começara a ser evacuado.

Antes que conseguissem coordenar um único pensamento, o pedreiro, Ruth e Míriam haviam olhado para a entrada da carpintaria, encoberta por uma coluna de fumaça, visto chamas e dado o alarme:

– Fogo!

E a família enlouqueceu.

Os alaridos desesperados das mulheres confundiram ainda mais os homens. A tosse foi invadindo gargantas e multiplicando o caos.

A Senhora, equilibrada à borda da plataforma, mandou que os filhos saíssem para buscar socorro, mas ninguém a escutava. Ruth, tomada de um ataque histérico, havia voltado e subido na mesa de pedra. Sua falta de controle levou-a a pisotear sobre a mesa e acabar por derrubar a lamparina. Chama e azeite caíram sobre uma das esteiras de palha que forravam o chão, incendiando-a.

Míriam, gritando ainda mais, passou a insultar a irmã desajeitada e, em uma arriscada tentativa de apagar o fogo, correu para pisá-lo. Mas os pés descalços logo acusaram as queimaduras e, coxeando, saiu de costas e deu um encontrão com um não menos assustado Zebedeu. Caíram os dois entre maldições e lamentos, por cima das ânforas.

Em meio àquela confusão, Jacó, recobrando um mínimo de serenidade, fez-se ouvir aos gritos e ordenou que o ajudassem com os cântaros. E saltando por cima do que encontrava pelo caminho aproximou-se das ânforas, empurrou sua esposa e João, tirou o manto e destampou o recipiente mais bojud.

Durante um tempo, só se ouviam suas ordens e suas imprecações ao pedir os cântaros.

Davi, recém-saído de seu assombro, foi o primeiro a reagir, e o fez à sua maneira, com inteligência. Recolheu as vasilhas espalhadas pelo piso, que haviam servido para aparar a água da chuva, e jogou o líquido sobre a crepitante cortina de fogo.

A precisa intervenção do criado reverteu a situação. Míriam refez-se e imitou Davi. O Zebedeu, por sua vez, movido pelo instinto

de sobrevivência, juntou-se a Jacó, dando-lhe tudo que pudesse aparar água.

O pedreiro, frenético, animando-se e entusiasmando as pessoas, foi enchendo gamelas, pratos, cântaros e jarras com o que tinha nas mãos: a reserva do vinho. E por meio da corrente formada pelo resto do grupo, o espesso líquido foi derramado nas chamas, que lentamente se apagaram.

Somente Ruth, a Senhora e quem isto escreve mantiveram-se à margem dos acontecimentos. A primeira, paralisada pelo horror. A segunda, porque ao descer a escada para colaborar na ação conjunta perdeu o equilíbrio – provavelmente por causa de seu frágil joelho –, caiu de bruços e bateu o rosto contra a borda da mesa de pedra. Mas só nos daríamos conta desse acidente mais tarde, quando já estava recuperada. A boa mulher, para não chamar a atenção para si, guardou silêncio e esperou, sem que a víssemos, meio caída e banhada em sangue.

Quanto a este explorador, as razões foram muito diferentes. Ainda que minha reação imediata tivesse sido seguir o exemplo do criado, no último instante detive-me. E assim o fiz por causa do odioso código da “não-intervenção” do Cavalo de Troia. O férreo treinamento se impôs uma vez mais. Muito a contragosto não podia agir. O incêndio, avivado pelo colchão de serragem, as aparas e as madeiras secas armazenadas na oficina, recobrou forças, afetando de modo dramático o local. Eu não devia mover um músculo sequer. No meu íntimo, senti-me desolado.

Nessa ocasião, entretanto, meu comportamento anormal não provocou “efeitos secundários”. A própria confusão daqueles que ali estavam me protegeu perfeitamente, camuflando meu aparente e inconcebível desinteresse. E quando, graças à água e ao vinho, as chamas cederam, só então – unindo-me aos gritos e aos gemidos e evitando a fila formada pelas pessoas –, joguei sobre o rescaldo e os estalidos das madeiras o “ar” de algumas gamelas... previamente esvaziadas.

Como disse, para a sorte deste explorador, a simulação passou sem ser percebida e, uma vez superada a ameaça, suarento e

igualmente desiludido, deixei-me cair junto aos desolados proprietários do lugar.

Durante alguns minutos somente se ouviram as já enfraquecidas lamúrias do “pequeno esquilo” e a agitada e descontrolada respiração do grupo. Como pude ter sido tão desatento a ponto de não reparar no estranho silêncio da Senhora? Possivelmente meus pensamentos tivessem sido travados por aquela enervante realidade que tinha diante de mim.

Que havia acontecido? Como fora possível que aquela oficina tão querida tivesse pegado fogo?

Na hora lembrei-me do inquieto arrulhar das pombas e daquele inexplicável pressentimento. Alguém, quase com certeza – algo me diz –, aproveitando-se da noite, passou pela casa, esgueirou-se até o curral e consumou o atentado.

Faltou pouco para falar-lhes das minhas suspeitas, mas, entendendo que me faltavam provas e não querendo piorar o já quase nulo ânimo da família, optei pelo silêncio. Então me levantei e fui até a fumegante oficina.

Um raiva malcontida acompanhou-me naquela inspeção.

As chamas haviam reduzido a cinzas um dos poucos vestígios físicos e tangíveis da passagem do Mestre por este mundo. O Destino – ou quem fosse – parecia especialmente interessado em apagar todas as pegadas materiais do Filho do Homem. Primeiro seu corpo, misteriosamente volatilizado no sepulcro. E agora, os trabalhos em madeira e as tantas ferramentas que usava como entalhador...

Na ocasião, sinceramente, não entendi. Mais tarde, graças à magia da volta no tempo, durante o terceiro “salto”, o próprio Jesus me faria ver o porquê de tudo aquilo. E soube que “nada é casual”.

Ensimesmado diante do triste espetáculo, não percebi a aproximação de Jacó. O pedreiro, num gesto nobre, mas interpretando mal a verdadeira razão de minha presença ali, suplicou que perdoasse sua atitude equivocada no abrigo do saduceu.

– Sei quanto amavas o Mestre – concluiu com a voz embargada – e o que significa para ti a perda desta sagrada lembrança.



E baixando os olhos, depois de reiterar seu pedido de perdão, acrescentou:

– Obrigado por tua ajuda...

Mas um grito tirou-nos dali. E o que vi fez-me temer o pior. Míriam, ajoelhada junto a mãe, gemia e gesticulava, chamando por Jacó. A Senhora, estendida sobre as esteiras, parecia desmaiada ou morta.

João, Davi e Ruth, igualmente sobressaltados diante da imobilidade de Maria, correram para junto de Míriam e rodearam a Senhora. O “pequeno esquilo”, tomando a mãe pelos ombros, tratou de levantá-la. Mas ao descobrir o sangue que escorria pelo rosto, pescoço e peito, já com pouca resistência, caiu sem sentidos.

O pedreiro abriu caminho como pôde e ficou atarantado diante da cena e das ensurdecedoras lamúrias de sua mulher. A voz, os sentidos e a ação ficaram definitivamente bloqueados.

Não sei de onde tirei a serenidade. Mas, fazendo ouvidos moucos à justificada histeria de Míriam, afastei-a sem muita consideração, ordenando a Davi que me assistisse com a lamparina. Com o coração apertado, apressei-me a examinar a amiga querida e confidente.

A primeira impressão estava errada. Maria estava viva, ainda que seu pulso estivesse fraco. E quando já me dispunha a procurar a possível causa da hemorragia, o Zebedeu, em pé às minhas costas, evidentemente recuperado, explodiu num chorrilho de imprecações impublicáveis contra mim. Vou mencionar somente as mais suaves:

– Não te atrevas a tocá-la, bastardo imundo!... Filho do pecado, afasta-te!...

O criado olhou-o sem nada entender. E quem isto escreve, rangendo os dentes de indignação, fingiu não haver escutado. Quem ouviu, sim, o feroz ataque do discípulo “amado” foi Jacó. Que saindo de seu estupor enfrentou o Zebedeu, empurrando-o contra a parede e jurando por tudo que lhe era sagrado que o partiria ao meio se voltasse a abrir sua boca pestilenta. Depois, voltando para junto da ensandecida Míriam, friamente deu-lhe um tapa no rosto. E a tranquilidade pareceu restabelecer-se naquela mulher até então

aflita. Em meio a um doloroso silêncio, o pedreiro levantou sua mulher, abraçou-a com ternura, pedindo-lhe que se acalmasse.

Maria, pelo que pude ver, apresentava um talho pouco profundo, junto do septo nasal. O golpe, porém, produziu uma enorme hemorragia interna, e isso foi o que alarmou a família.

A princípio, à luz da lamparina, não observei nenhuma deformação na pirâmide nasal. Com o máximo cuidado iniciei uma lenta e progressiva apalpação. Não houve reação, o que me deixou animado. A ausência de dor, especialmente no septo, fez-me pensar que não existia fratura. Tampouco pude observar hematoma na região nem enfisema subcutâneo. Em resumo, o impacto fora mais espetacular do que danoso.

Miriam, entre soluços, aproximou-se deste recomposto explorador e me interrogou num fio de voz. Sorri, tranquilizando-a, e seus enormes olhos verdes me envolveram.

Os passos seguintes – os únicos possíveis – foram igualmente simples. Pedi água fervida e, desamarrando o lenço que me cobria a testa – segurando entre os lábios o denário –, fiz uma minuciosa limpeza da ferida e dos coágulos. Naquele instante não me dei conta da transcendência do significado daquele sangue recolhido nas pontas do tecido.

Ao contato com a umidade, a Senhora abriu os olhos e observou as expressões angustiadas dos que a rodeavam. Depois, cerrando-os novamente, suspirou relaxada.

Jacó e sua mulher foram prestar assistência à esquecida Ruth e a reanimaram. O Zebedeu, encolhido entre os cântaros, não deixava de me observar. Seus olhos negros destilavam um brilho pouco tranquilizante. Ignorei-o.

O “pequeno esquilo”, depois de repetir mil vezes que se sentia perfeitamente bem, não me permitiu que eu continuasse a atender sua mãe. Colocou a cabeça da Senhora em seu regaço e, terna e solícita, prosseguiu ela mesma os curativos.

Mais ou menos às quatro da manhã (na vigília do “canto do galo”), Jacó saiu correndo até a casa de Tiago. E este explorador, acabrunhado e em silêncio, saiu pela porta da entrada, precisando de algumas golfadas de ar puro e um pouco de paz. A noite

continuava profusamente enfeitada de estrelas, e a aldeia, a duas horas do amanhecer, pareceu-me irritantemente insensível à tragédia daquele lar. Como é possível que os vizinhos não tivessem escutado os gritos da família? Ou será que ouviram?

Um sussurro distraiu minha atenção, afastando meus pensamentos daquele dilema. Davi, na entrada da casa, chamava-me com urgência. Aproximei-me alarmado. Que nova desgraça teria desabado sobre nós? Apontava a face exterior da porta e aí pude comprovar minhas suspeitas. Quando aproximou a lamparina meu coração deu um salto. O incêndio da carpintaria não fora obra do acaso.

No meio da porta pendia uma bolsinha presa por uma adaga, e logo abaixo, numa escrita com cal, lia-se "*aboda-zara*" (idolatria). Nem o criado nem eu havíamos reparado naquele aviso – porque era disso que se tratava –, quando, semiasfixiados, corremos para fora.

De repente, ao examinar a arma com mais atenção, pensei ter reconhecido a bolsinha emborrachada. Mas não tive oportunidade de tirá-la dali, pois logo chegaram Tiago, Jacó e Rebeca. Os homens, agitados, ficaram alguns segundos junto de Davi e deste atônito explorador. As mulheres, ainda mais assustadas, correram para dentro da casa como um raio.

Tiago e seu cunhado observavam o aviso com incredulidade. Depois de um instante de hesitação, maldizendo Ismael, o pedreiro arrancou a adaga e atirou-a com fúria na escuridão. Apressei-me a recolher a bolsinha que havia caído e verifiquei que, de fato, se tratava da bolsa emborrachada que me pertencia e desaparecera. Nervoso, sabendo de antemão que a revista seria inútil, abri-a. Não havia nem sinal das "*crótalos*", nem das moedas, nem do salvo-conduto de Pôncio... À maldição de Jacó acrescentei mais uma.

Mas as coisas estavam malparadas mesmo, e não valia a pena lamentar-me. Assim, esfarelado a borracha da bolsinha, fui reunir-me ao clã.

As mulheres formavam um círculo de cochichos em torno da Senhora. Tiago, informado de tudo por Jacó, permaneceu algum tempo junto de sua mãe. Em seguida, acompanhado o tempo todo pelo cunhado, entrou na oficina. E eu com eles.

Atônito, o então filho mais velho foi inspecionando a área do sinistro. Circunspecto, mordendo os lábios, não fez comentários. Com os olhos foi percorrendo os restos calcinados do banco, as ferramentas retorcidas e inutilizadas, as paredes enegrecidas e o teto, praticamente ruído. Depois de tudo – pensei – a família ainda podia considerar-se com sorte, pois caso as chamas não fossem apagadas logo poderia ter perdido absolutamente tudo.

Tiago, olhando atentamente a porta inutilizada que separava o lugar do pátio de trás, deu uns passos na sua direção para observá-la melhor. Estava aberta, encostada no tabique no qual se encaixava. A folha fora escorada com uma viga, e eu mesmo, depois do curto passeio dessa noite, a havia recolocado em seu lugar. Parecia evidente que alguém a tirara dali. Adivinhando meus pensamentos, o galileu concentrou seu exame nas dobradiças.

– Malditos!

O cerco foi-se estreitando. As dobradiças, de fato, pareciam ter sido arrancadas dos batentes. Comecei a intuir o porquê da providencial golfada de ar que fez com que a fumaça fosse reduzida.

Tiago, dando meia-volta, pôs-se a remexer nas cinzas com a ponta da sandália esquerda. Que estaria procurando? De repente, resvalou em alguma coisa e abaixou-se. Sem pressa, desenterrou algo que parecia um pedaço de argila e cheirou-o algumas vezes. Finalmente, olhando para seus intrigados amigos, anunciou com amargura:

– Asfalto.

Minhas suspeitas foram confirmadas. O intruso ou intrusos, depois de arrombar a porta, jogaram uma porção daquela substância betuminosa – provavelmente o chamado betume da Judeia –, ateando-lhe fogo.

Quanto à autoria do atentado, estava bem clara. O “aviso” na porta de entrada, com minha bolsinha, providencialmente “desaparecida” na casa do saduceu, sinalizava com precisão na direção do vingativo sacerdote.

Ninguém, no entanto, se manifestou. Tiago, mais abatido ainda que Jacó e eu, dispôs-se a enfrentar uma situação delicada.

Sua mulher, Esta, com eficiência e autodomínio admiráveis, ocupou-se de Míriam. Até aquele momento, nenhum dos presentes, nem mesmo Esta, se havia dado conta de suas queimaduras. As chamas, pelo que pude observar, haviam somente lesado a camada superficial da epiderme. As plantas dos pés apresentavam queimaduras de primeiro grau (0,5, de acordo com a regra “dos 9”, de Walesca). Doloridas, mas sem gravidade.

Uma vez tratadas com água fria, Esta passou a untá-las com um unguento oleoso que – segundo as suas explicações – continha um extrato de uma planta malvácea (*Althaea officinalis*), de raiz forte e amarelada, que nasce em solo rico em salitre e que a Senhora, excelente conhecedora de medicina natural, procurava sempre ter por perto. Não me surpreendeu, pois já havia testemunhado essa habilidade de Maria quando cruzamos o *wadi* Hamâm. A tal planta era excelente como calmante para as membranas mucosas e como emoliente ou relaxante de regiões inflamadas.

Quanto à Senhora, atendida a todo instante por Ruth e Rebeca, parecia estar mais sossegada. Concluídos os primeiros socorros em Míriam, as mulheres, depois de uma confabulação, decidiram dar a Maria uma beberagem que apressaria a cicatrização da ferida. Fiquei alarmado, e, levado pela curiosidade, acompanhei a tranquila Esta até a despensa que ficava na cozinha-dormitório.

Colocou dois punhados de umas folhas verdes e brilhantes no caldeirão de água que já estava fervendo no fogão. E antes que me atrevesse a perguntar, e já suspeitando de minhas intenções, esclareceu a dúvida que me intranquilizava.

Estava enganado, não era o que eu pensara. Aquelas folhas compridas e de nervuras irregulares eram de uma sanícula, outra planta medicinal rica em saponina, tanino e alantoína, muito abundante nos solos onde nascem carvalhos e faias.

Eu estava confuso porque, na realidade, a poção não seria para beber, mas para ser aplicada em compressas na região ferida, por seus efeitos anti-inflamatórios. Esta deve ter captado minha surpresa, pois deu-me um largo sorriso. Deixou a infusão repousar e depois aplicou as compressas no rosto de sua sogra.

A hora havia chegado, e Tiago, aproximando-se do grupo, disse-lhes o que se segue:

– Escutai-me todos...

Seu tom de voz, num misto de dor e raiva, não admitia contestação.

– Por conselho de mãe Maria tomamos a decisão de deixar o assunto de nossa permanência em Nazaré nas mãos do Pai. Ele nos mostraria sua vontade...

A maioria dos presentes, adiantando-se às palavras de Tiago, baixara os olhos, rendida diante da evidência. A Senhora, com a cabeça reclinada no colo do “pequeno esquilo”, não quis ou não pôde contestar. Seu filho estava coberto de razão.

– Entendo – continuou ele enfaticamente – que o Pai foi bastante claro. Não devemos continuar na aldeia. O que ocorreu aqui, esta noite, é uma viva manifestação de sua vontade...

Surpreendido diante de sua própria segurança, hesitou por alguns instantes. Refazendo-se, deixou-se levar pelo que lhe ditava seu coração e o senso comum.

– Não convém, não é bom nem para nós nem para a obra iniciada por nosso Irmão, que permaneçamos em Nazaré. Pessoalmente assumo esta responsabilidade e vos peço que compreendais e me ajudeis.

Dirigindo o olhar para o teto – imitando o gesto de sua mãe e o corajoso pronunciamento da noite anterior – reforçou suas palavras:

– Neste difícil momento creio interpretar, e interpretar bem, o desejo de nosso Pai Celestial.

Pouco mais pôde acrescentar. Evidentemente, a situação havia entrado numa fase insustentável e irreversível que aconselhava ceder com astúcia e inteligência. Se resistisse, a hostilidade do chefe do conselho local e dos inimigos do Mestre poderia desencadear males ainda maiores.

De comum acordo, Tiago e Jacó traçaram um plano que deveria ser executado sem demora: ao amanhecer, reunidas as provisões e pertences imprescindíveis, todos – à exceção de Míriam, Esta, Rebeca, o pedreiro e os filhos de ambos os casais – partiriam para

Caná. O grupo chefiado por Jacó iria na direção de Séforis, onde permaneceria sob a proteção da casa de Rebeca.

Não houve oposição. O Zebedeu continuou encerrado em seu mutismo e Davi, por sua vez, expressou sua gratidão diante da bondade e generosidade de família, que lhe permitia seguir junto e compartilhar a mesma sorte. Da parte deste explorador, devo dizer que a prudente decisão tranquilizou-me. Em boa medida pelo fato de não ter de viajar até o lago só com o recalcitrante João Zebedeu.

E com a aurora – às 5h30 –, a primeira das expedições, apressada pelo inquieto Jacó, desapareceria rumo ao cume do Nebi, encurtando assim o caminho para a vizinha Séforis.

Ninguém se lamentou, ninguém disse uma palavra em tom mais alto. Ninguém se despediu. E o segundo grupo, depois de trancar as portas da casa, a um sinal de Tiago, pôs-se a caminho, às pressas, pela solitária “rua norte”, cheia de lama, na direção das “portas” de Nazaré.

Como Maria estivesse impossibilitada de caminhar com segurança e presteza, seus filhos lhe prepararam uma padiola. Ainda que não fosse perfeita, a Senhora pôde viajar com relativa comodidade. Os homens, salvo o Zebedeu, nos revezamos no transporte das cargas, colocadas numa espécie de maca. Por um tempo – até alcançarmos o que batizei como a cota “511” –, a responsabilidade pelo transporte coube a Tiago, secundado por Davi. Ambos levavam às costas mochilas de couro com as viandas e as roupas que haviam sido selecionadas pelas mulheres. Ruth, assim como João, fora liberada de toda carga e só trazia presa ao cinto uma pequena sacola com uma jarrinha de vidro com o extrato de sanícula, junto com uma providencial reserva de lenços de linho.

E este explorador, como se tratasse de uma maldição, voltou a responsabilizar-se pelo incômodo porém necessário odre de água e vinagre. O volume, de uns 20 *log* (por volta de 15 litros), era suficiente para abastecer os seis viajantes durante as quase duas horas que, em princípio, nos separavam de Caná.

O caminho por entre os casebres, agora pintalgados de cor laranja pelo amanhecer, surpreendeu-me. O familiar e monótono ruído da moenda do grão já escapava pelas portas entreabertas.

Entretanto, não sei se por medo ou indiferença, nenhum dos vizinhos saiu ao nosso encontro. Ninguém teve coragem de aparecer. Ainda que eu não tenha visto um único rosto na penumbra das janelas, sabia que a precipitada saída de Maria e os seus estava sendo vista. E insisto: é injusto que os evangelistas tenham silenciado sobre esse penoso acontecimento. Por que não mencionaram a destruição da carpintaria do Mestre? Por que não falaram daquela letal oposição de boa parte de Nazaré à família do Ressuscitado? E instintivamente pus minha atenção em João Zebedeu. Caminhava com lentidão, mas notavelmente recuperado de seu recente trauma. Como creio haver narrado em outras oportunidades, a incorrigível vaidade desse íntimo de Jesus o acompanharia pelo resto de sua vida. E mais, apostaria o pouco tempo que me resta de vida, como essa lamentável “desinformação” teve muito que ver com esse afã de ocultar as passagens nas quais sua imagem não aparecia exatamente digna. Mas esse vício não foi exclusivo do “filho do trovão”. Mais adiante teria eu ocasião de presenciar outros acontecimentos – de maior e menor importância –, que também não seriam relatados ou foram intencionalmente deformados pelos próprios apóstolos.<sup>7</sup>

Ao passarmos pela fonte, ao ver um madrugador que, cercado de matronas, se apressava a encher-lhes os cântaros de água, Ruth cobriu a cabeça com um manto negro que lhe ocultava o rosto. E apertou o passo até chegar atrás da Senhora. Risadinhas maldosas e mal contidas enfureceram o Zebedeu, que as desafiou com o olhar. Tiago, porém, com um simples gesto de cabeça, forçou-os a recomeçar a marcha.

Pouco a pouco a exuberante várzea entre rosadas colinas foi ficando para trás. O céu, azul e cristalino, pressagiava uma jornada sem sobressaltos.

Meus olhos e meu coração despediram-se com pesar do altivo palmeiral que punha ordem no poeirento caminho de acesso à aldeia.

Quando para ali regressaria? Impossível sabê-lo naquele doloroso momento. E deixando dominar-me por uma singular emoção – às vezes suave e nostálgica, outras vezes rancorosa –,



detive-me por alguns instantes para me apropriar da imagem daquela Nazaré branca, arisca e incrustada nos contrafortes do Nebi Sa'ín. Uma fumaça virgem e indefesa fugia – assim como nós – da aldeia, formando finas e fugidias colunas sobre os terraços e despedindo-se de nós à sua maneira. E ao longe, além dos vinhedos e oliveiras, alheios a tudo, os bosques de nogueiras e alfarrobeiras coloriam o horizonte com um severo tom de verde. Prometi a mim mesmo que contaria tudo quanto havia vivido e conhecido entre aqueles ingratos e indiferentes *notzrim* (nazarenos).

Depois de vencido o primeiro aclave, ao conquistar a cota "511", o grupo descansou. O Zebedeu alcançou os que levavam a padiola e, por breves instantes, vi-os conversar. Pareciam referir-se ao abrupto caminho que devia conduzir-nos pelos próximos quatro quilômetros e que desembocava no desfiladeiro dos leprosos. E a lembrança do incidente em Ein Mahil intranquilizou-me.

Segundo o combinado, substituí o criado no transporte da Senhora. Acomodei a "vara de Moisés" junto a Maria e, refeitas as forças, atacamos o segundo lance. Ainda que o peso não fosse excessivo, o íngreme terreno – em permanente e pronunciado declive –, unido à espessa e fechada vegetação, converteram a caminhada numa tortura.

Maria, sem queixar-se, teve de suportar alguns solavancos por conta da trilha pedregosa, mas também como consequência – na maioria dos casos – de minha proverbial tontice.

A uma hora, mais ou menos, de caminhadas, arquejantes e suados, entramos em uma garganta de altas encostas, hoje conhecida por Ein Mahil e que então constituía o forçoso refúgio dos leprosos da região.

E como acontecera no caminho de ida, ao olhar o desfiladeiro homens e mulheres tiveram um estremecimento. Ninguém falou, mas os olhares esquadriharam desconfiados os 400 ou 500 metros que nos separavam do extremo do silencioso barranco. Tiago, em voz baixa, preveniu-nos. Era necessário atravessá-lo em sigilo e o mais rápido possível.

Nunca cheguei a me acostumar àquele ancestral e irracional terror que demonstram as pessoas – de todas as classes e condições

sociais – em relação a uns desafortunados que, como aqueles, sobreviviam em cavernas, minas abandonadas e distantes bosques ou pântanos. Exatamente por isso, ao comprovar que o Mestre se havia aproximado desses infelizes inúmeras vezes, minha admiração pelo rabi da Galileia não teve limites. Mas destes emocionantes acontecimentos me ocuparei no momento certo.

Levantei os olhos na direção do agreste e das escarpas verticais, mas só o que me chamou a atenção foi a quietude das moitas de *ezov* (o hissopo sírio) e os esparsos terebintos. As entradas das galerias – habituais refúgios desses “impuros” – também me pareciam tranquilas.

A um sinal de Tiago, o medroso grupo iniciou a marcha acelerada por aquela acidentada e estreita passagem. O Zebedeu, enrolado em sua capa, provavelmente com mais ansiedade e medo que os outros, tomou a dianteira sem olhar para trás.

Davi, segurando firmemente a mão de Ruth, manteve-se à nossa esquerda, no mesmo e difícil ritmo dos que levavam a carga. De repente, as arestas calcárias que sulcavam o fundo da garganta transformaram-se em obstáculo. E aconteceu o que parecia inevitável.

Em pleno esforço, com a respiração descompassada, Tiago pisou em falso e caiu sobre os traiçoeiros sulcos. E macas, mulher e grego – nesta ordem – caíram em cascata.

Preocupados, o criado e o “pequeno esquilo” retrocederam imediatamente, na tentativa de ajudá-los. Por sorte, Tiago se recuperou na mesma velocidade em que caíra. Em princípio, tudo não passara de um grande susto. Examinou o estado de sua mãe e perguntou-me como me sentia. Empunhei de novo as extremidades das varas e respondi que me sentia muito bem-disposto.

Retomamos a caminhada, ao mesmo tempo em que escutávamos às nossas costas os primeiros e indignados *ame* (impuros) e os impactos de uma súbita saraivada de pedras. Minutos depois, com o coração na boca e um vergonhoso medo – reconheço-o – que maculou minha suposta dignidade, deixamos para trás a garganta rochosa, refugiando-nos entre os muitos terebintos centenários, com suas cascas aromáticas e reluzentes.

Mas os dissabores do grupo não haviam terminado. Sinceramente, não sei o que foi pior: se a marcha acelerada pelo desfiladeiro ou a conduta do impaciente e irritado Zebedeu. Num primeiro momento, não me havia dado conta da atitude agressiva do discípulo. Para mim era algo habitual.

E enquanto Ruth assistia a Senhora, aproveitando o descanso para aplicar-lhe novas compressas, João, premido pela sede, não teve remédio senão dirigir-se a mim, pedindo o odre de água com um timbre acre que – a julgar pelas expressões – não agradou a ninguém.

Atendi à sua solicitação, mas, ao soltar o odre que eu trazia dependurado às costas, observei desolado que a quase totalidade do líquido havia desaparecido. Examinei o fecho de madeira e vi que não estava fechado. Deduzi que o fecho pudesse ter-se soltado em algum dos acidentes, na descida para o Ein Mahil.

Tiago e Davi, atentos aos meus movimentos, souberam reagir com cavalheirismo, tratando de me sossegar, argumentando que “aquilo poderia ocorrer a qualquer um”. Além do mais, nos achávamos a um quilômetro ou menos do caudaloso manancial que abastecia Caná. Mas, contrariado por tão imperdoável estupidez, apressei-me a cortar o fio de água que escapava diante de meus atônitos olhos.

– Maldito idólatra!

Não consegui nem tocar na boca do velho odre de pele de cabra. O Zebedeu, num acesso de cólera, arrancou-o de minhas mãos, destilando o veneno que havia acumulado.

– Somente trouxeste a desgraça para esta família!

Tiago apressou-se a intervir, mas apesar de suas sensatas e pacificadoras palavras, o ódio do discípulo me desafiava como uma víbora. E assistimos pasmados – eu mais do que os outros – a um ataque brutal e desarrazoado.

João, fora de si, com as artérias do pescoço infladas e chispas de violência saindo-lhe pelos olhos, vez por outra se erguia nas pontas dos pés e, por sobre os ombros de Tiago, gritava toda a sorte de impropérios contra este “pagão, filho da abominação”.

O chefe da família fazia desesperados esforços para contê-lo, agarrando com ímpeto aquele feixe de nervos. Mas o Zebedeu, disposto a falar o que lhe estava atravessado na garganta, e tomando meu forçoso silêncio como sinal de desprezo, arrematou suas injúrias com uma pergunta que me pegou desprevenido e anuviou ainda mais o semblante das envergonhadas e desconcertadas testemunhas.

– Será que acreditas que a adaga e tua suja bolsa na porta não são a prova do que afirmo?

Tiago tentou silenciá-lo tapando-lhe a boca com uma das mãos, mas foi inútil. O Zebedeu, agitando-se como um bambu, conseguiu safar-se e concluir suas acusações:

– Idolatria! Acusam-nos de idolatria por tua causa!

*“Aboda-zara.”*

E a lembrança daqueles dizeres me confundiu de vez. Do que estava falando? Tiago, visivelmente entediado, tentou pôr um fim naquela tão pouco edificante cena, fazendo o possível e o impossível. Sem mais uma palavra, desferiu uma tremenda cabeçada na testa do apoplético discípulo. E o neurótico desabou, inconsciente.

Durante alguns minutos – compridíssimos para mim –, o embaraçoso silêncio só foi quebrado pelo distante canto das andorinhas e o eco dos enfurecidos gritos em meu cérebro. Que será que ele quis dizer? Em seus ataques, naquele emaranhado de insultos e acusações desarrazoadas, acreditei detectar algo muito concreto e preciso. Que tinha que ver este grego – pagão, claro – com a acusação de idolatria? Que estavam me escondendo? Por que minha bolsa, com efeito, fazia parte do “aviso”? Comecei a suspeitar de que algo havia escapado de meu controle.

As vertiginosas reflexões cessaram diante da proximidade de um Tiago visivelmente alterado. Não o culpo. A inesperada explosão de Zebedeu foi a gota d’água para sua paciência.

Observou-me nervoso. Esquivou-se ao meu olhar inquisidor e desculpou-se secamente em nome do discípulo e da família. Tentei esclarecer a grave acusação, mas o galileu, sem esconder o enfado

que lhe produzia aquela triste história, saiu-se com um “esquece tudo”.

Dando meia-volta, apanhou o odre e esvaziou-o com violência sobre o rosto do descomposto João. O aturdido discípulo, voltando a si com dificuldade, lançou um mudo olhar de reprovação aos que o rodeavam, afastando-se pelo caminho que conduzia a Caná.

Não houve perguntas nem comentários. Davi ocupou meu posto e a silenciosa comitiva reencetou a marcha. E aquele quilômetro de subida até o depósito de água que abastecia a povoação de Meir, o *rofé* das rosas, foi um dos trechos mais penosos para quem isto escreve, na viagem de retorno ao *yam*. Penoso porque minha mente não deixou de lutar, procurando em vão a explicação para as acusações do Zebedeu.

“Idolatria! Acusam-nos de idólatras por tua causa!”

Por mais que buscasse na memória não consegui resolver o mistério. Durante nosso intenso treinamento havíamos tido acesso a uma vasta documentação sobre o tratamento da idolatria por parte da legislação judaica e as relações entre pagãos e israelitas. Nada do que me lembrava parecia encaixar-se nas graves insinuações. Eu, com certeza, em meu papel de “grego da Tessalônica”, era considerado como gentio. Ainda que nem sempre tivesse sido tratado com cortesia por aquele povo, a verdade é que os incidentes originados da minha qualidade de “não-judeu” foram poucos. Como em outros aspectos do cotidiano, as complicadas normas religiosas eram uma coisa e a prática, especialmente entre as pessoas simples e de bom senso, outra muito diferente. Por mais que se esforçassem os doutores da Lei, o emaranhado de disposições rabínicas acabava tão difícil de lembrar como de cumprir.<sup>8</sup>

Outra questão era que alguém – por vingança ou por exagerado zelo religioso – apresentasse uma denúncia por não-cumprimento de algumas dessas sutis e mesquinhas disposições legais. Só a disposição que trata de “*aboda-zara*” (sobre idolatria) reúne 50 normas e proibições.

Vingança? Isso sim encaixava-se com o que ocorrera em Nazaré e com o perfil do saduceu. Mas, admitindo a hipótese, em que podia basear-se? Qual fora o meu “erro”? Em que pude comprometer a

família? “Acusam-nos de idolatria por tua causa!” Por minha causa? Que me lembrasse, durante minha estada na aldeia não acontecera nenhuma compra ou venda entre a família e quem isto escreve. Tampouco era portador de ídolos ou havia incitado alguém a cultos idólatras. Sim, fiquei a sós com os membros do clã. Percorri também o povoado em companhia dos filhos da Senhora. Mas, sinceramente, fatos como aqueles eram frequentes e normais. Ainda mais na liberal Galileia. O próprio sacerdote conversou comigo em várias ocasiões em particular. Não, aquilo estava muito complicado. Nenhum tribunal teria acolhido uma denúncia como aquela.

De repente, me veio à lembrança a cura sem transcendência efetuada em Maria. Segundo o rigoroso código religioso, quando o médico não recebia seus honorários, isso sim podia qualificar-se como uma violação das normas e, portanto, como um pecado de idolatria. Recusei essa possibilidade. O simples exame da ferida e a posterior limpeza somente haviam sido presenciados pelos filhos, o criado e o Zebedeu. Nenhum deles havia feito qualquer denúncia. Ou sim? Quem sabe o vingativo discípulo? Impossível – tratei de tranquilizar-me –, João permanecera sob vigilância o tempo todo.

Fui incapaz de encontrar um argumento que justificasse a acusação de Zebedeu. A atitude esquiva de Tiago, no entanto, parecia dar-lhe razão. Tinha de interrogá-los, tinha de livrar-me daquela mortificante dúvida.

Mergulhado nessas reflexões vi-me de repente na minguada planície localizada na cota “532”, na qual reinava, como grande protagonista, aquele salto d’água de cinco metros. O grupo parou na frente do tanque semicircular para saciar a sede e refrescar-se. E eu fiz mais. Soltei a bandana que segurava o denário de prata junto de minha testa e examinei o hematoma. Havia involuído consideravelmente. E depois de um rápido asseio – não desejando chocar a Senhora – recoloquei a moeda na frente, dando um nó no lenço de linho.

Tiago, mais descontraído, observava de soslaio a operação e chegou a esboçar um sorriso, divertido diante do perfil então ridículo daquele grego. Estive a ponto de abordá-lo, aproveitando-me da favorável conjuntura. Mas a aparição do funcionário responsável pelo

serviço de água de Caná conteve-me. Perguntou-nos se desejávamos incenso, e Tiago, escudando-se no estado de sua mãe, recusou-o. Dessa vez não haveria cerimônia nem oração no altar dos sagrados terebintos.

E o guardião, contrariado pela perda do aluguel do oratório com o incenso e a candeia, afastou-se na direção da cabana de troncos de onde viera, resmungando entre dentes algo sobre aqueles “miseráveis e irreverentes *notzrim*, incapazes de respeitar a tradição de seus superiores”.

Davi e Ruth acomodaram-se junto ao tanque, desfrutando a momentânea paz. Ninguém deu por falta do Zebedeu. Suponho que deram por certo que ele havia seguido para o casarão do velho *rofé* de Caná.

Tiago tirou de sua mochila algumas provisões e repartiu-as: grãos de trigo torrados, bolos de flor de farinha amassada com azeite e uma pitada de hortelã-pimenta, cebolas cruas e um delicioso e aromático mel de alecrim. E o grupo, faminto, deu boa conta do frugal desjejum.

Aquele era o momento. As tensões haviam relaxado e, decidido, perguntei sobre a incógnita que me consumia. No entanto, apesar da delicada prudência e dos encarecidos rogos, voltei a esbarrar no silêncio.

O “pequeno esquilo”, mais disposta, pediu licença ao irmão com um olhar. Mas Tiago, com uma quase imperceptível negativa de cabeça, recusou a solicitação e a boa intenção da mulher. A Senhora, por sua vez, limitou-se a baixar a cabeça, concordando com os demais.

A impenetrável atitude, no fundo, ratificaria minhas suspeitas. Algo grave havia ocorrido em Nazaré. E, vencido, resignei-me esperar uma nova oportunidade.

Mas o criado, silenciosa testemunha de minha inútil tentativa, comovido talvez pelo desalento que endurecia meu semblante, subitamente mobilizou-se. Observei seus movimentos por pura inércia. Uma vez em pé, procurando não ser visto pela família, fez um gesto convidando-me a me juntar a ele. Vi-o afastar-se na direção do verde luminoso que amuralhava a clareira. Deixei que se

embrenhasse no bosque de terebintos e, ao comprovar que se dispunha a urinar, segui seus passos e seu exemplo.

E durante esse prosaico episódio fui informado das chaves daquele enigma. A verdade, uma vez mais, resultou em algo mais simples do que eu imaginara.

Segundo meu companheiro, tudo começou por causa de uma indiscrição da própria Maria. Ao entrar em Nazaré – num desejo humano de compartilhar as experiências na acidentada viagem de volta do *yam* –, a Senhora, entre outras coisas, relatou aos vizinhos o difícil e emocionante parto que assistira por ocasião do encontro com a caravana da Mesopotâmia.<sup>9</sup> E, levada pela alegria e pela inocência, deu-lhes todos os detalhes. E quem sabe por descuido ou por sua própria repulsa pela mentira, narrou os fatos tal e qual aconteceram. Segundo erro. Ao explicar como se vira forçada a substituir o paralisado Jasão, não se deu conta de que, no fim, desencadearia a raiva do Zebedeu: até aí, para os discípulos que nos acompanhavam naquela ocasião (João e Natanael), o único artífice do feliz parto era este grego da Tessalônica. Maria, generosa e prudentemente, soube guardar silêncio sobre minha aparente covardia. Quando João Zebedeu soube do fato, tendo ainda fresco em sua memória o incidente com a *cerastes* (a serpente que atacou Natanael), sua cólera explodiu.

E a narração de Maria – como era de prever – terminou por chegar aos ouvidos do saduceu. Mas, sinceramente, não chegava a compreender. Onde estava o pecado?

– Muito simples – esclareceu Davi. – A Lei é inflexível: uma israelita não deve assistir ao parto de uma gentia porque dessa forma participa do nascimento de um novo idólatra.

Confusão e indignação caminharam juntas. Confusão porque semelhante norma não constava de minhas informações. (Ao voltar ao módulo e consultar o banco de dados do “Papai Noel”, nosso computador, observamos com desolação que de fato a tal disposição não constava do manuscrito de Munique – uma das mais importantes fontes sobre idolatria – e tampouco nos textos de Nápoles. Resumindo, ignorávamos aquele cruel dispositivo religioso.) Lógico – de acordo com as explicações do criado –, os falsos e



hipócritas rabinos autorizavam o contrário, ou seja, a ajuda de uma gentia no parto de uma israelita.

Indignação porque, uma vez mais, o perigoso sacerdote – amparando-se em um preceito que só era respeitado pelos fanáticos – havia buscado única e exclusivamente sua satisfação pessoal. Em outras palavras: sua vingança. E o pior é que se aquela acusação se alastrasse, a Senhora – conforme o estabelecido na Lei mosaica – podia ser castigada com a pena de morte. Cruamente, com a pena por lapidação.<sup>10</sup>

Aí sim compreendi as razões íntimas que levaram Tiago a abandonar a aldeia às pressas. E também percebi com nitidez o porquê do feroz ataque do Zebedeu e a verdadeira dimensão de suas palavras: “Idolatria! Acusam-nos de idolatria por tua causa!”. E até certo ponto estava coberto de razão. O discípulo associou o “pecado” da Senhora com minha negativa em auxiliar a beduína de Murashu, culpando-me definitivamente pelo desastroso acontecimento.

Estranho Destino! Ao ter-me negado a levar adiante o parto acabei por provocar a intervenção de Maria, caindo eu também no delito de idolatria na condição de “indutor”.

Estranho Destino mesmo! O rígido código ético do Cavalo de Troia, como já citei, proibia aos expedicionários qualquer ação que pudesse alterar o curso normal dos acontecimentos. No entanto, essa mesma passividade paradoxalmente havia influído no futuro histórico. Um cruel dilema que obviamente só poderíamos resolver de uma maneira: suspendendo a missão e regressando ao nosso “tempo”.

E outra vez o estranho Destino!

Estávamos autorizados a cancelar a Operação Cavalo de Troia em situações muito específicas. Devíamos retornar no hipotético caso de alguma doença ou acidente grave dos pilotos, ou diante de uma emergência insolúvel nos dispositivos de controle, propulsão ou abastecimento energético do “berço”. Aquele problema, por outro lado, nem sequer fora cogitado pelos responsáveis pela missão. Cientistas e técnicos se deixaram levar pelo entusiasmo diante da fascinante oportunidade, fechando os olhos para o mais importante:

que ignorávamos tudo sobre as possíveis consequências de uma “viagem” tão especial.

O certo é que, com base nesse incidente, Eliseu e eu tomamos plena consciência de nossa delicadíssima presença naquele “agora”. E ainda que tomássemos todas as precauções para manter-nos em um plano – digamos – “neutro”, devo confessar que nem sempre nos saímos tão bem. Verdadeiramente os caminhos de Deus são inescrutáveis.

Desolado, permaneci nos limites do bosque, enquanto o providencial criado voltava para junto do grupo. E uma demolidora tristeza e uma funda gratidão invadiram-me por igual. Aquela gente boa que se dispunha a reencetar a caminhada – consciente da gravidade e do irreversível problema – não havia querido fazer-me partícipe de sua angústia, livrando-me assim de uma preocupação contra a qual, claro, pouco poderia fazer.

E Deus é testemunha. Ali mesmo, no amargo silêncio de meu coração, agradei-lhes. De repente, a tristeza e a gratidão vieram somar-se a um terceiro sentimento. Não sei exatamente como surgiu. Mas fez-se irrefreável. Não me sentia com forças para seguir viagem na companhia de Tiago e os seus. Não podia suportar a ideia de caminhar junto com eles e simular que nada sabia sobre o ocorrido. Qualquer olhar, silêncio ou gesto me teria traído. Além do mais, como agir com naturalidade no curso dos vinte e cinco quilômetros que nos separavam do lago, com um João Zebedeu disposto a massacrar-me à menor oportunidade? A última coisa que eu queria e precisava era um novo embate com o discípulo.

Estava decidido: prosseguiria só. E esse passo seguinte tampouco era fácil. Que poderia eu dizer-lhes?

A intenção de Tiago era descansar um pouco na casa de Meir, seguir viagem nessa mesma manhã para o *yam* e chegar à aldeia de Saidan antes do pôr do sol. Mas que desculpa lhes daria, já que seguíamos todos na mesma direção? Não tinha muito sentido dizer que pretendia ganhar alguns minutos, com isso escusando-me de cumprir a obrigação de entrar na casa do bondoso *rofé* das rosas. Sinceramente, senti-me desarmado. E uma vez mais – lembrando-me do estilo do Mestre – entreguei o caso nas mãos do Destino. Por

essa razão – por que esconder –, eu continuava refugiando-me na palavra “Destino”. Mais adiante, aprenderia a chamar as coisas pelo seu nome...

E o Destino tornou a compadecer-se deste indeciso explorador.

O perspicaz Davi, responsabilizando-se por meu estado de ânimo, substituiu-me no transporte das padiolas com a carga. E os viajantes, carregando os fardos, embrenharam-se no arvoredado incrustado na encosta do terreno, para, mais abaixo, encontrar os altos carvalhos do Tabor.

Depois de alguns instantes de muitas dúvidas optei por segui-los. Se minhas referências não estivessem erradas, estávamos mais ou menos a dois quilômetros de Caná. Algo me viria à mente. A decisão estava tomada. Não voltaria atrás, buscaria uma forma de me despedir e, circundando a cidade, entraria no caminho que conduzia à estrada principal. Mas pouco antes da bifurcação dos dois caminhos, o Destino,<sup>11</sup> com efeito, tomou as rédeas.

Ruth, intrigada pela inesperada troca de rumos na padiola e pelo meu não menos estranho afastamento, lançou-me vários olhares desconfiados. Finalmente, deixando-se levar por um de seus impulsos, deteve-se para me esperar. O grupo das macas, com a atenção presa no difícil terreno, não se deu conta de que ela se havia afastado.

O “pequeno esquilo” acolheu-me com um doce sorriso e, apontando para a bandagem em minha fronte, perguntou sobre minha saúde. Foi uma maneira, como outra qualquer, de quebrar o constrangedor silêncio.

Observei-a agradecido e, escondendo minha inquietude, falei sobre a primeira coisa que me veio à mente. Durante alguns minutos, a paciente jovem escutou-me discorrer sobre a maravilhosa natureza que nos rodeava. Nunca me distingui pelo conhecimento da complexa personalidade feminina. E naquela oportunidade tampouco fui capaz de detectar as verdadeiras intenções de minha acompanhante. E como um tolo continuei falando e falando sobre as olorosas copas de um verde carregado, das alfarrobeiras e dos carvalhos, dos escarpados esplêndidos que íamos deixando para

trás, de ambos os lados, e das escandalosas pegadas ou assustadiças perdizes que voavam à nossa passagem.

Até que, esgotado o repertório, a jovem, tomando-me delicadamente pelo braço, atravessou-me com seus radiantes olhos verdes, e atacou sem rodeios o problema que me consumia. Que instinto sutil o das mulheres!

Gratamente surpreendido, não soube nem quis mentir. E abrindo meu coração expressei o que sabia, contando-lhe também até que ponto me sentia desolado e agradecido. Ruth não me pareceu contrariada por aquela confissão. Ao contrário, seu olhar tornou-se mais doce e ela limitou-se a pressionar meu braço com seus compridos e finos dedos. E aquele fervor foi mútuo.

Durante algum tempo andamos em silêncio. Um silêncio cálido, transparente, afetuoso, discretamente acompanhado pelo murmúrio das águas do canal a céu aberto que seguia conosco por entre a vegetação cerrada e os profundos vales cobertos de bosques.

De repente, Caná surgiu diante de nossos olhos. A radiante luz da manhã transformou-a numa fita branca, amarrada ao olival. Ruth suspirou aliviada. E aproveitando a breve pausa, atrevi-me a lhe expor minhas intenções de prosseguir a sós. Curioso, tudo foi tão natural e tranquilo que não precisei lançar mão de desculpas. Seu olhar transparente envolveu-me com amor, em sinal de compreensão e aceitação. Prometendo que contaria tudo o que faláramos para sua mãe e seu irmão, abraçou-me emocionada e acrescentou algo que me deixou perplexo:

– Aquele grego, aquele Jasão que conheci há anos nos amou e nós a ele... Mas tu és muito mais galante.

Como já disse, teríamos de esperar o evento do terceiro “salto” para desvendar aquele repetitivo mistério. Por que alguns dos personagens desta aventura faziam constantes alusões a esse “outro Jasão”, que asseguravam ter conhecido?

E alvoroçada afastou-se rapidamente, embrenhando-se no olival que flanqueava a parte oriental de Caná. Com o espírito reconfortado pela providencial conversa, dispus-me a terminar a última fase daquela inesquecível viagem.

De acordo com o estabelecido, apressei-me a deixar para trás os frondosos hortos de romã, que distinguiam e favoreciam a laboriosa Caná, entrando no caminho cheio de altos e baixos que unia a cidade à estrada que me levaria ao *yam*. Desta vez, ao contrário do que ocorrera na viagem de ida, na qual me vi obrigado a carregar o debilitado Natanael, a descida entre os muitos e regulares *canyons* foi rápida e fácil. E os dois quilômetros e quatrocentos metros que me separavam do desvio foram cobertos em mais ou menos 20 minutos. Se a sorte me acompanhasse, os vinte e dois quilômetros restantes até o lugar do assentamento do módulo podiam ser feitos em umas três horas. Talvez menos se minhas forças respondessem e se eu fosse capaz de desenvolver a velocidade de um quilômetro por dez ou 12 minutos. As recentes experiências, entretanto, me fizeram reformular, pois esse tipo de caminhada estava quase sempre sujeito a um sem-número de fatores imprevisíveis.

Consultei o sol. Estava quase na hora terça (9 da manhã). E ao pisar o terreno enegrecido e descarnado de terra prensada da estrada que unia o mar do Kennereth a Megiddo e à planície de Esdrelon, a Oeste de Israel, surgiu o primeiro contratempo. Melhor dizendo, o primeiro aviso.

Diante de mim, na direção de Tir'an, apareceu um casal de esforçados camponeses tocando uma fila de jumentos que carregavam feixes de linho recém-colhidos, com as flores azul-celeste balançando ao nervoso trote dos animais. E ao cruzarem com aquele indivíduo engrouviado, ataviado com um lenço avermelhado e tão chamativo sobre a testa, responderam ao meu respeitoso *Schafom alekh hem* (a paz esteja convosco) e depois explodiram numa estrondosa gargalhada. Voltei-me intrigado e os dois dobravam-se de rir. Ao perceberem meu espanto, mostraram-me o trapo vermelho dependurado entre os olhos de um dos animais, comparando-o, com uma exagerada gesticulação, ao lenço que caía sobre minhas costas e que estava manchado do sangue da Senhora. Pareceu-me entender o porquê do alvoroço e das troças dos *felah*. Como já havia observado entre os supersticiosos judeus, era raro o viajante que empreendia uma jornada – por mais curta que fosse – sem colocar um daqueles trapos grenás ou uma cauda

de raposa sobre a testa de sua cavalgadura. Não fazê-lo poderia significar um acidente na certa. E imaginei que aquela fora a primeira vez que viam um lenço vermelho não na testa da cavalgadura, que era o correto, mas sim na do viajante.

Então resolvi desamarrar o pano, tirar o denário e guardar os dois na bolsa; e foi aí que me dei conta de que não tivera a delicadeza de devolver a moeda a Ruth. Aquele descuido aborreceu-me, mas esse sentimento logo se viu substituído por outra preocupação que trazia desde Nazaré e que, no torvelinho daquela sucessão de acontecimentos que já relatei, mantinha-se em segundo plano. Durante um bom trecho da viagem aumentou de tamanho e passou a martelar-me sem piedade.

A situação não podia ser mais crítica. O furto do conteúdo da bolsinha nos havia deixado sem dinheiro. Os 131 denários de prata eram a última reserva. Certamente, os responsáveis pela Operação nos entregaram uma soma que correspondia às necessidades dos 45 dias de que constava aquele segundo “salto” no tempo.<sup>12</sup> O que ninguém previu foi a possibilidade de assaltos e roubos.

A questão é que, com essa lamentável perda, as coisas se haviam precipitado e nos encontrávamos diante de outro espinhoso problema: como completar o resto da fase “oficial”?

9h30.

Absorto em meus pensamentos, passei ao largo do primeiro dos desvios, o que conduzia à pequena aldeia de Tir’an. Alguns aldeões, geralmente mulheres acompanhadas dos filhos, apregoavam cantando os produtos da terra. Forcei a marcha. Aqueles dois quilômetros e meio foram percorridos em menos de meia hora.

À direita e à esquerda, grupos de *felah* rompiam a monotonia do dourado e ondulado horizonte, à espera da ceifa da cevada. A colheita, em pleno apogeu, reunia nos campos dezenas de famílias que se animavam entoando cânticos monótonos. E entre carroças e asnos, um bando de crianças, alegre e indomável, corria sem cessar, para cima e para baixo, espantando com seus gritos e palmas os pássaros que voavam em nuvens.

A fase “oficial”?

A bem da verdade, era o que menos me preocupava. Minha obsessão naquele momento encontrava-se no terceiro “salto”. Esse sim constituía um gravíssimo problema. Como empreender semelhante aventura sem um mísero asse? Eliseu e eu já o havíamos discutido, e estávamos de acordo: seguir toda a vida pública do Mestre – estimada em uns quatro anos – obrigava-nos a contar, entre outros importantes elementos, com recursos monetários de certo peso que obviamente não tínhamos. Ainda que Eliseu, sagaz como ele só, houvesse prometido solucionar, as perspectivas eram ínfimas.

Como obter os fundos necessários para subsistir? Como enfrentar as inumeráveis contingências que seguramente viríamos a encontrar? Trabalhar? Também descartamos essa ideia. Todavia, a necessidade de permanecer diariamente junto ao rabi da Galileia – praticamente minuto a minuto – tornava tal possibilidade algo utópico e inexecutável. Meu irmão sugeriu outra fórmula que a princípio pareceu-me absurda: por que não recorrer ao imenso potencial dos dispositivos técnicos para amalharmos uma boa reserva? Como disse, num primeiro momento não prestei muita atenção à sugestão. Ainda que o manual de instruções não fizesse nenhuma alusão a semelhante proposta, sinceramente não me pareceu correta. Mas a semente estava plantada; e à medida que me aproximava da pousada do “caolho” – de tão triste recordação –, o tema foi ganhando terreno em meu quebrantado espírito.

10 horas.

O lugar encontrava-se solitário e silencioso; não querendo desafiar minha boa sorte, cruzei rapidamente o escuro túnel de acesso do estabelecimento. A sede começava a tornar-se insuportável. Mas, ansioso para chegar o quanto antes ao lago, afastei-me na direção da referência seguinte: a encruzilhada que indicava o pequeno vilarejo de Davi.

Os dispositivos técnicos?

Nada má a solução – continuei lucubrando –, sempre e quando soubéssemos manejá-los com discrição e sem quebrar o rígido código do Cavalo de Troia. Mas como materializar a ideia? A que instrumentos referia-se meu irmão? Como empregá-los para obter

recursos? Instintivamente olhei para o cajado que em minha mão direita marcava o ritmo da marcha forçada. Sim, ali poderia estar uma das chaves.

O que não suspeitava naquela hora era o quão próximo me encontrava da execução da brilhante proposição de Eliseu...

E atormentado voltei ao problema de base. Fosse como fosse, era vital que encontrássemos de imediato uma solução. Nenhum dos planos previstos – e muito menos a sonhada aventura “não-oficial” do terceiro “salto” – poderia ser desenvolvido com um mínimo de serenidade se não contássemos com os recursos imprescindíveis. As viagens, em especial, não teriam prosperado sem essa necessária reserva monetária.

E que dizer de nossa própria sobrevivência? Ainda admitindo a sempre generosa ajuda da família dos Zebedeu e dos outros íntimos de Jesus, o custo de vida naquela região – ainda que não tão alto quanto o de Jerusalém – obrigava-nos a dispor de pelo menos um denário de prata por pessoa ao dia.<sup>13</sup>

11 horas.

Este esgotado explorador necessitou de uma pausa. Aproveitei para isso a confluência com o pedregoso e estreito caminho que descia do pico em que se assentava a aldeia de Davi.

Perto da bifurcação, sentada com as pernas cruzadas à beira do caminho, encontrava-se uma velha “conhecida”: a vizinha que dias antes havia sido interpelada pelo grupo de nômades de Murashu e que por causa de sua “disartria” (disfunção proveniente de alguma lesão nos músculos da fonação e que dificulta a articulação das palavras), provocou a confusão e o nervosismo dos beduínos. Fiz-lhe uma saudação sorridente, desviando logo o olhar para a mercadoria que ela estava vendendo. Claro estava que mais cedo ou mais tarde eu teria de repor minhas esvaídas forças. Mas o preço não me satisfez. Lentilhas recém-colhidas, alho e cebolas crus, farinha de cevada dentre outras coisas. Quanto às cabaças com vinho – algumas com água de duvidosa procedência –, também as descartei. As normas da Operação, como já referi, eram extremamente rígidas no que tocava à alimentação e, sobretudo, em relação à água. Pensei em comprar uma porção de alho e cebolas. Quem sabe assim



conseguiria enganar um pouco a fome e a sede. Mas com os dedos dentro da bolsa, ao apalpar o denário algo me fez desistir. Aquela moeda – quase sem me dar conta – havia custado algo que nada tinha que ver com o valor puramente material. Era muito mais. Era um símbolo, uma recordação, uma manifestação do amor e da generosidade da mãe terrena do Filho do Homem. Iria guardá-la, sem sombra de dúvida. Seria algo assim como um talismã. Voltei atrás e abri mão da frugal refeição. Dei-lhe um sorriso amarelo e, quando já me dispunha a reencetar a caminhada, a mulher, percebendo minha intenção, em um confuso e desconectado linguajar, pediu-me que a ajudasse com algumas leptas. E abrindo o braço direito, mostrou-me a criança que estava adormecida contra seu peito. Estremeci. Tinha entre cinco e seis anos, apresentava uma erupção generalizada, com a pele endurecida, inchada e de um tom avermelhado muito intenso. O rosto estava particularmente afetado. Numerosas bolhas, cheias de pus, deformavam as maçãs do rosto, o nariz e os lóbulos das orelhas, subindo até o couro cabeludo. A cabeça, então, estava monstruosamente inchada.

Foi além das minhas forças. Movido por um sentimento de piedade – algo que raras vezes experimentei –, inclinei-me para o menino. A galileia, desconfiada, voltou a cobri-lo com a manga de sua túnica. Como pude, expliquei-lhe que não queria causar-lhe mal algum. A mulher, indecisa, acabou por ceder, sem saber na realidade quais eram os propósitos daquele estrangeiro. A bem da verdade, nem eu.

Uma alta febre o consumia. Examinei a pele e, pelo tato, observei que as bordas da inflamação se salientavam, nitidamente delimitadas, como se tratasse de uma parede. Aquelas intensas inflamações, as vesículas e a formação de flegmões fizeram-me suspeitar de um quadro de erisipela. Uma das muitas infecções bacterianas que assolavam as pessoas daquela época.

Instintivamente parei de examiná-lo. Se fosse o que supunha, tal infecção aguda na pele e no tecido celular subcutâneo – provocada pelo estreptococo hemolítico “B” do grupo “A” – podia ser transmissível pelo simples contato. Era muito possível que a entrada do estreptococo se tivesse dado por um simples arranhão, por uma

ferida acidental no couro cabeludo ou ainda utilizando a via de uma úlcera nos braços ou pernas. A doença – teoricamente –, se não for atacada com um enérgico tratamento à base de antibióticos (de preferência penicilina ou eritromicina), pode desembocar numa catástrofe generalizada, com alterações degenerativas nas vísceras, acidentes vasculares provocados por embolias, inflamações nas meninges, pleura, peritônio e membranas sinoviais, broncopneumonia e septicemia. A morte do garoto, claro, não podia ser descartada.

Que fazer? Como agir? A norma proibia-me de interferir. Por outro lado, privado da farmácia “de campanha”, pouco ou nada tinha ao alcance das mãos. Pela enésima vez vi-me enfrentando um dos aspectos mais doídos de nosso trabalho. Meu coração ansiava por salvar a vida daquela inocente criatura. Meu férreo treinamento, por outro lado, tolhia a minha boa intenção. É curioso. Esse dramático dilema nos ajudaria a compreender melhor as difíceis e muito semelhantes circunstâncias pelas quais teve de passar o Mestre em muitos momentos de sua vida de pregação. Mas não adiantemos os acontecimentos...

A mãe olhou-me com ansiedade. Claro estava para ela que aquele indivíduo era um “curador” ou algo parecido. Ansiosa, perguntou-me exatamente o que desejava ouvir:

– Podes salvá-lo?

A luta dentro de mim era tão abrasadora que a mulher, lendo em meus olhos, passou de suplicante a consoladora.

Incrível pirueta do Destino!

Tomou minhas mãos e, aproximando-as de seus lábios, beijou-as. Explodi por dentro. E ela, com um sussurro desculpou-se:

– Sei que nossos pecados são muitos... Obrigada por ao menos tentar.

Aquela pobre gente – dominada pela tradição e as distorcidas interpretações rabínicas – admitia sem discussão que a doença era o castigo lógico para seus pecados. E acreditava de pés juntos na maldição do colérico Yaveh, que não perdoava o menor erro. Essas faltas – negociadas por Deus na forma de males e calamidades – afetavam inclusive seus filhos e as gerações futuras. Quanto lutou o

Mestre por apagar da mente de seus contemporâneos tão absurda e infantil ideia! Quanto lutou para fazê-los ver que o verdadeiro Deus é, na realidade, um Pai amoroso!

De repente, revoltando-me contra mim mesmo, numa reação que não pude explicar, resolvi usar a “vara de Moisés”. Não podia curá-lo, certamente, mas podia aliviar seu sofrimento.

Deixando-me guiar por aquele frenético sentimento e pela ideia que acabara de me iluminar, pedi a ela que se retirasse. Obedeceu na hora. Acomodei o menino sobre a esteira de palmeira e me ajoelhei a seu lado. Colocando sua cabeça em minhas pernas lancei um rápido olhar ao redor. Ninguém. Procurando serenar-me, aproximei a parte superior do cajado do rosto do menino, até situá-lo a uns 20 centímetros da pele. E me dispus a pulsar o botão do laser de gás até a posição de desfocalização, reduzindo assim o alto potencial energético ao nível dos 500 hertz. Lamentavelmente, por não dispor das “crótalos”, a radiação – num comprimento de onda de 904 nanômetros (não visível) – devia ser dirigida de forma instintiva. Seu poder de penetração, no entanto, até cinco centímetros, superando a barreira cutânea e subcutânea, garantia uma ampla e segura ação antibacteriana que – em questão de minutos – me serviria inclusive de orientação.

Protegendo os olhos da criança com a mão esquerda, fui traçando círculos sobre a área da infecção, varrendo a totalidade do rosto. E depois de seis ou sete minutos, diante da atônita galileia, a energia de luz invisível, agindo biomolecularmente nas células dos tecidos enfermos, operou o “milagre”: a desintegração das vesículas e o paulatino desaparecimento das inflamações.<sup>14</sup>

Aumentei a frequência para mil e quatrocentos hertz, dedicando os outros 15 ou 20 minutos a uma nova “regeneração” que se estendeu também às orelhas e couro cabeludo. E feliz diante da eficácia daquela “vitamina-luz”, fui entregar-lhe o filho. A galileia, sem conseguir acreditar na súbita transfiguração da criança, observou-me com um medo cheio de reverência. Seus olhos encheram-se de lágrimas, mas os meus também.

Eu sabia que a infecção não havia desaparecido e que, muito provavelmente, transcorridos os efeitos daquela energia em estado

puro, a erisipela reapareceria, comprometendo a vida daquela criança. Mas, pelo menos, ainda que só por algum tempo, havia conseguido aplacar a angústia do coração daquela mãe.

E sem necessidade de palavras, com o melhor dos meus sorrisos, despedi-me da boa mulher. Mas quando me dispunha a pôr o pé na estrada, a mulher, finalmente saindo de seu assombro, tomou uma gamela de barro e, atirando-se a meus pés, soluçando e afundando o rosto no chão de terra, suplicou que eu aceitasse a humilde oferenda. Dessa vez eu é que me senti desconcertado; e, tomando-a pelos braços, obriguei-a a levantar-se. Meu Deus! Como explicar-lhe que aquilo nada tinha de milagroso? Deveria desiludi-la confessando que a melhora era só aparente? Optei pela única coisa que podia e devia fazer: guardar silêncio. E, agradecendo seu gesto, sabendo que não seria justo insultá-la com uma negativa, aceitei duas suculentas cebolas.

12 horas.

À minha frente, até a encruzilhada da aldeia de Arbel, esperavam-me outros três quilômetros. Que novos sobressaltos me reservaria o Destino? Eu estava errado. Essa etapa foi excelente. Sozinho, saboreei as suculentas cebolas e aproveitei o cálido perfume que vinha por sobre os trigais e a miríade de cores das colinas ao longe, ora verdes, ora vermelhas, ora azuis, por capricho de olivais, argila e bosques de alfarrobeiras, carvalhos, terebintos e pinheiros de Alepo.

E meus pensamentos voltaram-se para a mulher e o menino de Lavi. O acontecimento encheu-me de satisfação e, ao mesmo tempo, de inquietação. Entendi que não era bom abusar daquelas “prerrogativas”. Era preciso endurecer meus sentimentos. Nossa missão não era essa. Por outro lado, dei razão a Eliseu. Se fôssemos capazes de utilizá-los com cautela e sabedoria, os dispositivos técnicos a nosso alcance poderiam solucionar alguns dos problemas que nos inquietavam. Propus-me, portanto, a estudar a fundo o assunto se o Destino me permitisse chegar até a nave.

Entrar no “berço”? Ao perceber o desaparecimento das “crótalos”, as vitais lentes de contato, já pensara nisso. Como localizar o módulo – coberto e disfarçado pela radiação IR – sem a

ajuda das lentes? Consolei-me, confiando na comunicação auditiva. Ainda assim, aquele tropeço significava uma perda irreparável. No módulo somente restava um estojo contendo um par de “crótalos” sobressalente. Tínhamos de aumentar as precauções. A destruição ou roubo daquelas últimas lentes haveria de trazer sérias dificuldades na hora de entrarmos em nosso refúgio e manipular os instrumentos contidos na “vara de Moisés”. Quanto ao salvo-conduto de Pôncio – ainda que tivesse pela frente uma incerta viagem a Cesareia –, não me preocupava muito. Havia me saído de coisas bem piores...

12h30.

Foi o instinto? Já não sei o que pensar...

Ao vencer os três quilômetros e divisar o caminho secundário que, partindo da estrada principal, serpenteava entre as fileiras de oliveiras até o vilarejo das redes (Arbel), tornei a parar. Olhei para o apertado conjunto de casinhas, perdido na distância, e, como um aviso, lembrei-me da inquietante solidão do *wadi* Hamân. Aquele desfiladeiro – conhecido também como o Vale das Pombas – não me inspirava confiança. Não para atravessá-lo sozinho. E ainda que pudesse enfrentar um hipotético assalto de bandidos e salteadores que se ocultavam por aquela região, concluí que mais prudente seria evitar o provável risco.

Calculei a distância da cidade de Tiberíades – por volta de quatro a cinco quilômetros – e confiando em que pudesse avistar o *yam* em pouco ou mais de uma hora, deixei-me levar pela intuição. E agora me pergunto: teria mesmo sido o destino que me fizera mudar de ideia? Seja como for, bendito seja. Como repetia o Mestre, “quem tem ouvidos que ouça”.

E a passos vigorosos enfrentei aquela etapa, e uma etapa inédita para este explorador. Essa circunstância – não vou negar – pôs-me em alerta. Ignorava o que me esperava. E ainda que meu único e obsessivo propósito fosse reunir-me a meu irmão, não descartei a possibilidade de ver-me outra vez envolvido em novos problemas ou por ser pagão ou por qualquer outro capricho do Destino.

Conforme avançava, essa proposição foi tornando-se mais sólida. Meu coração agitou-se ao peso da premonição.

Uma discreta brisa – prenúncio próprio do *maarabit*, o vento mediterrâneo que sopra entre abril e outubro – refrescou por algum tempo a marcha e a rapidez de meus pensamentos. Com a subida do sol e a proximidade do lago, a temperatura fora subindo. Talvez estivesse ao redor de 25° ou 28° centígrados.

A uns dois quilômetros do *yam*, a trilha até então deserta foi ganhando maior atividade. Passei por vários grupos de asnos conduzidos por barulhentos *felah*, desejosos como eu de alcançar o mais cedo possível seu destino: presumivelmente a capital do lago, Tiberíades, ou algumas das localidades costeiras. A princípio não reparei no porquê de tanta pressa. Depois, já às portas da cidade de Herodes Antipas, compreenderia a razão.

Ocupados com a carga de legumes, cerâmica, flores, queijos e dos enormes odres de vinho das longínquas regiões de Queruhaim (ao Norte de Jericó), Beth Rimá e Beth Laban, nas montanhas da Judeia, galileus e judeus mal prestavam atenção em mim. Ao cruzar com eles, saudei-os como se devia, mas na maioria das vezes a resposta ou fora um lacônico *shalom* ou as inevitáveis maldições – contra minha mãe, naturalmente – quando detectavam o sotaque daquele maldito pagão.

Tudo transcorria com relativa normalidade até que, ao dobrar uma das poucas curvas, faltando pouco mais de um quilômetro e meio para atingir a cota do nível do mar (na época o *yam* estava a 208 metros abaixo da superfície do Mediterrâneo), fui surpreendido – a palavra exata – por um espetáculo que não constava de nossas informações e que me obrigou a refrear a marcha.

Deus! Quanto ainda nos faltaria para ver tudo naquela Palestina do século I!

Subitamente, os prósperos campos de cereais desapareceram. À direita e à esquerda da estrada, até onde a vista podia alcançar, surgiu um “inferno”. Algo semelhante eu havia visto nas imediações de Jerusalém. Mas aquilo ultrapassava qualquer imaginação.

Milhares de choças! Não creio que tenha exagerado. Uma forte sensação de medo, angústia e raiva foi tomando conta de meu espírito, obrigando-me quase a parar. Jamais pude imaginar que nos arrabaldes da presunçosa e helenizada Tiberíades existisse tanta

miséria, sujeira e doenças. Um horror! Os casebres, feitos de adobe, palha, “paredes” de esterco, troncos de árvores, caniços quebrados, restos de tonéis apodrecidos e outros materiais, apertavam-se umas contra as outras, formando um conjunto preto e branco. Aqui e ali, entre fogueiras e colunas de fumaça negra que o vento se encarregava de espalhar, tornando toda a região irrespirável, perambulavam verdadeiros espectros. Uma população andrajosa, castigada por todo tipo de doenças de pele, mal podia andar, tal a desnutrição. Uma concentração de indivíduos, com certeza, muito superior à população da própria Tiberíades. (Naquela época o censo da capital do *yam* era de 25 mil a 30 mil habitantes.)

Mas o que mais me surpreendeu foi o mau cheiro que envolvia aquele calvário. Comovido e aflito, retomei a caminhada, cobrindo-me com o manto. Mas, a cada metro, o coração me apertava ao ver aqueles rostos cadavéricos, expressões de resignação nos homens, mulheres e crianças.

As filas de burros que iam à minha frente aceleraram a marcha, enquanto os arrieiros, com as espadas desembainhadas, colocavam-se na traseira dos animais para proteger as cargas. Logo viria a saber por quê.

Não podia acreditar no que estava vendo. Dos dois lados da estrada, de pé ou de cócoras, colocados um ao lado do outro em intermináveis fileiras, um verdadeiro exército de anciãos e crianças esqueléticos, imundos e semidespidos assistia ao desfile dos viajantes e das caravanas, esperando para apanhar qualquer coisa que viesse a cair das cargas. Nesse caso, dependendo da sorte e da benevolência dos *felah*, os mais audaciosos arriscavam-se a pilhar a carga de cima dos jumentos.

Em um desses arriscados assaltos, assisti impotente a uma cena constrangedora. Um daqueles desafortunados – um adolescente por volta de 10 a 12 anos – tentou roubar um maço de pepinos que, sacudido pelo trote do animal, se havia desequilibrado e estava prestes a tombar. Quando um camponês viu o jovem com os dedos já quase no maço, correu para ele, desferiu-lhe um golpe certo de seu *gladius*, e cortou-lhe a mão. O jovem caiu desmaiado sobre a estrada poeirenta.

A cruel e desproporcionada ação do *felah* fez-me paralisar. Vi-o afastar-se comemorando a “façanha”, sem ao menos olhar para trás. Ninguém reagiu, ninguém protestou, ninguém atreveu-se a deter o agressor. Tampouco acudiram o jovem desmaiado, sangrando e pisoteado pelos animais.

Quanto a mim, perplexo, tinha um só pensamento: sair dali. Um dos asnos acabou por dar-me um encontrão e eu, entre tropeções e imprecações dos responsáveis pelos animais, fui ao chão. Levantei-me mas perdi o manto. Em questão de segundos, uma montanha daqueles infelizes precipitou-se sobre ele, disputando-o a mordidas e pontapés.

Nem pensei em tentar recuperá-lo. Teria sido um suicídio. Enfim, alguém mais necessitado que eu teria como proteger-se durante a noite.

Durante o terceiro “salto” no tempo, em uma das andanças do Mestre, tínhamos a oportunidade de penetrar naquele “inferno” e descobrir o porquê daquela vergonha. O lugar, conhecido como a “cidade dos *mamzerim*”, era um dos quistos mais populosos da classe social mais desprezada pelos israelitas: a dos bastardos. Para os judeus ortodoxos em particular, e para a comunidade em geral, um *mamzer* era um indivíduo que carregava uma marca grave, que o incapacitava para contrair matrimônio com levitas, israelitas de origem pura e descendentes ilegítimos de sacerdotes. A proibição vinha dos tempos de Moisés, baseada no que fora ordenado por Yaveh e que está no *Deuteronômio* (23, 2-3).<sup>15</sup> Essa disposição afastava dos bastardos a “assembleia de Yaveh”, reduzindo-os a “lixo”. E, com o tempo, o que se supõe que haja sido um princípio religioso acabou se convertendo em “pecado” social da pior espécie, que a tudo conspurcava. Por exemplo, o *mamzer*, além de estar incapacitado por lei para ocupar cargos de responsabilidade, devia manter-se afastado do resto da população, desempenhando as funções chamadas “desprezíveis” e vivendo sob a tirania de ricos e pobres, sacerdotes e leigos e dominadores e dominados. Seu direito a herança era discutível e sua presença num tribunal impugnava a sentença. E tudo por causa de um nascimento não reconhecido ou, o que era mais dramático, como consequência de matrimônios não



autorizados pela Lei mosaica, que podiam remontar a dez gerações.<sup>16</sup> Isso, em muitas ocasiões, causava situações desesperadoras. Se o bastardo não se lembrasse de sua genealogia, e principalmente de qual fora o primeiro de seus antepassados *mamzer*, a pecha podia perpetuar-se por séculos. Muitos desses infelizes, incapazes de resolver o problema, punham um ponto final à existência insuportável, pelo suicídio.

Pois bem, estou ciente de que as informações sobre essa dura realidade – da qual tampouco falam os evangelistas – são interessantes para ajustar com precisão algumas das palavras e ações do rabi da Galileia. Quando nos textos sagrados há menção sobre um Jesus que frequentava os meios de “pecadores”, a maioria dos fiéis associa esse qualificativo ao que hoje interpretamos como pecado. Ledo engano. A maior parte das vezes – e espero narrar alguns exemplos mais adiante – esses “pecadores” eram, na realidade, *mamzerim* ou bastardos, *ebed* (escravos), *am-ha-arez* (o povo inculto que seguia a Torá) e, por último, gentios, samaritanos, publicanos (cobradores de impostos) e os demais aliados do poder invasor de Roma. Que fossem honrados, leais, generosos e justos era o de menos. Para a intolerante ortodoxia judaica tratava-se de “pecadores” da pior espécie.

E pouco a pouco fui compreendendo qual era a nossa verdadeira situação – a de repulsivos “pecadores” –, o porquê do ódio de João Zebedeu e o real alcance daquela violenta divisão social que a nação judaica enfrentava e a que o Filho do Homem dedicou parte de sua vida de pregação. Um panorama, insisto, cuja compreensão é vital para apreciar as ideias e ações do Mestre. Aqueles que pretendem trasladar ao século XX: o modelo de atuação do rabi da Galileia, correm um sério risco: muitas das circunstâncias sociais eram por demais diferentes. Sua mensagem permanece absoluta mas, como disse, convém conhecer em profundidade o marco histórico-político-religioso-social, para entender que Ele também ensinou o que devia para um meio de sua época que é totalmente desconhecido para nós, hoje.

E a partir daquelas aventuras – e as sucessivas – entre os bastardos, foi que entendi por que a expressão *mamzer* era

considerada a pior das injúrias, sendo inclusive punida com 39 chibatadas.

Não quero passar por alto sobre a reflexão que, por causa de meus contatos com os *mamzerím* e as odiosas leis que os oprimiam, marcaram muito meu ser e se chocaram violentamente com um dogma da Igreja católica. Apenas mencionei o assunto em outras páginas deste apressado diário, mas creio que este seja o momento de abri-lo de vez. Quando os católicos falam da virgindade de Maria, sinceramente não posso evitar: meu sangue ferve. Não consigo compreender – ou sim (?) – por que os responsáveis e padres de tal Igreja se empenham em ocultar a verdade. Ou será que nem sequer se preocuparam em perguntar quais eram os costumes daquele tempo? Ao tê-lo feito com objetividade, teriam descoberto que o proposto pelos Evangelhos colocava automaticamente o rabi da Galileia na categoria de *mamzer*. Em outras palavras, “puro lixo”, manchado para sempre e sem direitos. Se a Senhora tivesse concebido seu Filho antes de casar-se com José – assim rezam os textos de Lucas (1, 26-29) e Mateus (1, 18-25) –, teria entrado na já mencionada dinâmica dos *mamzerím*. Doutores e rabinos – antes inclusive do nascimento do Mestre – haviam discutido isso. Que consideração teria o Filho nascido de uma prometida (não casada oficialmente)? O tratado “Sinédrio” (cap. VII, 9), como já mencionei, diz o seguinte sobre o tema: “Aquele que tem relações sexuais com uma jovem (*Deuteronomio* 22, 23 e seguintes) só não será culpado se ela não for jovem, virgem e prometida (em matrimônio) e se não estiver na casa de seu pai”. Para uma das correntes de pensamento em vigor naquela época, os filhos resultantes desse tipo de união – ameaçada com “pena de morte legal”, na Torá – eram inexoravelmente *mamzerím*. E ainda que o próprio Hillel – um dos brilhantes sábios que precederam o Filho do Homem – tenha lutado para rebater essa norma,<sup>17</sup> o certo é que no ano “menos sete”, quando nasceu Jesus, era vigente, com todas as suas funestas consequências.

Os fiéis – movidos pela fé, mas sem rigor jurídico – pressupõem que a gravidez de Maria foi justificada diante dos olhos de José e da

sociedade judaica, com base nas palavras do Evangelho: “engravidou por obra do Espírito Santo”. Duplo erro.

Em primeiro lugar porque tal argumento – engravidar de forma sobrenatural –, se tivesse sido usado naquela ocasião, não teria feito o menor sentido para os juízes e afins. E o peso da férrea Lei mosaica, insisto, teria recaído sobre a Senhora e sua família, pondo em risco até sua vida. Disse e sustento: sei que Deus existe, e estou convencido de que age tanto com inteligência quanto sensatez. Se os fatos se deram como pretendem os evangelistas, a magnífica obra desse Deus-Pai a respeito da Encarnação de Jesus teria topado com um grandíssimo e desnecessário problema: o da Lei, das intrigas e das suspeitas. A Grande Inteligência pode e é capaz de tudo. É o homem, com sua “miopia” cósmica, quem reduz e manipula esse poder, comercializando-o segundo sua conveniência.

Segundo equívoco: os fiéis, como é natural, aceitam os textos sagrados como a palavra de Deus revelada aos homens. Pessoalmente tenho lá minhas dúvidas. Um escrito de tal transcendência dificilmente poderia conter erros, silêncios e manipulações como as apresentadas pelos Evangelhos. Ainda mais claro: se considerarmos que tanto Lucas quanto Mateus estavam a par do que significava a condição de bastardo, como resolver essa pertinaz obsessão por apresentar Maria como uma “virgem grávida por obra divina”? Fica evidente que nenhum dos citados escritores teve bom senso se incluiu em suas memórias algo que poderia manchar a imagem de um Deus. A explicação deve ser encontrada em uma interpolação posterior. Mas não quero estender-me em um tema que, lamentavelmente, continuará aparecendo.<sup>18</sup>

Com o coração aliviado, prossigo contando aquela viagem de retorno ao módulo. Uma viagem que me reservava algumas surpresas interessantes.

13h30.

O Destino foi misericordioso...

Ao deixar o lago, a miséria humana que eu havia deixado para trás quase desapareceu diante do sereno azul do Kennereth. Inspirei fundo, enchendo os pulmões com o perfume daquelas águas tranquilas, levemente tocadas pelo vento do Oeste. Dezenas de

velas brancas, vermelhas e negras singravam aquele pequeno mar deixando poucos rastros e seguidas por nervosos bandos de gaivotas. Ao fundo, ao Norte, envolto em luz, o nevado Hermon, uma cadeia de montanhas na qual viveríamos um dos momentos mais íntimos com o saudoso Mestre. E ao me regozijar de estar na tranquilidade prateada de Saidan e Nahum – as cidades de Jesus –, a lembrança do “gigante” sacudiu-me. Que força, que magnetismo, que singular magia irradiava daquele Homem para que, em tão curto espaço de tempo, chegasse a obcecar-me. E ali mesmo, frente à verdejante colina na qual repousava o invisível “berço”, pensei na atraente possibilidade de levar adiante o terceiro “salto” no tempo. O desejo de reunir-me novamente com Ele, vê-lo, escutá-lo e seguir seus passos, começava a dissolver perigosamente o meu interesse pelo resto das missões que tínhamos por cumprir. Assim que pisasse no módulo falaria abertamente com meu irmão, falando-lhe sobre a ansiedade que, gota a gota estava invadindo meu espírito.

E levado por essa ideia, mal prestei atenção à “pérola” do lago: Tiberíades, cidade branca, movimentada, prostrada a meus pés e apoiada à sombra da altiva e cintilante fortaleza, com seus 190 metros de altura acima do nível do *yam*. Animado pela proximidade da ladeira na qual me aguardava Eliseu – a duas horas de caminhada – descí pelo caminho que desembocava na *via maris*. A estrada romana, que vinha do Sul, margeava a costa ocidental do Kennereth, passando a 50 metros da porta “Norte” de Tiberíades. Meu objetivo era simples: entrar naquela estrada, sem deter-me, rodeando Migdal e as outras povoações, e subir ao módulo por volta da hora décima (quatro da tarde). Mas meus desejos – como irei relatando – contaram pouco para o nada retilíneo destino.

A primeira advertência chegaria justamente naqueles trezentos metros que me separavam da via romana. Meus reflexos, porém, falharam. Não fui capaz de interpretar o vozerio das caravanas que, ao que parece, anunciavam alguma coisa relacionada com uma “tormenta”. Os *felah* que partiam da costa, ao cruzarem com os asnos e os viajantes que, como eu, dirigiam-se a Tiberíades, falavam muito excitados de “pedras” e “chuvas”. Mas, como dizia, não prestei a devida atenção e prossegui, despreocupado. O dia estava radiante.

Uma tempestade? Impossível. O horizonte apresentava-se claro, com uma visibilidade praticamente total. E, inocente, me fui aproximando da encruzilhada, mais atento aos grupos que se formavam diante da porta da cidade do que aos comentários dos viajantes. Ainda que as aglomerações nas portas das cidades cercadas por muralhas fossem parte da paisagem habitual, pressentindo algo estranho, tratei de precaver-me. A curiosidade, entretanto, parece que foi mais forte do que minhas precauções.

Ao pisar as grandes lajotas negras de basalto que pavimentavam a estrada, senti-me atraído pelos grandes grupos de homens e animais que permaneciam junto ao muro de pedras, de 15 metros de altura, que cercava a cidade. Consultei o sol. Teria tempo de sobra, pois faltavam umas cinco horas para o ocaso. E querendo olhar mais de perto, saí da *via maris* e cortei caminho para chegar logo àquele pitoresco e multicolorido universo.

A porta "Norte" aparecia coroada por um soberbo arco, também trabalhado em pedra basáltica, colocado a dez metros da base da muralha. No centro estava a deusa Tyche, filha de Zeus e protetora de Tiberíades, também conhecida por Fortuna.<sup>19</sup> A bela estátua, de mármore branco, portava na mão direita uma esfera e uma cornucópia na esquerda. Intrigado, juntei-me àquele caos e ali vivi algumas cenas que também foram experimentadas pelo Filho do Homem.

De repente, vi-me assaltado por uma legião de mendigos. Alguns autênticos, outros fingidos. Pouco podia eu oferecer-lhes, tanto que, cansados de pedir, afastaram-se maldizendo minha mesquinha.

Ali também montavam guarda, desde o amanhecer até o sol se pôr, verdadeiros especialistas em todo tipo de doenças e males em geral. Ao longo das muralhas, contei pelo menos 50 falsos cegos, caolhos, surdos, coxos, mancos, leprosos e aleijados. Todos eles disfarçados e maquiados com mestria. Ali, sentados de pernas cruzadas, enganando sem qualquer pudor escravos e camponeses, estavam os que se ofereciam para escrever cartas. Naturalmente só usavam tinta "simpática"...

Diante de improvisadas tendas de pele de cabra, estavam as *ambulatorae* (prostitutas ambulantes, da mais baixa categoria), usando as obrigatórias perucas amarelas e com as pálpebras e sobrancelhas pintadas de azul. Algumas, animadas pela tolerância da clientela e pelo calor (cerca de 30° centígrados), exibiam peitos tatuados ou pintados de vermelho e dourado, e usando saias transparentes.

Ali, espantando moscas e brigando com os viajantes, vociferavam e barganhavam os comerciantes que tinham um lugar fixo no mercado da cidade.

Ali havia muitas cabras de enormes orelhas e rebanhos de “barbarines” (os famosos carneiros de cinco quartos, cujas caudas – o quinto quarto – podiam chegar a pesar 10 quilos. Mas o que mais me chamou a atenção naqueles rebanhos foi um anel de madeira colocado no focinho de algumas das ovelhas. Ao examinar melhor, compreendi o porquê. Os responsáveis pelo gado amarravam pedacinhos de pimenta à madeira, para provocar espirros no animal e assim fazê-los expelir os insetos que entravam em suas narinas. Dessa forma conseguiam evitar algumas das enfermidades que as dizimavam.

Ali podiam-se alugar carregadores de todas as idades – de crianças a anciãos – por umas míseras leptas ou um prato de comida.

Ali, por último, se concentravam os bandidos, os aventureiros e os fugitivos da justiça. Tiberíades – como teríamos oportunidade de comprovar mais tarde – distinguia-se dos restantes povoados da Galileia por ser muito liberal, o que, irremediavelmente, acabou por se converter no refúgio de toda sorte de malfeitores e indesejáveis.<sup>20</sup>

Aquele submundo, apesar de sua particularidade, exercia sobre mim um fascínio irresistível. Tenho de reconhecer que essa fraqueza me causaria alguns problemas. Mas que poderia fazer? E durante mais de uma hora aproveitei aquele povo até cansar. Um povo – digo desde já –, mistura de judeus e gentios, que seria o autêntico protagonista na vida pública de Jesus de Nazaré. Foram aqueles lamentos de mendigos e aleijados, aqueles barulhentos pregões dos comerciantes, carregadores, aguadeiros e aquela atmosfera densa e

sufocante – entre poeira, suor e balidos de ovelhas e carneiros –, que formaram o pano de fundo das andanças do Mestre.

E quando já me dispunha a reencetar a marcha, uma segunda advertência veio ao meu encontro. Encontrava-me absorto, contemplando e escutando um curioso personagem que, de pé em um dos silhares da muralha, tentava a duras penas elevar sua voz, em tom de reprimenda, por sobre a algazarra generalizada. O indivíduo, enxuto como uma espada, com a barba em desalinho e lábios molhados, coberto com um *talit* branco (xale com borlas nas pontas, usado para pregações e orações), atacava com fúria aquela Tiberíades “impudica, idólatra e preguiçosa”. E com grande teatralidade – invocando sem muito entusiasmo o capítulo 9 do *Eclesiástico* – ameaçava com fogo e enxofre os que frequentavam as prostitutas e os que apenas olhassem para elas, para as cantoras e donzelas sem véu. E nisso estava quando, perto dele, debaixo do arco da deusa Fortuna, percebi um movimento inusitado. Uma fila de asnos que, imaginei, se dispunha a sair da cidade, parou, atrapalhando os que entravam e saíam. Mas eu estava distraído com a furiosa arenga do “iluminado”. Ouvi vozes e maldições. Tudo perfeitamente habitual. De soslaio, observei a gesticulação exagerada dos condutores de caravanas. Para meu espanto, os *felah*, a golpes de vara, obrigaram os jumentos a voltar para trás. Tampouco soube captar esse segundo “aviso”.

E assim como os cétricos que assistiam ao “profeta”, e cansado de tanta estupidez, acabei por afastar-me. Logo comprovaria que a maior parte dos falsos messias e enviados de Deus, que pululavam na Palestina, eram na verdade um bando de desequilibrados, psicóticos e esquizofrênicos.

E tomei a direção da *via maris*, mas quando estava prestes a entrar por ela voltei a parar. Um pregão de um velho camponês deixou-me perplexo. A seus pés alinhavam-se réstias de alho, cebolas e rabanetes picantes. Segundo o cântico do vendedor, “os melhores afrodisíacos para a noite do *Sabbath*”. Ao dar-se conta do meu interesse, aumentou o tom de sua litania, recordando maliciosamente a chegada do *Sabbath* e a sagrada obrigação de cumprir com os deveres conjugais. “E que melhor estímulo para o

esposo que os magníficos produtos do jardim de imperadores, reis e xeques de Moab?”

Foi aí que me lembrei da pressa dos guias das caravanas. Efetivamente, com o entardecer da sexta-feira, os judeus festejavam a entrada do dia santo. Ainda que os camponeses e comerciantes fossem pagãos, a paralisação também os afetava, mesmo que indiretamente. Daí a urgência de chegar ao destino ou descarregar as mercadorias antes do pôr do sol. Negócios, tratos e pagamentos deviam ser resolvidos – pelo menos entre judeus e entre esses e os gentios – antes que “um fio branco pudesse ser confundido com um negro”.

Enquanto seguia meu caminho, perguntei-me por que o comportamento dos *felah* fora tão estranho na porta “Norte”. Será que tinha relação com a aproximação do *Sabbath*? Não me pareceu lógico, já que ainda faltavam umas quatro horas para o pôr do sol. Tempo de sobra para chegar a qualquer ponto do *yam* ou a lugares próximos. Dei de ombros e esqueci-me do assunto, já que não conseguira resolver o mistério.

Acelerei o passo, concentrando-me na estrada e na última fase da viagem: a delicada entrada no módulo. A falta das “crótalos” poderia complicar meu encontro com Eliseu. Segundo o planejado, ao chegar à altura de Migdal deveria estabelecer a conexão via laser. Como já expliquei, as sandálias “eletrônicas” haviam sido dotadas de um segundo dispositivo – também colocado na sola –, que permitia ao piloto que estava no “berço” seguir pela tela do radar os passos de seu companheiro. Um microtransmissor emitia impulsos eletromagnéticos à razão de 0,0001385 segundos que, devidamente amplificados na “vara de Moisés”, eram “transportados” por meio de laser até as telas da nave. Essa conexão, puramente informativa, viria a substituir a auditiva, válida tão-somente num raio de 15 mil pés.

Ao longo dos primeiros quilômetros, a estrada se foi estreitando entre as altas elevações do monte Arbel e um perigoso talude (à minha direita), de quatro a cinco metros, que caía quase verticalmente sobre as águas do lago. Comecei então a observar que não me parecia normal. A entrada apresentava pouquíssimo



movimento de viajantes. Ainda mais: só se dirigiam a Tiberíades. Só eu caminhava rumo Norte. Percebi também que todos os judeus e gentios que comigo cruzaram não levavam nenhum animal. Aqueles indivíduos circulavam com muita pressa e falavam e discutiam sobre um tema familiar para mim: as “pedras”, as “chuvas” e um “castigo divino”.

15h30.

A coisa de dois quilômetros e meio de Tiberíades, ao deixar para trás uma curva suave, acabei por topar com a explicação de tudo que vinha ouvindo desde que divisara o *yam*. Atônito, continuei avançando lentamente.

A *via* encontrava-se interrompida por uma avalanche. Os quatro metros e meio de pavimentação haviam sido invadidos por várias toneladas de pedras e terra vindas do grande complexo rochoso que se levantava à minha esquerda. Entendi então as alusões às chuvas. A recente tormenta, que eu havia enfrentado em Nazaré, tinha sido a responsável pelo desastre. As frequentes e terríveis torrentes, quase com certeza, encarregaram-se de lavar e remover os picos do Arbel, provocando a avalanche. Aquele tipo de fenômeno – realmente perigoso – dava-se quase sempre na época das chuvas e, em especial, nas regiões desérticas de Judá e do mar Morto.

Examinei a situação. O *summum dorsum* (as lajotas da estrada) estava totalmente recoberto pelas pedras. Não havia por onde passar. No centro da *via* estava a rocha mais volumosa, de uns dois metros de altura, ocupando quase a totalidade da largura da estrada. O caminho, interrompido, não oferecia muitas alternativas. À direita e à esquerda da grande pedra, outros penhascos de menor tamanho fechavam o resto da estrada. Descer pelo talude, entrar na água e tornar a subir era viável, mas muito incômodo. Restava uma única solução: subir nas pedras situadas em volta da central e, equilibrando-me com dificuldade, saltar. Foi isso que fizeram muitos dos viajantes que se dirigiam a Tiberíades e que eu também fiz.

Uma vez, porém, vencido o obstáculo, fui dar com a verdadeira dimensão do problema. O panorama do outro lado era desolador, e justificava a excitação dos caravaneiros. Os viajantes que estavam só com cargas leves podiam considerar-se com sorte. Para os grupos

de jumentos e bois que se espremiavam uns contra os outros no que restara da estrada, a situação era desesperadora. A passagem dos animais pelas rochas era impossível. Os donos e condutores, indignados, iam até a barreira e voltavam xingando, lamentando-se e discutindo. Alguns, juntando-se, tentaram inutilmente levantar as pedras menores. Mas a luta demorou pouco tempo. As pequenas foram tiradas rapidamente, mas as que estavam no centro lá ficaram. Suarentos e vermelhos, acabaram por sentar-se nelas, desolados.

Os animais – várias dezenas – ocuparam toda a largura da estrada. Essas caravanas, levando canastras e cântaros de todos os tamanhos, desciam diariamente do monte Hermon com uma delicada mercadoria: neve. Geralmente aproveitavam a noite para transportá-la até os lugares mais afastados de Israel. E, apesar do perfeito acondicionamento, o forte calor começava a derretê-la. Os fardos vazavam muito, para o desespero dos encarregados.

Aqueles homens – galileus na maioria –, tentando resolver o problema, entraram em discussões intermináveis. Um dos condutores – um coxo –, mais sensato, falava com serenidade, mas o que ele sugeria não foi aceito pelos companheiros. Na verdade não restavam muitas opções. O homem sugeria que se contratassem embarcações, onde poriam toda a neve que, assim, seria transportada para Tiberíades. Pela gritaria geral, a proposta não fora aceita porque presumia custos adicionais. A segunda possibilidade – voltar e vender a carga nas cercanias – tampouco havia agradado aos comerciantes. O preço da neve, com certeza, baixaria consideravelmente.

Que outra solução poderiam esperar? A demolição das pedras demoraria um ou dois dias. Ao que parece, os grupos de *hodopoiotai* (pessoas responsáveis pela manutenção das estradas) e os contingentes de escravos já estavam a par do acontecido. Mas, por mais energia que colocassem no trabalho, com a chegada da noite tudo se complicaria. À situação crítica ainda devia ser acrescentada a entrada no *Sabbath*. Muitos dos que ali estavam eram gentios, mas os judeus viam com horror aquela calamidade, pois a ela se somava o pecado. Segundo as rígidas Leis mosaicas, dentre os

trabalhos proibidos figurava, naturalmente, “transportar de um lugar a outro.”<sup>21</sup> Em caso de neve, a Lei consentia no transporte, assim como tudo que fosse para ser conservado (tratado de “*Sabbath*” VII, 3). O resto dos animais que transportavam mineral de ferro da Fenícia, madeiras do vale de Hule ou cristal de Nahum, entre outras mercadorias, estava sujeito à rígida norma religiosa. Mas o pior não era o sentimento de pecado ou os sacrifícios rituais que estavam obrigados a executar. O que verdadeiramente receavam e os angustiava era não poder vender a carga, tachada de “impura”, pelo fato de haver sido transportada no *Sabbath*.

De repente, senti-me na obrigação de ajudá-los. No princípio hesitei, mas, ao ver a neve derreter-se daquela maneira, minha resistência foi sendo quebrada. Analisei o problema e me convenci de que não se tratava de algo crucial ou irremediável. Cedo ou tarde, as rochas seriam demolidas e retiradas. A ajuda que tinha em mente só aceleraria o processo que poderíamos chamar de “nível inferior” e que, como já disse, não tinha reflexos no esquema vital daqueles indivíduos. Hoje, em meu retiro, tendo à minha frente a perspectiva do tempo e da distância, não está claro para mim se aquela intervenção foi correta. Claro que os responsáveis pela Operação não a teriam aprovado. O que me consola – mais ou menos – é que nunca vieram a sabê-lo.

Escolhi o ponto certo. Por lógica, economia e rapidez o lugar ideal correspondia aos penhascos que fechavam a estrada pavimentada, pelo flanco situado junto da elevação. À minha frente havia duas grandes rochas, ambas com mais de um metro e meio de comprimento, com altura máxima de um metro. O peso estava em torno de 500 ou 600 quilos.

A composição das rochas – calcário com predomínio de calcita e faixas estreitas de terra calcária – não era o maior problema. Examinei a textura, verificando o que já sabíamos por estudos anteriores. Densidade, um pouco inferior a 2,71. Um grão do tipo mediano, com diâmetros de 3,3 a 1,0 milímetros e entre  $10^1$  a  $10^2$  grãos por centímetro quadrado e, o mais importante: um nível de dureza “3” na escala de Mohs.<sup>22</sup> Em outras palavras, um material “dócil”, fácil de trabalhar.

Quando tive certeza de onde e como executar a operação, voltei-me para olhar os homens e os animais. Aquela era, sem dúvida, a parte mais delicada do “trabalho” que me dispunha a realizar. Tinha de conseguir que a manobra passasse despercebida, por isso preferia que não se aproximassem. Mas como?

Comerciantes, condutores de animais e *felah* continuavam metidos na discussão. Ao olhar novamente para os jumentos, encontrei a solução. Se desse resultado, aquilo me daria certa vantagem. Disposto a tentar a sorte, dirigi os ultrassons para a testa de um asno da primeira fila. A súbita queda do animal alarmou os guias das caravanas, que o rodearam para examiná-lo e tentar levantá-lo. Mas os pontapés, as varadas e os impropérios de nada adiantaram.

Aquela era a hora. Metendo-me no meio dos inquietos animais, acionei o botão que ativava o laser de gás, posicionando-o na potência mínima (umas frações de watts). E sem perda de tempo apontei o cajado para as ancas dos animais que estavam voltados para a direção de Migdal. Em cinco segundos, outros tantos jumentos acusaram também o impacto levíssimo (inferior a 25 micras) e o invisível fecho de calor. A reação foi a que eu esperava. Com dores e assustados, escoiceando e relinchando, puseram-se a trotar, provocando um estouro entre boa parte dos outros. Logo depois do primeiro instante de surpresa e confusão, a quase totalidade dos condutores dos animais, vociferando e com as varas nas mãos, saiu na perseguição dos animais. Os gritos e as imprecações só serviram para assustá-los e aumentar a distância entre eles e os homens.

Se tudo corresse bem, a manobra para recuperá-los demoraria de 20 a 30 minutos. Com essa vantagem, voltei para a barreira, concentrando-me nos penhascos que eu já havia selecionado. Como precaução, coloquei-me do outro lado das rochas (o que dava para Tiberíades), mas sem perder de vista os *felah* que permaneciam ao lado do jumento desmaiado. Recostando-me na elevação, e adotando uma postura de descanso, pus mãos à obra. Acionei o laser de gás novamente, aumentando a potência até 8 mil watts. Aumentando a precaução (a falta das “crótalos” me obrigava uma

vez mais a manejar a vara sem visualizar o “cilindro” infravermelho), apontei o “jato de fogo” para o calcário, iniciando o corte da primeira pedra.<sup>23</sup> Cada uma delas seria cortada em quatro, transversalmente. Pelos meus cálculos, três talhos seriam suficientes e o poderoso “bisturi”, trabalhando a uma velocidade de cinco centímetros por segundo, poderia demolir cada bloco em 60 ou 70 segundos.<sup>24</sup> Dessa forma, seria possível removê-los com rapidez, abrindo uma passagem de quase um metro e meio de largura.

E com meus cinco sentidos repartidos entre o laser e os homens, acabei a primeira das divisões. O dióxido de carbono, implacável, fez o segundo corte. Mas, de repente, às minhas costas, na direção de Tiberíades, escutei um barulho abafado. Contrariado, vi que um grupo de pessoas vinha em nossa direção. Procurei tranquilizar-me. A curva na qual acabavam de aparecer se encontrava a uns quinze metros. Isso significava uma margem de três ou quatro minutos até que chegassem à barreira. Aumentei a intensidade para 15 mil watts e o invisível e silencioso fluxo praticamente devorou a pedra calcária. Segundo penhasco.

Os dois primeiros talhos foram resolvidos em menos de um minuto. Mas as coisas pareciam destinadas a complicar-se. O jumento que jazia por terra recuperou-se e os guias, a fim de endireitar os fardos, não deram mais atenção a ele. Se um deles se aproximasse de mim, eu teria de suspender a operação.

Mais complicações. Ao voltar o rosto, vi, desolado, que o grupo formado por mais ou menos 30 homens se aproximava mais rapidamente do que eu estimara. Esperei alguns segundos, e tratei de fazer o sexto corte. Por sorte, os guias resolveram subir a uma pedra mais alta e quando divisaram o pelotão que chegava explodiram de alegria. Eram os *hodopoioi*, na maioria gentios, encarregados de desimpedir a estrada. Mais morto do que vivo, pude completar meu trabalho. O êxito, no entanto, não foi total.

De repente, ao levantar os olhos do bloco de calcário, dei com o coxo, olhando atônito para o traçado simétrico do corte das pedras. Há quanto tempo estaria ali? Parecia hipnotizado. Soltando a muleta, atirou-se sobre os restos do penhasco. Apalpou-os, examinou-os e sentiu um leve calor do último corte. Comprovou que não era um

sonho; a perfeição do corte a laser não deixava lugar a dúvidas. “Aquilo” não era acidental.

E depois, em uma rápida reflexão, cravou seus olhinhos vivos nos deste não menos aturdido grego. Bem sabe Deus que tentei dissimular, mas um leve sorriso – muito próximo à estupidez – acabou por delatar-me. Reagi sem muito cuidado, enfiando os pés pelas mãos. Procurar uma desculpa teria sido perda de tempo e um insulto à inteligência daquele homem. E saltando por cima da “minha obra”, tratei de me afastar sem olhar para trás. Os animais, reorganizados, pouco a pouco voltavam para o lugar da barreira.

Mas a “fuga” foi breve. O Destino ainda não dera a última palavra. Havia percorrido cem metros quando a voz do coxo soou imperativa às minhas costas. Fingi não tê-lo escutado. Pressionado, porém, por sua insistência e vendo que assim eu só pioraria a situação, cedi aos seus rogos.

Apesar de sua coxeadura, avançou ligeiro. Estava só, o que me tranquilizou... mais ou menos. E, uma vez mais, o Destino me desarmou. Pus-me em guarda, disposto a tudo. Mas aquele judeu helenizado – com quem chegaria a travar uma sincera amizade – não era como o restante dos guias de caravanas. À sua notável inteligência havia que acrescentar um tato e um instinto muito especiais.

Observou-me, curioso. Depois, adiantando-se com um largo sorriso, sossegou-me:

– Não tenhas medo – exclamou, apontando para seus companheiros. – Aqueles infelizes são piores que suas cavalgadas. Não veem nem escutam nem entendem...

Entender? Não o compreendi. E vendo minha estranheza, esclareceu-me:

– Tenho rezado e os céus atenderam minhas súplicas. Fui um infiel seguidor do construtor de barcos de Nahum e sei que o Pai nunca desampara seus filhos.

Construtor de barcos de Nahum? A quem se referia?

De repente, estremeci: aquele homem, para designar o Pai, havia empregado o termo *Ab-bã*, especialmente querido ao rabi da

Galileia. Quando o Mestre se dirigia a Deus quase sempre o fazia chamando-o "Ab-bã": Ou seja, "papai".

Então Jesus de Nazaré trabalhou também como construtor de barcos? Se não me falhava a memória, até os 22 anos desempenhara os ofícios de carpinteiro, entalhador de exteriores, chefe de um armazém para abastecimento de caravanas, forjador em Séforis e, ocasionalmente, lavrador, pescador em um *yam* e instrutor ou professor "particular" de seus irmãos. Francamente, aquilo me surpreendeu. Mas não o quis interromper.

– Não sei quem és, nem de onde vens – acrescentou ele, reforçando seu sorriso acolhedor. – Tampouco como o fizeste. Não vou perguntar. O Mestre falou-nos da próxima vinda do reino e dos prodígios que a acompanhariam. E eu creio nele.

Agora eu tinha certeza. Falava do "gigante".

E refugiando-se no incidente das pedras – aceitando-o como uma confirmação dessa iminente chegada do reino –, reforçou seus pensamentos citando uma passagem do livro de *Jeremias* (43, 8-12):

– "Toma em tuas mãos pedras bem grandes e, diante dos olhos dos Judeus, coloca-as na estrada em frente da porta do palácio do Faraó (...) E Assim falou o Deus de Israel: 'Vou mandar chamar meu servo, o rei da Babilônia, e colocarei seu trono sobre estas pedras (...), e sobre elas estenderá seu tapete'"

Ainda que esse texto, evidentemente, se referisse a Nabucodonosor, conservei-me em respeitoso silêncio. De certo modo, tinha razão. O "prodígio" do laser estava anunciando uma era nova. Tanto meu irmão quanto eu de certa forma nos podíamos considerar como "enviados", ainda que de um "reino" muito diferente. Fosse como fosse, a "mágica" presença destes exploradores naquele "agora" remoto, vinha confirmar o já dito: os caminhos, fios e artes desse imenso e sábio *Ab-bã* parecem sustentar-se – mais que por inteligência – graças a uma inesgotável imaginação.

Concluído o solene discurso, o bom homem apresentou-se. Disse chamar-se Murashu ou Muraschu. O nome soou-me familiar. Morava em Tiberíades e exercia a profissão de *monopolei* (uma espécie de

atacadista no mercado de trigo, neve, pesca, fruta e qualquer outra mercadoria que pudesse ser importada ou exportada). E tentei achar o fio da meada. Que estranho é o Destino! Aquele indivíduo era o contato do qual me havia falado Elias Marcos ao abandonar sua casa em Jerusalém. Mas, discretamente, não mencionei o pai do jovem João Marcos. Naquela hora – por causa da pressa que tinha de voltar ao módulo – não fazia muito sentido.

Insistiu em que sua casa seria honrada com minha visita. Por último, metendo a mão numa bolsinha de lã tirou uma moeda. O rosto bronzeado se iluminou e com a voz suplicante pediu que aceitasse.

– O Mestre nos ensinou a dar sem interesse nem compromisso. Recebe-a em nome de todos.

E aproximando o *aureus*, depositou-o na palma de minha mão. Ao despedir-se, disse:

– Um pouco de ouro e muita gratidão... Que o Todo-Poderoso, o *Ab-bã*, continue te guiando.

E a duas horas do ocaso empreendi a marcha, tenso e emocionado pelos últimos acontecimentos. Verdadeiramente, o afável e generoso *monopolei* tinha razão. Talvez não saiba explicar-me. Não me é fácil escrever. Na verdade, sentia-me mesmo guiado. Quase protegido. Era uma sensação reconfortante. Muito sutil, mas bem firme. Como se “alguém” invisível e muito próximo permanecesse atento a tudo. Poucas horas antes, por exemplo, este desconfiado explorador batia-se numa batalha consigo mesmo, atormentando-se pela falta de dinheiro. Pois bem, de repente, essa “força” (?) teceu o Destino de tal maneira que um desconhecido acabara por dar-me o equivalente a 30 denários de prata. Uma quantia mais que suficiente para sair do impasse. Podia-se chamar de casualidade? Com o tempo, como já referi, o rabi da Galileia nos demonstraria que nada é fruto do acaso. Lamento por meus colegas, os cientistas...

Na altura de Migdal, segundo o planejado, estabeleci comunicação com o “berço”. Graças aos céus, aqueles últimos oito quilômetros transcorreram sem contratempos.



Por volta das 18 horas – a uns 40 minutos do crepúsculo –, depois de verificar que a estrada para Nahum estava desimpedida e deserta, peguei a suave ladeira do monte das Beatitudes, à procura do módulo invisível. A entrada na nave seria mais fácil e mais simples do que eu havia suposto. Ainda que eu estivesse sem as lentes de contato, Eliseu, com a ajuda do radar, foi-me dirigindo com precisão. Também orientado pelos canteiros de anêmonas vermelhas e as flores violetas dos cardos, que atapetavam aquela encosta da elevação, alcancei o limite do primeiro cinturão de segurança que rodeava a “berço”: 150 pés (50 metros). E seguindo as instruções de meu irmão, parei.

– Roger – a voz de Eliseu soou forte e clara através da comunicação auditiva –, passo agora a desativar a barreira IR. Câmbio.

– OK! Pronto para avançar. Câmbio.

– Adiante! – brincou meu irmão. – Se o filho pródigo não ordenar o contrário, desligarei o escudo gravitacional ao descer a escada. Câmbio.

Olhei novamente em volta. Tudo parecia tranquilo.

– De minha parte – repliquei – não vejo inconvenientes. Há algum *target*?<sup>25</sup> Câmbio.

– Negativo. Tudo limpo na tela. Câmbio.

– Entendi “limpo”... câmbio.

– Roger. Quando quiser.

Depois de haver interrompido a poderosa emissão de ondas gravitacionais que envolviam a nave até uma distância de 30 pés, Eliseu ativou o mecanismo hidráulico da escada. Era esse um dos momentos mais críticos da entrada. Para um hipotético observador, a pequena escada metálica surgia do nada, mantendo-se na vertical – como por magia – sobre a plataforma de rochas onde repousava o “berço” invisível. Claro que essa assombrada testemunha também não teria compreendido a cena seguinte: um indivíduo subindo apressadamente por aquela escada e “desmaterializando-se” pouco a pouco, à medida que subia os degraus.

Por sorte, nada disso aconteceu. A colina estava mesmo deserta. Uma vez dentro da nave e puxada a escada, Eliseu reativou o duplo

cinturão de proteção e recebeu-me de braços abertos. Emocionados, sem muitas palavras, comentamos que aqueles cinco dias nos haviam parecido uma eternidade.

O resto da jornada transcorreu rapidamente. Eliseu, recuperado de sua ferida na testa, foi o primeiro a relatar as novidades. Na realidade, nenhuma ou quase nenhuma, graças a Deus. A nave operava sem problemas e os estudos sobre o misterioso “corpo glorioso” do Ressuscitado, e o não menos enigmático fenômeno registrado no sepulcro da madrugada do domingo, 9 de abril, haviam evoluído... relativamente. Mas desse tema vou ocupar-me mais para a frente.

Quando me coube a vigília, procurei fazer-lhe uma síntese a mais precisa possível de tudo que me havia acontecido naquela viagem a Nazaré. Soube escutar-me em silêncio, quase sem interrupções. E dessa feita, seguindo minha intuição, preferi não lhe ocultar nenhum dos problemas que nos envolviam. Na seguinte ordem:

Primeiro, e mais crítico: falta de dinheiro. Tínhamos apenas um *aureus*. (Eliseu respeitou minha vontade de guardar o denário da Senhora.) Com sorte, talvez pudéssemos trocá-lo por 30 ou 35 denários de prata. Mas esse montante só daria para uma ou duas semanas, mesmo bem administrados. No máximo, três. Se não encontrássemos uma solução a Operação teria de ser abortada.

Segundo: as medidas de segurança dos exploradores. Era mister reforçá-las. Uma situação como a da caverna do saduceu não podia repetir-se.

E, terceiro e não menos importante, a atitude de alguns dos íntimos do Mestre – de franca hostilidade a mim – obrigava-nos a rever a forma de trabalho nas fases imediatas da missão. Apoiando-me nessa lamentável realidade, propus-lhe a possibilidade de adiantarmos o terceiro “salto” no tempo.

Apesar do cansaço, durante boa parte da noite ocupamo-nos da exaustiva análise desses imprevistos. Eliseu, longe de ceder à tentação de suspender a missão, mostrou-se sensato e entusiasmado. Foi ele quem injetou ânimo e acabou por dissipar o pessimismo que tomara conta de mim.

Prometeu ocupar-se do ingrato assunto do dinheiro. E a julgar pelo sorriso maroto devia ter algo em mente. Creio mesmo que o tivesse, mas como fosse muito vivo soube guardar silêncio para uma ocasião mais oportuna. As surpresas o fascinavam!

Também falamos da utilização dos dispositivos técnicos como fonte "extra" de renda. A recente experiência com o laser de gás havia sido promissora. Mas ao mesmo tempo tivemos de admitir que esse tipo de aventuras trazia em si grandes riscos e mereciam uma análise mais demorada. Não o descartamos, mas deixamos nas mãos do Destino.

Quanto às medidas de segurança, Eliseu adorou a ideia de estrear o sistema que havíamos batizado como "tatuagem". No dia seguinte, com a ajuda do computador central, pusemos mãos à obra. No domingo, 30 de abril, resolvemos prová-lo sobre o terreno.

O último problema, duplo, e o mais abstrato, foi o que nos tomou mais tempo. Não era fácil recuperar a amizade de João Zebedeu e de outros íntimos do Mestre claramente influenciados pelo "filho do trovão". O desenvolvimento das três seguintes missões obrigava-me a permanecer junto ao grupo. Minha posição, evidentemente, não era cômoda. Como consegui-lo? Procurando animar-me, meu irmão fez-me ver que talvez eu estivesse exagerando. Nem todos os discípulos partilhavam a intransigente posição do Zebedeu. Além disso, contava eu com o incondicional apoio da Senhora e seus filhos. Maria, de certo modo, sabia da "verdade". Mesmo sabendo das desvairadas e neuróticas reações do "discípulo amado" (?), não me mostrei otimista. E não me enganaria.

Claro, a sugestão de adiantar o "salto" no tempo entusiasmou meu companheiro. Ele, mais do que eu, estava louco para "sair ao exterior" e compartilhar a vida do Mestre. Mas à medida que avançávamos na tão esperada aventura a crua realidade foi colocando as coisas no seu lugar. Primeiro: nem Eliseu nem eu nos havíamos sentido tranquilos deixando pela metade a missão "oficial". O dever e nossa própria curiosidade nos forçava a terminar o já iniciado. Por outra parte, além do problema monetário, faltavam as datas. Este explorador não havia ainda conseguido a informação exata sobre as datas dos acontecimentos da chamada vida pública

do Filho do Homem. Em parte, como já expliquei, porque nem mesmo os apóstolos estavam de acordo quanto a recapitular esse momento transcendental. Sem contar que não podíamos abusar das inversões de massa dos *swivels* dado o mal que já nos afligia. O terceiro e extraoficial “salto” devia ser executado com a máxima precisão e para isso tínhamos de aproveitar as três últimas incursões obtendo, fosse como fosse, o ano e mês precisos. (O que não imaginava é que tal informação chegaria, curiosamente, pelas mãos de alguém que não pertencia ao colégio apostólico.) Por último, concordamos que os preparativos para tão prolongada, complexa e arriscada missão achavam-se ainda muito crus. Necessitávamos um salvo-conduto especial que garantisse na medida do possível nossa segurança no território de Israel, de ponta a ponta. Tal documento, logicamente, só seria obtido do governador romano. Por isso é que minha presença em Cesareia – habitual residência de Pôncio – fora programada para a semana seguinte.

E como esquecer o novo assentamento do “berço”? A definição e o acondicionamento da “base-nave-três” não era tarefa simples e rotineira. Mas o sono e o cansaço terminaram virando a página daquela intensa e fascinante sexta-feira.

---

7 Maiores informações em meu livro *Testamento de São João*. (N. de J. J. Benítez)

8 A título de orientação vou dar alguns exemplos, em vigor na época de Jesus de Nazaré, sobre a absurda, complexa e, em alguns casos, ridícula legislação sobre a comunidade judaica com relação aos pagãos. Uma legislação, insisto, baseada exclusivamente no aspecto religioso. Vejamos: três dias antes das festas dos gentios, os judeus proibiam todo tipo de comércio com os chamados pagãos. Não podiam emprestar dinheiro ou qualquer objeto nem tampouco recebê-los. A Lei obrigava-os até a não receber dinheiro nem pagar dívidas. A “justificativa” para isso dizia: “ao concluir o contrato comercial, o pagão ficaria satisfeito e aproveitaria a festa para agradecer a seu ídolo, o que teria sido causado pelo israelita, de forma indireta”. (Tratado “*aboda-zará*”; capítulo 1, 1.)

O critério para marcar essas festas pagãs já trazia em si uma arbitrariedade que constituía um permanente engodo para os judeus. Segundo a norma religiosa, eram consideradas festas “não-judaicas” as calendas (para uns, o primeiro dia do ano e para outros, o primeiro de cada mês); as saturnais (festas de Saturno: dia 17 de dezembro, a oito dias do solstício); o dia do aniversário ou subida ao trono dos reis; o dia da vitória de Augusto sobre Cleópatra; o dia do aniversário de um indivíduo; o de seu falecimento, com uma curiosa exceção: se o indivíduo fosse cremado, aí seria culto idolátrico; a primeira vez que o jovem se barbeasse ou cortasse o cacho, o que marcava a sua entrada na puberdade; o

dia em que um gentio regressa de uma viagem marítima (?); o dia em que sai da prisão e, por fim, até o dia em que um pagão festeja o casamento de seu filho.

A metódica tradição mosaica estabelecia até que era proibido vender frutos e animais aos gentios naquelas festas, para que não fossem oferecidos aos ídolos. Por exemplo: incenso, abacaxi, figos brancos (com seus cabinhos) e galos brancos. Para alguns "sábios", era autorizada a venda de galos brancos sempre que também fossem vendidos galos de outras cores. "Ao comprar outros galos, juntamente com o branco" – argumentavam –, "o pagão mostra que não vai usá-lo com fins idolátricos." Outros doutores da Lei permitiam o comércio de galos brancos se antes lhes fosse cortado um dedo, pois com esse "defeito" estaria inutilizado para o culto. Tampouco era lícito vender-lhes gado ou asnos, defeituosos ou não. O raciocínio era igualmente estranho: o gentio podia trabalhar com ele nos *Sabbaths* e Yaveh havia estabelecido que também o gado devia descansar nesse dia. Leões, ursos e qualquer outro gênero de feras eram proibidos porque "podiam causar danos às pessoas".

Essas leis opressivas confundiam muitos dos preceitos de Yaveh, levando a interpretações racistas. Por exemplo, não podiam deixar o gado nas pousadas dos gentios porque – diziam – são suspeitos de praticar a bestialidade. E invocavam o *Levítico* (19, 14). Quando se lê essa passagem é fácil entender que a advertência de Yaveh não era dirigida unicamente aos pagãos: "Não amaldiçoarás o mudo nem colocarás obstáculos diante do cego, mas temerás o teu Deus. Eu sou Yaveh".

Tampouco era permitido a uma mulher judia permanecer a sós com um gentio porque – segundo a Lei – "eles são suspeitos de incontinência" (*San.* 21 a b). Quanto aos varões israelitas, as normas eram as mesmas. Razão: "os pagãos são suspeitos de intenções homicidas".

A prática da medicina não era uma exceção para a rigorosa legislação religiosa dos judeus. Um médico gentio – e esse era o meu caso – podia curar um israelita, sempre e quando o fizesse por dinheiro. Se a cura fosse gratuita, o judeu caía em pecado de idolatria. (Segundo Guemara, a "cura do dinheiro" era também a cura dos animais. A "cura do corpo", ao contrário, referia-se a uma pessoa.)

A situação chegava a tal extremo que um judeu, por exemplo, não podia ter seus cabelos cortados por um pagão, em nenhuma circunstância.

Claro que, quando existia a possibilidade de obter algum benefício econômico, as normas judaicas faziam concessões desconcertantes. Vejamos algumas:

Era proibido beber o leite que tivesse sido extraído da vaca por um gentio, se um judeu não o estivesse assistindo. Mas era permitido comercializar o leite. Se a ordenha fosse assistida por um judeu, o leite ia para o consumo dos judeus. O mesmo acontecia com o pão, azeite, legumes cozidos, conservas, peixes etc.

Um pagão podia pisar a uva ao lado de um israelita. No entanto, a Lei proibía que ambos a colhessem juntos.

Por último, para encerrar este interminável quadro de aberrações, vou relembrar ao hipotético leitor deste diário que todo judeu ou judia que comprava ou recebia qualquer objeto das mãos de um gentio achava-se na obrigação de purificá-lo antes de seu uso. Se fossem utensílios de metal ou vidro, havia que submergi-los para que ficassem limpos da "natural impureza dos pagãos". Se se tratasse de facas, bastava que fossem afiadas novamente. No caso de carnes, deveriam ser levadas ao fogo purificador. (N. do M.)

9 Ampla informação em *Cavalo de Troia 4*, pp. 40 e ss. (N. de J. J. Benítez)

- 10 A tradição oral religiosa dos judeus, posta por escrito na segunda metade do século II, ou talvez na primeira década do III, dizia a respeito: “Os seguintes deverão ser lapidados: aquele que mantém relações sexuais com sua mãe ou com a mulher de seu pai, ou com a nora, ou com um varão ou com um animal, a mulher que leva um animal (para copular com ela), o blasfemo, o idólatra, o que oferece seus filhos a Molok, o nigromante, o adivinho, o profanador do *Sabbath*, o que difama o pai ou a mãe, o que copula com uma jovem prometida, o indutor (que induz alguém à idolatria) – esse podia ser o meu caso, à luz da legislação religiosa judaica –, o sedutor (que leva toda uma cidade à idolatria: *Deuteronômio* 13, 13), o feiticeiro e o filho obstinado e rebelde. Se alguém manteve relações sexuais com sua mãe, é culpado por ser sua mãe (*Levítico* 18, 7) e por ser a esposa de seu pai (*Levítico* 18, 8). Se alguém manteve relações sexuais com a mulher de seu pai, é culpado por ser ela a mulher de seu pai e a mulher de um varão (*Levítico* 18, 20), seja seu pai vivo ou falecido, esteja ela só desposada ou já casada. Se alguém manteve relações com sua nora, é culpado por ser ela sua nora (*Levítico* 18, 15) e por ser a mulher de um varão, seja durante a vida de seu filho e depois de ele falecido, seja ela desposada ou casada. Se alguém manteve relações com um varão ou com um animal, ou se uma mulher copular com um animal morrerão lapidados (*Levítico* 20, 15-16). Se o homem peca, que pecado comete o animal? Porque através do animal o homem cai em pecado, assim fala a Escritura sobre ele: ‘Será lapidado’. Outra explicação: para que o animal não cruzasse a praça e dele se dissesse: ‘Por causa dele foi lapidado fulaninho’ (A honra obriga a que se evite lembrar o crime dessa pessoa.)” (*Sinédrrio* 7, 4.) (N. do M.)
- 11 O caminho desdobrava-se em um ramal que ia para o Sudeste, na direção do monte Tabor, e uma segunda pista – pela qual caminhávamos – que morria em Nazaré. (N. do M.)
- 12 Ver informação em *Cavalo de Troia* 2, p. 226. (N. de J. J. Benítez)
- 13 Como simples referência, à guisa de orientação, darei os preços de alguns produtos básicos. Uma ração de pão de trigo, por exemplo, saía a dois asses (um denário de prata equivalia a 24 asses). Dez ou 12 figos podiam ser comprados na Galileia por um asse. Na Cidade Santa, por outro lado, por esse mesmo valor só se conseguiam três ou quatro. Uma medida de leite (um *log* por volta de 600 ml), um asse. Meia dúzia de ovos, entre dois e três asses. Uma rola não custava menos que 1/8 de denário. Dois *qinnim* (ninhos de pássaros), seis asses. Um *kab* (um pouco mais de 2 kg) de frutas, dependendo do gênero, entre 1/4 e 1/8 de denário. Dois *log* de azeite, entre dez e 12 asses. Quanto ao vinho, segundo sua origem e qualidade, oscilava entre três ou quatro denários o *bat* (por volta de 30 l). (N. do M.)
- 14 Como sabem os especialistas em laserterapia, a energia luminosa é absorvida pelos tecidos, estimulando ou modificando os processos metabólicos. O professor Pollack, da Universidade da Filadélfia, demonstrou que a ação do laser sobre as células provoca a transformação de ADP em ATP, acelerando o tempo da mitose. Por isso esse tipo de radiação contribui para que a reconstituição e a normalização dos tecidos seja mais rápida, favorecendo a síntese de NA e RNA sem alterar as características genéticas e histofuncionais da célula. Segundo os especialistas, os principais efeitos biológicos do laser podem ser sintetizados nos seguintes termos: aumento do fluxo hemático por vasodilatação arterial e capilar, com a conseqüente ação antiflogística, antiedemosa e estimulante do metabolismo celular; modificação da pressão hidrostática intracapilar, com uma melhor resposta para absorção dos líquidos intersticiais e a eliminação ou redução dos edemas; aumento do grau de percepção das terminações nervosas algotropas, com o

óbvio benefício analgésico; estímulo da regeneração eletrolítica do protoplasma celular, acelerando assim os processos metabólicos; fulminante ação antibacteriana, provocando o reforço do sistema imunológico e a multiplicação dos anticorpos. (N. do M.)

15 Em uma das normas surrealistas (quase hitleriana), Yaveh dizia textualmente: "O homem que tiver os testículos amassados ou o pênis mutilado não será admitido na assembleia de Yaveh. O bastardo não será admitido na assembleia de Yaveh, nem sequer na sua décima geração". Sem comentários. (N. do M.)

16 O problema fundamental, ou seja, o que era entendido por bastardo, era tema de muitas discussões entre os doutores da Lei, àquele tempo. Em seu raciocínio – tão sábia e ardorosamente combatido por Jesus de Nazaré –, aqueles "sábios" consideravam três grandes possibilidades:

a) Deviam ser qualificados como *mamzer* todos os descendentes de uma "união proibida pela Torá". Ou seja, incesto, adultério etc., excluindo-se os nascidos da união entre um sumo sacerdote e uma viúva. Também eram bastardos os filhos de uma *halúсах* (viúva de um homem falecido sem descendência, cujo irmão negava o matrimônio levirático com a cunhada); a prole de uma mulher que tornava a casar-se baseada no anúncio de sua viuvez, mas que mais tarde era comprovado o engano; o filho nascido de um casamento legítimo no qual a mulher – nunca o marido – estava sob suspeita de adultério, e a descendência de uma mulher divorciada, cujo documento de repúdio levava a assinatura de um escravo, em lugar de uma testemunha legalmente qualificada.

b) Para outros rabinos, o significado jurídico de *mamzer* era estabelecido, única e exclusivamente, pelas alusões da Torá e as penas de morte relacionadas às uniões sexuais não autorizadas. Suas opiniões eram respaldadas no texto do *Levítico* (20, 10-21). Entre outras faltas castigadas com o extermínio – 36 no total – destacava-se, por exemplo, o incesto, as relações com a cunhada, com a irmã da mulher divorciada e até o ato sexual durante o período da impureza menstrual. Os filhos gerados nos primeiros casos entravam de cheio na qualificação de bastardos.

c) O último critério – o mais moderado (?) – considerava *mamzer* os nascidos de uma união ameaçada pela Torá com uma "pena de morte legal". Ou seja, os filhos gerados em circunstâncias que Yaveh havia condenado com as penas de lapidação, abrasamento, decapitação e estrangulamento. Por exemplo: se um homem mantivesse relações sexuais com uma mulher – que fosse jovem (entre os 12 e 12 anos e meio: idade de casamento entre as hebreias), virgem, prometida em matrimônio, e se encontrasse em casa de seu pai –, com ou sem o seu consentimento, o varão era condenado à lapidação. Se para o ato houvessem concorrido dois homens, o primeiro morreria por lapidação, o segundo por estrangulamento. Se nascesse um filho de tal união seria marcado para sempre como bastardo. Da mesma maneira, como já citei em páginas anteriores, eram igualmente réus de lapidação aqueles que mantivessem relações sexuais com sua mãe, com a mulher de seu pai, com a nora etc. Se descendência houvesse, seriam todos *mamzerim*.

A esse tenebroso panorama havia que acrescentar os filhos gerados entre judeus e escravos.

A aberração e loucura desses *jaber* (os que observavam escrupulosamente as leis da pureza) chegavam ao extremo de tachar como bastardos os filhos de um casal em que a impotência do marido fosse pública e notória. Naturalmente não existia diferenciação entre origem orgânica e psíquica, registrando-se, pois, os lamentáveis erros e injustiças bastante conhecidos hoje pela medicina. (Pouco importava se a impotência fosse passageira. A suspeita recaía sobre a família como uma maldição.) (N. do M.)

17 Hillel (em 20 a.C.), partindo de um fato bastante frequente – as mulheres grávidas no período dos esponsais (espécie de noivado) –, enfrentou a opinião generalizada dos doutores da Lei, que considerava os filhos dessa união bastardos, argumentando que, ao não existir casamento propriamente dito, a possível descendência não podia ser julgada como gerada no adultério. “Trazei-me os contratos matrimoniais de nossas mães”, disse-lhes. Eles os levaram e mostraram o que estava escrito: “Desde que entres em minha casa” – a partir das bodas, não dos esponsais –, “serás minha mulher segundo a Lei de Moisés e de Israel.” Mas o razoável critério de Hillel – como se vê no tratado “*Sinédrion*” e no “*Ketubbot*” IV – não vingou. Em parte porque os judeus de Alexandria haviam aberto um precedente, incluindo nos esponsais promessas por escrito de casamento, ao estilo egípcio. (N. do M.)

18 Como uma simples orientação – complementando as palavras do Major – lembro ao leitor que os manuscritos mais antigos sobre os Evangelhos (o chamado papiro “p45”) remontam aos princípios do século III. Ou seja, mais de cem anos depois da escritura do último Evangelho, o de João. Lamentavelmente, os “códices” que Constantino fez seu bibliotecário, Eusébio, transcrever no século IV – com textos do Antigo e Novo Testamento – perderam-se. Os únicos que se conservaram são o *Codex Sinaiticus* e o *Vaticanus*. Mas esses códices originam-se de fontes desconhecidas. Também existe um fragmento evangélico pertencente, ao que parece, a Marcos, escrito em papiro e encontrado na Caverna 7, em Qumran, no mar Morto. Esse texto, denominado 7Q5, que é tema de grandes discussões entre os especialistas, poderia remontar ao ano 50 d.C. Contém a passagem 6, 52-53. Referindo-se aos apóstolos, depois de verem Jesus caminhar sobre as águas, diz textualmente: “... pois não haviam entendido aquilo dos pães, já que sua mente estava embotada”. A respeito dos fragmentos mais antigos do Evangelho de Mateus – “p64” e “p77” –, tudo parece indicar que remontam ao final do século II. Evidentemente, diante de semelhante pobreza de manuscritos evangélicos originais, os “erros, silêncios e manipulações” – como afirma o Major – impregnados nos textos que chegaram até nós podem ser incalculáveis. E arrematarei esta nota com uma tristemente célebre carta, que diz respeito a essas possíveis manipulações. Foi dirigida a Anísio, bispo de Tessalônica, pelo papa Sirício, no ano 392. Seu pontificado viu-se conturbado pelas heresias dos priscilianistas, que praticavam um asceticismo exagerado, e pelas de Joviniano e Bonoso, que, dentre outras coisas, negavam a virgindade de Maria. Pois bem, na tal missiva, Sirício (384-398) afirmava: “Com razão sua santidade sentiu-se tão horrorizado (referindo-se às opiniões de Bonoso) ao ouvir que do mesmo ventre virginal do qual nasceu, segundo a carne, Cristo, pudesse ter originado outro parto. Porque o Senhor Jesus não teria escolhido nascer no ventre de uma virgem, se a julgasse capaz de incontinência e que, com o sêmen de uma união humana, viesse a macular o seio no qual fora gerado o corpo do Senhor, aquele seio, palácio do Rei eterno. Porque aquele que isso afirma, não afirma outra coisa senão a maldade judaica dos que dizem que Ele não nasceu de uma virgem”.

Fica claro, portanto, que as críticas à virgindade de Maria vinham de longa data e por parte daqueles – os judeus – que conheciam bem as Leis mosaicas. (N. de J. J. Benítez)

19 A deusa Fortuna representava para o mundo pagão o destino, com todas as suas incógnitas. O culto que mais se destacava era o de Preneste, no Lácio, onde, ao que tudo indica, um tal de Numerius Suffustus descobriu umas misteriosas tabuinhas (*sortes*) com inscrições mágicas. Em um primeiro momento, os habitantes de Preneste conheceram Fortuna como Primigênia (a primogênita de Júpiter). Posteriormente seria introduzida em



Roma, provavelmente durante a segunda guerra púnica. Os romanos a veneraram sob vários nomes: *Fortuna publica populi romani* e *Fortuna Muliebris* (a que protegia as matronas *univirae* ou casadas uma só vez). Era comum que uma estatueta de ouro de Fortuna fosse encontrada nos dormitórios dos imperadores e dos cidadãos que se achassem favorecidos pela sorte. Destes se dizia que “possuíam uma Fortuna”. Tyche chegaria a converter-se na protetora das cidades-fortaleza, dos navegantes e pescadores. De fato, muitas das embarcações do Kennereth levam-na na proa. Contava-se que Fortuna havia recebido de seu pai, Zeus, o poder de decidir sobre a sorte dos homens e das cidades. Uma deusa caprichosa que honrava a pagã, volúvel e cosmopolita “pérola” do *yam*. (N. do M.)

- 20 Como pudemos verificar nas sucessivas visitas, Tiberíades – construída por Herodes Antipas sobre uma antiga necrópole – era qualificada pelos judeus ortodoxos de “cidade maldita e abominável”. Como explica Flávio Josefo, em *Antiguidades* (XVIII, 2-3), para vencer a resistência dos israelitas a povoar a cidade, Antipas viu-se obrigado a libertar milhares de escravos, com a condição de ali se estabelecerem. E com esses escravos também chegaram centenas de zelotes ou “qanaítas”, assim como uma infinidade de assassinos, ladrões e *mamzerím*. (N. do M.)
- 21 O pesadelo das proibições do *Sabbath* chegava a extremos tão pitorescos como estes: a Lei judaica, por exemplo, não admitia o transporte de palha, ainda que somente fosse para encher a boca de uma vaca. Tampouco era autorizado o transporte de vinho (era considerado pecado se a quantidade fosse superior a 1/4 de *log*, 150 ml). Era igualmente delito o transporte de um mínimo de leite ou mel, numa quantidade para passá-los numa ferida de homem ou animal, de azeite para passar no dedo de um recém-nascido, de água para diluir um colírio e, enfim, qualquer líquido (até 1,4 de *log*) ou substância que pudesse ser derramada. Também era proibido o transporte de corda, de pimentão, óleo de peixe, perfumes, metais, pedras de altar e até as partes deterioradas de um livro (em qualquer quantidade). Em sua loucura, a Lei proibia até o transporte de algo com a mão direita ou com a esquerda, no peito ou sobre as costas porque assim costumavam transportar coisas os filhos de Coat (segundo *Números* 7, 9, eles eram os encarregados de levar nas costas os objetos do Tabernáculo). Por outro lado, era lícito transportar qualquer coisa nas costas da mão, nos pés, na boca, no dedo, na orelha, nos cabelos, nas sandálias ou numa sacola com a boca virada para baixo. Essa absurda legislação, como é fácil de imaginar, dava lugar a situações realmente cômicas. (N. do M.)
- 22 Segundo a antiga escala de Mohs, o diamante está na mais alta graduação dos níveis de dureza, com 10 pontos. (N. do M.)
- 23 Como já citei em outras oportunidades, este laser de gás (com base no dióxido de carbono) foi programado como um elemento diversionista, para ser utilizado em animais ou objetos inanimados. A potência podia ser regulada entre frações de watts e várias centenas de quilowatts. Por causa de sua natureza militar, não estou autorizado a falar a respeito de suas principais características. Mas posso dizer que, graças a seu alto grau de rendimento e facilidade de dispersão técnica, prestou excelentes serviços à missão. (N. do M.)
- 24 Esse laser era capaz de perfurar o titânio (a uma potência de 20 mil watts) a razão de 10 cm/s. (N. do M.)
- 25 No jargão aeronáutico, um objeto captado pelo radar. (N. do M.)

## 29 de abril, sábado

Despertei em sobressalto. Quase o havia esquecido. O computador central, nosso fiel "Papai Noel", não entendia de pássaros. E fazia muito bem. Meu irmão, depois de observar o visor, me tranquilizou. Algumas aves madrugadoras, em bandos, como a cada amanhecer, ao penetrarem no escudo infravermelho haviam feito saltar os sinais acústicos e luminosos do "*panel panic*". E isso era inevitável nesse mecanismo. Pouco a pouco, porém, nos iríamos acostumando. Mais do que isso, ficaríamos agradecidos. As pontuais irrupções das colônias migradoras e autóctones em torno da nave se converteram no melhor despertador para nós, extenuados exploradores.

Dessa vez, ao contrário, não se tratava das alegres e confiadas pombas ou rolas, tão abundantes nos alcantis do *har* Arbel. Ao chegar a uma das escotilhas descobri contrariado que os intrusos eram pretos e fúnebres corvos de cauda em leque (*Corvus rhipidurus*), comedores de carniça, recebidos sempre a pedradas pelos supersticiosos judeus. E apesar de minha suposta inteligência vi-me contagiado por aquele sentimento de rejeição. Como terminaria a jornada?

Eliseu me chamou à realidade imediata. As leituras dos sensores externos do "berço" pareciam as melhores possíveis. O "emagrama de Stuve" apresentava inversão térmica, calma no mar (ao redor de 1020 mb), pressão em ascensão, visibilidade ilimitada e uma temperatura preocupante para as primeiras horas da manhã: 15° centígrados no orto solar (5h15).

Depois de um excelente café-da-manhã – à americana certamente –, enquanto meu irmão atacava com entusiasmo o preparo da delicada "tatuagem" (o dispositivo de segurança que deveríamos usar na indispensável exploração do lugar em que

assentaria em definitivo a nave), eu repassei pela enésima vez o plano previsto para aquele sábado.

Ao abandonar o lago, a caminho de Nazaré, a situação era a seguinte:

Na manhã de 23 de abril, o impulsivo Simão Pedro iniciou um apaixonado discurso diante do casarão dos Zebedeu, em Saidan. Desejava “abrir os olhos à boa-nova da Ressurreição de Jesus” à multidão que se concentrava na aldeia. Mas a prédica foi interrompida por alguns de seus companheiros. Como já relatei, naquele domingo se registraria uma desagradável polêmica entre os íntimos de Jesus. Parte dos discípulos, com o fogoso e irrefletido Pedro à frente, decidiu que havia chegado o momento de sair pelos caminhos e anunciar o formidável acontecimento da Ressurreição. Esse grupo, com a aberta oposição de João Zebedeu, Mateus Levi e André, o irmão de Simão Pedro, pretendia mais que o anúncio de que o reino se iniciava em Jerusalém. (Pedro estava convencido de que Jesus se achava definitivamente junto ao Pai e que não voltaria durante um tempo.) João, entretanto, baseando-se em “algo” que lhe fora dito pelo próprio Ressuscitado na última das aparições, defendia o contrário: convinha esperar no lago até que se produzisse a terceira presença do Mestre.

Essa polêmica criou uma situação explosiva. Pedro, irritado, enfrentou os dissidentes. Mas, covarde e inseguro como sempre, se vingou em seu irmão, humilhando-o por duvidar de suas palavras. Finalmente firmaram uma trégua. Se o Ressuscitado não aparecesse em uma semana, Simão Pedro seguiria adiante com seu plano. E, regressando para junto do gentio, os convocou para a hora nona (três da tarde) do sábado, 29, na praia da aldeia. Então falaria abertamente.

Não me cansarei de insistir nisso. Aquela disputa seria o princípio do fim. Estávamos assistindo ao nascimento de um líder – Simão Pedro, e a uma irremediável divisão entre os “onze”. Uma ruptura ideológica que culminaria nos célebres e manipulados fatos registrados na festa de Pentecostes. Enquanto o grupo de Mateus Levi, o publicano, pretendia estender a autêntica mensagem do Mestre (a realidade de um Deus-Pai e a fraternidade entre os

homens), Pedro e os demais, deslumbrados pela Ressurreição, centraram as prédicas na figura do rabi da Galileia. E surgiria uma religião “a propósito de Jesus”. Mas não antecipemos os acontecimentos. O que importava naquele momento é que nos achávamos ao final da trégua firmada havia pouco.

Agora, tudo dependia da suposta nova aparição do Galileu. Mas aconteceria mesmo? E, no caso afirmativo, onde e quando?

Só o que estava claro naquele quebra-cabeça era que, se a nova presença não se desse, Simão Pedro, cumprindo o prometido, se dirigiria à multidão às três da tarde na praia de Saidan.

Meu trabalho, em decorrência, consistiria em permanecer o mais próximo possível dos discípulos, tentando assistir ao prodígio, supondo que ocorresse. A aparentemente simples tarefa tropeçava, entretanto, com dois inconvenientes. Primeiro: a já conhecida hostilidade de alguns dos discípulos para comigo. Isso podia embarçar o desenvolvimento do meu trabalho. Segundo: a possibilidade, nada remota, de que os apóstolos houvessem embarcado na noite anterior para pescar, como de costume. Isso continha um risco: que a pretendida aparição do Mestre ocorresse naquela madrugada tendo os apóstolos como únicas testemunhas. De fato, isso acontecera na sexta-feira, 21 de abril.<sup>26</sup> Se assim fosse, parte daquela missão haveria fracassado.

Admitimos também a hipótese de uma aparição ao longo do dia e em lugar fechado. Tampouco seria novidade. Onde? Pela lógica, no casarão dos Zebedeu. Ali se refugiavam os discípulos e, presumivelmente, se a viagem fosse normal, os expedicionários procedentes de Caná. Esses, junto a Natanael, o “urso”, deviam ter chegado a Saidan às primeiras horas do dia anterior. E deduzi que ali permaneceriam. Mas, obviamente, tudo não passava de especulações.

O difícil dilema nos levou a preparar o lançamento de um dos “olhos de Curtiss”. Mas para onde? E no caso de não descobrirmos o local da aparição do Ressuscitado, quanto tempo deveríamos mantê-lo no ar? Finalmente desistimos, confiando em minha boa estrela. Faríamos da forma habitual: apostamos por uma investigação direta e no solo. Naturalmente, como já terá adivinhado o hipotético leitor

destas memórias, as coisas se encadeariam ao contrário do que havíamos suposto.

Sem perda de tempo, às 9 horas, com o último par de “crótalos” e a inseparável “vara de Moisés”, abandonei o “berço” disposto a percorrer os sete quilômetros que me separavam de Saidan, a aldeia de pescadores. Se eu tivesse a fortuna de presenciar a nova aparição do Filho do Homem, o plano era simples: alertar o módulo, via laser, e catapultar um dos “olhos”. Mas como eu dizia, o homem propõe...

E ao inspecionar os arredores dei-me conta de um novo erro: a estrada que margeava o extremo sul da “nossa” colina, ligando Tiberíades a Migdal e Nahum, parecia estranhamente solitária. Também o *yam*, azul e adormecido, apresentava pouca atividade. Contei oito ou dez embarcações que, lutando à força dos remos, ou à deriva, próximo à costa oriental, aproveitavam a amenidade da manhã para executar suas tarefas.

Estúpido que fui! Esqueci que nos achávamos num *Sabbath*. Isso excluía a hipótese de que os discípulos do rabi houvessem embarcado. Ainda que a maioria não comungasse com a enfermiza rigidez do descanso sabático, por interesse pessoal procurava respeitá-lo no substancial.

Animado pelo que parecia um golpe de sorte, desci à *via maris*. Apesar da ausência de caminhantes, por pura precaução escolhi o rumo do circo basáltico que se abria na costa oriental da elevação. Tomar o caminho principal pelo contraforte Sul teria sido arriscado.

Em minutos deixei a estreita e ziguezagueada pista de terra avermelhada que partia da cripta localizada entre as enormes moles de basalto. Um cemitério de triste memória para Eliseu e para mim.

Tudo continuava praticamente igual. Os dourados campos de trigo duro e escândea, castigados pelas recentes e fortes chuvas, começavam a recuperar a verticalidade, dobrando as cabeças ao peso das espigas.

Ao pisar a estrada romana, à vista dos negros muros de Nahum, assaltou-me uma incômoda dúvida. Um dos objetivos daquela incursão era trocar o denário de ouro. A trezentos ou quatrocentos metros da cidade me perguntei se devia entrar e aventurar-me na

sempre irritante operação de câmbio. Absortos nos problemas magnos, nem Eliseu nem eu havíamos dado muita atenção a essa aparentemente secundária operação doméstica. A experiência, entretanto, nos iria ensinando. Nenhum desses assuntos podia ser descuidado, por mais trivial que pudesse parecer-nos. Alguns, como já tenho contado e espero seguir relatando, chegariam mesmo a colocar-nos em situações francamente conflitivas. Essa seria uma delas, para minha desgraça.

Sendo *Sabbath* – prossegui nas minhas reflexões –, o rotineiro negócio podia alterar-se. Mesmo assim – ponderei – talvez valesse a pena tentá-la. Precisávamos de moeda fracionária. Não era prático carregar uma única peça e de tão alto valor.

Indeciso, continuei a caminhar e cheguei ao labirinto de hortas que circundavam Nahum no lado ocidental. Alguns proprietários, quase ocultos entre os espessos sicômoros, as elevadas nogueiras, as figueiras e as radiantes amendoeiras em flor, ocupavam-se de estacar a terra e de reparar as muretas de pedra basáltica. Ao verme, conhecedores da proibição de trabalhos *Sabbath*, largaram precipitadamente as ferramentas e as cestas de esterco, adotando as mais inocentes e convencionais posturas. Elevavam os braços para o céu, entoando aos gritos o *Ouve, Israel* ou correspondiam à minha saudação com exageradas e hipócritas inclinações de cabeça. (A Lei proibia até o transporte de esterco ou areia fina “para abastecer os talos de um alfarrobeiro”.)

E a poucos metros da tríplice porta me detive. Que devia fazer?

A questão ficou prorrogada quase no mesmo instante, por obra e graça da inevitável turba de mendigos, aleijados e truões que se agitava sob os arcos, atento cada um deles à possível “vítima”. Não tive ânimo para cruzar aquele viveiro de possíveis problemas. Passei ao largo e deixei o câmbio para melhor oportunidade. Talvez na volta de Saidan, consolei-me.

Assim, contornei Nahum para alcançar a pequena ponte sobre o rio Korazin.

Instantes depois teria de admitir que a decisão de adiar o câmbio não fora tão acertada como podia supor.

À minha frente, à direita do caminho, surgiu “algo” com que não contava. Ou, melhor dizendo, que havia esquecido: a casa térrea que servia de aduana entre os territórios de Filipo, ao Norte, e Antipas, seu meio irmão, pelas quais eu transitava.

E, como dizia, um problema aparentemente inócuo, o câmbio de moeda, acabaria por complicar-se e me arrastar a uma situação-limite.

O estúpido esquecimento me transtornou. Se o guarda reclamasse a taxa de trânsito, que não passaria de um asse (um denário de prata equivalia a 24 asses), que poderia eu fazer? Mostrar-lhe o *aureus*? Supondo que aceitasse, qual seria o risco? Provavelmente ser furtado no câmbio. Devia seguir? Neguei-me categoricamente. A presença de dois soldados, junto de uma das enormes figueiras que sombreavam a fachada do casarão, levou-me a ser cauteloso.

Simulando naturalidade, aproximei-me dos mercenários. Quase nem me olharam. Continuavam conversando em um jargão indecifrável para mim. Supus que fossem voluntários – geralmente sírios, trácios, espanhóis ou germânicos –, integrantes das tropas auxiliares. Longe da rígida disciplina imposta pelos suboficiais, e acossados pela alta temperatura, se haviam desembaraçado das couraças anatômicas, dos gibões de couro sobre os quais vestiam as armaduras e dos capacetes metálicos. Tudo isso, junto com as lanças, espadas e escudos quadrangulares, havia sido deixado a curta distância, à sombra da árvore. Uma túnica vermelha, de mangas curtas até os cotovelos, constituía o único vestuário... de momento.

Depois de uns segundos de vacilação, estranhando a ausência do grego que revistara dias antes minha malograda cesta de víveres, me atrevi a interrompê-los, perguntando pelo funcionário. Não obtive mais que o silêncio e olhares hostis. Supondo que não entendiam o aramaico galileu, repeti a pergunta em *koiné*, o grego “descafeinado” de uso corrente em todo o Mediterrâneo. O resultado não foi melhor. Foi pior ainda. Sentindo-se molestados pela insistência daquele estrangeiro, um dos mercenários, por única resposta, lançou uma cusparada a um palmo das minhas sandálias.

Estava claro. Então, para evitar um possível incidente, dei meia-volta e voltei para a estrada.

Felicitei-me pela ausência do funcionário. Mas a alegria durou pouco. Um sonoro “bastardo!” me obrigou a parar. Em parte me tranquilizei: foi pronunciado em um péssimo aramaico. Não me enganei. Ao me virar vi na porta o grego de gorro de feltro e o distintivo de latão sobre a túnica. Autoritário, fez um gesto para que me aproximasse. Obedeci contrariado. De maus modos – como se houvesse interrompido alguma coisa importante –, perguntou-me o que queria. Dentro em poucos segundos saberia o motivo da sua indignação. Uma sensual voz feminina fez-se ouvir no interior da casa, reclamando sua presença. Os soldados ilustraram a cena com risadas mordazes. Aquilo só serviu para piorar a embaraçosa situação. O aduaneiro, roxo de raiva, perdeu a pouca paciência e, considerando-me cúmplice dos guardas na pouco caritativa interrupção, ergueu a mão para esbofetear-me.

Detive o golpe, prendi-lhe o punho direito com uma rápida chave e dobrei-lhe o braço nas costas, imobilizando-o. Surpreendido, gemendo, chamou em seu auxílio os mercenários. E antes que me desse conta as brilhantes pontas em flecha dos dardos oscilavam, ameaçadoras, diante da minha garganta.

Soltei o aduaneiro e, tentando acalmar os ânimos, fiz-lhes ver que só queria pagar a taxa e retomar o caminho para Saidan. E aí cometi o pior dos erros. Levado por uma ingenuidade tão comovente quanto perigosa, peguei a bolsa de borracha e mostrei o denário de ouro.

Eu devia prever. A aparição do *aureus* foi milagrosa. Suspeitosamente milagrosa. O grego e os soldados mudaram a agressiva atitude e logo, baixando os dardos, fizeram-se modelo de cordialidade e boas maneiras.

A um sinal do funcionário, os mercenários voltaram para debaixo da árvore. E o grego esqueceu até as obscenas reclamações da mulher. Desfez-se em fingidos elogios à minha coragem e destreza e pediu-me que desculpasse sua conduta. A seguir tomou-me pelo braço, me acompanhou até a *via maris* e me disse que eu não era obrigado a pagar pedágio uma vez que não trazia bagagem. Senti-



me um perfeito imbecil. Aquela falha de informação poderia ter-me custado muito caro.

Desconcertado, nem sequer suspeitei das intenções do corrupto funcionário e seus sequazes. Ainda tinha muito que aprender.

O maldito grego despediu-se com uma reverência forçada, recomendando-me “que fosse precavido no caminho para Saidan”. Como disse, não adivinhei a razão daquela súbita e singular mudança. Mas não tardaria a descobrir.

Um pouco mais sereno, cruzei a ponte e tomei a vereda de terra que nascia nos contrafortes da estrada. A *via maris*, como eu já mencionei a seu tempo, assim que atingia as terrosas águas do Korazin, infletia bruscamente para o Norte, perdendo-se entre olivais e plantações de cereais.

A partir do rio, por espaço de quilômetro e meio, o caminho era espaçoso, com algumas formações rochosas à esquerda e as tranquilas águas do lago a pouco mais de cem metros pela direita. Daí seguia até o fundo de um *wadi*, ou depressão pouco profunda, improdutivo e de rampas salpicadas de arbustos de alcaparra, cardos, giestas e outros. Aquele era o ponto mais afastado da costa: ao redor de meio quilômetro. Dali até o Jordão, com algumas suaves curvas, a vereda penetrava em um sombrio e espesso bosque de tamasqueiras e grossos álamos do Eufrates. No total, da aduana até as rápidas e barrentas águas do rio bíblico, devia percorrer uns três quilômetros e meio. E, prudentemente, ao descer pelo *wadi*, fiz a última conexão auditiva com o módulo. Aquele barranco – a 15 mil pés do “berço” – era o limite. A partir dali só poderia enviar sinais – via laser –, mas sem possibilidade de resposta da parte de meu irmão.

Por sorte, absorvido em seu trabalho, Eliseu havia mantido fechado o canal auditivo. (Por causa do penoso incidente na cripta funerária do circo basáltico, essa conexão fora retificada, podendo ser aberta por qualquer dos pilotos.)<sup>27</sup> Se tivesse ficado aberto, Eliseu teria tomado conhecimento do desagradável incidente na aduana. E na crença de que o episódio, superado que fora, não merecia maior consideração, ocultei-lhe o ocorrido. Mas Eliseu – sagaz como sempre – interrogou-me. Sabendo que a partida do

“berço” fora registrada no computador às 9 horas e que o tempo empregado normalmente até Saidan não devia superar uma hora e meia, como se explicava que a conexão se desse às 10 e a meio caminho da aldeia? Não querendo inquietá-lo improvisei uma escusa que em parte se aproximava da verdade: me demorara por ter pensado em conseguir a troca do *aureus*. Não ficou convencido e insistiu em que eu redobrasse a prudência, pelo menos até que a “tatuagem” estivesse no ponto de ser lançada.

Reconhecendo a sensatez do seu conselho penetrei no cerrado bosque de álamos e tamarisqueiras. E durante um curto trajeto desfrutei o relaxante frescor e aroma da espessa vegetação. Os cinzentos, quase brancos troncos dos álamos (o *Arbor populi* ou “árvore do povo” para os romanos) se estiravam, desafiadores, até 30 metros de altura, formando uma abóboda verde, púrpura, amarela e rosa. Por baixo, mais humildes mas igualmente belos, se apertavam os *Tamarix gallica*: as tamarisqueiras, de três a seis metros, de troncos múltiplos, ramificados desde a base e vestidos de escuro cinza. As folhas, pequeníssimas, competiam em um verde-mar com os longos penachos de florzinhas rosadas que rematavam a ramagem horizontal, em permanente disputa com a sóbria verticalidade de seus irmãos os álamos.

De súbito a paz foi interrompida por um rangido, que soou nítido às minhas costas. Virei-me, pensando que podia tanto tratar-se de um caminhante como de um animal. Inspecionei o caminho que serpenteava entre as árvores, mas não consegui descobrir a origem do som. Não dei maior importância e retomei a caminhada.

Instantes depois, porém, uns cochichos surdos me puseram em guarda. Virei-me de novo e a cerca de vinte metros me pareceu distinguir uma sombra que se ocultava precipitadamente atrás de um dos corpulentos álamos. O instinto, acompanhado de um calafrio, me avisou que algo não ia bem. Apanhei lentamente as “crótalos” e as adaptei aos olhos. E as cores foram novamente “traduzidas” por meu cérebro. O branco dos troncos tornou-se prata, o verde surgiu vermelho e laranja e o azul-celeste mais escuro e marinho.

Aguardei tenso. Em pouco, percebendo que haviam sido descobertos, dois indivíduos se destacaram sem ruído entre a vegetação, entraram na pista e caminharam resolutos na minha direção. Em frações de segundo tomei consciência do erro que cometera na aduana e o porquê da brusca mudança de atitude do funcionário.

Deixei-os avançar.

As túnicas vermelhas, agora pretas, e as espadas que empunhavam – brilhando em um branco refulgente – os identificaram de pronto. Também suas intenções eram claras. Mas eu não estava disposto a ceder. O *aureus* continuaria comigo.

Ao chegarem a cinco ou seis metros se detiveram. A intensa caminhada que haviam feito para alcançar-me os havia coberto de suor. Rostos, braços, mãos e pernas estavam como que tingidos de uma ameaçadora cor azul-verdolenga. Deslizei os dedos até o cravo do laser de gás e me preparei.

Os soldados, apontando para mim as temíveis espadas de duplo fio, indicaram a bolsa que pendia do meu cinto. Entendi perfeitamente: exigiam a moeda.

Eu sabia que ainda que as entregasse minha vida não seria poupada. Uma denúncia ao chefe da guarnição em Nahum poderia acarretar-lhes a morte por apaleamento.

Imóvel, com as mandíbulas apertadas e o semblante tenso, aguardei a primeira arremetida.

Irritados diante da minha insolência, repetiram o gesto, brandindo as espadas com impaciência e pronunciando a palavra *aureus*, a única que pareciam dominar com perfeição. Mas só obtiveram de mim o silêncio e um ricto de desprezo.

Paciência esgotada, um deles levantou o *gladius* acima da cabeça, disposto a encerrar a reunião e assassinar-me da maneira mais rápida. Nesse instante, um “fio” de luz negra partiu do cajado fazendo a mira, com uma potência de 50 watts, nos dedos desnudos que sobressaíam entre as tiras da sandália direita. Aos gritos o mercenário caiu aos meus pés. A queimadura, ainda que superficial, o incapacitaria durante algum tempo.

O segundo mercenário, atônito, não entendia o que via e não soube o que fazer. E antes que reagisse, uma nova descarga, desta vez de 500 watts, perfurou o metal da sua espada. (O dióxido de carbono permitia cortar uma prancha de aço flexível de 1,5 mm de espessura à razão de um centímetro a cada 0,07 segundos.)

Desvairado, com os olhos quase a sair das órbitas, viu que um “poder” invisível incendiava e enegrecia com a rapidez de um raio a espada que empunhava. E em 0,42 segundos a lâmina, de 6 centímetros de largura, derreteu-se a dois dedos do cabo, caindo ao chão. Sem olhar para mim, e esquecendo o companheiro, deu meia-volta e fugiu aos berros.

O soldado caído, ao perceber a fuga do companheiro, ergueu-se como pôde e, coxeando e gemendo, fugiu em direção a Nahum. No chão ficaram as espadas, como testemunhas mudas do fracassado assalto.

Certamente me ocorrera usar os ultrassons, mais rápidos e seguros, mas naquelas circunstâncias preferi um método que ninguém poderia esquecer. Se eu voltasse a encontrá-los saberiam o que os esperava. Só não poderia imaginar é que esse incidente me favoreceria em um futuro muito próximo...

A bom passo, para recuperar o tempo perdido, cruzei a ponte sobre o Jordão e penetrei nos domínios de Filipo. A borda do bosque, como já assinalei, bem próximo aos marcos que indicavam o território do filho de Herodes, o Grande, o caminho dividia-se em dois. O da esquerda levava ao Nordeste, perdendo-se em uma extensa planície pantanosa de 12 quilômetros quadrados, coalhada de minifúndios, canais, choças de palha, pequenos pomares e tanques. Aquele braço, com um calçamento melhor do que o outro, conduzia à cidade que era a capital da região: Bet Saida Julias, em honra da filha de Augusto.

Tomei o segundo e pior caminho, evitando os charcos e as perigosas nuvens de mosquitos que zumbiam à direita e à esquerda. Aqueles quinhentos metros, até a desembocadura do Jordão, eram uma séria ameaça para os viajantes. Lamentei ter deixado o manto na nave. O caminho avançava com dificuldade entre um mosaico de lagunas de águas esverdeadas, pouco recomendáveis, infestadas de

canas, leandros, juncos de mar, papiros e um entremeado de arbustos cheios de espinhos. Só os cardumes de martins-pescadores de peito branco e dorso verde-azulado, revolteando inquietos sobre as tulipas esfogueadas, os delgados ramos de açucenas e as perfumadas moitas de menta, davam uma nota de tranquilidade no insalubre e rumoroso pântano.

Bem à frente, junto ao delta, divisei uma nebulosa Saidan. E me inquietei de novo. Como me apresentar no casarão dos Zebedeu? Como neutralizar a rude oposição de João?

Os últimos mil metros, reconheço, foram um suplício. Diminuí a marcha, pensando rápido. Mas não consegui arrumar uma única ideia de como entrar e permanecer na casa com naturalidade. À minha esquerda, em um terreno plano e desimpedido, entre grãos-de-bico e canteiros de favas, comecei a distinguir as silhuetas das camponesas a carregar baldes ou entregues ao cuidado da terra.

Continuei a andar com um crescente nervosismo. Tinha de achar uma solução...

À direita do caminho, a pouco mais de cinquenta metros, o *yam* deixava ouvir sua voz com um rítmico e seco golpe sobre a areia da praia.

Uma solução...

Desalentado, mente em branco, detive-me um pouco diante de uma colônia de tartarugas que fazia a sesta ao sol da manhã.

Quem sabe eu estava exagerando? Quem sabe – como sugeriu Eliseu – as coisas se apresentassem sob um signo favorável?

Ainda enredado nas dúvidas, lancei um novo olhar à aldeia. O lugar parecia tranquilo. Algumas colunas de fumaça subiam lentamente. As famílias, sabedoras da próxima e incômoda chegada do *maarabit*, se apressavam a preparar a comida do *Sabbath*, geralmente mais cuidada e sortida.

Deixei-me levar uma vez mais. O Destino, sempre imprevisível, ditaria meus atos. E até creio que já fizera isso...

Venci os últimos cem metros e atingi a rampa de quase 30 graus que levava a Saidan sobre a várzea. À vista das primeiras casas me detive de novo sob o perfumado bosquezinho de salgueiros e

tamasqueiras do Jordão que davam sombra aos últimos metros do caminho. Os relógios do módulo deviam estar marcando 11h30.

O anárquico cenário de casinholas surgiu aos meus olhos como um dilema. Que rumo tomaria? Iria diretamente à porta principal do casarão dos Zebedeu? Rodearia as vielas e chegaria à praia? Aguardaria a chegada da multidão convocada por Pedro para a hora nona? Então me veio outro pensamento. Já fazia uma semana que Pedro fizera a solene promessa de falar abertamente à multidão sobre a Ressurreição do Mestre. Será que o povo estaria lembrado disso?

Obedecendo a um estranho “impulso” tomei a resolução de ir para a rua principal. (O hipotético leitor deste diário saberá entender e desculpar a licença. A suposta rua principal era apenas a continuação do rústico caminho que conduzia à aldeia e a atravessava de ponta a ponta.)

Caminhei entre os escuros muros de basalto, afundando sem remédio na lama. As chuvas haviam transformado o lugar em um atoleiro pelo qual corriam alegres e despreocupados grupos de meninos descalços, armados de varas e paus, a perseguir enlameados e escandalosos gansos.

Algumas mulheres observavam minha penosa caminhada de suas portas sempre abertas ou pelos estreitos postigos que faziam as vezes de janelas. E o zumbido das moscas, geradas aos milhares nas esterqueiras que se amiudavam nas vielas, o cheiro de guisados ordinários e peixe frito que exalava dos pátios e a fumaceira dos fogachos que iluminavam os míseros casebres acabaram por me envolver e infligir um verdadeiro sofrimento. Com o tempo eu acabaria por me acostumar também a esses sufocantes cenários que certamente constituíam o dia-a-dia do rabi da Galileia.

Ao defrontar-me, por fim, com a porta de duas folhas do lar dos Zebedeu, a cruciante dúvida me conteve. Aqueles instantes de vacilação eram decisivos. Estremeço ao pensar no que haveria acontecido se, como era a minha intenção, batesse à porta.

Do outro lado do muro, no pátio a céu aberto, ouviam-se vozes. Algumas delas reconheci. Simão Pedro, João Zebedeu, Natanael,

André e Tomé discutiam, gritavam e repisavam suas palavras entre contínuas imprecações, insultos e maldições.

Apurei o ouvido e entendi por que altercavam de novo. O sol aproximava-se do zênite e, ao que parecia, a esperada aparição do Mestre não havia acontecido. Simão Pedro, impaciente e impiedoso, invocou a sua autoridade, atacando o grupo de João, que obviamente pretendia selar a trégua. Mas da polêmica inicial – esperar ou não até as três da tarde – uns e outros acabaram por passar à insolência e aos ataques pessoais. Pedro, encabeçando o grupo que desejava a imediata mobilização dos “embaixadores do reino”, apelidava os moderados de “mulheres assustadiças, comadres repugnantes e indignos seguidores do Filho de um Deus”.

O Zebedeu, de sua parte, não ficou atrás. Secundado pelos não menos inconstantes André, Mateus Levi e o “urso” de Caná, replicou, histérico, que ali só havia um covarde: ele, Pedro. Mordaz e ferino, atirou-lhe na cara as “quatro negações”. E, suplantando a enrouquecida voz de Pedro, em um de seus típicos arrebatamentos de vaidade, lembrou aos presentes que ele, e só ele, “era o discípulo amado por Jesus: o único que recostava a cabeça em seu peito”.

Não quis mais continuar escutando. Abatido, retirei-me, caminhando sem rumo. Se tivesse entrado na casa em momento tão crítico, só Deus sabe o que haveria sido deste odiado pagão.

Antes de me dar conta vi-me diante do estreito, tortuoso e turbulento rio Zaji. A fonte de Saidan, no outro extremo da ponte de pedra sem parapeitos, estava deserta. Olhei distraído o punhado de casas e choças que se amontoavam junto à doca e, necessitado de sossego, caminhei pela margem direita do rio em direção à praia.

A áspera contenda me constrangeu. Lembrei-me dos corvos que vojavam ao redor do “berço”. Como terminaria esse dia?

Claro que nenhum desses desentendimentos seria jamais narrado pelos evangelistas. Sua imagem, deveriam pensar, sairia arranhada. Creio que se enganavam. Depois de tudo, eram apenas homens. Se tivessem mantido fidelidade aos fatos, os futuros crentes e seguidores do Mestre haveriam compreendido e aceitado, venerando talvez com mais fervor, se possível, sua memória. Mas

por que a minha estranheza? Outros fatos, infinitamente mais importantes, também foram silenciados.

A costa estava deserta. Diante da meia dúzia de escadas de pedra que davam acesso à aldeia naquela área descansavam umas 20 lanchas, sobre uma "areia" basáltica vermelha, preta e branca, brilhante ao sol do meio-dia. De súbito, o *maarabit* começou a mover os barcos ancorados à margem. Continuei passeando entre montes de redes e grandes lanchas; e, lentamente, sem propósito, fui parar na "quinta pedra", o lugar de atracação dos Zebedeu: a rocha prismática de meio metro de altura, com um orifício na parte superior (à maneira de "olho"), que servia para amarrar os barcos fundeados junto à praia.

Alguns barcos em atividade diante da primeira desembocadura do Jordão estenderam as velas, aproveitando as primeiras brisas. E o *yam* começou a encrespar-se. As gaivotas, voando com a ajuda do vento, se reagruparam, animando os pescadores com seus chilreios.

Olhei na direção da casa dos Zebedeu. Parecia tranquila.

Oprimido pelo calor, que devia estar pelos 30 graus centígrados, entrei na água, deixando o cajado e as sandálias entre os calhaus. O relativo frescor me serenou. Molhei o rosto e os braços e por minutos permaneci com os olhos fechados, placidamente, e o rosto erguido para o sol. Aquilo era como uma bênção e me ajudou a esquecer momentaneamente o infortúnio da minha situação.

Mas de súbito o instinto (?) me alertou. Foi uma claríssima sensação. Alguém estava às minhas costas. O silêncio era quase total, apenas quebrado pelo leve marulho da água e o quase humano sibilo do vento entre os cordames dos barcos que balouçavam ao meu redor.

Estremeci. Uma familiar e querida imagem me veio à mente. O Mestre?

Neguei-me a admitir.

Abri os olhos e, rapidamente – desejando que assim fosse –, voltei-me para a terra.

Ao descobrir a "presença" sorri no íntimo. O instinto acertara. Eu, ao contrário, fora vítima daquela velha obsessão.



À minha frente, junto à “vara de Moisés” e às sandálias, me observava de fato uma pessoa. Mas não quem eu imaginava.

Seu rosto, grave, mudou ao reconhecer-me. E com um leve sorriso avançou para a água, abraçando-me. A desilusão foi compensada pela fraternal recepção do chefe dos Zebedeu. O ancião, conforme suas palavras, não podendo suportar o clima provocado pela áspera disputa entre os discípulos, resolvera sair de casa para refugiar-se, como eu, na foz do *yam*.

E durante duas horas, à sombra de uma das barcaças, frente a frente aos enegrecidos degraus que uniam aquela franja da costa com a parte posterior do casarão, o chefe do clã dos Zebedeu e eu passamos em revista um bom número de assuntos de especial interesse.

Assim é que fiquei sabendo, por exemplo, que a Senhora e sua gente haviam chegado sem incidentes em casa. E também que o joelho de sua mulher se recuperava bem.

E o honrado e sincero varão não omitiu a delicada situação criada entre seu filho João e este “covarde pagão”. E falou sobre isso como era de seu costume, sem rodeios. Maria e Tiago o haviam posto a par do que acontecera na viagem a Nazaré, assim como das desventuras padecidas na aldeia da Senhora. E através de algumas insinuações pude deduzir que a mãe do Mestre lhe revelara parte da verdade sobre minha autêntica identidade. Mas o intuitivo galileu, atravessando-me com seus olhos azuis, me tranquilizou.

– Se fosses o que diz meu tolo e impetuoso filho – comentou com dignidade – nem o rabi, nem sua mãe, nem Tiago e nem eu mesmo sentiríamos tão sólido afeto por tua pessoa...

E pondo suas grossas e calosas mãos sobre meus ombros rematou, encerrando o desagradável assunto:

– Não temas. Minha amizade e hospitalidade continuam inalteradas. Desculpa a João. É jovem e orgulhoso. Precisa de tempo. Há anos tive o privilégio de conhecer a outro Jasão, muito parecido contigo.

De novo a estranha história...

– Aquele grego, especialmente amado por Jesus, comportou-se sempre como um leal amigo. Tu, sob muitos aspectos, és idêntico

àquele bondoso e enigmático personagem. Não duvides de nós. Creia que gostamos de ti e te respeitamos. E te ajudaremos, como fizemos com o outro Jasão, a cumprir essa importante “missão”.

Deve ter notado meu agradecimento. Envolvendo-me em um interminável sorriso, me acolheu como um pai. E seu curtido e enrugado rosto se tornou doce.

Animado por aquela espécie de confissão, me atrevi a interrogá-lo sobre alguns pontos que, se esclarecidos pelo ancião, excelente conhecedor da região, certamente facilitariam nossos próximos movimentos.

Não fez perguntas. Nem mesmo se mostrou surpreendido pela singularidade das minhas perguntas. Assim era Zebedeu pai: discreto, respeitoso, inteligente, generoso. Lastimável que os incorretamente chamados escritores sagrados não mencionem esse notável grupo de personagens – de segunda ordem? – que foi íntimo de Jesus e contribuiu – e de que forma – para a sua Encarnação.

Pelas 14 horas, para nossa surpresa, pelo Leste (desembocadura do Zaji), pelo Oeste (seguindo o caminho de Nahum) e pelas escadas que desciam da aldeia, começou um lento e ininterrupto afluxo de homens, mulheres e crianças. E me lembrei da convocação de Pedro: “na praia, à hora nona”.

O velho Zebedeu, pouco amigo desse tipo de concentração, fez um gesto de despedir-se. Aturdido, no entanto, pelo que qualifiquei de “imperdoável descuido”, me pediu que compartilhasse com eles a refeição do *Sabbath*. Com todo o tato de que fui capaz expliquei-lhe que dadas as circunstâncias que ele bem conhecia não me parecia prudente apresentar-me em sua casa. E bem que o lastimava. Mas preferia esperar na praia. Quando Pedro concluísse o seu discurso eu deixaria Saidan. E prometi visitá-lo nos próximos dias. Na verdade, uma das fases da missão me obrigava a isso.

Ele aceitou minhas razões, desejou-me paz e desapareceu escada acima, rumo ao seu lar.

Durante quase uma hora permaneci agradavelmente sentado à sombra da embarcação, atento aos grupos que iam ocupando a praia e que como eu buscavam um refúgio ao pé das lanchas.

Alguns meninos – alheios ao real motivo da presença dos pais no lugar – acabaram fazendo o mais sensato naquele momento de sol abrasador: abandonando túnicas e sandálias na margem atiraram-se à água, brincando e desfrutando o agradável banho. E nadando até os barcos próximos os tomaram de assalto. Ali prosseguiram a diversão, atirando-se à água com alarido e em todas as posturas imagináveis. Os gritos, risadas e pancadas na água me mantiveram distraído durante longos minutos.

Ao que pude observar, aquelas pessoas, em sua maioria, eram da classe *felah*, simples trabalhadores e artesãos das povoações vizinhas. Também identifiquei um bom número de *am-ha-arez* (a escória do povo), seminus e abrigando-se do sol por lenços pretos e vermelhos que enrolavam na cabeça. Não vi sacerdotes ou representantes da sinagoga mais próxima, a de Nahum. Nem soldados.

Mal chegados à praia, muitos dos grupos se moveram em duas direções. Enquanto uns percorriam a costa em busca de todo tipo de combustível, outros, especialmente mulheres, se ajoelhavam na areia, descamando e abrindo tilápias. E pouco a pouco, aqui e acolá, foram surgindo pequenas fogueiras. Os homens, de pé, de costas para o lago, formaram muralhas protetoras, para impedir que o vento apagasse as fogueiras. E as mulheres assavam os peixes.

Aquilo, mais do que uma reunião de caráter religioso, me parecia uma festa “de campo ou de praia”, conforme o ponto de vista. Ninguém parecia preocupado com a anunciada presença dos discípulos do rabi da Galileia. E não ouvi um único comentário sobre as supostas presenças do Ressuscitado. Por alguns momentos se limitaram a comer o seu almoço improvisado.

De quando em quando os meninos, chamados pelas mães, corriam até as fogueiras, apanhavam um gorduroso naco de peixe e voltavam alvoroçados para as suas brincadeiras.

E assim continuou a “festa” até que, pouco antes da hora nona (três), os 400 ou 500 congregados foram fazendo silêncio. E os olhares se fixaram na porta traseira do casarão dos Zebedeu, aberta de par em par. Levantei-me.

Pedro foi o primeiro a surgir. Deteve-se uns instantes e, colocando a mão esquerda sobre os olhos – à maneira de viseira observou o gentio. Às suas costas, o restante do grupo, melhor dito, o “seu grupo”.

De onde eu estava, a coisa de cinquenta ou sessenta metros, não pude observar nitidamente a expressão do seu rosto. Mas, a julgar pela disposição com que se pôs a caminhar, a concentração deve ter-lhe agradado. E ao pisar a praia foi diretamente a um dos barcos e nele se encarapitou. Mas teve azar. Nem bem saltou para dentro da embarcação tropeçou em um dos cabos e levou um tombo. Uma geral e espontânea risada celebrou a impetuosa e grotesca irrupção do galileu. Os gêmeos Felipe e Tiago Zebedeu correram a auxiliá-lo. Não foi preciso. Vermelho de raiva, ergueu-se depressa e corrigiu a posição da espada que sobressaía sob a faixa. Arrumou as pregas da túnica com furiosas palmadas no avultado abdome e, sem mais preâmbulos, enfrentou a divertida plateia. As graçolas e risadas cessaram diante do seu inquisidor olhar.

O estudado silêncio do apóstolo se prolongaria por uns dois minutos. Só a gente miúda, entretida em seus brinquedos, empanou o clima de espera. Simão Pedro, pouco hábil ainda nesse terreno, apontou para a criançada. As mulheres compreenderam o recado, saíram correndo ao encontro da garotada e mandaram que se calassem. Alguns obedeceram. Outros, fazendo-se de surdos, atiraram-se à água, recomeçando a diversão.

Notei a falta da Senhora e sua família. Também o bando de João estava ausente. A porta fora fechada e no alto da escada se recortou a figura do jovem João Marcos, que, obedecendo ao seu hábito, sentou-se num degrau.

A cara redonda e branda de Pedro recuperou certa serenidade. Por fim, com voz rouca dirigiu-se à massa lembrando quem era o Filho do Homem. Depois, gesticulando, com as artérias insufladas, foi elevando o tom à medida que entrava nos pormenores da Ressurreição. E o suspense surpreendeu a multidão. Com sinceridade, fiquei maravilhado. Pedro “vivia” o discurso. Tinha uma inegável capacidade para arrebatat e conduzir. Sabia quando e como prolongar a emoção. Instintivamente, forçava ou reduzia a inflexão

da voz, acelerando ou acalmando os corações. Parecia conhecer o formidável efeito das pausas. E as empregava com admirável precisão.

Aquele provavelmente seu primeiro discurso "a sério" deixou tão agradavelmente surpreendidos seus companheiros que, tacitamente, foi admitido como o novo líder.

E a paixão e a certeza de suas palavras foram tais que em pouco aqueles que o ouviam atrás da porta do casarão acabaram saindo para a praia. João Zebedeu, Mateus Levi, André, Tomé, Simão o Zelote e Natanael, em um gesto que os honrava, desceram lenta e silenciosamente e se juntaram aos demais emocionados discípulos.

Ao ver a chegada dos seus amigos, Pedro fixou os olhos claros em seu irmão, ligou com habilidade as últimas referências ao "reino", fazendo pública confissão dos seus recentes erros, e advertiu o gentio de que a "imperfeita e vil natureza humana é justamente a única condição exigida para penetrar nele".

André respondeu ao imprevisível Pedro com uma leve inclinação da cabeça. Tenho dito e não me importo de o repetir. Aquelas contendas não abalaram o sincero e entranhado carinho que se devotavam. Assisti a muitas. Algumas, até, como espero relatar, mais virulentas. Todavia, cedo ou tarde, fazia-se a paz. Uma paz sem rancores. Uma paz sem memória.

As ardentes palavras mobilizaram os sentimentos dos mais oprimidos – os *am-ha-arez* –, que em coro se puseram a pedir entusiasticamente sua entrada nesse "reino". E Pedro, pedindo calma, fez-lhes ver que "só havia um caminho: imitar o Ressuscitado".

Esse, em minha opinião, foi o único erro do magnífico e arrebatado orador. Aí nasceria a futura religião "cristã". Naquele sábado, 29 de abril do ano 30, na remota praia de Saidan, e sendo quase 16 horas, foi plantada a semente de uma Igreja que esqueceu o fundo em benefício da forma.

Após 50 minutos de discurso, com um público embevecido e rendido, Simão Pedro encerrou a alocução com um audaz ato de fé:

– E afirmamos que Jesus de Nazaré não está morto. E declaramos que Ele se levantou do túmulo. E proclamamos que o

vimos e falamos com Ele.

Digo “audaz ato de fé”, porque, como se recordará, a casta sacerdotal proibira qualquer alusão à suposta Ressurreição do Galileu. No dia seguinte ao da Ressurreição, segunda-feira, 10 de abril, o sumo sacerdote Caifás, seu sogro Anás, os saduceus, escribas e demais fanáticos se reuniram em caráter de urgência e, ante as inquietantes notícias que circulavam pela Cidade Santa, adotaram as seguintes e drásticas medidas:

Primeira: todo aquele que aborde ou comente (em público ou na intimidade) os assuntos do sepulcro ou a pretensa volta à vida de Jesus de Nazaré será expulso das sinagogas.

Segunda: aquele que proclamar que viu ou falou com o Galileu será condenado à morte.

E ainda que essa última sanção não tivesse sido submetida a votação, o certo é que o descumprimento dessas normas podia acarretar sérias dificuldades ao infrator. Pedro sabia disso e, não obstante, arriscou-se corajosamente. Esse era Simão Pedro: um homem atolado nas contradições.

E de repente, ao fim do discurso, quando o discípulo, em meio a um respeitoso silêncio, se preparava para saltar da lancha, aconteceu “algo” que obviamente ninguém esperava.

Foi tão incrível que, não fora aquele meio milhar de testemunhas, eu teria duvidado da minha capacidade de percepção e até mesmo da minha sanidade mental. Mas os fatos, como disse, foram reais.

A multidão, atônita, não esboçou nenhuma reação. Como fazê-lo?

Lembro-me de que o vento cessou. E cessou bruscamente e de forma intempestiva. O *maarabit* sopra indefectivelmente, entre abril e outubro, desde o meio-dia até o entardecer. Estávamos, mais ou menos, na hora “décima” (quatro). Restavam portanto duas horas e 40 minutos para o ocaso.

E as fogueiras – “alimentadas” (?) por uma força invisível – estiraram suas labaredas. Mas foi um crepitar silencioso.

Silencioso?

Na realidade, “tudo” era silêncio. (As palavras não me ajudam.) Talvez eu esteja tentando racionalizar o irracional. Talvez os fatos nem tenham ocorrido nessa ordem. Talvez tudo tenha sido simultâneo.

De uma coisa estou certo: “tudo” era um imenso e antinatural silêncio. Deixei de ouvir o marulho do *yam*. As risadas e o chapinhar das crianças na água se extinguiram. E também o distante alvoroço das gaivotas. No entanto, as ondas batiam na costa, os meninos continuavam em suas traquinagens e as aves vojavam incansáveis ao redor das embarcações, algumas com as velas subitamente desinfladas.

O que estava acontecendo?

E naquele atoador silêncio, no centro do barco, surgiu uma alta figura.

Creio que em minha precipitação não estou sendo fiel. Não presenciei o primeiro instante da aparição. Explico. Alertado por aqueles fenômenos que referi, havia voltado a olhar para o lago, tentando descobrir a razão daquele súbito emudecimento, do colapso de todas as sonoridades do lugar. E estava nisso quando, inesperadamente, vi a multidão retroceder. Alguns tropeçaram e caíram. Não ouvi exclamações. O movimento, provocado pelo medo, foi igualmente silencioso.

E ao girar de novo a cabeça para a lancha vi o “homem”.

Quero com isso dizer que as pessoas já contemplavam a imagem um ou dois segundos antes de mim. Um pequeno grande detalhe que me convenceu da realidade do que estava presenciando. Não houve, portanto, sugestão coletiva. E por que deveria haver? A quase totalidade dos que compunham a multidão, como já mencionei, poderia ser catalogada na classe dos curiosos, incapazes de provocar fenômenos complexos e precisos como o “congelamento” do *maarabit*, o brusco incremento das fogueiras e o emudecimento do lago. Seria demasiado, em meu entender, para homens humildes, mulheres e crianças que só pretendiam desfrutar o descanso sabático e as palavras de um grupo de “loucos” que pregava a volta à vida de outro não menos “louco”.

Fiquei petrificado. Diante de mim, a pouco mais de cinco metros, estava o saudoso rabi. Vestia sua longa túnica branca e não trazia manto. Seus braços descaíam ao longo do corpo.

Durante alguns instantes – como medir o tempo em tais circunstâncias? – seus olhos circunvagaram pela surpreendida e temerosa plateia. Percebi um ligeiro movimento da cabeça – da esquerda para a direita – acompanhando a espécie de “inspeção”.

Não sei o que mais me surpreendeu: a presença do Ressuscitado ou aquele indefinível e incompreensível “silêncio” que o envolvia e nos envolvia.

O rosto, relaxado, parecia diretamente iluminado pelo sol que descambava para o Oeste. Notei outro interessante “detalhe”. Os formosos e amendoados olhos reagiram à intensa radiação solar, obrigando-o a pestanejar. Seu aspecto era o mesmo que tinha em “vida”. Os cabelos, dourados, caíam lassos e dóceis sobre os longos e musculosos ombros. Não pude ver os pés, ocultos pelo casco do barco. As mãos, longas, bronzeadas, quase não se moveram.

Utilizar a “vara de Moisés”? Impossível. Não houve tempo. Nem sequer consegui avisar o módulo. Somente tive olhos para desfrutar aquela figura.

Abrindo os finos lábios, com sua modulada, vigorosa e acariciante voz, exclamou:

“Que a paz seja convosco...”

Fez uma brevíssima pausa.

Sei que pode parecer loucura. Eu mesmo continuo fazendo-me mil e uma perguntas. Foi surpreendente. As palavras soaram perfeitas em um cenário “perfeitamente dessonorizado”.

“... Minha paz vos deixo...”

E no mesmo instante deixei – deixamos – de vê-lo. Simplesmente (?) volatilizou-se.

Sem intervalo algum, com o eco da última frase na minha cabeça, tudo recuperou a normalidade. O vento arremeteu contra as espigadas chamas, subjugando-as, e o *yam* despertou com todos os seus sons habituais.

Pedro, com as mãos sobre a borda e o rosto voltado para o lugar que o Ressuscitado havia ocupado, continuou de boca aberta. Os



discípulos, com a mesma expressão de assombro, não conseguiram mover-se. Quanto à multidão, imóvel como árvores, acabou erguendo os olhares para buscar no céu uma explicação para o inexplicável.

Finalmente os gêmeos de Alfeu puseram-se a gritar, quebrando a paralisação geral. E uns e outros, saltando, chorando, rindo e se abraçando, converteram a praia – dessa vez sim – em autêntica festa.

Mais confuso do que ninguém, me deixei cair sobre a areia, incapaz de raciocinar.

Era a terceira aparição na Galileia. Muito breve. Talvez não tivesse durado dez segundos, mas foi clara, categórica.

Nenhum dos evangelistas fala dela. Só João faz uma vaga alusão quando, no capítulo 20 (30-31) do seu Evangelho, afirma que “Jesus deu outros sinais em presença dos discípulos, que não estão escritos neste livro”. E me pergunto então: por que não foi essa aparição registrada? Será que não era suficientemente importante? Tratando-se do Mestre e, sobretudo, de uma soberba demonstração da existência de vida depois da morte, certamente que sim. Que foi então que ocorreu? João perdeu a memória? No meu fraco entender, só uma explicação é possível: João sucumbiu de novo à sua incorrigível vaidade, dando prioridade à sua boa imagem e só de passagem à do restante do colegiado apostólico. Se o evangelista se houvesse decidido a narrar o acontecimento das primeiras horas da tarde daquele *Sabbath* diante da aldeia de Saidan, uma de duas: ou mentia ou dizia a verdade. E optou por uma terceira: o silêncio.

Se houvesse sido fiel teria de dar as razões da presença daquela multidão na praia. E isso significaria o reconhecimento de uma divisão entre os “sagrados embaixadores do reino”. Mais ainda: seria forçado a admitir que ele e parte do grupo se mantiveram alheios ao brilhante discurso de Pedro durante boa parte dele. E, igualmente, que acabaram rendendo-se.

Tanta sinceridade não parecia prudente naqueles difíceis albores da comunidade cristã... E convido o desconhecido leitor deste livro a explorar os quatro textos evangélicos. Não encontrará um só parágrafo em que se intua a mais mínima dissidência entre os

íntimos do Mestre. E parodiando a “conclusão” de João no seu Evangelho eu também me atrevo a escrever: “Estes sinais do Ressuscitado – todos – foram escritos para que alguém, quem sabe, algum dia conheça a verdade – toda a verdade – e saiba a que confiar-se”.

A praia foi ficando vazia e durante um tempo continuei absorto, lutando por compreender. Reconstruí o ocorrido várias vezes. E sempre me via enfrentando a mesma e irritante conclusão: incompreensível. A ciência não estava – não está – preparada. E humildemente me pus de joelhos, aceitando quanto havia visto e ouvido.

O retorno ao módulo foi rápido e sem incidentes. Para dizer a verdade, estranhei o fechamento da aduana. O que não poderia imaginar é que eu fosse o responsável. Mas devo conter-me e respeitar a ordem cronológica dos acontecimentos.

Troquei o *aureus* em Nahum (com relativo êxito: 33 denários de prata) e depois de adquirir um bom sortimento de provisões, cheguei à nave com as primeiras sombras do anoitecer.

Eliseu, como sempre, me recebeu com alívio. E o resto da jornada foi dedicado a dois temas, cada qual mais atrativo: a exploração do lugar onde deveria aterrissar o “berço” nos próximos dias e o cada vez mais desconcertante assunto do fenômeno do sepulcro e as aparições do Mestre.

Como já tive ocasião de dizer, durante minha estada em Nazaré meu irmão analisou bagas, folhas e ramos do sicômoro existente diante da gruta em que havia sido colocado o corpo de Jesus de Nazaré.<sup>28</sup> Essa árvore, como aconteceu com outras plantas frutíferas próximas, foi afetada, como se recordará, pela misteriosa língua de luz que partiu da boca da cripta. A radiação (?), de um branco-azulado brilhantíssimo, dessecou parte da ramagem do corpulento “ficus”, destruindo e “fossilizando” bom número de frutos.

Não cansarei o leitor com os complexos processos de análise.<sup>29</sup> Só falarei dos resultados, ainda que seja útil adiantar que, longe de esclarecer o fenômeno, acabamos na maior perplexidade. Talvez a ciência, algum dia, à vista desses dados, possa chegar mais longe.

Antes do exame químico, foram as amostras submetidas a um detector Geiger. Mas não se obteve o menor indício de emissões radioativas.

Os exames fisiológico-estruturais, em níveis celulares, mostraram intensa desidratação, de quase 100%. Em alguns casos, elementos-chave, como o cálcio, sódio, cobre e potássio, surgiram quase irreconhecíveis e convertidos em "pedra". Lamentavelmente, o fato de não saber exatamente o que deveríamos pesquisar acabou por confundir e desanimar meu irmão. Evidentemente, aquele ser vivo fora submetido a uma intensa modificação celular. Mas o que terá alterado sua estrutura? Calor? Uma radiação desconhecida? Uma fonte eletromagnética?

Um dos indícios mais relevantes naquele enigma surgiu na análise dos elementos minerais. Enquanto os índices dos componentes habituais nesse gênero de árvore se mostravam em limites mais ou menos aceitáveis, o do manganês, ao contrário, se elevou sempre, em todas as amostras, acima das 2.800 ppm (partes por milhão). (Em um sicômoro saudável a quantidade de Mn oscila ao redor das 300 ppm.) Pensar em uma alteração como consequência de tratamento fungicida pareceu-nos fora de lugar. Não dispondo de amostras do terreno onde assentava o "ficus", as avaliações tiveram de ser interrompidas. Algumas semanas mais tarde, em nova incursão à Cidade Santa, pude lidar com tais amostras e comprovar o que supúnhamos: a plantação de José de Arimateia radicava em solo do tipo médio, basicamente calcário, com razoáveis proporções de manganês.<sup>30</sup> Não se devia atribuir, portanto, a elevada toxicidade descoberta no sicômoro às características naturais da camada de terra sobre a qual assentava a horta.

Qual terá sido a causa da elevação do volume daquele nutriente (o manganês) até 2.830 ppm? Honestamente, não sabemos.

Eliseu, eu e "Papai Noel" debatemos o enigma até o esgotamento. Mas não conseguimos achar a solução.

No que diz respeito à misteriosa desapareção do corpo do Mestre, a hipótese não se encaixava com as vibrações percebidas antes e durante o rodar da pesada mó que fechava a cripta, nem com o jato luminoso que se projetou até as árvores.

Nossa teoria apontava para uma infinitesimal e intensíssima “aceleração” da putrefação do corpo de Jesus.<sup>31</sup> O instrumental detectou nas colônias “quânticas” que flutuavam sobre o sudário em que estivera deitado o corpo uns *swivels* claramente “removidos” e “estacionados” em um “agora” histórico (ano 35) que obviamente nada tinha que ver com aquele presente (ano 30). A decomposição foi consumada, portanto, em décimos ou centésimos de segundo. Um processo que se houvesse seguido as etapas da Natureza teria necessitado justamente de algo ao redor de cinco anos.

Nós conhecíamos essa fantástica possibilidade de modificar os eixos ortogonais destas “unidades subatômicas elementares”. Mas tais inversões axiais – ao menos com a tecnologia do Cavalo de Troia – nunca foram acompanhadas dos fenômenos já mencionados: vibrações e raios luminosos. Fenômenos que evidentemente alteraram o meio. A não ser que os dois acontecimentos – aceleração da decomposição e língua luminosa – fossem independentes.

“Papai Noel” propôs então uma via alternativa que nos deixou perplexos: quem sabe “alguém”, operada a Ressurreição, tivesse desejado deixar o registro físico dos fatos. Uma espécie de “ata notarial”, válida para aquele tempo e para o nosso. Verdadeiramente, tanto aquela quanto as gerações futuras têm contado com o esplêndido “legado” do sudário que cobriu o rabi da Galileia por 36 horas. Nele, como já disse, encontra-se encerrada a “informação” que pode esclarecer essa última fase da Ressurreição: a misteriosa desapareição do corpo. Quanto aos índices anormais de manganês, à desidratação e à “fossilização”, era justo reconhecer que constituíam outra interessante prova. Uma prova que, de acordo com as “imprevisíveis regras de Deus”, nos coube resgatar do esquecimento.

Como dizia o Mestre, “quem tiver ouvidos...”.

Eliseu defendia a aparentemente absurda e anticientífica sugestão de “Papai Noel”. Eu no momento me absteve de opinar, esperando que a ciência esteja em condições de esclarecer o mistério.

Também o intrincado enigma das aparições do Ressuscitado não foi fácil resolver em bases racionais. Aquelas súbitas materializações e desmaterializações – ignoro qual poderia ser o termo que as definisse corretamente – chocavam-se contra tudo o que se sabe e conhece.

Baseando-nos nas descobertas feitas durante a segunda das “presenças” na Galileia<sup>32</sup> – registrada a curta distância da nave –, meu irmão e eu nos colocamos várias “soluções” (?). Nenhuma, claro, pôde ser dada como definitiva. Citarei sumariamente a que, em princípio, apresentava maior solidez (?). De acordo com os cálculos do computador, a julgar pelos “movimentos” atômicos detectados no que poderíamos qualificar como “encéfalo” e no resto do não menos fantástico “sistema nervoso central”, aquele “corpo glorioso” parecia desfrutar uma assombrosa capacidade para modificar – à vontade – o ritmo vibratório dos seus trilhões de átomos.<sup>33</sup> Essa desconhecida e magnífica potestade permitia, aparentemente, que a matéria que conformava aquele “organismo” começasse a vibrar vertiginosamente dentro dos seus limites espaciais, alcançando uma velocidade próxima à da propagação da luz. (É difícil traduzir em conceitos humanos o que, sem dúvida, são realidades sobrenaturais.)

Pois bem, em tais circunstâncias, a massa do “corpo glorioso” perdia as propriedades de “massa pesante”, adquirindo as correspondentes às de uma “massa inercial” de proporções similares às que poderia ter alcançado aquele “corpo” trasladando-se pelo espaço a uma velocidade próxima à da luz. (A mesma em que vibravam seus componentes atômicos.) Os efeitos cinéticos dessa massa inercial seriam superiores em milhares de vezes aos registrados pela massa do corpo em seu estado normal de vibração atômica. (Um estado que, em linhas gerais, é denominado “de repouso”.)

E chegamos ao que importa. Essa elevadíssima velocidade em todos e cada um dos átomos – estimulada, insisto, à vontade do “indivíduo” – comprimia (?) a matéria até colocá-la nos limites da adimensionalidade. O passo seguinte era o já conhecido da brusca

desmaterialização. Simplesmente (?) o “corpo glorioso” desaparecia da vista.

Cumpria-se, assim, a teoria de Fitzgerald. Lamentavelmente, aí terminavam nossas especulações. E não era pouco.

O que não se enquadrava no que a Física atual aceita – além de outros pormenores – era a evidente ausência de implosão. Nesse momento crítico – ao desaparecer o “corpo glorioso” –, o volume ocupado no espaço deveria converter-se em um vácuo. E o ar que rodeava o Ressuscitado teria de precipitar-se em sua direção.<sup>34</sup> Entretanto, em nenhuma das aparições que presenciei, ou nas que me foram relatadas, se produziu estampido algum. A exploração instrumental também não trouxe novidade a respeito. Melhor dizendo, houve, sim. Os dispositivos técnicos do “berço” – ao menos na segunda aparição na Galileia – não foram capazes de localizar esse vácuo. A massa de ar que havia sido ocupada pelo “corpo” comportou-se normalmente: sem movimento, tensão ou sucção.

Teria essa anomalia (?) alguma relação com os “silêncios” que precediam e acompanhavam as aparições? Também ignoramos.

Para estes confusos exploradores só cabia uma explicação: a desmaterialização era uma realidade objetiva, mas só no plano visual. Em outras palavras: aquela entidade, ao cruzar a fronteira da adimensionalidade, continuava “ocupando” o mesmo espaço em nosso mundo mas “instalada” em um “universo” (?) de natureza e dimensões desconhecidas. Continuava ali, mas não para nós.

Certamente nem os radares, nem o cinturão IR, nem mesmo o bombardeio teletermográfico forneceram a menor pista. Aquele Ser podia “existir” simultaneamente em dois mundos (?) diferentes. E por que em dois? Por que não em um número infinito de planos? E nos perguntávamos com emoção: será justamente isso que nos aguarda depois da morte?

Esta, nem mais nem menos, foi a mensagem de esperança que pulsou por trás de cada uma das aparições do Filho do Homem.

---

<sup>26</sup> Ampla informação em *Cavalo de Troia 3*, pp. 290 e ss. (N. de J. J. Benítez)

<sup>27</sup> Ampla informação sobre esse acontecimento em *Cavalo de Troia 3*, pp. 371 e ss. (N. de J. J. Benítez)

- 28 Ampla informação em *Cavalo de Troia 1 e 2*, pp. 616 e ss, e 255 e ss, respectivamente. (N. de J. J. Benítez)
- 29 As determinações foram levadas a cabo por meio dos seguintes métodos instrumentais, entre outros: espectrofotometria, emissão (Na e K: AAS), sistema "Kjeldhal" (N) e absorção (Ca, Mg, Fe, Mn, Cu, Zn e Mo: AAS). (N. do M.)
- 30 Como sabem os especialistas em fitotecnia, os solos em geral contêm quantidades suficientes de manganês (Mn). O problema não é a quantidade total desse elemento, mas a fração livre e intercambiável de Mn<sup>2+</sup>. Na opinião de especialistas como Coppenet, volumes de Mn da ordem de 20 mg por quilo de solo, representam um nível satisfatório para um pH 6. No caso da plantação onde se encontrava o sicômoro, nossas análises deram o seguinte resultado: entre 20 e 50 mg de Mn/kg. (Os índices das árvores frutíferas não variavam muito. As sadias apresentavam uma quantidade de manganês que oscilava entre 100 e 125 ppm. As afetadas pela "língua de fogo" – igual ao sicômoro "doente" – tiveram seus índices elevados de 2.800 a 2.900.) Segundo o banco de dados do módulo, nem sequer os terrenos considerados "altamente tóxicos" levavam para suas árvores, cereais ou legumes níveis tão violentos de Mn. Nos solos ácidos, por exemplo, com um pH ≤ 5,5, ricos em húmus bruto e com altas condições redutoras, pode provocar um acúmulo de Mn altamente tóxico. Mas esses níveis dificilmente se aproximavam da metade do detectado por Eliseu nas amostras atingidas pela estranha radiação. Os estudos das folhas mostram o excesso e a toxicidade de manganês, por exemplo, quando a soja apresenta 250 ppm, os cítricos, 300, os vinhedos, 500 e os sicômoros, ao redor de 600. Essa árvore não se distingue por sua necessidade especial de Mn, mais própria das azinheiras e bétulas. (N. do M.)
- 31 Ver informação sobre esse particular em *Cavalo de Troia 2*, pp. 411 e ss. (N. de J. J. Benítez)
- 32 Ampla informação sobre esses achados em *Cavalo de Troia 3*, pp. 351 e ss. (N. de J. J. Benítez)
- 33 Já que só nos foi possível analisar o processo em sua última fase – a passagem (?) à desmaterialização propriamente dita –, essa hipótese arriscada diz respeito somente à "metade" do interessantíssimo fenômeno. Como é óbvio, nossa ignorância em relação à outra "metade" – o salto (?) do "nada" à materialização do "corpo" – é, entretanto, maior. (N. do M.)
- 34 O efeito é semelhante ao estrondo do trovão, ocasionado, como se sabe, pelo ar que rodeia o tubo de vácuo produzido pela trajetória do raio. Esse ar flui de todas as direções, enchendo o "tubo" e restabelecendo o equilíbrio atmosférico. (N. do M.)

## De 30 de abril a 3 de maio

Ao concluir os estudos tivemos de reconhecer que talvez estívéssemos invadindo sagrados domínios que não eram da nossa competência. Essas e outras “lições” similares serviriam para colocar o orgulho intelectual e científico de quem isto escreve em seu justo lugar, praticamente no zero.

Desde então aprendemos a contemplar o imenso poder daquele Homem com humildade e respeito.

Mas sigamos adiante nesta apaixonante aventura. Uma aventura que apenas começava...

Dizia eu também que boa parte daquele sábado, 29 de abril do ano 30 da nossa era, foi empregada em rever a indispensável exploração do local em que necessariamente pousaríamos a nave quando do próximo e instigante terceiro “salto” no tempo.

Na manhã seguinte, domingo, iniciamos a exploração com uma fase que poderíamos qualificar de sondagem, em que os “olhos de Curtiss” e o material filmado no sobrevoo do lago desempenhariam um papel essencial.

O nosso assentamento – que chamarei desde agora de “base-mãe-3” (“BM-3”) – devia reunir uma série de importantes requisitos. Primeiro e fundamental: condições mínimas de segurança. O “ponto de contato” teria de ser um lugar isolado, não frequentado por homens ou animais e que ao mesmo tempo permitisse uma rápida deslocação até as aldeias do lago, presumivelmente frequentadas pelo rabi da Galileia durante seus anos de pregação.

De outra parte, a penúria de combustível nos obrigava a um voo curto. (Depois do último périplo sobre o *yam*, em que foram queimadas quase duas toneladas, a disponibilidade era de 47,5%. Quer dizer, o suficiente para voltar a Massada.) Era preciso, por isso,



que “BM-3” se localizasse a reduzida distância do monte das Beatitudes.

E durante horas avaliamos as diferentes alternativas. Os estudos cartográficos realizados no citado sobrevoo e as informações recolhidas

pelos “olhos de Curtiss” e por mim foram determinantes. Devo destacar nesse sentido as valiosas informações de Zebedeu pai em torno, sobretudo, dos fatos que especialmente nos preocupavam: o banditismo e os caçadores de pombas no maciço que em princípio foi apontado como “candidato” número um. Essa elevação, o monte ou *har Arbel*, que se ergue à margem ocidental do *yam*, com uma altitude de 181 metros sobre o lago,<sup>35</sup> apresentava as condições ideais: um cume descampado, rochoso e sem vegetação e um acesso relativamente fácil a cidades como Tiberíades (a quase quatro quilômetros), Migdal (a um e meio) e Saidan (a catorze, aproximadamente).

A tentadora localização, apesar de tudo, foi descartada. O primeiro inconveniente, como já fiz ver, foi notado na viagem a Nazaré, na travessia do *wadi* Hamân. Esse desfiladeiro, do qual era parte o *har Arbel*, era tomado em sua face Norte por um número enorme de cordas que pendiam do cume até as numerosas cavernas existentes nessa parede. E as primeiras informações, dadas por João Zebedeu naquela acidentada viagem, seriam ratificadas e ampliadas na praia de Saidan por seu pai. Tais cavernas serviam de excelente refúgio para ladrões, escravos fugidos, miseráveis, assassinos e zelotes que participavam dos bandos de guerrilheiros que regularmente se insubordinavam contra o poder de Roma. Apesar da repressão exercida por Herodes, o Grande, no ano 39 a.C.,<sup>36</sup> tomando de assalto as grutas, com o passar do tempo novas levas de assassinos e rebeldes haviam voltado a ocupá-las. E era frequente vê-los subir ou descer pelas cordas, cometendo toda sorte de tropelias na solidão do desfiladeiro das Pombas. As recompensas oferecidas pelas suas cabeças não davam grandes resultados. A população das imediações, aterrorizada, era impotente para enfrentar aqueles bandidos. Nem mesmo as patrulhas romanas destacadas para a região levavam a melhor contra eles. Entre outras

razões, segundo Zebedeu, porque parte dos oficiais e suboficiais se acumpliciava com os chefes dessas quadrilhas, levando gordas comissões sobre os butins roubados dos viajantes. Só quando a criminalidade chegava a limites insuportáveis o governador de Cesareia ou o tetrarca Antipas tomavam em suas mãos a repressão e realizavam operações mais drásticas e eficientes. Mas aos poucos, como uma maldição, outros bandos vinham substituir os mortos ou aprisionados, convertendo de novo o seco *wadi* em um paradoxal "rio" de sangue. À vista desse sinistro panorama, tive de reconhecer que a sorte (?) nos acompanhou naquela travessia com a Senhora, João Zebedeu e o "urso" de Caná.

E ainda havia que somar a tudo um segundo problema: os caçadores de rolas e pombas torcazes que percorriam o Arbel dia e noite, armados com suas tradicionais redes. Esses indivíduos, moradores de Migdal e Tiberíades na maioria, desempenhavam além disso o papel de "espias" e "correios" de uns e outros. Ou seja, dos bandoleiros e dos corruptos centuriões e *optios*. Em troca desse "serviço" podiam mover-se livremente pelo maciço e pelas escarpas.

E o aprazível Arbel teve de ser cancelado definitivamente do projeto.

Depois de um minucioso e tenaz exame da região, no qual colaboraram eficientemente os seis "olhos de Curtiss" disponíveis,<sup>37</sup> Eliseu e eu nos decidimos por um segundo "candidato", situado a três quilômetros e meio do perigoso desfiladeiro. Tratava-se de outro espetacular penhasco de 138 metros de altitude, com perfil e características muito semelhantes aos de Arbel. Era chamado de Ravid e distava uns oito quilômetros da "base-mãe-2".

Os informes dos sucessivos "olhos de Curtiss" destacados na vertical desse *har* foram animando-nos progressivamente: estávamos diante de um maciço liso, com uma curiosa forma de "barco" cuja "proa" apontava para o Sudeste, em direção ao lago. As dimensões nos pareceram perfeitas: ao redor de 2.300 metros de "proa a popa" (seguindo o eixo longitudinal do suposto "navio" ou "sapato") e 200 no ponto mais distante. O cume era dividido em duas partes claramente diferenciadas: a da "proa" formava um triângulo equilátero, cuja base coincidia com a largura máxima

citada (200 metros). A partir daí, o Ravid se inclinava para o Noroeste em uma ladeira suave que morria nos contrafortes dos montes da Galileia. Escarpas pronunciadas constituíam as "amuras" do grande contraforte ou plataforma triangular. Essas paredes verticais, entre 100 e 131 metros de altura, tornavam praticamente inacessível o que chamei de "proa" do Ravid.

Abaixo, pela esquerda (lado de "bombordo") do que podemos denominar também como "porta-aviões", corria o caminho escuro e estreito que unia Migdal à distante cidade de Maghar, a Noroeste. O abrupto corte existente nesse flanco acabou unindo-se com a vereda, em uma cota zero, ao fim da referida encosta de 2.300 metros.

A "estibordo", ao contrário, embora a escarpa fosse igualmente perdendo altura, até chegar aos 400 metros, o "porta-aviões" conservava sua providencial inacessibilidade. Nos fundos do vale, ele se fundia com uma modesta cadeia montanhosa, cujas altitudes oscilavam entre 213 e 121 metros. Esses picos, pouco arborizados, não apresentavam nenhum indício de assentamentos humanos.

Durante três dias, as eficientes esferas de aço de 2,19 centímetros de diâmetro "pentearam" o "porta-aviões" em um amplo raio, fornecendo imagens e uma infinidade de dados sobre a natureza geológica do terreno, da flora e fauna, condições meteorológicas, movimento de homens e caravanas, distâncias, pontos considerados estratégicos, rotas alternativas para escalada e descida, configurações e desenho das possíveis áreas de aterrissagem e as medidas de segurança destinadas à nossa proteção.

E o Ravid, prévia e exaustivamente avaliado pelo computador central, foi dado finalmente como a região adequada.

Aquela massa pétrea, integrada por rochas calcárias e dolomíticas do Cretáceo Superior e do Eoceno, com resíduos basálticos no cume, aparentava um lugar solitário, varrido pelos ventos e sem uma só vereda que atingisse o cume. Segundo nossas investigações, nada havia ali que pudesse despertar o interesse dos caçadores da região. A pouca terra avermelhada que despontava entre as erodidas agulhas rochosas, ainda que fértil, era

impraticável. O cume, como já expliquei, era apenas pedra e não permitia cultivo algum imediatamente rentável. Do mesmo modo, o gado de Migdal, Tiberíades e Guinosar (as cidades mais próximas) não se arriscava a pisar aquelas alturas, povoadas unicamente por serpentes, escorpiões e por uma curiosa “família” subterrânea que, seja dito de passagem, prestaria um inestimável serviço a estes exploradores.

O único atrativo, de duvidosa rentabilidade comercial, que conseguimos descobrir no cenário de buracos calcários e negros basaltos, era oferecido por um heroico batalhão de arbustos e cardos, entre as quais identificamos o *Thymbra spicata* (da família da menta), a *Centaurea iberica*, os também cardos sírio e leiteiro, a *Gundelia de Tournefort* (de raiz grossa e comestível), o *Teucrium creticum* (de altos talos), o *Echinops adenocaulus* e as impressionantes *Íris*, umas plantas de formosíssimas flores violetas.<sup>38</sup>

Naturalmente, por um elementar senso de prudência, as fases seguintes da exploração foram realizadas pelos pilotos, vale dizer, Eliseu e eu, diretamente sobre o “terreno”. A segunda-feira, 1º de maio, foi o meu dia de turno. Na terça-feira, com um conhecimento mais exato e preciso do Ravid e seus arredores, repetimos a incursão. Desta vez tive a alegria de ver-me acompanhado por Eliseu. E sua habitual perspicácia foi de grande utilidade para materializar os cinturões de segurança que deveriam envolver o “berço”.

Graças às meticolosas imagens e medições fornecidas pelos “olhos de Curtiss”, o caminho de ida, da “base-mãe-2” à “popa” do Ravid (o fim da suave ladeira), foi resolvido sem incidentes e em tempo recorde: oito quilômetros e meio em uma hora e quarenta minutos.

De acordo com as observações prévias, a rota escolhida para o ingresso no “porta-aviões” corria pela *via maris* durante os primeiros cinco quilômetros, cruzando os pomares e os moinhos de Tabja, a ponte sobre o rio Ammud e o luxurioso jardim de Guinosar. Ao alcançar o segundo rio em importância da costa ocidental do *yam* – o Salmon – limite para a conexão auditiva, nosso “caminho”

particular dobrava à direita e prosseguia para o Oeste. Para evitar possíveis futuros problemas e suspeitas entre os caminhantes, decidimos dispensar a passagem pela cidade de Migdal, situada a um quilômetro da desembocadura do Salmon. Se tivéssemos contornado o povoado, teríamos podido atingir a vereda que levava a Migdal, encurtando a distância até o Ravid. Essa vereda corria paralela ao caudaloso leito do rio Salmon, de um lado, e a uma cerrada floresta, do outro. A obrigatória passagem pela margem do rio, erizada de altas espadanas, adelfos venenosos, juncos de lagos e os míticos "aravah" ou salgueiros de diminutas flores esverdeadas, inclinou-nos a reforçar uma das medidas de segurança rotineiras: a da "pele de serpente". E não nos enganamos. Aquele trecho, do mesmo modo que outras áreas pantanosas pelas quais transitávamos forçosamente, oferecia permanente e sério risco: os numerosos insetos transmissores de moléstias como o impaludismo, a febre amarela, a dengue, a leishmaniose, o tifo e a tripanossomíase, entre outras. Como pudemos observar nas frequentes incursões por aquela "jungle" do Salmon, as colônias de *Anopheles*, o mosquito responsável pela malária ou impaludismo, proliferam mais com a primavera e as altas temperaturas. Não podíamos arriscar-nos a contrair uma moléstia dessas. E ainda que fôssemos vacinados e usássemos os antibióticos,<sup>39</sup> fizemos bem em incluir a proteção da "pele de serpente" ao rosto, pescoço, mãos e pernas.<sup>40</sup> Desde esse primeiro de maio, portanto, todas as nossas saídas da nave foram precedidas da pulverização geral do nosso corpo.

A três quilômetros a Oeste, em uma ampla e quase perfeita curva de 200 metros, o rio se alargava consideravelmente, oferecendo muitos vaus que permitiam atravessá-lo facilmente. Aquela curva, conhecida entre nós como a "ferradura", marcava o fim do que designávamos como a "jungle", o trecho mais difícil e trabalhoso do caminho para Ravid. Quinhentos metros mais adiante, na direção Sudoeste, depois de cruzar alguns vales incultos de pouco mais de 50 metros de profundidade, o caminhante chegava finalmente ao extremo do caminho de terra preta e esponjosa que se perdia até Maghar. Aquela rota, imprópria para chegar ao "porta-

aviões”, nos levava a Migdal em questão de vinte minutos, coisa de dois quilômetros. Mas só seria utilizada para descer. Para o retorno à colina das Beatitudes decidimos suprimir os três quilômetros de floresta, margeando a *via maris* pela estrada que, repito, levava a Migdal e Maghar, respectivamente. Uma vez “instalados” no Ravid, salvo emergências, os caminhos de ida e volta seriam assim escolhidos: o ingresso na nave, sempre pela floresta; a descida para o lago, pelo escuro caminho que margeava a escarpa à esquerda do “porta-aviões”.

Transpostos, pois, os vales que separavam a “ferradura” da rota Migdal-Maghar, dava-se com a “popa” do Ravid. Nesse ponto, como eu dizia, as agressivas paredes do costado de “bombordo” perdiam toda a sua altura e se nivelavam com a cota da senda. Bastava cruzá-lo para entrar em “nossos domínios”.

Depois de certificar-me de que o caminho estava solitário, tomei a rampa (de uns seis graus) que me levaria até a suave encosta de 2 mil metros que terminava na “proa” do Ravid. Essa rampa, de uns 50 metros de extensão, representava o setor mais fraco no que se refere à segurança. A situação do explorador ficava realmente comprometida. Aí estávamos expostos aos olhares de eventuais viajantes que caminhassem em uma ou outra direção. E o problema não tinha remédio. Não havia como nos camuflarmos naqueles malditos 50 metros. A única alternativa era a que eu usava: esperar que o caminho ficasse deserto.

Ao deixar para trás a “zona morta”, o terreno quase se aplainava e o caminhante se esquivava a olhares indiscretos. A partir desse momento, fixei a atenção nas referências que já havíamos detectado do ar e que nos serviriam de orientação nas futuras subidas e descidas.

O primeiro desses “marcos”, quase no centro da “popa” do “porta-aviões” (a uns cem metros da “zona morta”), seria especialmente útil. Em plena planície, como um capricho da natureza, elevava-se uma solitária e singular árvore. A única em todo o maciço de Ravid: uma macieira de Sodoma (*Calatropis procera*), misteriosamente desterrada do seu *habitat*. Esta peculiar planta, própria dos oásis, cresce habitualmente no mar Morto e no

baixo Jordão. O mais provável é que a semente, plana e dotada de um penacho, houvesse sido levada pelo vento ou pelos pássaros. O caso é que, “milagrosamente”, e para nosso benefício, esse estranho exemplar bíblico cantado por Josefo se havia radicado no meio de uma encosta árida e cheia de pedras vulcânicas e calcárias. E nos alegamos por dois motivos. Primeiro, porque, como já disse, constituía um magnífico “sinal”. Segundo, porque manteria distantes os judeus. Essa árvore simbolizava o mal e a condenação de Sodoma e Gomorra, sendo evitada geralmente pelos israelitas. A atitude do povo em relação à macieira de Sodoma é comentada pelo próprio Flávio Josefo em sua obra *A guerra dos judeus*. Diz textualmente: “Assim como as cinzas de seus frutos, que têm uma cor apetitosa, mas que, espremidos com as mãos, tornam-se fumaça e cinzas”. Esse fruto se desenvolve rapidamente, formando dois corpos redondos parecidos com uma maçã, de sete a dez centímetros de diâmetro, sem polpa, cheios de pelos e com um suco venenoso. Os ramos destilam um licor leitoso que produz irritação ao contato.

Aquele esplêndido exemplar atingia uma altura de quase quatro metros, com dez de envergadura. A ramagem era espessa, trançada horizontalmente. Suas folhas tinham uma largura de até 20 centímetros e ficavam carregadas de milhares de flores prateadas com as pontas dos lóbulos cor de amora brilhante.

Eram nove horas aproximadamente e o calor sufocava. Depois de observar detidamente a escarpa que se abria diante de mim prossegui pelo centro do “porta-aviões”. O terreno, como já sabia, inculto e rude, era dominado por uma rocha calcária avantajada, avermelhada e oxidada e um cobalto negro e desintegrado que rangia sob as sandálias.

A bom passo, os dois mil metros de suave ascensão até a “proa” do Ravid foram percorridos em pouco menos de vinte minutos.

Por fim pude ver-me diante da plataforma rochosa que nos acolheria por longo tempo.

A princípio, confirmando a impressão da fase da exploração, o lugar me pareceu esplêndido. Na boca do triângulo equilátero que formava a “proa” viam-se os restos de uma muralha, aparentemente

de origem romana. Esse informe montão de pedras azuis ocupava a totalidade da base (200 metros) e estabelecia uma clara divisão entre as duas áreas do cume: a escarpa que eu acabara de galgar e o triângulo que receberia a nave em questão de horas.

Percorri a área com atenção, explorando cada metro quadrado. Mas só encontrei algumas moitas de cardos e arbustos e o fugidio ziguezaguear de serpentes e lagartos.

A julgar pelo traçado e a orientação, tais ruínas poderiam ter constituído um sistema defensivo destinado à vigilância da rota entre Migdal e Maghar. Segundo nossas informações e as de Zebedeu pai, a muralha-fortim remontava à época de Pompeu (ano 63 a.C.) ou quem sabe à da Campanha de Herodes, o Grande, na Galileia (ano 40 a.C.).

Entre os escombros, que não ultrapassavam um metro e meio de altura e cinco de fundo, percebiam-se cinco torres, intercaladas a espaços de 40 metros. O lugar, era evidente, estava abandonado fazia muitas décadas. E ao estudar a posição dos blocos e como se distribuíam no solo, deduzi que a destruição devia ter sido provocada por um forte sismo. No ano 35 a.C., segundo narra Josefo na mesma obra a que nos referimos (*A guerra dos judeus, I, cap. XIV*), houve no país um “tremor de terra em que pereceu muito gado e 30 mil homens...”.

Por mais que buscasse não consegui achar um só vestígio das guarnições. Então iniciei a inspeção da última área: a “proa” do Ravid.

A plataforma triangular, com seus 200 metros na lateral, mostrou-se mais intensamente castigada pelo “mar” de rochas que sua “irmã”, a escarpa de dois quilômetros que a precedia. Caminhar por aquele contraforte significava evitar continuamente todo um “recife” de brancas agulhas calcárias, afiadas pelos elementos e gretadas pelas oscilações térmicas. A maior parte dessas formações pétreas devia medir uns 40 ou 50 centímetros de altura. E apesar da aparente hostilidade da paisagem, senti-me reconfortado pela singela e “funcional” beleza do que em breve seria o nosso “lar”. Disputando as poucas clareiras de terra vermelha que aquela rochosidade oferecia, uma intrépida família de cardos perenes (a



mencionada *Gundelia de Tournefort*) humanizava a superfície azul e acerada das pedras com o amarelo rasante de suas diminutas florzinhas.

E lentamente, observando cada detalhe, cada lugar e cada rocha, fui-me aproximando do vértice do Ravid.

Nervoso e confuso a princípio, em meu afã por completar a informação fornecida pelos “olhos de Curtiss”, não reparei naqueles montinhos de terra finamente triturada. E ao atingir a “proa” do “porta-aviões”, cumprindo a programação, dirigi o cajado para o Nordeste e dei a Eliseu, via laser, a boa nova: o êxito da ascensão.

De cima daquela magnífica atalaia, o panorama era simplesmente soberbo. Uma Migdal em miniatura, praticamente em frente, ensolarada e desconhecida, se destacava como a mais próxima das povoações. As entradas e saídas da cidade, assim como boa parte da estrada romana, a *via maris*, podiam ser vigiadas com estimável precisão. E mais além, para o Norte, recortava-se, limpa e majestosa, a costa ocidental do lago, com os seus alvos núcleos urbanos. Naquela luminosa manhã se distinguiam até o negro caos de Saidan – a doze quilômetros em linha reta – e o habitual agrupamento de lanchas na baía da Betijá.

Mas houve algo que me inquietou. Algo que já havíamos percebido e que, entretanto, não avaliáramos suficientemente. A meus pés, junto ao caminho de escória vulcânica que bordejava o flanco esquerdo do Ravid, em uma extensão de meio quilômetro, apontava uma verde e recente plantação, com um confuso mosaico de hortas e estreitas manchas de árvores frutíferas e palmeiras. Essa franja de terra, que partia do lado Oeste de Migdal, prolongando-se, por 500 metros, pela margem direita da estrada que levava a Maghar, podia representar um dos poucos e hipotéticos “focos de conflito”. Entre as hortas e pomares distinguiam-se umas 15 cabanas que presumivelmente seriam os depósitos das ferramentas e utensílios de lavoura. Pouco a pouco, de fato, iríamos descobrindo que os proprietários e arrendatários daqueles lotes eram moradores de Migdal e dos demais povoados costeiros. E ainda que a “zona morta” (o ponto de acesso ao “porta-aviões”) se achasse a quilômetro e meio da “plantação” – assim batizamos a horta –, a

verdade é que a relativa proximidade nos tirou o sono durante as primeiras semanas. E prometi cuidar do assunto “plantação” na viagem de retorno ao módulo.

A inspeção das escarpas, até onde minha vista alcançou, foi satisfatória. As minuciosas imagens transmitidas pelos “olhos de Curtiss” estavam corretas. As paredes, à direita e à esquerda do triângulo, em queda vertical, eram praticamente inacessíveis. Aqueles 100 e 131 metros representavam a melhor das barreiras contra um muito pouco provável ataque. Tentar escalar semelhantes escarpas seria quase um suicídio.

Durante o resto da manhã, até a indefectível chegada do *maarabit*, ocupei-me do último exame: a zona de “contato” especificamente. Completei as medições e, feliz, tive de reconhecer a eficiência do nosso “Papai Noel”. Seus cálculos, como sempre, haviam sido perfeitos. A nave, colocando sempre a segurança como fator prioritário, deveria pousar o mais próximo possível do vértice do Ravid. O lugar, com suas rochas pequenas, não parecia obstáculo para os pés extensíveis e telescópicos do módulo. Outra questão, mas inteiramente secundária, era o conforto dos pilotos em suas subidas e descidas do “berço”.

Marquei os pontos possíveis e ideais para a tomada de contato do trem de aterrissagem e, como havia sido combinado, usando o laser de gás, desintegrei o calcário, aplainando-o. Dessa forma, se tudo decorresse normalmente, o assentamento seria mais fácil. Do ar, como verificaríamos nessa mesma tarde com o lançamento de um novo “olho de Curtiss”, os quatro círculos se afiguravam uma excelente ajuda nos instantes finais da aproximação.

Se o voo transcorresse regularmente, a nave ficaria estacionada a seis metros do vértice. E nessa posição, com as medidas habituais de segurança mais as especiais, previstas inicialmente para “cobrir” a totalidade da escarpa, desfrutaria um raio de ação desafogado o suficiente para proteger-se quase 100%.

Ali pelas 12 horas um *maarabit* sibilante me pôs em alerta. Era o momento de iniciar a descida. Avisei Eliseu das minhas intenções e me dispus a vencer os 173 metros que mediavam entre o vértice e a “muralha”. Foi aí, ao esquivar-me do cume das agulhas rochosas,

que eu vi. Aquilo passara despercebido nas análises das imagens aéreas. Inclinei-me intrigado.

Demônios!

Protegido por um dos maciços de *Gundelia* erguia-se um montículo de terra avermelhada, finamente triturada, de não mais de 30 centímetros de altura. O "vulcão" apresentava junto à base um orifício de uns sete centímetros de diâmetro. Recolhi um punhado. Era quase pó. Seco, sem vestígios de excrementos. Toupeiras?

Estranhei a descoberta naquele penhasco desértico, com um subsolo de especial dureza e que presumivelmente não hospedava gusanos, insetos e pequenos invertebrados, alimentos habituais das toupeiras.

Ao percorrer de novo a plataforma triangular descobri a existência de pelo menos uma dezena mais daqueles misteriosos cones, quase sempre ao abrigo das espinhosas *Gundelia*. Caminhei sobre os escombros da "muralha", fui "penteando" a escarpa e verifiquei que boa parte dela estava igualmente perfurada. Não consegui estabelecer padrão algum entre os "vulcões". Surgiam aqui e ali, sem ordem, com um único denominador comum: todos surgiam nas proximidades dos cardos e arbustos. Para ser preciso, à sombra das plantas de raízes grossas e comestíveis. No total, desde o vértice do triângulo até quase a metade da encosta, cheguei a contar 40 orifícios com seus inseparáveis "vulcões". E à medida que descia até a macieira de Sodoma, cones e agulheiros foram diminuindo até desaparecerem a uns 1.200 metros do vértice do Ravid. Ali, estranhamente, cardos e arbustos desapareciam igualmente, sufocados pelo calcário e grandes quantidades de escória vulcânica.

Concentrado na viagem de regresso esqueci por momentos as toupeiras. Teríamos de aguardar o assentamento da nave para identificar a colônia que se agitava no subsolo. Uma descoberta a que fui alheio e que seria aproveitada por Eliseu para me pregar um dos maiores sustos da minha vida.

A "zona morta" foi superada sem novidade. Chegando ao caminho "inaugurei" a rota de retorno. Aqueles dois quilômetros, até os arredores de Migdal, percorri-os sem companhia.

Ao chegar à altura da “plantação” reduzi o passo, para poder reter o máximo de detalhes. Tratava-se, efetivamente, de um rico e florescente vergel, conquistado duramente a uma áspera colina de 50 e poucos metros de altitude. Em canteiros escalonados, os tenazes *felah* haviam cultivado amendoeiras, figueiras, oliveiras, alfarrobeiras, alfostigueiras, macieiras da Síria e tamareiras. E, entre a massa de pomares, hortas, quase de brinquedo, esmeradamente cercadas e protegidas pelas espinhosas “pimpinelas”. Ali dava de tudo, desde o succulento porro até o alho, passando por uma grande variedade de lentilhas, um carnosos grão-de-bico, favas e uma incrível cebola de até 20 centímetros de diâmetro. Sem saber eu estava desfilando diante do que seria uma de nossas principais fontes de abastecimento de frutas e verduras. E com o tempo descobriríamos também o “segredo” daqueles enormes e deliciosos frutos.

Alguns camponeses desafiavam o calor lidando com as hortaliças ou tirando água dos dois poços. Outros, menos dispostos, dormitavam às portas das choças de adobe e telhados de palmeira.

Suponho que me viram passar, mas sem me prestar atenção. Como eu imaginava, aquela pequena concentração de camponeses estava longe de representar risco.

Em dado momento reparei em uma planta que me havia passado despercebida em minhas correrias anteriores. Não era funcho (erva-doce), como pensei a princípio. Aquelas plantas de um metro de altura, com talos ramificados, folhas compostas e pequenas flores brancas recém-brotadas, eram a *Conium maculatum*: a célebre e perigosa cicuta que provavelmente o filósofo Sócrates preferiu beber a renunciar ao seu magistério. Eu sabia da alta toxicidade dessa umbelífera, rica em coniina, um alcaloide de grande poder narcótico. Mas que uso podiam fazer dela esses camponeses?

Mas essa não foi a única surpresa. Alguns passos mais adiante descobri outros canteiros, igualmente bem cuidados, de uma planta também famosa: a mandrágora, com seus aromáticos e alaranjados frutos em forma de ameixa. Dessa vez entendi a razão do seu cultivo. Judeus, gregos e romanos a tinham em especial apreço

pelos seus poderes afrodisíacos. Os gregos a denominavam “a maçã do amor”, considerando-a um infalível filtro amoroso, se empapada em vinho. A tradição rabínica ia até mais além, assegurando que procedia diretamente do Paraíso e que o seu uso, além de curar a esterilidade, multiplicava a riqueza. Fosse como fosse, o certo é que essa solanácea alcançava altos preços no mercado. E chegaríamos a descobrir autênticos “especialistas” no trato desses frutos, muito abundantes em cemitérios e lugares de execução.

Depois de circundar Migdal retomei à *via maris*, caminhando para o Norte, ao encontro da ponte sobre o rio Salmon.

Pouco depois, já passada a hora nona (três da tarde), sem nenhum tropeço, consegui chegar ao módulo.

A primeira exploração sobre o “terreno”, em princípio, podia ser considerada um completo êxito. Só houve um detalhe preocupante: a meia centena de misteriosos orifícios e montículos que de fato o “olho de Curtiss” confirmaria nesse mesmo dia no alto do Ravid. No banco de dados do “Papai Noel” não constava pista alguma. E tivemos de nos resignar, confiando em que o enigma seria esclarecido na segunda visita ao “porta-aviões”.

2 de maio.

Aquela terça-feira amanheceu igualmente radiante. Não podíamos nos queixar. Ao amanhecer, com Eliseu não menos radiante, saímos os dois com destino ao Ravid, já familiar.

“Papai Noel” passou a responsabilizar-se pelos cinturões de segurança, ficando com a faculdade de estender a barreira gravitatória até o limite da colina em caso de emergência. (Duzentos metros na direção Sul e até quatrocentos para o Norte.)

Tudo bem no caminho, com exceção das paradas de meu irmão, deslumbrado pela paisagem e os paisanos. Mais de uma vez me vi obrigado a resgatá-lo de entre os *felah* que ofereciam suas mercadorias à margem da *via maris*.

Atravessamos sem impedimento a solitária floresta do rio Salmon e, pelas nove horas, depois de vadear a curva da “ferradura”, avistamos o caminho de Maghar e a odiosa rampa de acesso ao Ravid.

E aí surgiu o primeiro inconveniente. Naquele momento o caminho estava tomado por uma rédua de burros vinda de Migdal. Era demasiado tarde para retroceder e nos ocultar entre os barrancos. Os tropeiros, com certeza, nos haviam visto. E fizemos a única coisa razoável. Descemos até o caminho e, saudando os homens, prosseguimos pelo caminho de terra vulcânica simulando que íamos ao lago. Minutos mais tarde, desaparecida a tropa, demos a volta e, mais cautelosos, subimos rapidamente pela "zona morta". E sem fôlego chegamos à macieira de Sodoma.

Eliseu e eu pusemo-nos de acordo: aquele caminho podia trazer complicações. Devíamos encontrar alternativa. Mas qual? Os demais possíveis acessos ao Ravid já haviam sido avaliados e rejeitados. Escalar as escarpas, por qualquer dos flancos, representava um risco inútil. Seriamente preocupados, reiniciamos a subida para a "proa".

Tudo na desolada paisagem continuava na mesma. Eliseu inspecionou minuciosamente os "vulcões" e orifícios, mas, como eu mesmo, nada pôde concluir. Durante as horas que passamos no cume chegamos até a sentar-nos pacientemente diante daqueles cones de terra, na esperança de ver aparecerem os supostos moradores do subsolo. Eliseu, com o emprego dos longos e flexíveis talos de *Gundelia*, explorou o interior das bocas, e só o que descobriu foi que galerias nasciam e avançavam paralelamente à superfície. Isso foi tudo. Apesar do nosso esforço, não houve forma de detectar um ruído, um movimento, um sinal qualquer. Já admitindo que talvez os túneis estivessem abandonados, concentramos nossa atenção nos objetivos básicos daquela nova exploração.

Em primeiro lugar repetimos as medições, verificando os cálculos do computador central com respeito aos três grandes cinturões de proteção. E ficamos satisfeitos. Revisamos igualmente os parâmetros e o desenho do "ponto de contato" do módulo; depois, pela enésima vez, rastreamos a plataforma triangular. E Eliseu deu a sua aprovação.

Por último, com os ânimos relaxados, convencidos do acerto da escolha do lugar, passamos a experimentar a nova medida de

segurança pessoal: a “tatuagem” que deveríamos carregar conosco obrigatoriamente desde esse dia.

Meu irmão, responsável pelos retoques finais, foi o primeiro a testá-la. Sorriu feliz. Olhou ao seu redor e escolheu um alvo.

– Que tal a muralha?

Concordei. E ele, aproximando-se das ruínas, apanhou um dos pequenos blocos, colocou-o de pé, de modo a salientar-se no montão de pedras, afastou-se quatro ou cinco passos e, dando-me uma piscadela, estendeu a palma da mão esquerda e pulsou repetidas vezes o delicado mecanismo. Cerrou o punho suavemente e apontou para a pedra com o sinete de ouro e ágata que trazia no dedo médio. Um segundo depois, para nosso regozijo, a pedra “desapareceu”, literalmente, com um seco e discreto estampido.

Eliseu me olhou e sorriu, satisfeito. Correspondi com um sorriso e o estimulei a completar a experimentação. Ele repetiu a operação e alvejou o espaço que o bloco desaparecido ocupava. Em um segundo, como por milagre, a pedra se materializou e reapareceu no ponto e na posição anteriores. Ele a examinou e não constatou na pedra alteração alguma. Nem na forma, nem na textura, nem no colorido. Então voltou-se e me convidou:

– Sua vez, Major...

Dessa vez selecionamos um dos frondosos maciços de cardos. Abri por minha vez a palma da mão esquerda e, “incendido” o sistema, programei o “objetivo” (*Gundelia de Tournefort*), distância (quatro metros), volume espacial (um cubo de dois metros de lado), finalidade (desmaterialização) e tempo de execução (um segundo). Finalmente pulsei o “ponto ômega” e dei “luz verde” ao microcomputador. E como fizera meu irmão, fechei o punho, apontando as plantas com o sinete, alojado no mesmo dedo médio.

Um segundo mais tarde, os talos, as folhas espinhosas e os belos cachos de flores amarelas e avermelhadas se “extinguiram” com um quase imperceptível estalido. E no solo apareceram as covas ocupadas até pouco antes pelas raízes.

Reprogramei a “tatuagem” e, tal qual acontecera com a pedra da muralha, um segundo depois da ativação do “ômega” e de apontar para o presumido alvo, a planta reapareceu intacta.

Essa “joia” do projeto Cavalo de Troia, desenhada com o concurso de especialistas da AFOSI, AFORS (Escritórios de Investigações Espaciais e Científicas da Força Aérea Norte-Americana), MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), Universidades da Pensilvânia, Michigan e Maryland e Instituto de Tecnologia de Tóquio, era na realidade uma das esplêndidas aplicações do grande achado mencionado nas primeiras páginas deste diário: os *swivels*,<sup>41</sup> as partículas elementares generalizadas no Cosmo que algum dia, quando forem de domínio público, deixarão para trás os antiquados conceitos sobre a natureza e o comportamento da matéria.

O *swivel* ou “elo”, como já comentei, pulverizou nossas teorias a respeito do espaço euclidiano, com as suas tramas de pontos e retas, obrigando-nos a reconsiderar todo o conhecimento sobre as estruturas atômicas. Essa partícula possui uma propriedade singular: pode modificar a “posição” dos seus hipotéticos “eixos”, transformando-se em outro *swivel* diferente.<sup>42</sup>

Os especialistas aproveitaram essa “qualidade” não só para manipular o tempo mas também para modificar à vontade a natureza das coisas, ou, como no caso em questão, para desmaterializar e materializar qualquer objeto sem causar-lhe alteração alguma. Bastava para isso, como expliquei, “penetrar” nas redes de *swivels*, forçando os ângulos dos hipotéticos “eixos ortogonais” à posição desejada. Na “aniquilação” do bloco de pedra, por exemplo, o processo, muito sintetizado, era o seguinte: o microcomputador recebia, entre outros parâmetros, a identificação do objeto a ser desmaterializado. Em seguida, se o “objetivo” constasse em seu milionário banco de dados, sintonizava as posições habituais das cadeias de *swivels* com essa determinada matéria, programando as “inclinações” necessárias para obter a “aniquilação”. O mais simples, para conseguir a “extinção” da pedra, era “mobilizar” seu enxame atômico para os ângulos correspondentes a qualquer dos gases que integram o ar. Essa operação-chave deveria ser complementada por uma série de informações igualmente básicas: distância, volumes espaciais a “remover” e tempo para a inversão. A “tatuagem” estava preparada até mesmo, se o



explorador o desejasse, para executar as duas manobras (desmaterialização e materialização) em um só processo e em tempos igualmente programados. Para isso, o microcomputador, uma vez esgotado o tempo de "aniquilação", "empurrava" os eixos dos *swivels* do hidrogênio do ar, por exemplo, para as posições que davam forma ao bloco de pedra.

Tal tecnologia, quase "mágica", pareceria grosseira se a comparássemos com a prodigiosa modificação, à vontade, da vibração atômica do "corpo" do Ressuscitado. Enquanto nós nos víamos obrigados a recorrer a dispositivos técnicos, Ele podia aparecer e desaparecer com um simples ato de vontade.

Com a "tatuagem", se a programação estivesse correta, não se lesava nem comprometia a natureza íntima dos objetos manipulados, proporcionando aos exploradores ampla margem de segurança em situações de alto risco. Se eu tivesse contado com ela quando fui encerrado na caverna do saduceu, o mais provável é que as coisas haveriam corrido de maneira muito diferente.

Por que não foi utilizado desde o começo da Operação? Muito simples: os diretores do projeto não o consideraram conveniente. Em momento algum imaginaram sequer as sérias dificuldades em que nos vimos envolvidos. E, dado o seu caráter espetacular, aconselharam que o seu emprego se desse única e exclusivamente em casos muito especiais. Como chefe da missão, assumi a responsabilidade do seu uso e posso adiantar que não me enganei. A adoção dessa medida foi um ato acertado, tirando-nos de situações conflituosas que nos aguardavam.

E ainda que eu não esteja autorizado a revelar as linhas mestras dessa magnífica obra de engenharia eletrônica, tentarei expor superficialmente algumas das suas características, em benefício de uma melhor compreensão dos acontecimentos que nos coube viver e nos quais fomos auxiliados por essa tecnologia. Uma tecnologia guardada zelosamente pelos responsáveis pela Operação. Não é preciso ser muito perspicaz para imaginar o que se poderia fazer com ela, se caísse em mãos ou governos errados...

A "tatuagem" devia sua denominação ao fato de haver sido concebida como uma aparente "pintura", permitindo seu transporte

sem levantar suspeitas. E ainda que, naturalmente, não se tratasse de um elemento introduzido sob a epiderme, o efeito especial e o tato eram similares.

Os engenheiros o desenharam inicialmente em forma de estrela-de-davi (de seis por seis centímetros), ainda que a natureza dos seus componentes possibilitasse uma distribuição aleatória, de forma que pudesse adotar qualquer outro desenho.

Essa estrela de seis pontas (dois triângulos equiláteros superpostos), suscetível de ser fixada e separada da palma da mão com extrema facilidade, foi confeccionada com milimétricas malhas trançadas de "polianilina", um polímero orgânico sintético parecido com os filmes fotográficos de 35 milímetros, com excelentes propriedades.<sup>43</sup> Parte dos circuitos foi mesmo fabricada com elementos poliméricos, baseados na "sesquitiofeno", molécula de cadeia curta e grande flexibilidade.

No interior desse material "extraplano", tingido de azul em um requinte de miniaturização, foi colocada a quase totalidade dos complexos componentes: cerca de  $2,16 \times 10^6$  canais informativos com elementos que, em muitos casos, não mediam mais do que  $0,07 \text{ mm}^3$ ; dois microcomputadores (um sempre na reserva); um conduto emissor conectado ao anel (com capacidade de emissão de feixes troncocônicos de ondas em uma frequência de  $6,77 \times 10^{20}$  ciclos por segundo); duas pilhas atômicas de curie 244 (uma na reserva) e os correspondentes ativadores (o chamado "ponto alfa", para a abertura e o fechamento do sistema, respectivamente, e o "ômega", destinado à projeção dos feixes troncocônicos que materializavam as inversões dos *swivel*s), entre outros dispositivos que talvez eu vá descrevendo mais adiante.

Cada microcomputador – autêntica "alma" do engenho – foi construído com uma imensidão de circuitos integrados topologicamente em cristais estáveis denominados "amplificadores nucleicos".<sup>44</sup> Alguns desses componentes – para termos ideia de seu ínfimo tamanho – mediam  $0,0006 \text{ milímetros}^3$  cúbicos, com canais elétricos ou "portas" que oscilavam entre  $0,1$  e  $0,3 \text{ micrômetros}$  (equivalente, por exemplo, à largura de uma fibra de DNA ou à

milésima parte da grossura de um cabelo humano). Naturalmente, a integração só pôde ser feita com microscópios eletrônicos.

A capacidade de memória desses microcomputadores, graças aos citados cristais de titânio, cujos bilhões de átomos atuavam como portadores de algarismos, era tão fantástica que só poderíamos defini-la em termos de *terabytes* (uma soma de informação superior à contida na biblioteca do Congresso norte-americano).

Também a sua velocidade de transmissão era fantástica. Cada microcomputador podia trabalhar à razão de um milhão de operações por femtossegundo, vale dizer,  $10^{-15}$  segundos.

O sistema era completado por um enlace de 1,5 cm, feito também de "polianilina" dopada, que unia a extremidade superior direita da "estrela" com o falso sinete ou anel de ouro e ágata. Essa gema, da família do quartzo criptocristalino, encontrada pela equipe da Operação Cavalo de Troia no deserto egípcio de Jebel Abu Diyeiba, foi esvaziada completamente para que no seu interior fosse colocado um minúsculo cristal de boro. A extraordinária dureza deste isótopo estável garantia a projeção dos feixes troncocônicos destinados às inversões axiais dos *swivels*. O alcance máximo do fluxo foi estabelecido em cem metros. Uma distância razoável para um instrumental que requeria uma especial discrição.

Quanto à distribuição dos principais dispositivos na "estrela-de-davi", ainda que sujeita a modificações segundo variasse o desenho da "tatuagem", inicialmente foi fixada da seguinte maneira: as duas pilhas atômicas, de duração praticamente ilimitada, ocuparam as pontas do lado esquerdo (ambos os vértices da "estrela" penetravam nas chamadas "eminências ténar e hipoténar" da mão esquerda). No centro se alinhavam os microcomputadores e o miniteclado. O "ponto alfa", que ligava e desligava a totalidade do sistema, foi alojado na ponta superior da "estrela". O ômega, responsável pelo disparo dos feixes, ficou no extremo oposto. Por último, as duas pontas da direita foram reservadas para um "complemento" ou "periférico" tão prodigioso como seu irmão e que prefiro descrever oportunamente.

A "tatuagem", em suma, era a culminância e o promissor exemplo do que deverá ser algum dia a informática. Uma máquina perfeita e, ao mesmo tempo, quase "invisível". Um sistema que nada tem que ver com esses computadores que escravizam o homem. Um engenho que auxilia e, graças ao seu ínfimo tamanho, passa despercebido, permitindo que inteligência, imaginação e esforço humanos possam ser dedicados a tarefas mais nobres. A "tatuagem" teria feito as delícias de cientistas tão admiráveis como Mark Weiser, defensor dessa informática que "é e não é" e avança engatinhando...

Satisfeitos, passamos à segunda fase da experimentação: a execução da dupla operação – desaparecimento e reaparição da matéria – com uma só programação.

Êxito completo. A "tatuagem" atuava com tal precisão e inocuidade que quando desmaterializamos uma planta os insetos que deambulavam por suas folhas ou voavam ao seu redor permaneciam ilesos, caindo por terra ou zumbindo confusos diante da súbita desaparecimento do vegetal.

E o resto da manhã, até o regresso ao monte das Beatitudes, converteu-se em um festival. Desfrutamos o sucesso até cair rendidos.

O processo inverso, a aparente criação de objetos e sua posterior eliminação, foi talvez a parte mais brilhante e surpreendente dos ensaios. Simulando diversas situações de emergência, meu irmão e eu fizemos "aparecer" sobre o solitário cume do Ravid todo tipo de pontes, muros, escadas e até assombrosos e gigantescos cubos de gelo. O banco de dados do microcomputador era tão rico que bastava indicar "objetivos", materiais e tamanhos para que, em um femtossegundo, programasse cálculos de resistência, dilatações, cimentação e tudo o mais.

Os únicos inconvenientes da "tatuagem" – para serem sempre lembrados – eram os feixes troncocônicos, que podiam lesar qualquer ser vivo que se interpusesse em seu caminho, e os inevitáveis estrondos provocados pelas implosões na fase de "eliminação".

3 de maio.

Uma quarta-feira inesquecível. Um dia decisivo. Já estávamos mais perto do ansiado momento. Breve, muito breve, voltaríamos a vê-lo...

O orto solar – às 5h15 de um suposto TU (Tempo Universal) naquele ano 30 – liberou as atividades nas colinas da costa oriental do *yam*. E Nahum, a nossos pés, espreguiçou-se e apagou as últimas tochas.

Tudo estava preparado para a decolagem. Obedecendo a um impulso, deixei a nave em silêncio. Eliseu, compreendendo meus sentimentos, não interferiu. Reconheço que tive – tivemos – muita sorte. Meu irmão e eu chegamos a entender-nos com o olhar. Fico aterrado ao pensar o que poderia haver ocorrido se não houvesse entre nós tão completa afinidade. Aproximei-me dos lírios e das anêmonas, me ajoelhei, agradei aos céus sua benevolência e implorei luz e forças para não falhar. Acariciei as flores orvalhadas e, ainda que avesso às despedidas, disse-lhes adeus. Nunca voltaríamos a pousar naquela elevação.

E às 6 horas, banhada pela dourada luz do novo dia, a nave elevou-se agitando a superfície do monte das Beatitudes com o jato do poderoso J85. E o suave silvo do motor principal foi como um precioso canto.

Os sistemas reagiram docilmente. E o módulo subiu veloz até o nível de cruzeiro (800 pés).

– Tempo invertido: 26 segundos... Queimando a 5,2 quilos...

A precária disponibilidade de combustível obrigou-nos a trabalhar com especial zelo. (A nave decolou com 7.785,8 kg.) As condições meteorológicas estavam a nosso favor. O tenaz anticiclone dos últimos dias continuava ativo, proporcionando-nos uma “WX” que certamente não deixamos de aproveitar.

– Visibilidade ilimitada. Ao nível “oito” (800 pés), vento precioso... Leio 14 graus centígrados...

– Roger... Dê-me nível de consumo...

O plano de voo para o Ravid era quase um brinquedo. E Eliseu, como bom piloto, não deixou passar a oportunidade. Tomou de “Papai Noel” o controle, desfrutando o prazer da rápida operação.

– Jasão, atenção... Dê-me nível de consumo...

- Queimando segundo a previsão. Leio 5,2 quilos.
- Roger – respondeu meu irmão mobilizando o J85 em 90° –, nível oito... Lá vamos... Rumo dois-dois-cinco.
- OK! Regulagem sem variação...
- Consumo?...
- Leio 4 quilos por segundo...
- Não é justo – lamentou-se Eliseu. – Isto é um abrir e fechar de olhos...

Compreendi seu justificado aborrecimento. A nave, a 18 mil pés (6 quilômetros) por minuto, cobriria os 8 mil metros que nos separavam da vertical do Ravid em um minuto e 33 segundos. Um suspiro, para dizer a verdade.

- Atenção! – adverti-o. – Ponto “BM-3” no radar.
- Estou vendo... Preparados foguetes auxiliares.

A plataforma rochosa que eu apelidei de “porta-aviões”, que parecia tingida de azul e ocre, mostrava-se solitária e tranquila sob a nossa nave.

- Continuo no rumo dois-dois-cinco... Estacionário.
- Roger... Tempo calculado para reunião 13 segundos.
- Abaixo a 23!
- OK! Não a force.
- Roger... 600 pés... Abaixo a 15 por segundo.
- Freando... Adiante, querida!
- Leio cinco para reunião...
- Atenção... Onze adiante... Luzes de altitude.
- Descendo a 3,5... Ponto de contato à vista.
- Roger... Já é nosso!
- Vejo poeira...
- Um pouco mais... Dois adiante... Derivando à direita.
- Luz de contato!

A nave tocou a “proa” do Ravid suavemente, pousando nos quatro “círculos” de calcário previamente rebaixados. E “Papai Noel” corrigiu o pequeno desnível alargando as seções telescópicas do trem de aterrissagem.

- Ventilação de oxidante...
- Roger... Sem problemas... Tudo de primeira classe.

Felicitei meu companheiro.

– Ativados cinturões de segurança. E o computador assumiu o comando.

– E agora – interveio Eliseu apontando o medidor de consumo – as más notícias... Leio 574,8 quilogramas.

– Não está mal – comentei no fútil intento de o animar. – Verificarei com “Papai Noel”.

E o computador resumiu a situação.

Em 2 minutos e 12 segundos (tempo total de voo), havíamos consumido mais de meia tonelada de combustível. Exatamente 574,8 kg. Isso significava que dispúnhamos de quase 492 da reserva.

– Bem – refleti em voz alta –, escapamos por pouco...

Meu irmão não respondeu. Intranquilo, consultou de novo o computador.

A rota prevista para o retorno, como já comentei a seu tempo, perfazia 109 milhas (196 quilômetros). Com a mudança para o Ravid queimamos 4,4 milhas e 574,8 kg de combustível. Se o voo para a meseta de Masada não tivesse problemas, a nave, a partir do novo assentamento, necessitaria 6.896 quilos, aproximadamente. Como o estoque era de 7.211 e mais 492 na reserva, poderíamos atingir a orla ocidental do mar Morto com uma sobra de 315 kg, sem contar os tanques de emergência.

Eliseu me olhou em silêncio. Não era muito, certamente, mas insisti:

– Suficiente para voltar.

E, inspirado no estilo do Mestre, sublinhei, dando por encerrado o assunto:

– Demos a cada dia a sua tarefa. Você já sabe que o Destino joga com cartas marcadas.

E tão marcadas! Quem poderia imaginar naquele instante que a viagem de volta ao nosso “tempo” terminaria como terminou...

Sorriu forçado, aceitando o conselho. E passamos a checar as telas do módulo e dos habituais cinturões protetores. O gravitatório, última das defesas, capaz de provocar uma barreira igual a um vento de furacão, foi prolongado, segundo a indicação de “Papai Noel”, até

205 metros (contando sempre desde a nave), ou seja, a pouco mais de 30 passos dos restos da muralha romana. O IR ficou fixado a 1.500 metros.

Uma primeira vista de olhos pelas escotilhas, situadas a sete metros da plataforma rochosa, ratificaria a leitura da radiação infravermelha.

– Negativo. Não vejo *target* na tela. Triângulo e escarpa permanecem “limpos”.<sup>45</sup>

E depois de uma última revisão nos sistemas acionamos a escada hidráulica. E fomos “tomar posse” – se me for permitida a licença – do cume do Ravid.

De acordo com o planejado, antes de consolidar o terceiro cinturão de segurança percorremos sem pressa o que a partir daquela quente manhã seria nosso “lar”. Descemos discretamente até a macieira de Sodoma e chegamos à cabeceira do caminho de Migdal e Maghar. Tudo em paz.

Estranhamente felizes – poucas vezes havíamos desfrutado tanto sossego – iniciamos a instalação do cinturão “extra” de que já falei. Uma barreira protetora ainda por estrear.

Eliseu repassou os cálculos: distâncias, graus, frequência e demais parâmetros, deixando os controles nas incansáveis mãos de “Papai Noel”.

E um invisível “leque” de raios de microlaser se abriu desde o ponto mais alto do “berço”, invadindo o cume do Ravid. Essa colossal radiação, também na faixa do infravermelho, era integrada por milhões de raios laser que partiam de uma espécie de “olho” implacável, batizado como o “ciclope” e constituído, fundamentalmente, de 30 pares de espelhos de arseniuro de alumínio e gálio. Em cada centímetro quadrado dessa superfície haviam sido gravados, por meio de três técnicas diferentes,<sup>46</sup> dois milhões de raios laser. Sob a rigorosa vigilância do computador central, o “ciclope” varria o Ravid uma centena de vezes por segundo, cobrindo o ângulo desejado. Em nosso caso, a cobertura foi programada com uma amplitude de 180° e uma inclinação suficiente para “alcançar” a macieira de Sodoma, a 2.300 metros da



nave. Dessa forma, para nossa tranquilidade, o “porta-aviões” ficava completamente controlado, incluindo a borda dos precipícios.

O dispositivo – outra maravilha da miniaturização – emitia em um comprimento de onda de um micrômetro (radiação infravermelha), sendo invisível ao olho humano. Só com as “crótalos” e os canais de “visão noturna” da nave era possível desfrutar – essa seria a palavra adequada – o formidável espetáculo daquela “cortina” de luz. De outra parte, o consumo, calculado sobre uma potência de 100 miliwatts, era realmente baixo, permitindo-nos um funcionamento contínuo se o desejássemos.<sup>47</sup>

O único ponto não submetido à vigilância por esse terceiro e eficiente cinturão se encontrava às costas do módulo, na estreita franja de seis metros que nos separava da “proa”. Mas o abismo, ali, era uma defesa natural e qualquer cautela seria redundante.

Durante boa parte da manhã nos ocupamos de todo tipo de testes, sob a escrupulosa supervisão de “Papai Noel”.

E o ciclope reagiu prontamente. Primeiro fui eu o encarregado de penetrar na fronteira dos microlaser. Pois assim que pisei nesse limite, situado à altura da macieira de Sodoma, a nave foi alertada simultaneamente. Eliseu, por meio da conexão auditiva, foi-me dando conta dos excelentes resultados. Em uma linha de 200 metros (a largura máxima da “popa” do “porta-aviões”), os sucessivos e vertiginosos feixes, com uma inclinação de 22°, alvejavam o terreno, com impacto, nada menos do que seis mil vezes por minuto. O “muro”, simplesmente, era impossível de escalar. Qualquer ser vivo, com uma temperatura corporal mínima, capaz de emitir IR, era fulminantemente detectado. A sensibilidade do sistema era tamanha que registrava variações técnicas de menos de 2° Fahrenheit; e podia, além disso, perceber as mudanças de temperatura de lábios e nariz nos movimentos de inspiração e expiração.

Quando os feixes surpreendiam o intruso, o computador central processava a sua imagem e a projetava na tela com uma importante informação complementar: direção, velocidade de deslocação e características físicas.<sup>48</sup>

Por último, a vibrante barragem foi testada no “automático”. Meu irmão e eu, caminhando ombro a ombro, depois separados, violamos

os microlaser por diversos pontos e no mesmo instante o sinal de alerta foi registrado no computador. Eliseu, ainda assim, não se deu por completamente satisfeito. Aqueles silvos, via conexão auditiva, não lhe pareciam suficientemente explícitos. Pensando no terceiro "salto" no tempo, que nos obrigaria a prolongadas ausências do Ravid, convinha aperfeiçoar a comunicação com "Papai Noel". E prometeu estudar o processo denominado "terceiro olho", incluído entre as "ajudas" aos observadores da Operação Cavalo de Troia.

E o dia, repito, transcorreu em paz. Em uma inusitada e inquietante paz. Que nos reservava o destino?

Eliseu, com um elã admirável, prosseguiu os preparativos para esse terceiro "salto". Não fez comentário algum, mas eu já havia aprendido a ler em seu coração, que, como o meu, saltava impaciente, imaginando o grande momento: o encontro com o Filho do Homem.

---

35 É bom lembrar que o Kennereth estava naquele tempo a 208 metros abaixo do nível do Mediterrâneo. (N. do M.)

36 Ver Flávio Josefo (*Antiguidades*, XIV, 15, 3-6 e *Guerras*, I, 16,4). (N. do M.)

37 Apesar de já ter sido detalhado antes, acho bom refrescar a memória do hipotético leitor deste relato sobre a natureza e as principais características desses prodigiosos "olhos telecaptadores". Ainda que os "olhos de Curtiss" estejam no âmbito do segredo militar e eu não tenha autorização para desvelar as chaves de seus microssistemas, posso, sim – e com isso não estou violando nenhuma norma – descrever as funções que estavam diretamente relacionadas com o nosso trabalho. Em síntese, essas pequenas esferas haviam sido munidas de câmeras fotográficas eletrostáticas, com uma propulsão magnetodinâmica que lhes permitia subir até mil metros com capacidade para captar imagens fotogramétricas e toda sorte de sons. Em seu interior foi colocado um microfone diferencial, integrado por 734 células de ressonância, sensibilizadas, todas elas, com uma gama muito restrita de frequências acústicas. O campo de audição estendia-se dos 16 ciclos por segundo até 19.500. Os níveis compensados – com resposta praticamente plana – possuem uma faixa inferior a 6 decibéis. (Preciso acrescentar que as células registradoras de frequências infrassônicas, por causa de suas microdimensões, não trabalham com ressonância própria.) O nível de corte superior era de 118 decibéis.

Outro dos dispositivos alojados no "olho de Curtiss" consistia um detector de hélio líquido (imprescindível), capaz de registrar frequências eletromagnéticas que se estendem da gama centimétrica até a "beta". O equipamento de registro discrimina frequências, amplitude e fase, controlando simultaneamente o tempo em que se verificou a detecção. Também dispõe de um emissor de faixa múltiplo, gerador de ondas gravitacionais, de grande utilidade nas comunicações com os órgãos de controle situados no "berço", e de um retransmissor para a informação captada por diferentes equipamentos. O "olho" podia imobilizar-se no ar graças a um dispositivo, igualmente miniaturizado, de nível

gravitacional, que lhe permite ficar "estacionário" em diferentes altitudes por meio do registro do campo gravitacional e o correspondente dispositivo propulsor. (A medição do campo é verificada com um acelerômetro que mede a constante "g" em cada ponto, controlando o comportamento de queda livre de uma molécula de SCN<sub>2</sub>Hg, tiocianato de mercúrio.) O delicado engenho podia deslocar-se de acordo com dois sistemas de controle. Em alguns casos, um transceptor de campo gravitacional de alta frequência emitia impulsos codificados de controle que eram automaticamente corrigidos quando o "olho" encontrava-se nas imediações de um obstáculo. O operador, em terra, podia observar numa tela todo o campo visual detectado pela esfera. Este procedimento era complementado pela "carga" de uma sequência de imagens e perfis topográficos do terreno que se queria "espionar". Daí a importância do circuito aéreo sobre as 13 partes em que foi dividido o litoral do lago. Essa varredura televisual servia de "guia" para o "olho de Curtiss". A sucessão de imagens levava fixada a trajetória, que, por sua vez, era memorizada numa célula de titânio cristalizado, quimicamente puro. No interior do "olho", uma microcâmera cujo filme foi substituído por uma tela que traduz a recepção de fótons em impulsos elétricos, recolhe as sucessivas imagens dos lugares por onde voa a esfera. (A sensibilidade da tela estende-se até uma frequência de  $7 \cdot 10^{12}$  ciclos por segundo – espectro infravermelho –, com o que é possível sua orientação mesmo em plena escuridão.) Tais imagens são "superpostas" às registradas na memória e que, insisto, foram previamente tomadas pelo módulo no já citado voo ao redor do mar de Tiberíades. Esse equipamento óptico explora ambas as imagens e, quando as primeiras não coincidem com as já memorizadas, impulsos de controle corrigem a trajetória dos equipamentos propulsores e de direção. Desse modo, o "olho de Curtiss" pode orientar seus próprios movimentos, sem necessidade de manipulação exterior de natureza teledirigida. Em nosso caso, o controle feito do "berço" foi praticamente contínuo. Lamentavelmente, hoje, uma parte desse prodigioso sistema acabou por infiltrar-se em outros círculos militares e de inteligência que, mesmo de forma incompleta, começaram a desenvolver o que se designa por sistema de guia TERCOM (*Terrain Contour Mapping*) e sistema SMAC (*Scene Matching Area Correlation*), tristemente usados para guiar mísseis. (N. do M.)

38 A memória do computador central contava com um razoável volume de informações sobre a flora que podíamos definir como "bíblica". Essa documentação estava baseada em toda sorte de textos antigos e contemporâneos. Podíamos ali consultar, entre outros, os estudos de botânicos de grande prestígio como o holandês Leonhardt Rauworlf, que empreendeu viagens pela Arábia, Síria e por Israel entre 1583 e 1586. Suas coleções de plantas, em especial sua *Relation d'un voyage au Levant* (1717), foram de grande utilidade. Também estavam ali os estudos de Pier Forsskal (1761) e Haselquist (1777), ambos alunos de Linnaeus. Dispúnhamos igualmente da monumental obra *Flora orientalis*, do explorador suíço Edmond Boissier (1867-1888), em cinco volumes e um suplemento, assim como o valioso livro *Botanique Biblique*, também de sua autoria, publicado em Genebra, em 1861. Havia ainda que acrescentar a essa numerosa documentação uma infinidade de artigos e livros de especialistas como Hart, Dalman, Tristram, Post e Balfour. "Papai Noel" também dispunha de uma completa bibliografia – além de ilustrações e comentários – dos diferentes exegetas e eruditos da Bíblia, que se ocuparam em identificar os 110 nomes de plantas que aparecem nos textos talmúdicos e nos do Velho Testamento. Uma obra-chave nesse sentido foi o quarto volume de *Die Flora der Juden* (1938), de E. Loew, assim como *Plants of the Bible* (1952), de H. N. e L. Moldenke. O

trabalho de Loew, em especial, com sua longa lista de nomes hebraicos e suas traduções, nos foi utilíssimo. Também contamos com os conhecimentos de especialistas como Hareuveni, J. Felix (com sua obra *Olam ha-tzomeah hamikraí*), M. Zohary e muitos outros. (N. do M.)

39 Como barreira quimioprolática – especialmente contra o perigoso impaludismo –, Eliseu e eu ingeríamos cloroquina (300 mg) duas vezes por semana, reforçada pela associação com pirimetamina-dapsona, se algumas das cepas (caso da *P. falciparum*) se tornassem resistentes à cloroquina. (N. do M.)

40 Como já citei, os observadores do Cavalo de Troia deviam usar obrigatoriamente o que no jargão da Operação foi batizado como “pele de serpente”. Por meio de um processo de pulverização, o explorador cobria seu corpo desnudo com uma série de aerossóis protetores, formando uma epiderme artificial milimétrica que defendia o organismo de possíveis agressões mecânicas e bacteriológicas. Esse ultraeficaz “vestuário” transparente resistia a impactos equivalentes a um projétil de calibre .22 americano a 20 pés de distância, sem interromper o processo normal de transpiração. (N. do M.)

41 Ver *Cavalo de Troia 1*, p. 73 e ss. (N. de J. J. Benítez)

42 A título de recordação, vou insistir no que já expus. Os *swivels* mostraram que todos os esforços da ciência para descobrir novas partículas subatômicas não são mais que uma ilusão condenada ao fracasso, ou a uma interminável sequência de supostas descobertas. A razão é muito simples: não existe um número indefinido de partículas. A matéria está sabiamente organizada com base numa única entidade, os *swivels*, com a prodigiosa capacidade de converter-se em outras, graças a essa faculdade de variação de seus “eixos ortogonais”. As diferentes posições desses “pacotes” de “feixes” ou “eixos” (sempre teóricos) fazem com que os cientistas os interpretem como outros tantos e distintos *quantum*, como momentos orbitais, como cargas elétricas, como massa etc., sem dar-se conta de que, na realidade, são a mesma “partícula” com “eixos” orientados em diferentes direções. Algo parecido ao que acontece com as cores do espectro. Todas, ainda que diferentes, são a mesma coisa. As tonalidades só dependem do tipo de frequência.

Cada *swivel* é integrado por um feixe desses “eixos”, que não podem entrecruzar-se. A aparente contradição ficou explicada quando os especialistas comprovaram que não se tratava de eixos propriamente ditos, mas de ângulos. O segredo, portanto, estava em atribuir aos ângulos um novo caráter: o dimensional. Em outras palavras, a matéria está ordenada em “cadeias” de *swivels*, e cada *swivel*, com sua própria e peculiar orientação. No início, muitas das tentativas de inversão da matéria acabaram em fracasso, em consequência da falta de precisão na manipulação dos “eixos”. Ao não conseguir a inversão completa, o corpo sofria o conhecido fenômeno da conversão da massa em energia. Por exemplo, ao desorientar no centro do átomo de Mo1 um só *nucleon* (um próton), obtinha-se um isótopo do Nióbio -10 ( $\Delta E = mC^2 + K$ ), sendo “m” a massa do próton e “K”, uma constante. Quando, por fim, alcançamos a inversão absoluta de todos os “eixos” dos *swivels*, comprovamos que o processo era instantâneo e com apreciável aumento de energia. Tal energia, entretanto, era restituída integralmente, reconvertendo-se no novo marco tridimensional em forma de massa. (N. do M.)

43 Os polímeros (plásticos e fibras sintéticas) são grandes moléculas orgânicas formadas por unidades menores. Os utilizados pelo Cavalo de Troia foram previamente contaminados ou dopados para favorecer a condução elétrica. A “polianilina” estava preparada para conduzir até 500 ampéres por volts e centímetros. (N. do M.)

44 Como já mencionei a seu tempo, os computadores a serviço do Cavalo de Troia pouco ou nada tinham que ver com os atuais sistemas de computação, baseados em circuitos eletrônicos, ou seja, tubos de vácuo, transistores ou diodos sólidos, condutores e semicondutores, indutâncias etc. Os “nossos” eram diferentes porque neles não se amplificam as tensões ou intensidades elétricas, mas a potência. Uma função energética de entrada injetada no amplificador nucleico era refletida na saída em outra função analiticamente mais elevada. A liberação controlada de energia se realizava em função da massa integrada no amplificador, realizando-se o fenômeno dimensionalmente em escala molecular. No processo intervêm os átomos suficientes para que a função possa ser considerada macroscopicamente como contínua.

A estrutura básica desses supercomputadores – até onde posso detalhar – era a seguinte: os computadores digitais usados comumente precisam de uma memória central de núcleos de ferrita, assim como de unidades de memória periférica, fitas magnéticas, discos, tambores, varetas com faixa helicoidal etc. Todas elas são capazes de acumular, codificados magneticamente, um número muito limitado de *bits*, ainda que sempre se fale de cifras milionárias. Pois bem, as bases dos computadores do Cavalo de Troia – sustentadas pelo titânio – eram diferentes. Sabemos que o envoltório eletrônico de um átomo pode estimular-se, fazendo com que os elétrons alcancem diversos níveis energéticos que chamamos *quânticos*. A passagem de um estado a outro é realizada pela liberação ou pela absorção da energia quantificada, que leva associada uma frequência característica. Assim, um elétron de um átomo de titânio pode mudar de estado em seu córtex, liberando um fóton, mas no átomo de titânio, como noutros elementos químicos, os elétrons podem passar a vários estados emitindo diversas frequências. A esse fenômeno damos o nome de “espectro de emissão característico desse elemento químico”, que permite identificá-lo por valoração espectroscópica. Se conseguirmos alterar à vontade o estado quântico dessa capa eletrônica do titânio, poderemos convertê-lo em portador, armazenador ou acumulador de uma mensagem elementar: o número. Se o átomo é capaz de alcançar, por exemplo, 12 ou mais estados, cada um desses níveis simbolizará ou codificará um algarismo de zero a 12. E uma simples pastilha de titânio, como se sabe, contém bilhões de átomos. Imagine-se a informação codificada que pode reunir! (N. do M.)

45 O cinturão de segurança chamado IR, radiação infravermelha e também o sistema de teletermografia dinâmica, como já expus, tinham a capacidade de detectar qualquer corpo vivo a distâncias previamente programadas. Essa detecção baseava-se fundamentalmente na propriedade da pele humana, capaz de comportar-se como um emissor natural de radiação infravermelha. Como se sabe pela fórmula da lei de Stephan-Boltzmann ( $W = \epsilon J T^4$ ), a emissão é proporcional à temperatura cutânea, e dado que T é elevada à quarta potência, pequenas variações em seu valor provocam aumentos e diminuições marcados na emissão infravermelha (W: energia emitida por unidade de superfície;  $\epsilon$ : fator de emissão do corpo considerado; J: constante de Stephan-Boltzmann e T: temperatura absoluta). Em numerosas experiências, iniciadas por Hardy em 1934, pôde-se comprovar que a pele humana comporta-se como um emissor infravermelho, similar ao “corpo negro”. (Esse espectro de radiação infravermelha emitido pela pele é amplo, com um pico máximo de intensidade fixado em 9,6  $\mu$ . Nosso cinturão IR consistia, portanto, num sistema capaz de localizar a distâncias intensidades de radiação infravermelha. Basicamente constava de um dispositivo óptico que focalizava o IR sobre um detector. Este era formado por substâncias semicondutoras (principalmente SBIr e Ge-Hg) capazes

de emitir um mínimo sinal elétrico cada vez que um fóton infravermelho de um intervalo de comprimento de onda determinado incidia em sua superfície. E ainda que o detector fosse do tipo "preciso", Cavalo de Troia havia conseguido ampliar seu raio de ação por meio de um complexo sistema de varredura, formado por miniespelhos rotatórios e oscilantes. A alta velocidade da varredura permitia analisar a totalidade de um corpo ou de uma zona, até 50 vezes por segundo. (N. do M.)

46 O dispositivo de defesa – altamente secreto – foi construído graças a uma eficaz combinação de "poços quânticos", a denominada "epitaxia de feixe molecular" e as técnicas normais de fotolitografia. (N. do M.)

47 Uma das características que diferenciavam os microlasers do "ciclope" de seu "irmão", o laser normal (tipo diodo), consistia em que aqueles "nasciam" de forma perpendicular à base de emissão e amplificação. Por outro lado, sua geometria espacial – em forma de "mangueira" – não permitia que houvesse a dispersão fora dos limites programados. (N. do M.)

48 Graças a uma micropastilha com 80 mil elementos detectores térmicos – inventada pela Texas Instruments & Honeywell –, o "ciclope" proporcionava maravilhosas imagens dinâmicas. Em seguida à emissão, o sinal elétrico correspondente à presença de fótons infravermelhos era amplificado e filtrado, sendo conduzido posteriormente a um osciloscópio miniaturizado. Nele, graças à alta voltagem existente e a uma varredura sincronizada com a do detector, obtinha-se a imagem correspondente, que ficava armazenada na memória de cristal de titânio do "Papai Noel". Claro, o "ciclope" dispunha de uma escala de sensibilidade térmica (0,1, 0,2, e 0,5º centígrados etc.) e de uma série de dispositivos técnicos adicionais, que facilitaram a medida de gradientes térmicos diferenciais entre zonas do termograma (isotermas, análise linear etc.). As imagens assim obtidas podiam ser de dois tipos: na escala de cinzas e em cores (entre 8 e 16), muito útil para efetuar medições térmicas diferenciais. (N. do M.)

## De 4 a 14 de maio

Aquela quinta-feira, 4 de maio (ano 30), e também os dias seguintes, tiveram para mim um caráter experimental. E concluímos, eu e meu irmão, que havíamos incorrido no pecado do otimismo. A escolha do *har* Ravid foi acertada do ponto de vista estratégico e de segurança: mas para as nossas obrigatórias deslocações a Nahum e Saidan a coisa se complicava. Ainda que sem nenhum incidente, eu perderia de cinco a seis horas entre ida e volta. Um tempo precioso que infelizmente não podíamos dedicar a tarefas mais úteis. E já pensando no próximo terceiro "salto", Eliseu e eu concordamos na necessidade de variar o esquema de visitas aos lugares frequentados pelo Mestre. Ir todas as manhãs a essas cidades e regressar à "base-mãe-3" antes do ocaso seria tão esgotante como pouco prático. Além dos trinta quilômetros a cobrir diariamente e dos riscos que implicava o ser visto às mesmas horas e pelos mesmos lugares, devia-se somar outro fator não menos preocupante: segundo nossas informações, durante os quatro anos de vida pública Jesus de Nazaré vagou incessantemente pelo território de Israel e regiões fronteiriças. Se o principal objetivo que levávamos era o de nos convertermos em sua sombra, dificilmente poderíamos conciliar essas estadas longe do lago com a volta diária ao Ravid.

E aquela primeira saída "oficial" do "porta-aviões", como eu disse, ratificaria nossos temores. Por sorte, tanto a ida como o regresso, na viagem à aldeia de Saidan, foram tranquilos. As horas que passei no casarão dos Zebedeu, todavia, foram de constante nervosismo e inquietude. Suponho que era inevitável. Sabia que me aguardavam outras três horas de marcha e que era vital alcançar nosso "lar" antes do anoitecer.

Daí para diante, a partir da sexta-feira, 5 de maio, estabelecemos de comum acordo que eu permaneceria em Nahum

ou Saidan o tempo necessário para concluir a fase seguinte da missão. Transposto o limite de conexão auditiva (cinco quilômetros), eu me comunicaria com a nave, via laser, ao amanhecer e ao pôr do sol, salvo em casos de emergência. A fórmula, simples ao extremo, contemplava duas possibilidades: minha comunicação se basearia no código Morse. Quanto ao meu companheiro, até que não fosse ativado o "terceiro olho", dado que não poderia responder aos meus sinais, decidimos fixar um procedimento que servisse de aviso para voltar imediatamente à base. Diante de qualquer ameaça, avaria ou transtorno grave, o "ciclope" mudaria a posição habitual, emitindo o "leque" silencioso para o céu. Eu, com a ajuda das "crótalos", deveria vigiar o cume do Ravid periodicamente. A privilegiada sentinela, situada, como já disse, a dez quilômetros em linha reta de Nahum e a catorze e meio de Saidan, era visível praticamente em toda a costa do *yam*, à exceção do litoral Sudoeste. Nessa orla, ainda que a gigantesca radiação do "ciclope" pudesse chamar minha atenção, a interposição do Arbel (com seus 181 metros) impediria a recepção do laser lançado da "vara de Moisés".

E durante aqueles primeiros quatro dias, até segunda-feira, 8, minha vida transcorreu quase toda no agradável lar dos Zebedeu, em Saidan. A bondade e hospitalidade do chefe do clã não tiveram limite, permitindo-me residir e pernoitar em uma das dependências, vazia no momento pela viagem de seus filhos, Tiago e João.

Na sexta-feira acompanhei o Zebedeu pai ao estaleiro de sua propriedade, em Nahum, mantendo com ele prolongadas conversas que pouco a pouco me permitiram conhecer seu grande segredo sobre o Mestre. Um "segredo" nunca revelado, ignorado até dos discípulos.

E naquele 4 de maio vim a saber também da partida de todos os íntimos de Jesus, na manhã de domingo, 30 de abril, rumo a Jerusalém. Parece que os "embaixadores do reino", como eram chamados os discípulos, estavam convencidos de que a próxima aparição do Mestre se daria na Cidade Santa e mais para multidões. Saíram de Saidan entusiasmados e dispostos a empreender a grande aventura da revelação da "boa-nova" da Ressurreição do Filho do Homem. A Senhora e Tiago se haviam unido ao grupo. Ruth ficou na



casa dos Zebedeu. E sua ajuda foi de grande importância para mim, em especial para montar o plano que serviria de guia para o terceiro “salto” no tempo.

O ancião Zebedeu, com uma fina visão, mostrou-se cético com respeito às intenções dos discípulos de Jesus. E confirmou o que eu próprio já havia visto e intuía: as contraditórias interpretações da mensagem do Mestre terminariam provocando um cisma.

Na madrugada de sexta, 5 de maio, ao deixar a “base-mãe-3”, deixei-me levar pela intuição. E diante do olhar perplexo de meu irmão coloquei no saco de viagem, junto à camuflada “farmácia de campo”, com uma boa quantidade de papiros, prudentemente lembrados pelos responsáveis pela Operação. Esse rústico vegetal, muito usado naquele tempo para todo tipo de escritos, de uma espécie chamada de *amphitheatrica*,<sup>49</sup> fora cuidadosamente elaborado segundo as velhas tradições egípcias.<sup>50</sup> Cada folha, de oito por dez polegadas (24 por 30 cm), permitia escrever nas duas faces, que eram reunidas, depois, com uma singela costura. Esses textos maiores recebiam o nome de “rolos”, já que, por comodidade, eram enrolados a um ou dois paus redondos. E na mochila foram colocados também um par de *calamus* ou juncos, cortados obliquamente e fendidos, que me serviriam de penas, e meia dúzia de pequenos “cubos” de tinta “solidificada” (de uns 200 gramas de peso cada um), com o respectivo tinteiro de barro. (Ao contrário do que ocorre em nossa época, a tinta usada no tempo do Mestre, geralmente feita de fuligem e borracha, conservava-se seca e em blocos de diferentes tamanhos, sendo diluída em água no momento do uso. Se o indivíduo desejasse conservar o documento, a tinta era impregnada em uma infusão de absinto. O sabor amargo evitava o ataque dos roedores.)

Em princípio, se a sorte continuasse favorecendo-nos, o retorno ao Ravid ficava programado para a tarde de segunda-feira. Mas, claro, o Destino tinha outros “planos” para este ingênuo e confiante explorador...

Eliseu, em minha nova ausência, continuou trabalhando em vários objetivos capitais: a mencionada preparação técnica e logística do terceiro “salto”, a complexa abertura do “terceiro olho”

de "Papai Noel" e em algo relacionado com as medidas de segurança do "berço". Sorrindo maliciosamente, não quis revelar-me, de momento, o que seria o "algo"...

– Espero que ao regresso de Saidan –, disse-me com ar sentencioso e sem mais explicações – você mesmo possa "experimentá-lo".

E estava certo.

Mas tentarei retomar o fio dos acontecimentos.

Como vinha dizendo, ao obedecer àquele impulso, incluindo a coleção de papiros no saco de viagem, acertei em cheio.

Fazia tempo que eu descobrira, graças a uma indiscrição da Senhora,<sup>51</sup> que o Mestre, antes de iniciar a vida de pregação, havia viajado por uma longa temporada fora da Palestina. Mas a confiança, feita nas horas amargas que se seguiram à Crucifixão, não passara de uma simples e fugaz citação. E foi no decorrer dessas tranquilas conversas com Zebedeu pai que surgiu a surpresa. Tentando obter com exatidão a data do início da chamada vida pública do Nazareno, expus ao ancião minhas dúvidas. Os íntimos de Jesus não chegavam a um consenso a respeito. Uns falavam do Batismo no Jordão; outros afirmavam que o seu ministério começou a partir do "milagre" de Caná.

E para minha surpresa o velho refutou todas as versões categoricamente:

– Nem o Jordão, nem as bodas de Caná... Só eu tive o privilégio de conhecer a verdade. Maria e meu filho João sabem alguma coisa, é certo, mas só eu conheço tudo o que o Mestre fez nesses anos.

E foi assim, na busca de um simples dado, que descobri todo um "tesouro". Planejado pelo Destino? Quem sabe?

Estava claro que o velho pescador e construtor de barcos estava ansioso para partilhar essa responsabilidade. E pouco a pouco, conquistada a sua confiança com uma sutil mas férrea insistência, me abriu seu coração e seu "segredo"...

– ... agora está morto – justificou, liberando-se da palavra dada ao rabi. – Prometi-lhe silêncio enquanto vivia. Não creio que possa importar-lhe, já agora, que eu revele a história daquele período... Querido amigo, em consideração ao teu amor pelo Mestre e a essa

importante “missão” que dizes cumprir, acederei a teu desejo, se me jurares pela memória do próprio Jesus que nada do que vou revelar-te será passado aos discípulos...

Concordei com veemência, impaciente por penetrar em um segredo que, exatamente como eu supunha, jamais foi abordado, nem mesmo em parte, nos textos evangélicos.

– ... eles provavelmente não entenderiam – acrescentou com desalento. – Tu, ao contrário, entenderás o sentido daquela “aventura”.

E abrindo uma velha e grande arca mostrou-me uma vintena de grossos “rolos” confeccionados também em papiro e escritos de seu punho.

Segundo Zebedeu, foi o Mestre quem rogou que o ajudasse na redação do texto que resultou da apaixonante etapa. E o ancião o fez sob ditado. Durante três meses, no mais absoluto segredo, o Filho do Homem historiou cronológica e minuciosamente quanto viu, experimentou e disse em pouco mais de três anos. Precisamente, de março do ano 22 a julho de 25.

De momento não entendi a atitude de Jesus. Por que pedir a colaboração do velho Zebedeu? O Mestre, assim me constava, dominava ao menos três idiomas. Por que não redigir ele mesmo as memórias? E, sobretudo, qual a razão de tanto mistério? Por que o texto foi conduzido de forma tão sigilosa? Muitos dos íntimos eram homens cultos. Bem mais do que a História nos passou. Por que, como insinuava o dono dos estaleiros, não estariam capacitados para entender o “sentido daquela aventura”?

Parte destas interrogações ficou explicada ao conhecer-se a longa e intensa crônica da vida terrena do rabi da Galileia. O conteúdo podia verdadeiramente ser qualificado de “explosivo”. E concordei com o sábio e prudente critério do meu amigo: os discípulos – judeus, afinal de contas – haveriam assimilado a “experiência” do Mestre fora de Israel com dificuldade. Era melhor assim.

Quanto às demais dúvidas, também se resolveriam com o passar do tempo. Mas teria de ser paciente e aguardar, por exemplo, o retiro de 40 dias no deserto para conhecer as “razões” que levaram

o Filho do Homem a negar-se a deixar documentos escritos de seu próprio punho.

E por que foi escolhido o Zebedeu pai para escrever e guardar esses manuscritos? Primeiro, e fundamentalmente, pela velha e sólida amizade que os unia. Uma amizade que nada tinha que ver com o que dizem os evangelistas. E posso adiantar que mais uma vez eles não foram fiéis à verdade. Ao ler as crônicas dos supostos escritores "sagrados", as pessoas têm a impressão de que Jesus conheceu João e Tiago de Zebedeu quando passeava pela margem do *yam*, praticamente nos primeiros dias da sua vida de pregação. É o que se deduz, pelo menos, de Mateus, Marcos e Lucas. Pois nem o Mestre escolheu os quatro primeiros discípulos na margem do lago, nem a designação de "filhos do trovão" nasceu como e quando contam os evangelistas. E ainda que tencione narrar esses acontecimentos no momento oportuno, insisto: a amizade entre Jesus e o clã dos Zebedeu era mais antiga. Para ser exato, vinha do ano de 22 de nossa era. Em outras palavras, uns quatro anos antes do que dizem os três evangelistas. Foi ao trabalhar pela primeira vez nos estaleiros de propriedade de Zebedeu que o Galileu se fez íntimo do ancião e seus filhos.

Se alguém tiver a curiosidade de abrir o quarto Evangelho – o de João Zebedeu – perceberá uma das sutilezas desse discípulo que confirma o que eu disse. No capítulo 2 (versículos 35 ao 51), João, testemunha presencial, relata a designação dos irmãos André e Simão Pedro e, posteriormente, a de Felipe e Natanael, o "urso" de Caná. E situa o cenário no rio Jordão, não no Kennereth. O curioso é que não diz uma palavra sobre a escolha de seu irmão, Tiago, e tampouco da sua como "embaixadores do reino". Por que essa distorção com relação aos demais evangelistas? Muito simples. João Zebedeu sabia que não houvera tal designação. Mateus (eleito apóstolo meses mais tarde), Marcos (então uma criança) e Lucas (nem mesmo conheceu Jesus), que não assistiram aos fatos, fiaram-se provavelmente na palavra de João. Mas o "discípulo amado", vaidoso até a morte, não contou toda a verdade. Tiago e ele não foram eleitos como os outros quatro. Não existiu tal designação. E não houve devido a essa antiga e cálida amizade a que me referia.

Essa circunstância, como veremos mais adiante, trazia implícita a admissão dos Zebedeu no primigênio grupo de seguidores do Mestre. E por que João não o explicou assim? Simples: porque naquela histórica jornada seu comportamento, soberbo e orgulhoso, valeu-lhe uma dura crítica de Jesus de Nazaré...

Mas estou caindo de novo na tentação de adiantar-me aos acontecimentos. Haverá tempo para voltarmos a essa interessante e também manipulada passagem da vida do Nazareno.

E durante três dias, como vinha dizendo, recolhidos na paz do casarão de Saidan, Zebedeu pai e eu nos dedicamos à leitura do grande "segredo". Fiquei fascinado. O ancião, contagiado pelo meu entusiasmo, e feliz diante da inesperada e magnífica oportunidade de rememorar velhos tempos, foi respondendo a minhas inumeráveis perguntas e assim ampliando e matizando o texto escrito. E lenta e pacientemente aquele "tesouro" foi transvasado para as folhas de papiro deste perplexo e não menos feliz explorador.

Verdadeiramente, aqueles três anos podiam, sim, merecer o qualificativo de "ocultos". Os únicos em toda a existência humana do rabi que foram intencionalmente preservados. E hoje, enquanto ponho em ordem e transcrevo as notas daquela inesquecível "viagem" à Palestina de Jesus, continuo a perguntar-me se devo incluir essa "aventura" neste diário. Talvez eu tome a decisão mais adiante...

Ao ler os papiros compreendi o alcance das palavras do chefe da família Zebedeu: nenhum dos discípulos conhecia a fundo a verdade. E estava certo. Segundo aqueles "rolos", o Filho do Homem "estreu" a Divindade e sua intensa atividade como "mensageiro" do Pai muito antes do que se sabe e foi divulgado. Uma "atividade" (não estou pensando na pregação propriamente dita) que também não teve repercussão e que tivemos a sorte de presenciar. Uma "atividade" que precedeu e preparou o que seria o posterior ministério. Lamentavelmente, ainda que o Mestre tenha falado nisso, os discípulos não puderam ou não quiseram captar o formidável significado. Teria sido excessivamente complexo para suas mentes? Subestimaram-no ao redigir os Evangelhos porque se chocava com a

versão do Antigo Testamento? A questão é que o resultado final seria uma catástrofe literária. Os evangelistas não entenderam, não se aproximaram sequer do que foi a definitiva tomada de consciência, por parte de Jesus, de sua Divindade. Misturaram e confundiram cenários, palavras e acontecimentos. Parte do que se passou na cadeia montanhosa do Hermon, ao Norte, nos Evangelhos foi situada no deserto, durante o citado retiro de 40 dias. E o que verdadeiramente se registrou nesse último cenário seria ou silenciado ou distorcido. Como disse, e reafirmo, um desastre total.

Creio haver dito e provavelmente o repetirei: Jesus de Nazaré, o Filho de Deus, jamais foi tentado como nos dizem os textos “sagrados”. O que houve em ambos os lugares – Hermon primeiro e depois o deserto da Pereia – foi muito mais importante e de outra “natureza”. Decisivo, eu diria, para compreender em profundidade as obras e pensamentos posteriores do rabi da Galileia. Fraco serviço prestaram ao mundo os escritores evangélicos suprimindo ou modificando essas passagens!

Graças ao conhecimento do que ocorreu nesses ignorados anos do Mestre fora da Palestina, tive acesso igualmente a outro dado, vital para a escolha da data do novo retrocesso no tempo. O rigor e minuciosidade de Jesus naquele relato nos permitiu fixar com exatidão dia, mês e ano. E uma vez mais tive de render-me diante das estranhas “artes” do Destino. Aquela fugidia e irritante data, que chegou a tirar-nos o sono, não se revelou pelos canais aparentemente lógicos: os discípulos. Para meu assombro, chegou-nos “pela mão” do próprio Galileu, ou seja, do último personagem a imaginar. Casualidade? Agora sei que a Operação foi programada por seres humanos e por “alguém” mais...

E já que falamos de casualidades, como devo interpretar esta “revelação” do meu amigo e confidente, o ancião Zebedeu?

Ao entardecer de domingo, 7 de maio, concluída a transcrição dos “rolos”, ao perguntar-me por meus planos, expliquei-lhe que a “missão” que me fora confiada me obrigava a viajar por algum tempo para Cesareia. Foi então que, ao saber que eu deveria encontrar-me com o governador romano, me contou algo que de fato “podia resultar de utilidade”.

Pela aldeia – contou-me com o seu habitual ceticismo –, como também por outras povoações próximas, circulava fazia alguns dias um estranho boato. E dadas as características do “protagonista” – sorriu maliciosamente –, quase tinha certeza de que eu tinha alguma coisa que ver com a incrível história. Constava que “um grego varapau, com um cajado na mão, pusera em fuga dois mercenários das tropas auxiliares romanas acantonados em Nahum”.

Estremeci.

Mas o mais surpreendente – continuou ele acentuando o crônico sorriso – é que, segundo dizem, o tal grego, valendo-se de poderes mágicos, conseguiu desarmar os soldados “derretendo suas espadas com a força dos seus olhos”.

A notícia me apanhou desprevenido. Pouco importava que o boato exagerasse o incidente. A gravidade estava na repercussão do fato. Vencidos os primeiros minutos de perplexidade, em retribuição à sua franqueza, confessei que o fato era verídico.

Narrei-lhe o que se passara na aduana e no bosque, zombando, porém, das referências às supostas “artes marciais” que me atribuíam. Mas meu amigo, deixando de lado o capítulo do “derretimento das espadas”, retomou o caso com ênfase no ponto-chave. O único que me afetava realmente e que, ao fim e ao cabo, mexeria nos meus planos.

– Já vês que não te pergunto pelo método – esclareceu o ancião. – Mas é que, segundo as notícias que tenho, a alguém mais importante do que eu interessa o “como”.

– Não te compreendo...

– O lamentável – enfatizou – é que o assunto chegou aos ouvidos do governador exagerado e distorcido sem dúvida por esses delinquentes em sua tentativa de encobrir sua patifaria.

– Pôncio está sabendo?

Assentiu com um gesto de cabeça.

– E o pior, querido Jasão, é que expediu ordem de captura do “poderoso mago”...

O resto daquele aprazível domingo dediquei-o a passear pela praia. A publicidade do incidente com os soldados me manteve tenso. E pouco a pouco uma ideia arriscada me dominou. Valia a

pena tentar. Se me saísse bem, a forçosa viagem a Cesareia acabaria sendo mais rápida e benéfica do que prevíamos.

Observei novamente o cume do Ravid. O "ciclope" não havia mudado de orientação. Tudo continuava "OK". E de acordo com o combinado, ao pôr do sol comuniquei-me com meu irmão, resumindo as notícias do dia. Mas silencieei o problema criado pelos mercenários.

8 de maio.

Aquela segunda-feira, depois de confiar os preciosos manuscritos aos cuidados do bondoso anfitrião, parti de Saidan com os primeiros albores do dia. A lua cheia, iluminando o Ravid, me pareceu um excelente augúrio. E a brilhante ideia tomou corpo definitivamente. Devia arriscar-me. Se o ambicioso Pôncio mordesse o anzol, talvez eu voltasse com uma boa bolsa, resolvendo assim nosso problema financeiro.

Enviei uma saudação a Eliseu da desembocadura do Jordão, avisando-o que acabava de modificar o programa e que, com alguma sorte, nessa mesma noite dormiria em Cesareia. E, lembrando-lhe suas enigmáticas palavras quando deixei o "porta-aviões", paguei-lhe com a mesma moeda. Prometi-lhe "mais informações" quando voltasse. Esfreguei as mãos como um colegial, imaginando a sua curiosidade. Certamente não foi o primeiro nem seria o último gracejo naquela odisseia.

E ali pelas 6h30 avistei o meu objetivo.

Ao contrário do que ocorria com outros núcleos importantes, a guarnição romana de Nahum se localizava fora da cidade. Não constituía um "acampamento" ao estilo das tradicionais fortificações militares de Roma. Nem a tropa se alojava em casas de civis, seguindo o costume que denominavam *militare hospitium* e que o código de Justiniano chamaria mais tarde *metata*. Neste caso, desde o tempo da conquista de Pompeu, os invasores se limitaram a requisitar uma das propriedades existentes na entrada da vila, reformando-a e convertendo-a em um quartel de dimensões adequadas, o suficiente para a coorte ali destinada. Uma coorte, esclareça-se, oficialmente debaixo da tutela do tetrarca Antipas, mas em verdade só a título honorífico. Aqueles 500 ou 600 homens e os



dez centuriões<sup>52</sup> que os comandavam obedeciam a Pôncio e a seus chefes naturais, o tribuno e oficiais da unidade mais veterana: a coorte *Italica*, com base em Cesareia.

Depois de cruzar a tríplice arcada da porta Norte encaminhei-me decidido para a guarnição, situada a poucos metros e do lado direito do *cardo maximus*, a larga rua de 300 metros de comprimento que dividia Nahum de Norte a Sul.

O quartel, com seus altos muros de cinco metros, solidamente edificadas com a abundante pedra preta basáltica da região, era inconfundível. No centro da fachada abria-se um enorme portão de ferro, geralmente escancarado do alvorecer ao pôr do sol.

Ao chegar diante das sentinelas não pude evitar um estremecimento. Quem me garantia que a nova “aventura” teria um final feliz? Como reagiriam as autoridades ao descobrir minha identidade?

Um dos três mercenários que montavam guarda no portão reparou em minha presença e se aproximou sem pressa. Todos pareciam embrulhados no “uniforme” de campanha: saia de couro trançada à base de malhas de ferro que protegiam o corpo até o meio da coxa, caindo sobre um gibão de couro das mesmas dimensões. E tudo isso por cima da característica túnica vermelha de mangas curtas. Os capacetes, sem viseira, de uma sóbria elegância, refletiam o ainda fraco sol da manhã. A rígida disciplina mantinha presas debaixo do queixo as *buculae*, cordões de bronze que faziam parte do capacete. E seguindo uma velha tradição, praticada geralmente em combate, cada um dos soldados exibia sobre o elmo um chamativo penacho, formado por três plumas vermelhas de um côvado (quase meio metro) de altura. O uso desses adornos obedecia principalmente a uma razão de ordem psicológica. Ainda que a altura mínima para o recrutamento na legião (ao menos nas coortes principais) fosse de 1,72 m,<sup>53</sup> tanto em batalha como nos serviços de vigilância aqueles 50 centímetros a mais lhes proporcionavam um aspecto imponente destinado a impressionar o inimigo. Um largo cinturão de couro, revestido com cabeças de cravos, completava o uniforme. O inseparável *gladius* pendia do flanco direito. Uma das sentinelas apresentava, além disso, várias

tiras de ferro que caíam do centro do cinturão, protegendo o baixo-ventre. Por último, as temíveis *caligas*, sandálias de correias com as solas eriçadas de cravos, me trouxeram distantes e dolorosas recordações. A curta distância, formando “pirâmide”, os ovalados escudos. Encostados ao muro, os *pillum* ou lanças de dois metros de comprimento, com hastes de ferro flexível e as pontas de aço.

Respirei com alívio. O jovem soldado, de uns 20 anos, provavelmente originário da Gália, percebeu que eu não era judeu. E falou comigo em *koiné*.

Disse-lhe que desejava falar com o chefe da guarnição e ele, claro, perguntou-me o motivo. Adotando um tom grave de voz fiz-lhe ver que se tratava de assunto confidencial e que só podia revelá-lo ao centurião em comando.

Seus companheiros, intrigados, aproximaram-se. O que parecia mais veterano, também gaulês, examinou-me dos pés à cabeça, e interrogou a primeira sentinela em uma daquelas impenetráveis línguas. Temendo que a situação me escapasse das mãos, interrompi o obscuro diálogo e invoquei o nome do governador. A oportuna alusão produziu efeito. Ainda insisti na amizade com Pôncio. Hesitaram, mas, por fim, diante da firmeza e transparência do olhar daquele estrangeiro, preferiram não se comprometer. Mandaram que eu esperasse. Então um deles entrou pelo lado direito, em direção a um quatinho de pedra contíguo ao alto parapeito e a poucos metros do portão.

Fiel ao costume, aproveitei a pausa para anotar referências. Se não me equivocava, naquele lugar se achava designado, ou já estivera, outro dos protagonistas das múltiplas e misteriosas curas de Jesus de Nazaré durante sua vida pública. Ainda que não pudesse afirmá-lo, creio que os evangelistas mencionavam um centurião que teria solicitado ao Mestre a cura de um de seus servos. Mateus e Lucas não fornecem a identidade, mas certamente os homens ali concentrados tinham de se lembrar do prodígio e do nome do suboficial. E por espaço de alguns minutos “fotografei” mentalmente tudo que me cercava.

No ponto em que eu estava situavam-se os dormitórios do tosco e austero quartel. Ao redor de um pátio quadrangular a céu aberto,

de uns 60 metros de lado, erguiam-se três edificações iguais, com dois cômodos cada. O muro pelo qual eu acabara de passar cerrava o quadrado. E tudo, certamente, construído com o generoso basalto de Nahum. A julgar pela disposição e número de portas da tríplice ala, deduzi, como disse, que me achava diante das celas da tropa.

No centro do pátio, primorosamente pavimentado com leves pedras vulcânicas desgastadas pelo tempo e úmidas e brilhantes da lavagem matutina, erguiam-se quatro veteranas palmeiras-tamareiras de 20 metros de altura. O verde das encurvadas folhas e o marrom dos cachos de flores quebravam um pouco a severidade do recinto, em que predominava o azeviche dos blocos de basalto. Um poço não menos antigo, aparelhado com um tripé metálico, e praticamente cativo entre os *Phoenix dactylifera*, completava o quadro espartano.

No piso baixo da ala central, ao final de um estreito túnel, adivinhava-se uma esplanada de terra suja e batida, fechada ao fundo por barracões de madeira. Alguns soldados, trazendo unicamente as leves túnicas vermelhas, cuidavam de meia dúzia de cavalos, escovando-os ou fazendo-os andar com a ajuda do cabresto.

A verdade é que tanto silêncio me intrigou. Depois o compreenderia. As sentinelas, postadas nos batentes do portão, não me perdiam de vista.

E caí em nova tolice. Em minha apressada inspeção, descobri algo que me impeliu a dar uns passos até o quartinho que presumivelmente servia de posto da guarda. Na parede à minha frente via-se uma placa de mármore branco. Nela, em caracteres latinos, estava gravada uma legenda. Esquecendo os soldados, movido pela curiosidade, avancei mais três ou quatro passos, tentando lê-la. O irrefletido gesto, no entanto, foi contido por um grito e uma espada. O mercenário mais jovem, com a agilidade de um felino, fechou-me o caminho, ameaçando-me com o *gladius* no meu abdome.

Sorri, tentando apaziguar os ânimos. E os dedos da mão direita deslizaram instintivamente até a extremidade do cajado, ao mesmo tempo em que, com a mão esquerda, apontava-lhe a placa que

brilhava às suas costas entre o escuro basalto. Mas o rapaz, bem adestrado, não moveu um músculo. E eu, no inútil empenho de ganhar sua confiança, ainda acabei reincidindo e cometendo uma segunda imprudência. Depois de dar uma rápida olhada na inscrição e de reconhecer o texto e o autor, fiz-lhe uma pergunta que piorou as coisas:

– Rômulo?

O jovem, como única resposta, contrariado diante da teimosia e desobediência daquele desconhecido, pressionou-me com a arma a boca do estômago, ordenando que me afastasse. Em circunstâncias normais, o golpe, não excessivamente violento, teria sido amortecido pela roupa. Mas, ao atingir com a ponta do *gladius* a “pele de serpente”, o soldado sentiu uma inesperada resistência. E, surpreendido, franzindo o cenho, repetiu a manobra com idêntico resultado.

Afastei-me, disposto a defender-me. Mas o Destino acudiu em meu favor. Nesse instante apareceram no pátio o mercenário que havia entrado no quartinho e um segundo militar, também provido da couraça de campanha, mas sem capacete. O cabelo grisalho, tatuagens nos dois braços, a espada no flanco direito e um *pugio* (pequeno punhal) no esquerdo levavam-me a pensar que se tratava de um *optio*.<sup>54</sup> Quase certamente, o suboficial no comando da guarda.

Ao observar a sentinela com o *gladius* na mão viu logo que alguma coisa não ia bem. E seu rosto endureceu. Renegando minha estupidez, temendo o pior, aproximei os dedos de novo no cravo que ativa os ultras-sons. O que a princípio parecia rotineira e calma visita ao chefe da guarnição começava a complicar-se.

Então o *optio*, dirigindo-se ao soldado ainda aturdido, o interrogou naquela endiabrada língua. Mas o jovem, não recomposto da surpresa, não soube ou não quis se explicar. Como convencer o rude e ressabiado responsável pela guarda que a espada havia “tropeçado” no ventre daquele indivíduo com uma “parede de ferro”? Então, inteligentemente, embainhando o *gladius*, fez com a cabeça um gesto negativo, minimizando o episódio. Olhei para ele

satisfeito, mas naturalmente não chegou a captar o que tentei expressar.

E o *optio*, de má vontade, recorrendo a um péssimo grego, repetiu a cantilena, exigindo que eu adiantasse “esse assunto confidencial que só podia confiar ao centurião-chefe”.

Armei-me de paciência e, sem perder de vista o jovem mercenário, que continuava à minha direita, repeti o que já havia dito às sentinelas. E enquanto eu falava e insistia, com ênfase no interesse do governador pela “notícia” que deveria dar ao capitão da coorte, o suboficial foi-me rodeando em silêncio e examinando-me atentamente. Persuadido de que eu não trazia armas, encarou-me de novo e assumiu um tom de prepotência. Estava claro. Ordens eram ordens. Se eu pretendia falar com o centurião-chefe teria primeiro de anunciar o motivo. Portanto, já veríamos... “Talvez te açoitemos” – sorriu zombeteiro. – “Tudo dependerá das mentiras que contares...”

Os soldados riram da “graça”. Todos menos o que me havia ameaçado com o *gladius*. Provavelmente intuiu que o *optio* se enganava é que aquele estrangeiro não era um indivíduo “comum”.

Diante da chula atitude do *optio* tratei de não envenenar mais a situação e acabei por ceder parcialmente. Tomei o suboficial pelo braço e falei-lhe a sós. Disse-lhe que conhecia a identidade do poderoso mago que dias antes desarmara soldados daquela guarnição e que, segundo notícias que ouvira, Pôncio queria que “descobrissem”.

O sujeito me ouviu com incredulidade. E quando acabei de falar, supondo que eu zombava dele, me arrastou, colérico, para junto da placa de mármore que luzia na parede do quarto do guarda, intimando-me a que a lesse. E assim fiz, atônito diante da brusca reação do gaulês:

– Anda e anuncia aos romanos que é vontade dos deuses celestiais que minha Roma seja a capital do mundo. Portanto, que eles pratiquem a arte militar, e que saibam, e que comuniquem isso a seus sucessores, que não haverá poder humano capaz de resistir às armas romanas.

Essa legenda, recolhida por Tito Lívio e atribuída ao fundador e primeiro rei de Roma – Rômulo –, que apareceu depois de sua morte a Júlio Próculo, lembrava, com efeito, a militares e civis quem era o legítimo dono do mundo naquele tempo.

Desembainhando a espada, esclareceu em parte a razão da sua cólera:

– Um “poderoso mago”?... Este é o verdadeiro poder... E não conheço magia que possa “fundir” o fio da minha espada... Os que apregoam semelhantes fantasias são inimigos de Roma e merecem a morte.

E levando a espada para cima parecia disposto a golpear-me. Mas um seco e imperativo “Alto!” congelou no ar suas intenções, suspendendo ao mesmo tempo o disparo de ondas ultrassônicas que eu apontava para o seu crânio. Os gritos do energúmeno haviam alarmado a guarnição e três centuriões irromperam providencialmente no pátio. Só um trazia cota de malha e a arma no flanco esquerdo (ao contrário da tropa). Os outros, certamente fora de serviço, vestiam apenas as curtas e leves túnicas vermelhas de linho. Aproximaram-se, decididos e contrariados.

Sem querer, o *optio*, em seu arrebatamento patriótico, ao proclamar que “não conhecia magia capaz de fundir o fio da sua espada”, confirmou o que eu já sabia por Zebedeu pai. E em parte, apesar da delicadeza do lance, me senti animado. A notícia se confirmava.

Para meu alívio, os recém-chegados tomaram a seu cargo o problema. Ouviram a versão do enfurecido *optio* e depois, sem perder a compostura, mas com firmeza, me interrogaram, mostrando um insuspeitado interesse pelo tema do citado “mago”. E fui tão sincero quanto julguei oportuno. Havia planejado dormir essa noite em Cesareia e tinha de consegui-lo.

Ao insistir em meu desejo de conversar em particular com o comandante da coorte, o que servia de porta-voz (o único armado e com o ramo de videira na mão)<sup>55</sup> jogou por terra minhas pretensões: estava ausente de Nahum, em uma das manobras de rotina da guarnição. E compreendi o porquê do singular silêncio.

Fulminei com o olhar o astucioso *optio*.

Perceberam que eu estava decepcionado e – não sei se por delicadeza ou curiosidade –, explicaram que, como centuriões *prior*,<sup>56</sup> assumiam justamente a máxima responsabilidade das tropas até o retorno do chefe. Se o desejasse eu poderia falar abertamente com eles. E eu, sem alternativa, arrisquei um tudo-ou-nada, anunciando-lhes que estavam diante do “poderoso mago” que buscavam. E sem dar-lhes tempo de pensar acrescentei que me oferecia com prazer para comparecer diante do governador e contar o que ocorrera.

Ao ouvir a “revelação”, o impulsivo *optio* tentou desembainhar de novo o *gladius*. Mas dois dos *priores*, a um só tempo, estenderam as palmas das mãos, impondo calma.

Refeitos da surpresa, depois de trocarem um significativo olhar, o da cota de malha sussurrou algo a seus companheiros. Concordaram com um gesto e um deles, fazendo um sinal ao *optio* para que o seguisse, se separou do grupo. Falou-lhe em voz baixa e logo, cumprindo a ordem, o suboficial de guarda se afastou pelo túnel que desembocava no pátio.

– Bem – sentenciou o centurião de serviço em um tom nada tranquilizador –, daqui a pouco averiguaremos se dizes a verdade.

– Falas com bom senso. Encontro-me nesta região tentando reconstruir a história de um homem santo já falecido. Chamavam-no de Jesus de Nazaré...

Ao me ouvirem mencionar o nome do Mestre voltaram a trocar um eloquente olhar. Evidentemente o haviam conhecido ou sabiam dele. Um, em especial, pestanejou nervosamente e seu rosto se transfigurou. Agora sei. A direta e audaz alusão ao Filho do Homem, considerando-o santo, sacudiu os sentimentos e as recordações daquele veterano centurião. Mas, obviamente, não me atrevi a perguntar.

– ... sou amigo dos Zebedeu – prossegui dirigindo-me quase exclusivamente ao *prior* que parecia haver conhecido o Galileu. – E ali, em Saidan, casualmente, tive notícias do rumor que corre pelo *yam* sobre esse “poderoso mago”. Pois bem, não se trata de rumor, mas de um fato real. O assunto – e adotei um tom sombrio e teatral

–, como bem sabeis, é suficientemente sério para merecer um máximo de precauções...

Concordaram com um ligeiro movimento de cabeça.

– ... antes de adotar uma resolução era preciso confirmar o que me fora relatado em Saidan. E nada melhor do que vir a este quartel para saber se, de fato, o governador reclama a minha presença.

O ardor e a sinceridade das minhas palavras impressionaram os centuriões. E, para reforçar minha posição, acrescentei:

– Como amigo de Pôncio e de Cívilis, o *primipilus*, eu nunca permitiria que as gloriosas forças de Roma caíssem em ridículo. É por isso que sou o primeiro interessado em esclarecer o penoso incidente com vossos soldados...

A referência a Cívilis, o centurião-chefe da coorte de Cesareia e homem de confiança de Pôncio, foi um bálsamo. E a tensão inicial se relaxou consideravelmente.

Naquele instante reapareceu o *optio*, acompanhado de um dos mercenários que eu havia visto trabalhando na esplanada de terra batida. Ao primeiro relance não o reconheci. Depois, à medida que ele se aproximava, notei-lhe uma bandagem no pé direito e dei-me conta da sua identidade e da manobra dos centuriões para apurar a verdade dos fatos. E me preparei para a difícil acareação.

O soldado, ferido no bosque pelo laser de gás, parou a uns dez passos. Acabava de me reconhecer. Observou-me assombrado e o sangue fugiu-lhe das faces. E o *optio*, grosseiramente, agarrou-o por uma manga e o arrastou até as *brias*. A cena foi decisiva. E os centuriões compreenderam.

Por pura rotina, o de serviço o interrogou em sua língua. O mercenário balbuciou algumas respostas, apontando para mim a cada passo. O medo o fazia gaguejar. E os *prior* deduziram logo que sua história fora mal contada.

Perdendo a paciência, o suboficial que o interrogava levantou a voz insistindo em uma das perguntas. Mas o mercenário, com os nervos descontrolados, cometeu um erro. Levou as mãos aos olhos e, gritando mais que o centurião, repetiu algo que eu supus que se relacionava com o “fogo do meu olhar”. O capitão não gostou do seu grito e bateu-lhe na cara com a simbólica vara de videira. E o *optio*,



por sua vez, completou o castigo com um pontapé no baixo-ventre. E o desgraçado, dobrando-se, rolou no chão.

Não pude conter-me. Irritado, dei um empurrão no miserável *optio* e auxiliei o soldado. E entre as suas intensas dores o sujeito me olhou com a maior surpresa. E me pareceu ver em seus olhos um mudo agradecimento.

Dessa vez interveio o *prior* que parecia saber de Jesus. Apartou-me e, mandando que o *optio* se ocupasse do mercenário, pediu-me que não tornasse as coisas mais difíceis. Então reuniu-se com seus companheiros e o grupo passou a trocar impressões.

Talvez eu cometa um erro. Talvez devesse esperar. Mas quero também ser fiel aos sentimentos, ali onde se produziram. E naquele pátio, e naquela límpida manhã, entre mim e aquele centurião surgiu uma inexplicável corrente de simpatia. Mais adiante – ou mais atrás, conforme se veja – entenderia a “razão”. A questão é que desde os primeiros momentos ele me chamou poderosamente a atenção. Talvez tenha sido o que menos falou. Mas seus olhos azuis irradiavam uma paz e uma serenidade pouco comuns. Devia estar pelos 40 ou 45 anos. Seu perfil, verdade seja dita, não casava com o de um aguerrido soldado: estatura média, aparentemente frágil, de uma magreza preocupante, calvo, mal barbeado e de mãos largas e ossudas. A voz, cavernosa, emitida com dificuldade, me levou a pensar em alguma doença irremediável. Era surpreendente que comandasse duas centúrias. Como veterano do exército, com mais de 25 anos de serviço, só aspirava a obter a sua baixa – a *honesto missio* –<sup>57</sup> e desfrutar suas terras e a pensão anual, orçada em uns 2.500 denários de prata. Era ele, realmente, posso adiantar desde já, o célebre centurião mencionado pelos evangelistas. Mas essa “descoberta” só ocorreria no terceiro “salto” no tempo...

Concluído o breve debate, reconheceram que eu estava com a razão. Ao menos parte dela. E o porta-voz teve a gentileza de traduzir o último e acidentado interrogatório. Segundo já disse, o da queimadura no pé me havia identificado como o grego que os atacou na aduana quando intervieram em defesa do funcionário.

Neguei com a cabeça mas deixei-o continuar. O funcionário – prosseguiu o centurião sem se alterar – fora vilmente agredido ao

exigir o obrigatório pedágio. O agressor seria, naturalmente, eu. E o mercenário jurava, além disso, que a sua queimadura e o derretimento da espada do seu companheiro haviam sido provocados pelo poder mágico que partiu do meu olhar.

Efetivamente, como eu presumia, os *prior* – cétricos por profissão – não acreditaram na fantástica história. Mas quiseram ouvir minha versão.

Para surpresa geral endossei o relato do mercenário, mas retificando-o em dois pontos: que a agressão ao funcionário fora em legítima defesa e que o meu olhar nada tinha de extraordinário. Quanto à queimadura no pé e à ruptura da espada – foi minha única mentira – simplesmente disse que ignorava como aconteceram. E fui mais além. Elogiei a corajosa conduta dos soldados ao socorrerem o responsável pela aduana. Conhecia os castigos<sup>58</sup> que aqueles canalhazinhas teriam recebido no caso de que se apurasse toda a verdade e, honestamente, pareceu-me que seria um exagero. Tanto o assalto como o abandono das armas eram considerados delitos graves, punidos com penas de prisão, privação de comida, sangrias e, sobretudo, açoites e apaleamento.

A julgar pelas caras, suponho que não me acreditaram inteiramente. Mas perceberam que eu não queria comprometer seus homens e viram isso com simpatia. Assim, o incômodo e obscuro caso foi encerrado por ali.

Então o último e mais delicado dilema: o que fazer com aquele grego que acabava de complicar-lhes a manhã. Como militares não podiam desconhecer a ordem de capturar o suposto “poderoso mago”. E durante alguns minutos discutiram acaloradamente. Era justa, a meu ver, a sua preocupação.

A ordem, partida do supersticioso Pôncio Pilatos, encerrava um secreto desejo: conhecer e interrogar tão prodigioso “feiticeiro”. Mas se a magia não existira, que é que restava em defesa dos mercenários? Como reagiria o brutal governador ao saber que a alegação dos soldados era mentirosa? Quem conseguiria explicar-lhe que a espada havia sido fundida apenas na imaginação de dois prováveis farsantes?

Finalmente chegaram a um acordo. O melhor era esquecer o caso e esquecer a mim. Aquele grego não existia. Nunca estivera no quartel. E se alguém fizesse perguntas indiscretas, ninguém sabia de nada.

Aquilo me alarmou. Tal decisão não estava nos meus planos. Por uns momentos senti que fracassara. Todo o esforço havia sido inútil.

Então os centuriões passaram ao seguinte e não menos espinhoso capítulo: como manter minha boca fechada?

Dessa vez afastaram-se até o poço e debateram confidencialmente. E um mau pressentimento se desenhava nos dois rostos. O terceiro – o centurião dos olhos claros –, fez um gesto negativo, em desacordo com a “ideia” dos companheiros.

Devia fugir? Pensei na possibilidade, mas logo compreendi que não era a solução e tentei raciocinar mais rapidamente que os suboficiais. Ao reparar nas altas palmeiras acreditei encontrar a fórmula para conjurar o novo perigo e reconduzir o caso ao objetivo prioritário: minha presença em Cesareia.

Simulando calma, fui interrompê-los e propus uma saída muito mais honrosa. Ficaram intrigados e receosos. Antes de começar, adotei certa solenidade para ajudar a vender-lhes a arriscada ideia. Se me saísse mal era provável que fosse forçado a recorrer a meios mais drásticos...

À medida que fui expondo meu plano os três centuriões iam rejeitando sistematicamente. Mas não me rendi. E voltei à carga, assegurando que minha presença diante do governador poderia resultar em benefício para todos. Por motivos pessoais – acrescentei – eu tinha especial interesse em mostrar a Pôncio alguns de meus poderes mágicos.

Contestaram, lembrando minhas declarações anteriores. Pedi calma e procurei convencê-los de que em momento algum eu negara minha condição de mago. Não saber como se dera a fusão do *gladius* era outra questão.

Não ficaram muito convencidos. Mas o *optio* da voz cavernosa socorreu-me, sugerindo que me deixassem terminar.

Concordaram contrafeitos mas me recomendaram que fosse rápido o suficiente. E assim o fiz. Disse-lhes que se me autorizassem

a demonstrar os tais poderes eu e eles obteríamos vários benefícios. Se concordassem, eu estava disposto a viajar para Cesareia, devidamente escoltado, claro, e reconhecer diante de Pôncio que era eu o autor da fusão da espada. A guarnição, com isso, teria cumprido o seu dever e ganharia alguns pontos. Quanto a mim – enfatizei –, talvez saísse da audiência com uma boa bolsa...

Eles se mostraram temerosos mas visivelmente tentados pela minha “oferta”. E, sem comprometer-se, condicionaram a decisão final ao resultado dessa “demonstração mágica”.

Aceitei. E, pedindo que me acompanhassem, conduzi-os até as proximidades do portão. As sentinelas, alheias à manobra, acompanhavam nossos movimentos com curiosidade. Para aumentar a surpresa, dirigi-me de novo, a grandes passadas, até as tamareiras.

Trinta metros...

Examinei os talos. Os caules estavam cobertos desde a base por folhas ressecadas. Parecia claro.

Ergui a vista, confirmando a primeira impressão: folhas penduradas, ascendentes, arqueadas, esverdeadas, aguçadas, com pequenos espinhos e formando uma coroa na extremidade. Flores nada notáveis... Quanto ao fruto, estava quase certo. Mas surgiu uma dúvida séria. Se não acertasse com o tipo exato de palmeira, o “truque” falharia e eu com ele.

Senti-me angustiado. O gênero *Phoenix* engloba cerca de 30 espécies. Tratava-se da *dactylifera*, como eu supunha, ou da *cananiensis*? Essa última, bastante comum também na Palestina de Jesus de Nazaré, possuía um talo mais tosco e uns segmentos foliáceos mais largos e rígidos, de uma cor verde mais brilhante. Também tinha fruto, mas só o da *dactylifera* era comestível.

Contrariado, tive de retroceder e fazer aos centuriões uma pergunta vital mas um tanto estranha: eram gostosas as tâmaras daquelas palmeiras? Surpresos, responderam com um “excelentes” que me aliviou a tensão. Sorri agradecido. O mistério que me envolvia aumentava.

Estava certo, pois. Os esbeltos exemplares eram da espécie *dactylifera*.

Voltei para junto do meu objetivo e, aprimorando a encenação com teatrais elevações de braços, iniciei a nova inspeção das palmeiras dando duas voltas em torno delas. Na segunda, parei e me deixei ficar meio oculto pelo alto parapeito e pelos troncos. Centuriões e sentinelas, atônitos e divertidos, aguardavam imóveis como estátuas.

Pulsando a "tatuagem" programei o microprocessador para uma dupla operação. Acertei os parâmetros e, com um andar vagaroso, contando mentalmente os segundos, voltei para junto do grupo.

Postei-me adiante dos suboficiais, levantei o braço esquerdo, mantendo-o na posição vertical durante dois segundos, e depois, para criar um clima litúrgico que muito me divertia, baixei-o lentamente até dispô-lo paralelamente ao solo e com os dedos apontando o centro das palmeiras. E o silêncio aliou-se a mim para aumentar a expectativa.

Cinco segundos...

Três... dois...

E as cadeias de *swivels* das *Phoenix* foram "empurradas" para a posição correspondente ao oxigênio.

E as quatro "desapareceram" com um discreto estampido.

Capitães e soldados, tomados de assombro, retrocederam atropeladamente, tropeçando uns nos outros.

Eu, orgulhoso, encarando os pálidos centuriões, convidei-os a examinar o lugar, para se certificarem da autenticidade do "truque". Mas tive de insistir. O pânico era maior que a surpresa. Tomei a iniciativa e encaminhei-me sozinho até o poço. Então, pouco a pouco, incapazes de articular palavra, e evitando contato comigo, foram aproximando-se das quatro profundas covas ocupadas até momentos antes pelas raízes. E as observaram demoradamente, incluindo o interior do poço.

O *optio* dos olhos azuis, depois de lançar um demorado olhar nos buracos, olhou para mim com uma intensidade que nunca poderei esquecer. Penso que compreendi o que tinha em mente; mas nada pude fazer para demovê-lo do seu erro. O bom soldado devia ter associado meu "poder" com o de outro homem a quem havia estimado e admirado.

Pouco antes da segunda fase da operação obriguei todos, em um tom enérgico, a se retirarem até a entrada do quartel. Obedeceram com presteza, sem entender a razão daquela nova, imperativa e bem estudada ordem. Mas logo o descobriram.

Cinco minutos depois do “desaparecimento”, dentro do programado, o microprocessador inverteu os eixos ortogonais dos *swivels*, “conduzindo-os” às posições angulares primitivas. E as esbeltas *Phoenix* se materializaram instantaneamente.

Dessa vez já não houve pânico. Ao contrário, as atônitas testemunhas, como se tratasse de uma vitória, prorromperam em gritos de júbilo, atirando ao ar capacetes, espadas e lanças. E alguém, ébrio de alegria, me propôs para general. Outros, igualmente perplexos, solicitaram uma imediata entrevista com o imperador. Sem que eu pudesse evitar, centuriões e sentinelas se atiraram sobre mim, carregaram-me e me fizeram desfilarem como um herói. Alertado pelo barulho, o resto da guarnição acabaria aparecendo no pátio. E muitos, sem saber sequer do que se tratava, uniram-se ao clamor geral, proferindo em coro uma palavra que me aterrorizou: *imperador*. Um título que se outorgava aos que conquistavam dois ou três grandes triunfos nos campos de batalha.

Antes de prosseguir, quero e devo fazer algumas reflexões sobre este “incidente”. Em primeiro lugar, oferecia-nos uma visão e um cálculo exatos do que poderia acontecer se abusássemos dos meios técnicos a nosso alcance. Durante um tempo, em silêncio, lamentei essa exibição, que esteve a ponto de alterar os verdadeiros objetivos da missão.

Por último, a reação daqueles homens – lógica e natural – serviu igualmente para entender e partilhar os sentimentos do Mestre quando, depois de realizar um dos seus portentos, viu-se assaltado por uma multidão enlouquecida que pretendia fazê-lo rei de Israel.

Dito isto, continuemos com os acontecimentos tal como se registraram.

Quando, por fim, a muito custo, consegui que os ânimos serenassem, os centuriões, dispostos a tudo, aceitaram a proposta, dando ordens para que eu fosse conduzido, o mais depressa possível, à residência do governador na cidade costeira de Cesareia.

Havia conseguido meu propósito, sim, mas a um preço que me repugnava.

E pela hora terça (às 9h), aborrecido, vi-me cavalcando pela *via maris*, em direção a Tiberíades. E à minha volta, escoltando-me como a um precioso tesouro, 11 cavaleiros armados. Durante algumas milhas, com a “proa” do Ravid à vista, pensei em meu irmão. Haveria aprovado aquela estratégia?

Mas devo ser mais objetivo. A verdade é que a partir da “demonstração” tudo correu a bom ritmo e satisfatoriamente para mim. O caminho até Cesareia, graças aos respeitosos e disciplinados componentes da decúria, transcorreu sem incidentes e em tempo recorde. Informado da urgência da missão, o decurião que comandava a fila estabeleceu desde o princípio um galope curto mas constante, tentando ganhar os oitenta e sete quilômetros antes da hora décima (4 da tarde).

E como eu supunha, ao avistar as portas da capital do *yam* o decurião virou à direita, tomando a rota que eu conhecia e que descrevi em páginas anteriores: a de Caná. Ao chegar às proximidades do “inferno” dos *mamzerîm*, o chefe da patrulha, sem olhar para trás, ergueu o dardo que carregava na mão direita e, sem palavras, brandindo-a à direita e à esquerda, transmitiu uma ordem a seus homens. Para minha surpresa, os dez cavaleiros tomaram novas posições e formaram um escudo protetor. Seis deles se situaram imediatamente atrás do decurião, formando o desenho de uma ponta de flecha e ocupando a totalidade da poeirenta estrada. Os quatro restantes continuaram galopando às minhas costas, cerrando o triângulo. E ao penetrar entre as choças, a decúria, como um só homem, golpeou os flancos dos animais e os lançou a furioso galope. Os dardos foram inclinados para o solo. E aquele trecho, com a tenaz pressão das ampolhetas de barro dos medicamentos nos rins, meio cego pelo pó e temendo o atropelamento de algum daqueles infelizes, foi para mim o mais angustioso de toda a viagem. Homens, mulheres, meninos e fileiras de burros, atraídos pela gritaria, mal tiveram tempo de afastar-se. E às nossas costas ouvimos toda sorte de impropérios.

Deixado atrás o povoado, o *contus* ou lança do centurião tornou a ser erguido, sinalizando aos cavaleiros que retomassem a primitiva formação. E os suarentos cavalos moderaram a marcha, passando a um trote ligeiro.

Ao ver adiante o cruzamento para a aldeia de Davi meu coração acelerou. Ao pé do caminho, no mesmo lugar onde o havia auxiliado, aguardava nossa passagem o menino da erisipela. Atrás, com a mercadoria de sempre, outra velha conhecida: a mãe. Ao chegar junto deles vi, feliz, que rosto e cabeça continuavam limpos e em vias de recuperação. E sem poder conter-me agitei o cajado, saudando-os. O pequeno, deslumbrado pelos brilhantes capacetes, as cotas de malha com ombreiras, os ovalados e violáceos escudos, os dardos, as *spatha* pendentes em bandoleira e, sobretudo, pelos altos e poderosos cavalos, não reparou no meu sinal. A mulher, porém, me reconheceu e se ergueu rapidamente. Agitando os braços, correspondeu ao cumprimento. Alguns dos cavaleiros os observaram indiferentes. De súbito, movida por um nobre sentimento, a mulher precipitou-se sobre as vasilhas de argila, apanhou várias cebolas e pôs-se a correr em perseguição à decúria. Estremeci. Dado o rígido e implacável caráter daqueles soldados era impossível predizer seu comportamento com respeito à boa mulher. Ofegante, sem deixar de sorrir, consegui alcançar-nos. Passou à frente da fileira de cinco cavaleiros que trotavam às minhas costas, fez um último esforço, arrojou-se sobre o meu cavalo e ofereceu-me as brancas e enormes cebolas. E o destino foi misericordioso. Nenhum dos cavaleiros fez um movimento para conter ou afastar minha "amiga". Tomei as cebolas e, sorrindo, agradei-lhe. E ela ficou ali, satisfeita, dizendo adeus com a mão, envolvida numa nuvem de pó e no meu agradecimento.

Passamos impetuosamente pela pousada do "caolho" e em pouco alcançávamos o desvio que conduzia à branca e sossegada Caná. A partir dali, o caminho era-me desconhecido. A patrulha prosseguiu para o Noroeste, ajustando a marcha ao sem-fim das suaves colinas que ondulavam a paisagem. Colinas, nos contrafortes dos montes da Galileia, soberbamente conquistadas pelos esforçados *felah*. À direita e à esquerda, até onde a vista alcançava,



as encostas eram uma interminável sucessão de verdes, brancos e dourados proporcionados pelos brilhantes e extensos olivais, as amendoeiras banhadas de luz e os oceanos de trigo e cevada. Aquela, realmente, era a Galileia autêntica que Jesus percorra.

Contornamos Séforis, capital da baixa Galileia, penetrando pelo Sul. E o linho, na fase de secagem das canas, as figueiras e os vinhedos dominaram a paisagem, escurecendo os minguados vales e planícies. Alguns camponeses previdentes podavam já as altas e retorcidas videiras, escorando as prometedoras ramas com canas e estacas. Em cada plantação, como mandava a lei, elevavam-se torres de pedra de até dez metros de altura que serviriam para vigilância durante a vindima.

Por volta das 11h descemos até a estreita e longa planície de Jezreel, um dos celeiros de Israel.

Eu não saía do meu assombro. A disciplina e a austeridade daqueles cavaleiros eram realmente espartanas. Nem um só deles abriu a boca. Nem um só, nas duas horas de marcha, usou o seu cantil. De quando em quando o chefe da fila voltava-se para se inteirar, em silêncio, do estado de homens e montarias. Só em uma ocasião me atrevi a oferecer ao decurião as suculentas cebolas. Foi ao atravessarmos os campos de linho de Séforis. O suor escurecia as pantalonas vermelhas e justas que lhe cobriam as pernas até o meio, empapando igualmente a camisa violeta de mangas compridas. Mas recusou-as com um ligeiro sorriso. Prudentemente, devolvi-as ao saco de viagem.

Transpusemos o rio Kishon e, conhecedores do terreno, apertaram a marcha, cobrindo a galope os cinco últimos quilômetros da planície. Tinham razão. Entre o ouro dos trigais maduros, a turquesa das hortaliças e o azeviche dos restolhos de cevada recém-calcinados, abundavam charcos e lagunas de pouca profundidade, cobertas de nuvens de mosquitos zumbidores. Minutos mais tarde, ao alcançarmos a cadeia montanhosa do Carmelo, respiramos aliviados. E iniciamos uma subida difícil. A estrada, pacientemente pavimentada pelos audazes engenheiros romanos, subia e descia entre precipícios profundos. A partir dali a paisagem mudou. Entramos em um frondoso bosque, tão abundantes naquela

Palestina do tempo de Jesus. E cavalos e homens agradecemos a sombra. Durante pouco mais de meia hora desfrutei o perfume e a música da mata e o jogo do sol entre as árvores. Uma massa vegetal em permanente competição, mas dominada pelo indestrutível *berosh* (nome genérico dado pelos judeus às três espécies de ciprestes sempre-verdes), o sagrado e majestoso *allon* ou carvalho do Tabor, o *tidhar* ou alfeneiro de flores brancas (a "glória do Carmelo") o *tirzah* ou pinheiro pinhoneiro (de pinhões comestíveis), com suas protetoras copas em forma de guarda-sol, e seu irmão, o *Etz shemen*, o pinheiro de Alepo, também "orgulho do Carmelo", com os olorosos e gotejantes córtex esturricados de tanino. E notei com assombro a extraordinária proliferação de esquilos amarelados surgindo curiosos e confiantes diante de nós ou mordiscando indiferentes entre a ramaria a rica variedade de bagas. E aqui e ali, revolteando e replicando ao trinos de suas companheiras, bandos de pombas selvagens, andorinhões de asas circulares, gorriões "chiadores" pintalgados de prata e, sobretudo, as serenas *bonelli*, as águias de "roupagem" branca e mosqueada, adestrando as crias nos profundos desfiladeiros. O espetáculo me fascinou. Cada *bonelli* (*Hieratus fasciatus*) trazia sobre as asas um dos filhotes e o deixava cair a uns 300 ou 400 metros. A aguiazinha, aterrorizada, batia as curtas asas no vão intento de vencer a gravidade. Mas a uma centena de metros do mais profundo do vale, quando o desastre parecia iminente, a mãe fechava as asas e partia, celeramente, a pique, em direção à cria. E com uma precisão extraordinária agarrava-a e a levava para o ninho. E o treinamento recomeçava até que o filhote conseguia safar-se por si mesmo. E comecei a entender o porquê do profundo amor do Mestre por aquela bela e despreendida natureza.

Mas a diversão foi subitamente interrompida. Em uma das curvas surgiu diante de nós uma pequena fortificação com altos muros de pedra calcária e uma torre igualmente branca e aparentemente desproporcionada. No primeiro momento não entendi a razão daqueles quase 20 metros de altura. Mas logo o descobriria. E ficaria novamente maravilhado diante do engenho daquele exército.

O lugar tinha o nome de Capercotnei. Tratava-se, na realidade, de um modesto posto de vigilância e uma estação de provisionamento e descanso para as tropas que iam ou vinham entre a costa mediterrânea e o *yam*. A privilegiada localização, em uma cota de 500 metros, permitia controlar a grande planície que acabávamos de cruzar e a estrada que descia pelo Sul em direção à plataforma costeira de Sharon.

Então o decurião, erguendo a lança, deu ordem de desmontar. Em pouco fomos rodeados por vários infantes de serviço no fortim. Houve um breve diálogo e os cavalos foram levados para o interior. O centurião entrou atrás deles. Seguindo o exemplo dos cavaleiros, acomodei-me à sombra dos corpulentos carvalhos, aproveitando a parada para refazer as forças. Os homens, em silêncio, abandonaram os *contus* e os escudos e, desembaraçando-se dos pesados capacetes de ferro, limpavam com os dedos o suor que empapava as têmporas, as faces e o pescoço.

Vencida a inicial resistência, ofereci as cebolas aos impenetráveis soldados. Nenhum sorriu ou agradeceu. Limitaram-se a cortá-las com as longas espadas e a devorá-las ou server-lhes o suco avidamente. E com uma frieza e indiferença pasmosas liquidaram-nas até a última, deixando-me a ver navios. Ainda bem que três dos mercenários do fortim nos trouxeram dali a pouco diversas porções de carne defumada e *posca* em abundância. Recusei a água com vinagre e aceitei um pequeno naco de carne.

Nesse momento algo brilhou no alto do torreão. Então compreendi a razão da aparentemente exagerada altura da construção. Quatro soldados, entre os quais reconheci o decurião, manipulavam uma enorme e polida prancha de bronze de uns dois metros de lado. Direcionada para o Sudoeste, ligeiramente inclinada, a prancha lançou uma série de sinais luminosos provocados pela luz solar. Claro que não consegui decifrar o que poderia ser uma mensagem. Pela posição do "espelho", os sinais pareciam ser dirigidos para Cesareia, que estava próxima. Pus-me em pé, tentando localizar uma possível sinalização de resposta. Mas o intrincado bosque, com suas dezenas de quilômetros quadrados, impossibilitou a tentativa. Passados quatro ou cinco minutos,

concluída a “transmissão”, ocultaram o “farol” no piso da torre e com os olhos fixos no horizonte esperaram. Suponho que recebessem pronta resposta à “mensagem” porque logo depois, erguendo de novo a prancha, repetiram a operação, mas limitada a quatro ou cinco breves reflexos solares. Finalmente desapareceram.

Com o sol no zênite, o chefe da decúria retornou para junto de seus homens. Após ele, os cavalos, já cuidados. E saltando sobre a silha de couro daquele dócil e jovem tordilho me preparei para retomar a viagem. Ao contrário do que eu supunha, o decurião silenciou sobre a comunicação com o quartel-general do governador. Mas o “aviso” estava dado e eu não tardaria em comprovar a eficiência do “sistema”.

Durante uma meia hora descemos pela vertente Sul do Carmelo, chegando às fontes do *nahal* Iron, um cristalino e ruidoso tributário do rio Hadera, que faziam a prosperidade das imensas e ricas plantações de frutas, cereais e legumes da não menos afamada planície de Sharon.

Cerca das três da tarde (hora nona), antes do previsto, com um último e alegre galope, a patrulha abria passagem entre os enfurecidos e gesticulantes viajantes e caravanistas que adentravam ou deixavam da surpreendente Cesareia.

Surpreendente?

A verdade é que me custa encontrar o qualificativo adequado.

Cesareia, visitada também por Jesus de Nazaré, não guardava relação alguma com o que eu já havia visto. Aquela pujante e rumorosa urbe, fundada por Herodes, o Grande,<sup>59</sup> era a sublimação da cor branca e do paganismo. Nem mesmo em Decápolis, entre as cidades helenizadas, pude achar um “clima”, um estilo e costumes tão romanizados como ali. Herodes, ao construí-la, quis incensar o imperador César Augusto e os romanos souberam aproveitar o esbanjamento arquitetônico e a converteram na capital administrativa e militar da província.

Ao contemplá-la a distância fiquei deslumbrado, repito, por sua absoluta e dominante brancura. Tudo, naquele gigantesco semicírculo de 3 mil hectares era prateado. E tudo limpo e cuidado. E meticulosa e sabiamente desenhado.

A alta muralha, de um quilômetro de comprimento, foi traçada como um arco protetor que cobria a totalidade do flanco oriental. E a cada centena de passos, rotundas e sólidas torres de vigilância de dez metros de diâmetro.

Pelo Norte, bem perto de uma das monumentais portas que se abriam no branquíssimo calcário da muralha, se alinhavam, paralelamente, dois aquedutos de oito milhas (14,4 quilômetros) que transportavam as águas do Carmelo.

Prestes a cruzar o arco da porta Leste (no centro geométrico da muralha), o decurião ergueu a lança e saudou a meia dúzia de infantas que montava guarda nas torres gêmeas que se elevavam de cada lado do portão. Seus homens o imitaram, erguendo os dez dardos. E a passo, com as afiladas lanças apontando novamente para o exterior, eretos, graves e orgulhosos, iniciaram a marcha pela artéria principal, o *cardo maximus*.

Instintivamente voltei a cabeça. Não me enganara. Um dos soldados, provido de um espelho, fazia sinais luminosos de uma das torres, em direção ao mar.

E de novo aquele branco irritante. Edifícios, ruas, praças, fontes, monumentos, colunas, tudo brilhava com uma claridade difícil de encontrar naquela Palestina em geral suja, barreada, poeirenta, jungida ao adobe e à pobreza.

E reconheci a mestria e o delicado gosto do sanguinário tirano, tão pouco conhecido como engenheiro hidráulico e construtor. Herodes, o Grande devia sentir-se orgulhoso ao concluir semelhante maravilha. Nesta e mais ainda nas visitas seguintes, tive a magnífica oportunidade de conhecer o primoroso traçado da cidade. Praticamente todas as ruas desembocavam no mar. O grande semicírculo parecia dividido com precisão por duas artérias capitais que se cruzavam formando uma cruz, segundo o modelo imperante no urbanismo greco-romano.

Mármore e calcário haviam sido esbanjados. Pavimentação, fachadas, estátuas, templos, teatros, anfiteatros e colunatas competiam entre si, eclipsando os pórfiros verdes e vermelhos da Lacônia e Jebel Dhokan, no Egito. Só o azul de um Mediterrâneo sempre enfadado e o arco-íris dos extensos roseirais se atreviam a

rebelar-se contra a cegante luz da cidade “dos arranha-céus”. E digo bem: “arranha-céus”.

Assim que penetramos na “avenida” principal, entre o bulício de gente de mil origens, cavalgaduras, escandalosos bufarinheiros, patrulhas de infantaria, lentos palanquins e liteiras carregados por escravos, mendigos, desocupados e matronas em permanente regateio com artesãos e comerciantes, vi-me novamente surpreendido por edificações que se alinhavam a um lado e outro do *cardo maximus*. Eram as famosas *insulae*, tão em moda naquele tempo. Blocos de vivendas de cinco e seis pavimentos, similares aos modernos (?) apartamentos do século XX. Algumas daquelas construções, desafiando as disposições de Augusto, superavam os 70 pés (em torno de 23 metros). Proporções realmente perigosas para os métodos de construção da época. No fundo, tudo está inventado. A verdadeira justificativa para tão arriscadas “colmeias” teria de ser buscada na ambição de construtores e proprietários. Ainda que as *insulae* tivessem nascido como consequência da estreiteza da velha Roma, obrigando a construir em sentido vertical, o “achado” não tardaria a revelar-se como um próspero negócio. Cada pavimento era vendido ou alugado por preços que iam baixando conforme a altura. Assim, na parte baixa ou nobre, instalavam-se geralmente as pessoas mais abonadas, ou se abriam as não menos célebres *tabernae*, autênticas cadeias de lojas e “supermercados” que pouco ou nada tinham que invejar às do nosso tempo. Nos pavimentos superiores, cada apartamento ou *cenaculum* dispunha de uma escadaria externa, com amplos vãos para a rua. E como verificaríamos no terceiro “salto”, naquelas moradias – praticamente idênticas e com áreas que roçavam pelos 40 metros quadrados – se instalavam duas ou três famílias. A maior parte desses andares de aluguel pertencia aos ricos proprietários das *tabernae*. (O grande Marco Túlio Cícero, dono de várias dessas lojas, foi um excelente inovador em matéria de “grandes armazéns”.) No curso de uma das raras visitas a Cesareia, acompanhando Jesus de Nazaré, pude averiguar o número aproximado de *tabernae* existentes então na cidade: mais de 600. E muitas delas sob o controle das castas sacerdotais e – como não – de um governador

corrupto e ambicioso. Nessas cadeias de lojas, como espero detalhar mais adiante, o comprador – judeu ou gentio – encontrava o que desejasse. Desde o último “grito” em calçado ou vestuário até requintados instrumentos de tortura para escravos, passando por pássaros e animais exóticos, dentes artificiais, pedras preciosas, inventos hidráulicos para acionar moinhos, amuletos, neve recém-trazida do Hermon e a maior coleção de “preservativos”, confeccionados com toda sorte de tripas.

Aquele tumulto era ensurdecador. Nunca compreendi como os 100 mil habitantes de semelhante manicômio podiam repousar ou dormir. E, transpondo as distâncias, aderi à justificada queixa de Marcial em seus *Epigramas*.<sup>60</sup>

E, lentamente, diante da mórbida curiosidade daquela massa de gregos, sírios, egípcios, judeus, mesopotâmicos e negros africanos, que nunca souberam se o homem que cavalgava entre as filas de ginetes era um prisioneiro ou um distinto personagem, fomos chegando no “coração da urbe”: o grande fórum.

Na interseção das duas largas artérias principais, Herodes havia erguido outra soberba obra arquitetônica: um *tetrapilon* ou arco triunfal de quatro portas, todo ele em mármore dolomítico de um amarelo pálido e suave, extraído das canteiras de Tessino. A obra não passava, claro, de outro gesto de adulação para com a figura do que fora seu amigo, o imperador Augusto, “inventor” dos arcos triunfais. Vãos, vigas e áticos ostentavam numerosos medalhões e baixos-relevos alusivos aos triunfos de César. E no alto duas quadrigas de elefantes conduzidas por várias e gigantescas estátuas, de bronze dourado, do divino Otávio. E em torno do *tetrapilon*, em uma ampla e esmerada plataforma retangular, perfeitas réplicas, em escala reduzida, de alguns dos monumentos do genuíno fórum de Roma: os templos, belíssimos, quase nacarados, de Apolo, deus protetor de Augusto, Marte Vingador, construído pelo falecido imperador depois de empreender a guerra de Filipos, e Júpiter Tonante, assim como uma basílica Emília, sede da corte judicial de Cesareia, e outras duas estátuas, de 12 metros, do indefectível Augusto.

Deixando para trás o fórum, a decúria, em trote moderado e uniforme, retomou a impecável estrada romana, já agora livre da fervilhante massa de populares e animais, e irrompeu em um parque cujos limites não pude precisar. Então voltei a maravilhar-me. Entre roseiras, repuxos, salgueiros, álamos e tanques das mais variadas formas geométricas se elevavam dezenas de jaulas com uma sonolenta colônia de felinos, búfalos africanos, mandris, ursos-pardos do Hermon, pequenos elefantes asiáticos e numerosos representantes de antílopes e cervos da Alta Galileia e das montanhas de Judá. E no centro do zoo, coroando um modesto penhasco de uns 30 metros de altura, outro brilhante templo de mármore branco-azulado, erigido especialmente em memória do homem que confirmou Herodes, o Grande como *rex socius*: Otávio Augusto. E no seu interior, ainda que eu não pudesse descobri-lo até mais tarde, a enésima efígie de César vencedor de Accio e uma cópia da estátua de Roma similar à de Hera, localizada em Argos. Aquela construção, com dois fogos perpétuos no alto das escadarias, servia de farol e referência aos navegantes.

Minutos mais tarde, no recinto do parque, surgia diante de mim a fortaleza e residência de Pôncio. Penetramos por um dos altos e estreitos portões; era o fim da acelerada e esgotante viagem.

A partir desse instante as peripécias em Cesareia aconteceriam em um ritmo endiabrado. Nas 15 horas seguintes, até a definitiva e precipitada saída da cidade, aconteceu de tudo e com um encadeamento delirante.

Não é preciso dizer que nossos movimentos estavam sendo meticulosamente controlados desde a troca de sinais luminosos em Capercotnei. E assim que pisamos o pátio, sem tempo quase para desmontar, um dos *optio* abordou o decurião, saudando-o com o braço erguido. O chefe da fila tirou do interior do cinturão um fino rolo de papiro e o entregou ao suboficial. Supus que fosse um informe dos centuriões de Nahum. Num instante, a um sinal do *optio*, dois dos infantes armados que integravam a *excubiae* ou guarda de dia naquele setor, sem sequer olhar para mim, revistaram como de rotina minhas roupas, saco de viagem e bolsa. Fizeram com



a cabeça um sinal negativo e o veterano *optio*, visivelmente apressado, ordenou-me que os seguisse.

Quis despedir-me da decúria. Impossível. Os 11 cavaleiros se distanciavam já em direção a um dos túneis abobadados. E me vi assaltado por uma inquietante pergunta: como me arranjaría para regressar ao lago? Dei de ombros e procurei esquecer a pergunta, preferindo concentrar-me no importante “objetivo” que me havia arrastado até aquela intrincada fortaleza, mais branca, se era possível, do que a cidade que acabara de atravessar.

Intrincada, sim. Essa é a definição. Apesar dos esforços por fixar e reter referências, a confusa disposição de escadas, corredores, pátios interiores, passadiços e outras dependências da residência do governador impediu minha tentativa de orientar-me em seu interior. Isso me inquietou. Se surgisse algum contratempo, como escapar de semelhante labirinto?

Depois de galgar quatro empinados lances de escadas, em que cruzamos com alguns centuriões armados, eu e o *optio* desembocamos em outro silencioso e brilhante corredor de mármore frígio, magnificamente barrado por galactitas violeta. Um sol já a caminho do poente mostrava-se nas pequenas janelas à nossa esquerda. Bem ao longe vislumbrei um Mediterrâneo encrespado por um rude vento do Leste.

Quase não podendo ver nada devido aos reflexos das espadas luminosas, e caminhando sempre atrás do suboficial, não reparara em Cívilis até que cheguei junto dele. Evidentemente nos aguardava, mas não esperava ver o grego de Tessalônica. Ao verificar que o “poderoso mago” cuja identificação era exigida pelo governador era eu, o pétreo e inexpressivo rosto não pôde esconder a surpresa. Mas, erguendo o braço em saudação, limitou-se a esboçar uma ameaça de sorriso.

Não trazia armadura nem capacete. Só a curta túnica vermelha, como os infantes, e as inseparáveis armas: *gladius* à esquerda e o familiar punhal com a empunhadura em forma de antílope em pleno salto.

Recebeu o rolo e sem mais preâmbulos me convidou a acompanhá-lo. Naquele momento o *optio* percebeu algo que passara

inadvertido na revista. Apontou a “vara de Moisés” e tentou ficar com ela. Ainda que eu não ignorasse o regulamento, o instinto se impôs e resisti. Os educados protestos do suboficial chamaram a atenção do *primipilus* e centurião-chefe da corte. Dando meia-volta, com um leve mas imperativo brandir da vara de videira, mandou que não me importunasse e se fosse. Agradei o gesto, acrescentando com um toque de humor que “meus poderes não seriam os mesmos sem o *lituus*” (o bastão curvo dos áugures). Não respondeu. Continuou impassível até o fundo do corredor. Nunca me acostumei à granítica frieza daquele corpulento militar. Mas nunca me decepcionou.

Ao alcançarmos a porta branca de duas folhas que se abria entre as paredes violeta, as duas sentinelas de guarda abriram caminho, retirando mecanicamente as lanças cruzadas. E continuaram rígidos como os ferros dos seus *pilum*.

Civílis saudou-os golpeando o peito com a *uitis* e empurrou a porta.

Imaginei que Pôncio estaria naquele cômodo. Mas não. A sala estava solitária. Ali me esperava a primeira das provas que deveria enfrentar nas intensas horas daquela segunda-feira, 8 de maio. Provas que teriam um desfecho insuspeitado...

O *primipilus* avançou devagar. E ao chegar ao centro, agitando o galho da videira, me animou a penetrar sem medo no surpreendente recinto. A verdade é que, atônito, eu ficara cravado a um metro da porta. Ao ver minha surpresa esboçou outro simulacro de sorriso. Mas sempre mudo.

Luxo? Tudo que eu lembrava da torre Antônia em Jerusalém era um pálido reflexo daquilo que meus olhos perplexos estavam vendo.

Aquele salão quadrado, de uns dez metros de profundidade, me paralisou. Jamais pude imaginar até onde poderia chegar o refinamento do representante de Roma. Mas as “descobertas” haviam apenas começado. Durante alguns minutos, diante do irônico olhar do enigmático centurião, examinei intrigado e maravilhado as altas paredes.

Paredes? Sim e não...

Tudo naquela sala – paredes, solo e teto – era um espetacular espelho, enquadrado em lâminas de prata brunida que refulgiam à claridade de três amplas janelas abertas no lado oposto à porta. E, entre o deslumbrante revestimento, trepadeiras e jasmims erguiam-se até o teto, proporcionando uma agradável tonalidade verde e um delicado perfume.

Nos cantos, à maneira de sentinelas, quatro soldados núbios de quase dois metros de altura, com lanças e escudos, tudo esculpido no preto, nobre e caro coração do *hbu*, o ébano egípcio. Ao examiná-los melhor a minha surpresa cresceu: os braços articulados, a perna esquerda ligeiramente avançada e as gretas e a deterioração generalizada deram-me a impressão de que se tratava de peças egípcias muito antigas. Talvez de Assiût, da décima segunda dinastia. Mas como seria possível? Eu sabia da predileção do governador por tudo que era do Egito. Mas aquilo remontava provavelmente ao Médio Império. Quer dizer, aos anos 1700 a 2000 antes do nascimento de Cristo.

Não podia ser...

O resto do mobiliário era integrado por uma mesa, uma poltrona-trono e dois tamboretos. Tudo disposto a curta distância das janelas. Do assento principal tinha-se uma relaxante visão do mar.

E com o exame daqueles utensílios voltaram as surpresas. A esplêndida mesa, em cedro maciço, tinha os pés engastados em socos de prata e as pernas finamente lavradas com grupos de hieróglifos igualmente egípcios que, em uma primeira e apressada leitura, me lembraram os *ankh*, símbolo da vida.

Os tamboretos, de uns 45 centímetros de altura, com pernas brancas, rematadas por garras de felinos, me deram a pista da possível origem das valiosas peças. Entre as delgadas varinhas de madeira dourada que reforçavam as pernas distinguia-se o símbolo da “união das duas terras”, com os lírios e papiros atados ao redor. Mas refutei a ideia. A hipótese era descabelada. Os assentos, côncavos, eram completados por fofos almofadões de plumas.

Ao aproximar-me da poltrona-trono e ler os nomes daqueles dois deuses egípcios, a aparentemente absurda teoria ganhou força.

Senti um frêmito. Estaria ficando louco?

O “trono”, de um metro de altura por uns 70 centímetros de largura, e ao redor de 50 de fundo, era um soberbo tesouro. O respaldo, delicadamente curvo, era embutido em um tamborete com pernas cruzadas e esculpidas em forma de cabeças de patos selvagens. Toda a madeira era um resplandecente e luxurioso esbanjamento de ouro, marfim, massa de vidro, diminutas gemas e terra envernizada de turquesa e lápis-lazúli. No alto do respaldo, como disse, entre outros hieróglifos, dois nomes bem conhecidos meus: Aton e Amon.

Repassei incrédulo o friso superior. Não havia dúvidas. Ali, entre os *uraeus* (as cobras azuis e douradas), ressaltava o inconfundível disco de Aton, com o nome do legendário deus em diversos pontos.

Aton?

A pista conduzia ao Novo Império (entre 1000 e 1580 a.C.). Mais precisamente, à XVIII dinastia egípcia. Um deus, um faraó e um período do Egito que, casualmente (?), haviam sido uma das paixões da minha juventude...

Confuso, voltei a duvidar do que parecia evidente. Certamente não passariam de magníficas réplicas...

Sobre a tampa da régia mesa empilhavam-se alguns pergaminhos, bem enrolados e colocados em uma bandeja de prata. Ao seu lado, destruindo meus bons propósitos de esquecer aquela “loucura”, a última (?) surpresa: uma paleta de escriba de uns 30 centímetros de comprimento, feita em finíssimo marfim, com dois pães de tinta vermelha e azul alojados cada qual em uma cavidade circular. E no centro da caixa, um depósito retangular com um bom sortimento de cálamos. Entre as minúsculas incrustações de obsidiana, cornalina (uma variedade de ágata) e vidro colorido, alguns hieróglifos reveladores com os nomes do faraó Tut-ankh-amon, “amado dos deuses Aton, Amon-Ra e Thot”.

O deus Aton e o rei Tut-ankh-amon. Será que Pôncio...?

Aturdido, ergui a vista procurando Civílis. Mas o centurião, com o rosto voltado para a porta, estava atento ao recém-chegado. E deixando para melhor ocasião a terrível suspeita, apressei-me a me reunir com o *primipilus*.

A baixa estatura (ao redor de 1,55 metro), o ventre volumoso e aquela peruca, de um amarelo agressivo, o tornavam inconfundível. E um Pôncio de pés nus, nervoso e mal-encarado irrompeu no salão de despacho. Ergueu o braço direito de má vontade e, com os olhos azuis e saltados fixos nos espelhos do chão, foi diretamente sentar-se no trono, creio que sem olhar para mim.

Ficamos em volta da mesa, em pé, diante de um irritado governador. Por um momento temi que o causador da sua azeda atitude fosse eu. Mas, dirigindo-se a seu homem de confiança perguntou-lhe em latim:

– Chegou?

A pergunta me confundiu. Cívilis, imperturbável, fez um gesto negativo de cabeça.

Pôncio enrubesceu. Alisou nervosamente a estudada madeixa que lhe caía sobre a fronte e, assoprando como uma baleia, amaldiçoou entre os dentes não sei que família de caravaneiros. Respirei aliviado. Aparentemente, o assunto não me dizia respeito... de momento. De qualquer forma, diante da obscuridade do cenário, redobrei a guarda.

Pôncio deu um profundo suspiro, agitou os dedos rosados e roliços e pediu a mensagem que o centurião tinha nas mãos. E em silêncio, um incômodo silêncio, Cívilis estendeu-lhe o rolo escrito pelos responsáveis pela guarnição de Nahum. O governador rompeu o lacre resmungando alguma coisa relacionada com sua esposa Cláudia e a ceia daquela noite. Olhei para Cívilis furtivamente, mas sua expressão continuava gelada, quase ausente.

Desenrolando o papiro, como se tentasse concentrar-se em um problema que o havia levado até ali, observou-me ríspidamente. Mas o intumescido e leitoso rosto inclinou-se de novo sobre a mensagem, esquecendo-me. Uma de duas: ou não me reconheceu ou o seu enfado era de tal tamanho que não se dignou dizer uma palavra de saudação ou cortesia. E eu pacientemente à espera...

Seu vestuário, adequado às altas temperaturas da costa, era mais leve e confortável do que o que usava em Jerusalém: túnica de seda púrpura com brocados de ouro no pescoço e mangas e um cinto branco trançado com fibras de linho.

No começo leu sem interesse. Depois, conforme avançava, o rítmico tamborilar de seus dedos sobre o cedro foi espaçando até extinguir-se. E uma sombra negra flutuou na sala.

Então aquele pícnico de temperamento volúvel e imprevisível abandonou a leitura e com um olhar de aço perguntou a Civílis:

– Dois soldados desarmados?

O centurião, que obviamente não conhecia o conteúdo do documento, respondeu apenas com um vago gesto. E Pôncio, descarregando sua ira e surpresa sobre o insolente grego que havia ousado ridicularizar seus homens, ameaçou em *koiné*:

– Sabes que posso encarcerar-te por isso?

Antes que eu conseguisse responder submergiu de novo no papiro, ignorando-me olímpicamente. O *primipilus* me lançou um olhar escrutador. Neguei com a cabeça, tentando equilibrar as posições.

Pôncio empalideceu. Ergueu novamente o rosto e, incrédulo, me examinou dos pés à cabeça. Aferrou-se ao pequeno falo de marfim que lhe pendia do curto e seboso pescoço. Os lábios tremeram. Sem dar crédito ao que acabara de ler, e sem separar a vista do texto, repetiu em voz alta um dos parágrafos:

– “... e esse grego, que diz chamar-se Jasão e afirma desfrutar a amizade de vossa excelência, pela graça do seu poder, sem truque ou artifício conhecidos, fez reaparecer as palmeiras no mesmo lugar que sempre ocuparam...” Colocou o documento sobre a mesa e, perplexo, estalando os dedos, levantou-se.

– Jasão!... O do salvo-conduto!... O adivinho!

Compreendi. O desmemoriado governador não me havia reconhecido. Sorri timidamente, sem saber a que me apegar. Não me enganava.

Sem deixar de brincar com o falo, voltou a sentar-se, repassando a leitura do informe de Nahum. E o papiro tremeu entre as rechonchudas mãos. E eu não sabia o que era pior: um Pôncio colérico ou tomado de um medo supersticioso.

Contorceu-se inquieto. Por fim, estendendo o rolo ao centurião, perguntou algo que desgostou Civílis:

– São de confiança?

O militar examinou as assinaturas e sem ler o conteúdo respondeu com um categórico e desafiante “certamente”. Seu rosto, pétreo por natureza, anuviou-se diante da injusta insinuação do governador. Pôncio agradeceu a sinceridade de seu chefe de corte e, ladino, mudou de tática. Beijou o falo e, enquanto esperava o veredicto do centurião, ficou-me observando com uma curiosidade maldosa. Consegui sustentar o inquietante exame. E a gravidade do meu rosto convenceu-o de que não se achava diante de um homem assustado. A dúvida continuava a atormentar aquele ser instável, beneficiando meus planos.

Civílis devolveu o papiro.

– E então?

Apesar do seu natural ceticismo, não titubeou. Colocou-se ao lado dos companheiros.

– Se eles viram – sentenciou com serenidade – eu vi...

O governador sorriu satisfeito, mostrando os três dentes de ouro e as negras cáries. Então, medindo as palavras, entrou enfim no que me interessava:

– Astrólogo e também mago...

– A teu serviço – apressei-me a fingir.

– Vamos por partes – cortou sem me olhar. – Aqui diz que te responsabilizaste pelo “abrasamento” do *gladius*.

Concordei com um gesto.

– ... o que não entendo é por que te apresentas voluntariamente à guarnição de Nahum e agora a mim. Desarmar e ferir meus homens é um delito grave.

– Nada tenho que ocultar. Simplesmente me defendi – contestei, imaginando que o informe não trazia a declaração de legítima defesa. – E teus corajosos mercenários pouco puderam fazer diante do meu poder.

A ousadia o desconcertou.

– ... e se estou em tua presença – remeti friamente – é porque sou cumpridor das leis. Segundo soube, expediste uma ordem de captura desse “poderoso mago”. Pois aqui me tens. Esclarecerei quanto desejares. Mais ainda: te favorecerei com meus poderes.

Olhou-me com desconfiança.

– Favorecer-me?

E tocou o ponto-chave:

– ... e tu que queres em troca?

– Algo simples e que está ao alcance da tua generosa mão...

Não pude concluir. Ergueu-se irritado, rodeou a mesa e se aproximou de mim em atitude ameaçadora. E elevando-se nas pontas dos pés vociferou a um palmo do meu peito:

– Te atreves a pedir?... Sabes que podia prender-te? Pior ainda – retorceu-se em sua cólera –, sabes que posso dispor da tua vida?

Resisti à arremetida. Com voz pausada, um torpedo entre as palavras, repliquei:

– Sei que não o farás. A guarnição de Nahum, ao comprovar minha magia, falou de informar de imediato ao divino imperador...

Sobressaltou-se. E a cólera se desvaneceu, substituída pela palidez. E eu rematei sem piedade:

– ... a Tibério e Sejano não lhes agradaria saber que Jasão, discípulo de Trasilo, o astrólogo de César, foi encarcerado ou executado.

Retrocedeu trêmulo. E lancei a isca:

– ... mas não temas, querido governador. Agradecido por tua generosidade em Jerusalém, quero que sejas tu quem informe a Roma e, se achares oportuno, te convertas em meu protetor.

– Sejano!

Pôncio balbuciou com horror o nome do temido general e favorito de Tibério. E olhando para Cívilis buscou sua ajuda. Mas o centurião, divertindo-se sem dúvida com a fraqueza do seu chefe, deu de ombros, vingando-se do recente insulto aos seus homens.

– ... e em troca de uma insignificância – concluí suavizando a tensão – te farei conhecedor de alguns dos meus segredos.

E dirigindo-me ao *primipilus* fiz brilhar a isca:

– As bravas legiões poderiam beneficiar-se igualmente do meu extraordinário poder...

Cívilis moveu os lábios com indiferença. Compreendendo que não podia contar com aquele bloco de gelo me concentrei de novo no assustado Pôncio. O governador deixou-se cair no trono e, ausente, dedicou uns instantes, de novo, à mensagem de Nahum.



Parecia procurar as alusões a Tibério e Sejano. E imaginei que não encontraria. Então me preparei. A hélice mental daquele sujeito, ágil e distorcida, girava a grande velocidade. Eu não podia baixar a guarda. E assim foi.

Depois do silêncio de chumbo, julgando que as ameaças não passavam de bravatas, reanimou-se e murmurou quase que para si:

– E quem vai saber que um anônimo e miserável grego desapareceu?

Voltou a mostrar os dentes de ouro e, lenta e pausadamente, com um ar cínico, deixou a mesa e caminhou para mim:

– Teus segredos?

Cruzou altivamente por mim e foi deter-se às costas de Civílis. E os pelos pretos descendo pelo pescoço e contrastando com a peruca foram como um aviso. Mas surpreendeu-nos. Subitamente, apoderando-se do *pugio* que pendia do flanco direito do soldado, saltou sobre mim e introduziu o punhal entre as pregas da minha túnica, pressionando meus testículos.

– Teus segredos?

Civílis, desconcertado, levou a mão à empunhadura do *gladius*. E Pôncio, com um sorriso triunfal, revelou a manobra que acabava de urdir.

– Vejamos quais são esses segredos. Te atreverás a desarmar-me como fizeste com os soldados?

Confiante na proteção da “pele de serpente”, longe de ceder, aproveitei a circunstância para explorar sua frágil segurança e arrastá-lo definitivamente para o meu terreno.

Lancei um primeiro olhar para o centurião. Continuava tenso, com a mão direita aferrada à empunhadura da espada. Sorri para ele, mostrando calma. E Civílis entendeu o sinal.

– Responde!

Procurei devagar a cabeça do cravo que ativava os ultrassons e, finalmente, dando-lhe um estudado sorriso, contra-ataquei:

– Meu querido governador, não é isto o que procuro...

Minha inesperada compostura surtiu efeito. E ele começou a desmoronar.

– ... não vou satisfazer a teus desejos por duas razões.

Os carnosos e sensuais lábios de Pilatos se abriram incrédulos.

– ... primeira, porque seria uma lástima abrasar e destruir tão belo punhal.

O centurião, atônito, não compreendia minha fria atitude. Foi a única vez que o vi franzir o sobrecenho.

– ... segunda, porque o representante de César tem direito a uma demonstração mais de acordo com sua nobilíssima hierarquia.

Humilhado, retrocedeu cambaleante. Aquele era o momento. Penetrei em seu acovardado espírito como um elefante em uma loja de cristais. E apontando os tesouros que tinha à vista joguei com sua mórbida superstição.

– Diz-me: qual a tua peça preferida?

O suboficial, já agora calmo e, de certo modo feliz pelo desenlace do tenso incidente, soltou o *gladius* e ficou observando com curiosidade o enxovalhado governador.

– Minha peça favorita? – reagiu com dificuldade – Para quê?

– Se o desejas – tentei-o – posso fazê-la desaparecer...

Ele mordeu o anzol. Indeciso, olhou para Civílis, que, com um rápido movimento de cabeça, deu sua aprovação. Depois, refugiando-se no falo e esfregando-o sem cessar entre as grossas mãos, passeou o olhar por toda a sala. Vacilante, caminhou para cima e para baixo. Por fim, voltando para a mesa, recuperou o *pugio*, avançou para os espelhos que rodeavam a dupla porta e, erguendo o punhal, foi cravá-lo no umbigo da escultura núbica localizada no ângulo direito. Depois, bamboleando, retomou ao trono e me convidou a executar a magia. Espertamente, como eu já esperava, escolheu a peça menos valiosa.

– Estás certo? – insinuei, encurralando-o.

Levando a mão direita à testa – sede da sabedoria para os romanos –, com uma repugnante hipocrisia jurou por seu sagrado “gênio” pessoal.<sup>61</sup>

Sorri condescendente. E ele, sabendo que infringia uma das sagradas normas da religião romana, beijou o amuleto de marfim, com os olhos baixos. Cumprindo o planejado dispus-me a executar a nova “representação”, decisiva para conquistar um dos objetivos.

Em minha memória retumbava ainda o eco da perigosa exibição no quartel de Nahum. Mas me justifiquei com o argumento de que era necessária para a boa execução do terceiro “salto”. Nessa ocasião, além disso, a experiência só teria duas testemunhas. Muito a meu pesar, tropeçava uma vez ou outra na mesma pedra...

Seguindo os textos de Horácio, Virgílio e Apuleio sobre cerimônias mágicas,<sup>62</sup> procurei cercar-me de uma rigorosa e refinada liturgia. E para espanto dos meus acompanhantes comecei despindo-me. Pôncio me vigiava com um temor reverencial.

E ainda que a fralda não fosse branca, nem de linho, nem tampouco de franjas vermelhas, como aconselhavam os cânones, acho que o gesto valeu. Então, tomando o cajado, o *lituus*, aproximei-me do soldado núbio escolhido pelo governador. Seguindo a prescrição de Plínio,<sup>63</sup> tracei sobre os espelhos um imaginário *templum* ou círculo, encerrando nele a bela escultura negra. E de costas para os intrigados espectadores programei os microprocessadores, registrando os dados básicos: ébano (*Diospyros ebenum*), um tamanho suficiente (cilindro de 2 metros de altura por 1 de diâmetro), distância (5 metros) e tempo para a “eliminação” (3 minutos). Prudentemente, na previsão de possíveis contratempos, pospus a fase de “materialização”. E o Destino me iluminou...

Retrocedi até junto às janelas e simulei que consultava a posição do sol.<sup>64</sup> Depois, ajoelhando-me junto à mesa em direção ao “objetivo”, erguendo os braços e a vara, entoei o obrigatório canto mágico. Nesse instante, aborrecido talvez pelos “preparativos” que conhecia à perfeição, o governador inclinou-se para Cívilis sussurrando algo sobre o problema dos caravaneiros.

Continuei com as invocações a Hécate, deusa das encruzilhadas e do mundo subterrâneo, à Lua, protetora da mãe dos magos, e a Circe, sua filha,<sup>65</sup> tentando captar ao mesmo tempo a conversa em latim. Abreviei a litania, encerrando a monocórdia canção com as sete vogais gregas.

Pôncio elevou o tom, dizendo a Cívilis que “o barro do mar de Asfalto era seu presente surpresa e que se não chegasse pontualmente cortaria as mãos dos malditos fenícios”. Atrevi-me a

interrompê-los, pedindo silêncio. E o governador, conhecedor das regras, <sup>66</sup> desculpou-se com uma leve reverência.

Concluído o cerimonial, em um novo esforço, cuspi sobre o fulgurante piso, tal como mandava a "ortodoxia". E invoquei os pensamentos de Cícero sobre aquela orgulhosa e ao mesmo tempo temerosa civilização romana.<sup>67</sup> Mas eu estava onde estava e não havia remédio senão fazer das tripas coração.

Quando estavam chegando ao fim os três minutos, recuperada a atenção dos meus "espectadores", estendi o braço esquerdo e cerrei o pulso brandamente. E o silêncio, apenas quebrado pelo marulho do Mediterrâneo ali próximo, aumentou a tensão no enfermiço ânimo de Pôncio Pilatos. Então a ordem de mobilização dos *swivel*s partiu em direção à escultura.

Um, dois, três segundos... Cinco, dez...

Não podia ser.

O coração, bombeando aceleradamente, me advertiu. Algo ia mal. O hierático soldado egípcio continuava no salão.

Que havia ocorrido?

E o suspense se voltou como uma víbora contra mim. Onde estava a falha?

Tinha de averiguar. Tinha de comparar os parâmetros e reprogramar a "tatuagem". Mas precisava de tempo. O problema era como consegui-lo. Em tais circunstâncias, um fracasso haveria sido catastrófico. O governador não perdoaria.

Em meio à minha angústia cheguei a cogitar na imediata e fulminante utilização dos ultrassons.

Fugir? Um suor frio caiu-me pelas têmporas.

Não, a saída da fortaleza arruinaria meus objetivos e comprometeria gravemente a missão. Tempo. Essa era a chave. Mas como obtê-lo?

De súbito, as precisas recomendações de Festo sobre o sagrado *silentium* me pareceram a solução. Ergui-me e, fingindo contrariedade, caí em cima do governador acusando-o sem misericórdia de "infrator das leis santas da magia".

Pôncio ficou atônito e empalideceu. E eu, decidido a transpor aquela primeira e aguda dificuldade, não dei trégua. Como um

tornado arrasei o supersticioso espírito, reprovando sua recente interrupção. E o pusilânime governador caiu na minha manobra.

Escusou-se, reconhecendo a inoportuna falta. A conversa com Cívilis fez malograr a "bruxaria". E, desarvorado, rogou que eu tentasse de novo. Era o que eu queria. Vencido o difícil obstáculo, me apressei a inspecionar a escultura. E o Destino, como já disse, foi complacente.

Tornei a examinar a textura. A deteriorada superfície da pintura, feita basicamente com chumbo e fuligem, me deu uma pista. Estúpido! Como pude? Confirmava-se a suspeita: a informação ministrada à "tatuagem" tinha sido errada. Arranquei o punhal e, deixando-me levar por outra ideia, examinei o "interior".

Exatamente! A intuição jamais se engana. Entendi a causa do perigoso fracasso. E maldisse o excesso de confiança. Por baixo do escuro verniz, a escultura não apresentava a dureza e o clássico colorido preto do ébano maduro. Mas tratei de certificar-me. O *hbu*, o ébano egípcio, é macio e branco nos primeiros anos. Só com o tempo torna-se preto e granítico.

Não havia dúvida. Aquela madeira não era *Diospyros*. Ainda que forte, compacta e resistente como o ébano, aquela espécie mostrava um grão mais fino, retorcido e com uma reveladora tonalidade leitosa. Os habilidosos egípcios falsificaram a peça usando um *Pirus communis*, uma vulgar pereira subespécie *Piraster*. E a pintura fez o resto.

Ali mesmo retifiquei a programação. Tornei a cravar o providencial *pugio* no atlético soldado e retomei para junto dos pacientes observadores. Ajoelhei-me de novo, pedi silêncio, adotei um ar solene e repeti as invocações e a cantoria. Cinco segundos depois, os *swivels* convertiam em hidrogênio o 1,90 metro de pereira. E o punhal saltava sobre os espelhos, piruetando triunfalmente.

Pôncio, olhos fora das órbitas, pôs-se em pé de um salto. Cívilis, atônito, levou a mão à espada, desembainhando-a. E o silêncio atestou e homologou o trabalhoso "êxito". E como acontecera em Nahum, ninguém se atreveu a mover-se. Quanto a mim, aparentei

indiferença, vesti a túnica, amarrei o cinto e pendurei no ombro meu saco de viagem. E esperei.

O governador, empapado em copioso suor, não sabia para onde olhar: para o canto do salão, para mim, para o canto do salão. Finalmente, convencido do “prodígio”, fixou o olhar naquele “poderoso mago”. E tentou falar. Mas os trêmulos lábios não se abriram. Não sei o que mais o impressionara: a “aniquilação” do núbio ou a aparente serenidade da minha expressão.

Um minuto depois, *Civílis* rompia o cinturão do medo, caminhando resolutamente até o canto onde caíra o punhal. Mas o exame da arma foi inócuo. Agachou-se, tomou o punhal, esgaravatou o montículo de pó preto que se agregara às plaquinhas de prata. E os restos de tinta escorreram entre seus dedos. Ergueu-se e repôs o *gladius*, ao mesmo tempo em que me dirigiu um olhar em que se juntavam a admiração e a surpresa. Naquele instante eu soube que havia ganho um incondicional aliado.

A cena seguinte não me agradou. O temperamento ciclotímico de Pôncio – instável, de um humor imprevisível – o levou ao cúmulo do servilismo. Gemendo, e antes que o centurião e eu pudéssemos fazer qualquer coisa para o impedir, arrojou-se a meus pés suplicando perdão e benevolência. Apressei-me a erguê-lo e, irritado, citei-lhe em seu idioma um dos versos de Ênio: “... *moribus antiquis res stat Romana uirisque...*” (“Os antigos costumes e a coragem dos seus homens mantêm firme o Estado romano”).<sup>68</sup>

As lágrimas e uma crise incontida de soluço foram a única resposta. E o *primipilus*, surpreendendo-me de novo, sublinhou minhas palavras com uma sentença do poeta Propércio: “... porque somos poderosos pela espada”.<sup>69</sup> “Pela espada e pela piedade”, completei, agradecendo o apoio com um largo sorriso.

E tomando o desmantelado governador pelos ombros acompanhei-o até o trono. E não hesitei em servir-me da propícia situação para conseguir um dos meus propósitos.

Suavemente, mas com firmeza, desanuviei sua memória solicitando a “insignificância” que me havia levado à sua presença. Apontei para os pergaminhos que se empilhavam sobre a mesa e perguntei se podia conceder um salvo-conduto especial a meu irmão

e a mim. Como um autômato, arrasado pelos soluços, atendeu-me de pronto. E dócil, com mecânicos e afirmativos movimentos de cabeça, concordou em redigi-lo nos termos propostos por mim.

O documento, em grego, foi datado do mês de *elul* (agosto-setembro do calendário judeu) do ano 26. Ou seja, logo após sua investidura no cargo de governador da Judeia. Impressionado pelo que se passara naquela sala, nem sequer teve forças para perguntar a razão de tão estranha data. Nem eu o esclareci.

O pergaminho incluía uma cláusula vital para a realização do nosso trabalho durante o terceiro “salto”: “... e os gregos anteriormente mencionados, amigos pessoais e servidores do divino Tibério, poderão viajar livremente pelos territórios desta província procuratoriana,<sup>70</sup> sendo assistidos, se assim o solicitarem, pelas coortes e guarnições sob minhas ordens...”

E ao lançar assinatura e sinete, comovido pela aparente fragilidade daquele homem em sua tentativa de compensar-me, deixei-me levar pelo coração. Guardei o precioso salvo-conduto e, conciliador, perguntei por aquele barro do mar de Asfalto (mar Morto) que tanto o preocupava. (A julgar por seu comportamento posterior, este ingênuo explorador se enganava de novo. Aquele indivíduo, como escreve Fílon, era todo um exemplo de “crueldade, insolência e rapacidade”. E acrescento com base nas minhas próprias observações: hipócrita, astuto, de uma maldade quimicamente pura... e enfermo mental.)

Mas continuemos pela ordem.

Animado pelas minhas palavras, Pôncio foi readquirindo certa estabilidade. E sem entender o sentido das minhas perguntas, num fio de voz, esclareceu o que eu já sabia em parte. Casualmente (?), aquela segunda-feira, 8 de maio era o dia do aniversário de sua esposa. E o barro, simplesmente um presente. Um presente muito estimado por homens e mulheres, por suas virtudes como tratamento de beleza e como remédio para determinadas afecções da pele, reumatismo, artrose e outros males. Um presente surpresa que por motivos desconhecidos não havia chegado a tempo a Cesareia.

E incorporei a ideia definitivamente. Depois de tudo, que mal podia haver se eu lhe proporcionasse uma pequena alegria? Com um pouco de sorte, até a “operação” poderia ganhar com isso, facilitando-nos o acesso ao seguinte e não menos interessante “objetivo”. E pondo mais lenha no mistério disse-lhe algo que logicamente o surpreendeu:

– Aceitarias a humilde ajuda deste “poderoso mago”?

Os apagados olhos azuis brilharam. Adivinhando em parte minhas intenções, Pôncio suplicou como um menino:

– Serias capaz?

Sorri maliciosamente e, dando-lhe as costas, me aproximei das janelas. Devia atuar com rapidez e precisão. E rogando aos céus que não me deixassem errar de novo me concentrei na “tatuagem”, programando a materialização de um barro preto que podia valer-me a definitiva confiança do governador e, o que era mais importante, a amizade de Cláudia Procla, sua mulher.

Pôncio e Cívilis, sem se atreverem a me interromper, espivavam meus movimentos em um silêncio reverente. Sabendo disso, preparei o esquema com a mais rica encenação de que fui capaz.

E planifiquei o “presente” com especial esmero.

Continente: ânfora para vinho de duplas asas (modelo Dressel), de carbonato estalagmítico impropriamente chamado “mármore ônix” ou “alabastro oriental”, procedente das jazidas de Bon-Hanifa, próximas ao povoado romano de Aquae Sirensis, na atual Argélia. Fundo plano e capacidade para dez litros.

Conteúdo: “barro preto” do mar Morto.

Com o simples enunciado, o banco de dados do microprocessador estabeleceu componentes e proporções: água (27%), sal-gema (39%), fragmentos vegetais (1%) e os 33% restantes integrados por carbonato, dolomita, quartzo, feldspato e minerais argilosos.<sup>71</sup> Peso total: nove quilos. E acertei o “teclado” em uma distância de quatro metros e um tempo de execução de dois minutos.

Ativado o “ponto ômega”, dei meia-volta, escolhendo o lugar de assentamento. E diante de um Pôncio atônito e um Cívilis novamente tenso, limpei a mesa, retirando pergaminhos e paleta de



escrever. O governador, instintivamente, colocou-se atrás, empurrando o encosto do trono.

Retrocedi uns passos, imobilizei-me e, erguendo o rosto para o teto, prossegui o cálculo mental.

Um minuto...

O silêncio os devorava. Quarenta segundos...

Revirei os olhos e, com voz potente, elevando os braços com força, reclamei a ajuda dos deuses maiores do Olimpo.

Vinte segundos... Relaxei.

Pôncio, enrodilhado no trono, havia sucumbido. Um medo irracional o punha à beira de um infarto. E ao observar sua peruca, deslocada pela forte pressão da cabeça contra a poltrona-trono, estive a ponto de pôr a perder a "representação". Fazendo imensos esforços para sufocar o riso, preparei-me para guiar o fluxo dos *swivels*.

Cinco segundos... Estendi o braço esquerdo e aponte. Três segundos...

Procurei medir com exatidão: 50 centímetros por cima da mesa. Aquele era um momento crítico. O *desvio* dos eixos ortogonais devia dar-se em um espaço livre de obstáculos e ao mesmo tempo o mais próximo possível da base de sustentação escolhida. Dessa forma evitaria a degeneração do recipiente, submetido a inevitável precipitação pela gravidade. Se errasse nos limites espaciais, provocando a materialização, por exemplo, no *interior* da mesa de cedro, o sistema se bloquearia automaticamente, anulando a inversão.

Dois, um...

E, como um "milagre", uma bela, polida e translúcida ânfora de 45 centímetros de altura surgiu "do nada". E pousando na superfície da mesa, balançou levemente.

O súbito impacto e a inesperada aparição do campanudo alabastro foi demais para o aterrorizado governador. Histérico, começou a uivar. E na tentativa de fugir foi tal a força que fez contra o espaldar que a poltrona tombou. Foi um cataclismo. Pôncio caiu de costas, naufragando debaixo do móvel e perdendo a peruca.

Pálido como a cera, o centurião correu em auxílio do vociferante governador tentando tirá-lo do suplício e do ridículo. Então, esquecendo trono, peruca e quanto o rodeava precipitou-se para a ânfora, apalpando-a e acariciando-a entre nervosas e estridentes risadas.

Civílis, definitivamente entregue, seguiu seus passos, manuseando a ânfora com a mesma ansiedade. Um instante depois de farejar o interior, um Pôncio desvairado ordenava ao *primipilus* que comprovasse a natureza do conteúdo.

De má vontade, contrafeito, o soldado desembainhou o punhal, introduziu-o no barro, extraiu dele uma pequena porção e deu-a ao governador para examiná-la. Pôncio beliscou a úmida argila com as trêmulas polpas dos dedos, triturou-a suavemente e cheirou-a duas vezes. E a insuportável risadinha castigou de novo os nossos ouvidos.

Por fim, apanhou uma porção do barro e esfregou-o nas faces balofas. E saltitando e cantarolando, começou a dar voltas ao nosso redor.

Civílis, envergonhado, não se atrevia a olhar para mim. Pensei ter adivinhado seus pensamentos. Aquele era o autêntico Pôncio. Nem Fílon, nem os evangelistas acertaram. Eu mesmo o julguei erradamente nos históricos momentos da Paixão de Jesus de Nazaré.

Cruel, sim. Despótico, também. Covarde ou diplomata, não. Aquele personagem, com suas bruscas oscilações, sem meio-termo entre o riso e as lágrimas, imotivado, de ideias delirantes, sensual, amante da boa mesa, com uma mórbida ambição de poder e uma desmedida ânsia de luxo e riqueza, era na realidade um doente. Um perigoso psicopata maníaco-depressivo.

Baseando-me nos estudos de especialistas como Kraepelin, Pinel, Baillarger, Falret, Kahlbaum e outros, posso assegurar que Pôncio, talvez por uma falha genética, havia derivado da ciclotimia a uma patologia séria e preocupante. Essa psicose maníaco-depressiva (PMD), também chamada "transtorno bipolar", devia ser antiga. Como defendia Abraham, é possível que não tivesse superado uma

ferida narcisista, provocada na infância por atos reais ou imaginários.

Sim, eu me precipitei...

Sua anômala, fraca e injusta decisão ao condenar o Mestre não foi fruto de uma argúcia diplomática destinada a evitar as iras de Tibério ou do temível general Sejano. Agora eu compreendia. Apesar da origem predominantemente biológica da enfermidade, aquele fator – as ameaças de Caifás e sua gente – desencadeou um novo surto maníaco. Para esses enfermos, a hipotética perda da posição social ou profissional pode constituir um gravíssimo choque, mergulhando-os em profundas crises. Uma inteligência sã, por muito que seja pressionada, dificilmente aprova a execução de um inocente. Menos ainda se tem em mãos o máximo de poder jurídico e militar da província.

Se Pôncio tivesse sido uma pessoa normal, haveria contornado sem dificuldade as conhecidas tentativas de chantagem por parte da casta sacerdotal judaica. Mas o misterioso Destino (?) não colocou na Judeia um governador de mente saudável. Não fosse isso, o desenlace teria sido outro...

E aquele psicopata reagiu como tal: cegado pela crise projetou sua responsabilidade fora de si. Transtornado, refugiou-se em outra das constantes dos maníacos-depressivos: a ideia delirante e obsessiva. E recorreu ao ritual da *lustratio* ou purificação mística, lavando as mãos. Uma cerimônia, em minha modesta opinião, que não tem sido analisada com suficiente e devido rigor. Uma passagem que confirma a demência de Pôncio. E me explico.

Talvez por desconhecimento, muitos dos chamados fiéis consideram a *lustratio* algo quase anedótico. Nada mais longe da realidade. Naquele tempo, entre os ritos expiatórios greco-romanos, a *lustratio*, individual ou coletiva, era uma prática antiga e de especial significação. Homero alude a ela (*Ilíada*, 16), ainda que com um caráter simplesmente higiênico em caso de derramamento de sangue. Na religião romana, bem conhecida pelo governador, a *lustratio* equivalia, de certo modo, ao sacramento da confissão da Igreja católica. Tratava-se de uma purificação simbólica que eliminava as faltas do indivíduo. Esses supostos pecados, segundo

os romanos, atraíam a inimizade dos deuses, submergindo o infrator em permanente maldição que se estendia a quantos o rodeavam. Pois bem, esse ritual, por sua enorme transcendência, não podia ser praticado pelo próprio "pecador". Para pagar suas culpas, o "impuro" tinha a inexorável obrigação de procurar os sacerdotes ou "purificadores" profissionais. Mais claro ainda: o gesto de Pôncio foi nulo do ponto de vista da estrita ortodoxia religiosa. Mas, se o sabia, por que não respeitou a santa norma? Só há uma explicação: foi uma consequência (ou um sintoma) do transtorno que o alienava. O pensamento dos maníacos-depressivos é geralmente dominado por uma elevada autoestima e uma onipotência que os conduzem a todo tipo de desatinos.

E insisto: nenhum cidadão romano em seu juízo perfeito, muito menos em público, se haveria atrevido a exculpar-se administrando a si mesmo a *lustratio*. Um ritual que, além de tudo, para ser efetivo, exigia uma concreta preparação. A liturgia sacerdotal especificava que a salvadora "água lustral", colhida em determinadas fontes sagradas, devia ser previamente "santificada" com sal e fogo, manipulada e benzida pelos sacerdotes de Apolo e colocada em recipientes nas entradas dos templos, servindo precisamente para a purificação.

Nada disso se cumpriu na manhã daquela sexta-feira, 7 de abril do ano 30. Nem em Jerusalém havia "água lustral", ou templos pagãos, ou sacerdotes de Apolo ou Elêusis, nem Pôncio obedeceu à tradição...

À farsa do processo "contra" Jesus soma-se, pois, a atuação de um psicopata, mais a flagrante violação dos ritos religiosos romanos.

Mas tampouco devemos estranhar. Assim que tomou posse do cargo (ano 26), Pôncio já dera sinais da perigosa moléstia. De fato, seu mandato como governador da Judeia terminaria bruscamente (ano 36) devido a outra de suas "genialidades". Como se recordará, ao chegar à Palestina, desafiando o povo judeu e a norma de Roma, mandou afixar em Roma várias efígies do imperador Tibério. Nenhum de seus antecessores, respeitadores de uma tradição que proibia as imagens, havia cometido semelhante despropósito. (A hostilidade, desencadeada por triviais frustrações, é uma das

características dos maníaco-depressivos.) E milhares de indignados hebreus viajaram a Cesareia exigindo a retirada das efígies. Durante cinco dias e cinco noites permaneceram às portas da fortaleza. Prontamente Pôncio apareceu à multidão. E quando acreditavam que ia ceder, o psicopata ordenou a seus soldados que advertissem homens, mulheres e crianças que se não aceitassem os bustos de César seriam despedaçados. Mas os judeus, diante das espadas desembainhadas, se arrojavam ao chão, declarando que preferiam a morte ao sacrilégio. Então o governador, com a volubilidade típica desses psicopatas, reconsiderou. E as efígies foram recolhidas ao interior da torre Antônia. (Como sustenta Leff, nesses indivíduos algumas ideias, o poder ilimitado, por exemplo, adquirem autêntico caráter delirante. Só um personagem seriamente transtornado podia ignorar as disposições do império a que servia, chegando à fronteira da irracionalidade.)

Também o incidente narrado por Flávio Josefo, em sua obra *Antiguidades* (XVIII, 4), oferece uma clara amostra do comportamento anormal de Pôncio. Em outra extravagância, típica dos maníaco-depressivos, embarcou em uma aventura financeira sem medir o custo. Iniciou a construção de um aqueduto que devia abastecer Jerusalém a partir dos mananciais de Ein Atan, nas colinas situadas entre Hebron e Belém. No total, 55,5 quilômetros. E em uma decisão tão aparatosa como descontrolada, usou o tesouro do Templo. Aquilo, logicamente, incendiou o ânimo do povo, provocando toda sorte de distúrbios. (Os negócios ruinosos, envolvendo a si próprios e a estranhos, sem uma visão mínima de suas consequências, são outra fraqueza desses hiperativos.)

Por último, abstraindo o não menos sangrento episódio da matança de judeus no Templo (Lucas, 13, 1), convém recordar qual foi o final desse na verdade pouco conhecido governador.

Seis anos depois da morte do Mestre, numerosos samaritanos reuniram-se em torno a um suposto messias que prometia descobrir os vasos sagrados enterrados por Moisés em Samaria. Pôncio soube da grande concentração no monte Garizim e, em mais uma manifestação psicótica, desnecessária, desproporcionada e nascida de seus delírios de poder e onipotência, carregou contra os

indefesos fanáticos, levando a cabo uma verdadeira carnificina. Os protestos foram tais que Vitélio, legado imperial na Síria, viu-se obrigado a levá-lo para Roma. E o Destino, inflexível, reservava-lhe uma surpresa. O imperador Tibério faleceu antes da sua chegada a Roma e foi a outro louco que teve de prestar contas: Caio, aliás Calígula. E Pôncio viu-se desterrado para as Gálias.

Muito provavelmente, ainda que não tenhamos dados fidedignos, aquele desastre deve ter destruído de vez sua mente. E, em outra reação clássica dos maníaco-depressivos, suicidou-se.

Concluo estas reflexões com uma crença muito pessoal. Se naquela sexta-feira, 7 de abril, o réu houvesse sido outro, e as circunstâncias as mesmas, Pôncio teria do mesmo modo lavado as mãos.

Para mim está claro: os enigmáticos fios do Destino (?) puseram no caminho terreno do Filho do Homem vários personagens-chave. Todos eles, como espero continuar narrando, necessariamente com sérios problemas mentais (como estava no "roteiro"). João Batista seria o primeiro; Judas Iscariotes, o segundo e, finalmente, o governador da Judeia.

Mas, de novo, não nos precipitemos. Minha estada em Cesareia ainda não terminara. A agitação daquele psicopata, dançando ao nosso redor, cessaria logo. Sem deixar de cantarolar, juntou-se de novo a nós com a ânfora nas mãos, tomou um punhado de barro e, sem aviso, com uma inocência que me confundiu, empastelou meu rosto. Cívili baixou os olhos. Em seguida, depositou um sonoro beijo em minha mão esquerda e retomou a quase esquecida conversa, declarando com grande pompa:

– Ficas ungido... Escolheste bem. De agora em diante sou teu protetor. O mundo é nosso.

Não pude evitar um estremecimento. Quem eu enfrentaria? Logo ia saber...

De repente, ao descobrir nos espelhos a calva desnuda, seu balofo semblante crispou-se. E esquecendo sonhos e solenidades lançou-se a uma obsessiva busca da peruca. Engatinhou sob a mesa, deu a volta na poltrona e aos gritos reclamou a colaboração do centurião. E a patética cena se haveria prolongado

indefinidamente não fosse a oportuna intervenção do paciente Cívilis. Em silêncio, foi ao encontro do governador e entregou-lhe a peruca. Pôncio, em sua fúria, arrebatou-a e correu a colocá-la... ao contrário.

Depois disso, deu por concluída a audiência, ergueu o braço e se retirou. Um acesso de riso mal contido esteve a ponto de perder-me. O *primipilus*, fulminando-me com o olhar, me advertiu. E o sangue gelou em minhas veias.

Pôncio deu meia-volta, observando-nos sem entender. E ambos, magicamente inspirados, saímos do impasse com uma simultânea inclinação de cabeça. Então o governador, sorridente, com a cara embarreada, apontou minha túnica empoeirada e recriminou o suboficial pela sua lamentável falta de hospitalidade. E mudando de assunto perguntou-me:

– A que signo pertences?

Não consegui entender. E ele, impaciente:

– Em que mês nasceste?

– Sou de Virgem – respondi ainda sem perceber sua intenção.

Dirigiu-se de novo a Cívilis e concluiu a recomendação com um misterioso: "... Já sabes...".

Minutos mais tarde, seguindo o hermético chefe da coorte, me detinha defronte a uma estreita porta. Nela, cravejada, uma lâmina de bronze. Então pensei haver descoberto o porquê do interesse de Pôncio por meu signo zodiacal. A prancha representava a figura de uma jovem virgem alada com uma espiga entre as mãos: o símbolo de Virgo.

Soltando a aldrava da porta deu-me passagem para o que seria o meu alojamento durante o resto do dia. Um aposento difícil de esquecer...

Poupando palavras, recomendou-me que me lavasse e procurasse descansar. Pouco antes da vigília da noite, com as primeiras estrelas, passaria para levar-me a cear. Muito discretamente perguntou-me se desejava ser banhado pela criadagem. Declinei da sugestão. Depois de tão longa viagem – disse-lhe –, preferia um pouco de solidão.

Ao penetrar naquele “quarto de hóspedes” vi-me de novo assaltado por uma das obsessões do governador. Seu gosto pelo luxo estava em todos os cantos da fortaleza. Ao cerrar a porta vi-me diante de um estreito e acolhedor terraço retangular, voltado para o Oeste. Uma enorme e escandalosa cortina de oito metros, de seda cor de romã, o separava do resto das dependências.

O calor diminuía e, antes de fazer uma minuciosa inspeção do lugar, aproximei-me da balaustrada e tentei recapitular. De momento podia dar-me por satisfeito. Havia obtido o salvo-conduto e a possibilidade de chegar ao segundo objetivo: a entrevista com Cláudia Procla. Mas não podia descuidar-me. As imprevisíveis reações daquele demente eram um risco permanente. E me propus abandonar Cesareia quanto antes possível. Só não imaginava naquele plácido momento que tal saída pudesse ser tão súbita e acidentada.

As últimas claridades do dia me reconfortaram. O mar, purpúreo, verde e branco, cessava suas correrias a meus pés, atroando nas escarpas sobre as quais se elevava a fortaleza. À minha esquerda descobri o impressionante porto semicircular, orgulho de Israel, construído todo ele com enormes blocos de calcário branco. Um porto decantado com toda a justiça por Josefo.<sup>72</sup> E apesar do costumeiro exagero do historiador judeu romanizado tive de render minha admiração. Aquela meia-lua, seguindo as diretrizes do grande Vitruvius, era um soberbo exemplo da engenharia marítima dos romanos. Como assinalaria Raban, “esse porto herodiano era um modelo para os homens do século XXI”.

Quando, mais adiante, pudemos inspecioná-lo, comprovamos que Sebastos pretendia ser uma réplica do porto de Pireu, mas, como suspeitávamos, suas medidas estavam quase dobradas na descrição de Josefo. Enquanto o famoso porto de Atenas apresentava um comprimento de três quartos de milha por umas seiscentas jardas de largura (ao redor de 540 metros), o “orgulho de Herodes” não superava os duzentos metros de comprimento, com um dique de uns trinta. E ainda que gigantescos, os blocos de calcário também não correspondiam ao registrado em *Antiguidades*. O “anel”, aberto para o Noroeste, era formado por uma cadeia de



silhares cujas dimensões máximas eram 36 pés de largura (12 metros) por 10 de altura e largura (3 metros). Tanto meu irmão como eu calculamos a profundidade do dique em uns 9 metros. Ainda assim, como disse, o porto, destinado exclusivamente à frota de guerra de Roma e a embarcações de recreio, nos surpreendeu. Tudo nele era colossal e minuciosamente desenhado. As vigas de madeira e os sistemas de fechamento para as paredes submersas eram calcados nas especificações do grande arquiteto romano Vitruvius. Além das defesas citadas por Josefo, chamou-nos a atenção uma complexa rede de canais que perfurava os diques e que, graças a uma série de comportas, permitia o controle e a limpeza das águas, evitando a obstrução do porto. A pequena distância de Sebastos, na direção Sul, adentrava o mar um longo espigão construído com toscas pedras agregadas entre si por vigas de ferro. Esse dique protegia o porto comercial propriamente dito, localizado na linha da costa que unia o grande “anel” com o espigão. Ali alinhavam-se os amplos armazéns portuários que Josefo menciona. Ali, em suma, a vida palpitava e era incessante o tráfego de homens e mercadorias procedentes de todo o mundo conhecido. E ali, na companhia do Mestre, presenciaríamos cenas inesquecíveis. Lastimável que, com o decorrer dos séculos, esse formidável porto fosse vítima da rapina e da inveja.<sup>73</sup>

Um par de secas e decididas batidas na porta interromperam minhas observações. E num instante uma tímida e amarelada candeia dissipou a penumbra. Por trás, mudos e reverenciosos, dois criados. Um, o que trazia a lanterna, me pareceu familiar. A considerável estatura e a chamativa e longa cabeleira loira me transportaram para a torre Antônia, em Jerusalém. Sim, aquele era o escravo gaulês que nos servira no *triclinium* ou refeitório secreto e pelo qual Pôncio disse haver pago a nada desprezível soma de mil sestércios (uns 166 denários de prata).

E como coisa habitual começou a abastecer os grandes falos de argila espalhados pelo aposento e que faziam as vezes de lâmpadas.

O criado mais baixo, sustentando uma bandeja repleta de frutas, aguardou que o companheiro terminasse sua tarefa; depois colocou em uma das mesas generosas rações de tâmaras, pinhões, nozes de

terebinto, amêndoas, figos secos e *tappuah* (espécie de damasco anão, dulcíssimo, importado da Ásia).

Então o gaulês, com uma ousadia quase insultante, observou-me da cabeça aos pés, deu uma volta completa ao meu redor e, sem explicações, inclinou a cabeça e se retirou. O segundo indivíduo examinou as condições do edredon e dos almofadões que compunham o colchão da imensa cama e, satisfeito, seguiu os passos do loiro.

Intrigado e um tanto ferido pela impertinente atitude do criado cabeludo, inspecionei a suntuosa suíte no que dizia respeito à segurança. Pôncio, na aparência, havia destinado 12 dependências a outros tantos hóspedes. E cada uma designada com o correspondente signo zodiacal.

Ao descerrar os cortinados, novo deslumbramento. Aquilo não era só uma paixão. Aquele esbanjamento só podia ser fruto de uma mente alienada. Diante de mim surgiu um dormitório de oito metros de largura, primorosamente revestido de mármore vermelho. O teto era composto por painéis de marfim. No centro do teto, em granito negro, um monumental e fino relevo da suprema e universal deusa Ísis, ajoelhada e com as asas abertas. Nos círculos iniciáticos, a irmã-esposa de Osíris era considerada portadora do segredo da vida e da ressurreição. Para os egípcios, encarnava o símbolo de Virgem.

Mas a obsessão do governador por aquela miscelânea, pelo sincretismo das religiões e das filosofias egípcia e romana ia muito além. (Pouco depois eu descobriria que a autêntica “devota” do Egito era sua esposa.)

Na parede da direita (tomada sempre como referência a grande cortina de seda cor de romã), a metro e meio do solo, presidindo à cabeceira do leito, havia quatro nichos que, à maneira de altares, guardavam os deuses protetores: o pilar *djed*, o cão Anúbis, uma figurinha que não consegui identificar e Osíris, o deus dos mortos. E imaginei que Pôncio não hesitaria em substituir os tradicionais *lares* ou deuses tutelares das casas romanas<sup>74</sup> por seus “primos”, os gênios egípcios.

O resto do refinado mobiliário era integrado por uma enorme cama de dois por dois metros, uma mesa também de cedro maciço,

três tamboretas, um tabuleiro retangular de pedra sustentado por uma coluna e um manequim em tamanho natural.

E ao terminar a inspeção minha surpresa só aumentou.

O leito, tal qual os utilizados em campanha por imperadores e faraós, podia ser dobrado graças a dois sistemas de dobradiças alojados na parte central do madeirame. O colchão de rede metálica, tecido em resistente cânhamo, dava ao conjunto grande flexibilidade. Completava o conjunto um leve edredon de plumas e uma dezena de almofadões que, ao abri-los, me deixaram assombrado. Todos estavam repletos de pétalas de rosas, dessecadas, que perfumavam a cama discreta e agradavelmente.

Só me decepcionei com o travesseiro. Em forma de sela de montar, o arco destinado a acomodar a nuca era de marfim, pintado em faixas paralelas vermelhas, pretas e marrons. E digo que me decepcionei não pelo desenho ou pelo material, mas porque era evidentemente desconfortável. Ainda que a almofada fosse conhecida, muita gente apreciava aquele tipo de apoio, geralmente de pedra basáltica. Com o tempo acabaria acostumando-me também a essas aparentemente antinaturais "almofadas". E ainda que não pretenda adiantar acontecimentos, lembra-me agora a profunda impressão que me causou ver Jesus de Nazaré a repousar a cabeça em uma dessas cilíndricas e escuras pedras vulcânicas.

Na parede da esquerda, sobre uma mesa muito parecida à que acabara de conhecer na sala de despachos do governador, havia um estojo de uns 30 centímetros de comprimento. Examinei-o repetidas vezes sem conseguir adivinhar sua função. Parecia um *senet* egípcio, uma espécie de "jogo da glória". Peões e caixa eram magistralmente esculpidos em ébano e marfim. E lamentei não haver recebido treinamento sobre esse apaixonante capítulo.

Junto à mesma parede, rente ao cortinado, dava o tom ao lugar a peça mais insólita: um manequim sem braços de 1,70 metro de altura, de madeira estucada. Pintura e maquiagem davam-lhe uma esquisita sensação de vida. O corpo era pintado de rosa-carne e as pupilas, olhos e sobrancelhas delicadamente desenhadas na cor preta. Uma das orelhas tinha o lóbulo perfurado.

Veio-me pronto à memória a escultura do soldado núbio “aniquilada” pela “tatuagem”. Envolto na luta dialética com aquele energúmeno, esqueci-me de trazê-la de volta... Dei de ombros. Duvido que a História a reclame.

Mas foi ao inspecionar a grande arca que decorava o lado direito da cama que aquela louca ideia que me assaltara no exame do mobiliário da sala de despachos ressurgiu-me com renovada força, reabrindo a velha suspeita. O baú, de madeira policromada, de uns 44 centímetros de altura por 60 de comprimento e outros 40 de largura, era decorado com cenas em miniatura da guerra entre os sírios e o faraó Tut-ankh-amon.

Não era possível. Não tinha lógica. Mas que havia, afinal, de racional em toda aquela aventura?

As duas vertentes da cobertura abobadadas mostravam igualmente algumas inconfundíveis pinturas com cenas de caça a antílopes, hienas e avestruzes e várias feras fugindo do assédio da comitiva real. E, para desfazer qualquer dúvida, a efígie do faraó, repetida quatro vezes, esmagando seus inimigos sob as patas dos cavalos e as rodas do carro.

Mas de novo me neguei a aceitá-lo. Aquela e as peças da sala de despacho eram idênticas às descobertas na tumba de Tut-ankh-amon. Mas se a memória não me traía, o histórico achado ocorreu nos primeiros anos do século XX. Cem anos depois da fundação da Egitologia por Champollion, lorde Carnavon, sua filha Evelyn e Howard Carter chegaram maravilhados ao faustoso sepulcro do jovem rei egípcio. E voltei a perguntar-me: se a tumba estava selada no momento da abertura, como explicar a presença de componentes dela no ano 30 da nossa era e na longínqua Cesareia?

Só encontrei uma explicação. Mas, como já disse, tão fantástica que a rejeitei de vez.

Se as peças existentes na fortaleza do governador da Judeia procediam da tumba de Tut-ankh-amon, que foi que Carnavon e sua equipe descobriram? Houve duas sepulturas gêmeas? Aceitando a descabelada hipótese, qual a autêntica? A múmia depositada no terceiro sarcófago e trazida à luz pelos arqueólogos em novembro de

1922 era de Tut-ankh-amon? Então eram falsas as peças de propriedade daquele louco?

A verdade é que, conhecendo os frequentes assaltos ao Vale dos Reis, a teoria de uma dúplice tumba também não podia ser descartada. O faraó certamente sabia dessa profanação. Quis assim enganar os profanadores?

Eu precisava resolver a mortificante incógnita. Tinha de interrogar o governador sobre a procedência do tesouro. Como e onde o havia conseguido? Necessitado de um derivativo, aproximei-me do tabuleiro retangular de pedra que sustentava uma bandeja de frutas. Faminto, tratei de alimentar-me. Obcecado pela charada de Tut-ankh-amon, quase me esquecia de explorar o último cômodo.

Surpresa? A essa altura supus que nada mais me assombraria. Novo equívoco. Na parede oposta ao cortinado via-se uma miúda, grácil e misteriosa porta branca. Ao transpô-la, uma brisa suave agitou a meia dúzia de flâmulas que pendiam das paredes.

Bendito Deus! A sede de luxo do governador era insaciável. A sala, eufemisticamente conhecida como “lugar secreto”, reunia uma mescla de banheiro e terraço. Em seus oito por quatro metros encontrei muito mais do que hoje (em pleno século XX) poderia achar em qualquer hotel ou mansão de cinco estrelas.

A parede voltada para o lado Leste e que ficava em frente à porta era em realidade uma belíssima e delicada sucessão de vitrais, separados entre si por sete colunas de *pavonazzeto* (um frágil mármore frígio com raias pretas). Cada uma das seis folhas havia sido elaborada com vidros coloridos que representavam atribuições e simbolismos de Virgo: o número 6, o fogo, o selo de Salomão, a água, os seis triângulos equiláteros desenhados em um círculo e o laço de Ísis, garantia de imortalidade.

Todas permaneciam abertas, brindando o hóspede com a rutilante visão de uma Cesareia iluminada por centenas, talvez milhares de tochas. O resto era “neve”. Paredes, teto e solo, revestidos de mármore fenício branco como o nácar, como que tremulavam ao refletir as inquietas e amarelecidas chamas das lanternas.

E sobre o piso um fofo e acariciante tapete de pele de lontra. Uma? A peça, de quatro por cinco metros, devia ostentar ao menos 20 peles daqueles mustelídeos, tão abundantes no Jordão e no vale de Hule.

Do lado esquerdo aquele sibarita colocou uma enorme banheira circular de três metros de diâmetro, provida de degraus e feita de um bloco maciço de mármore de Carrara. As duas torneiras eram de ouro e esculpidas em forma de falo. Mais uma vez aturdido, li em cada uma: "Água doce"... "Água salgada"...

Eu já tinha conhecimento do excelente sistema de águas e esgotos da cidade,<sup>75</sup> mas aquilo, em grego e latim, era demais. Manipulei as torneiras e confirmei: jatos diferentes de água marinha e potável jorraram com força na banheira.

Demais? Não, ainda faltava o "melhor".

A meio metro de altura da banheira, formando esquadria, embutidas nas paredes, duas estantes de mármore também branco, com 30 ou 40 recipientes de todos os tamanhos e formas imagináveis: de alabastro, marfim, osso, bronze, argila e prata. Conteúdos: azeites, unguentos e essências para serem usados depois do banho. Pôncio não ligava para gastos. Ali podia-se desfrutar o caríssimo bálsamo de Jericó e Ein Gedi, na orla ocidental do mar Morto; podia o hóspede escolher entre uma enorme variedade de gálbano, cremes contra rugas, nardo, incenso, aloés, canela, alfena, tintas para os cabelos brancos,<sup>76</sup> substâncias hidratantes e de limpeza da pele e uma coleção de perfumes que não pude identificar.

Em caixinhas de obsidiana e vidro, estrategicamente espalhadas, o *borit* (um sabão feito com cinzas de plantas aromáticas e potássio), pedra-pomes, *cimeloa* (outra pedra calcária rica em barrilha) e esponjas cinzentas do mar Vermelho.

A parte restante daquela parede da esquerda era ocupada por um grande armário duplo. Na parte inferior se guardavam os lenços de algodão utilizados como toalhas, delicadamente dobrados e salpicados com bolinhas de menta. Ao abrir-se as portas de cima estava-se diante de um soberbo espelho de um metro quadrado, de bronze polido, no qual estava gravada uma fina e quase

imperceptível cena: duas jovens nuas banhando-se. Uma delas, “Lara”, a divindade etrusca.

Pendentes das prateleiras laterais, os *estrigilos*, ganchos metálicos empregados para raspar a pele antes do banho.<sup>77</sup> Ao fundo, sob o espelho, uma primorosa caixa de higiene de madeira de cipreste, revestida de lâminas de marfim. Em oito compartimentos achava-se o necessário para os cuidados do cabelo e da barba, pintura para olhos e rosto, instrumental de depilação e pentes contra parasitos. Depois, um espelho de mão de prata polida e com cabo em forma de talo de papiro; uma coleção de escovas e frisadores para o cabelo; espátulas, pincéis, pinças e facas para a depilação e pentes de duplo uso, de concha e madeira de sândalo. (De um lado, os dentes mais abertos para o penteado; do outro, uma fileira mais compacta para catar piolhos.) Os produtos de maquiagem estavam acondicionados em xícaras sem asas ou tacinhas de vidro. Suponho que nada faltava: antimônio, fuligem, galena, malaquita, *kohl* e lápis-lazúli para os olhos, cílios e pálpebras; extrato de *murex* e algas para os lábios e unhas; cera para dar brilho e firmeza aos complicados penteados; cremes para máscaras noturnas e diurnas,<sup>78</sup> emplastos contra as rugas<sup>79</sup> e, em suma, toda uma série de pós de origem mineral e vegetal para o bronzeado artificial da pele.

Mas, como já disse, ainda não havia visto tudo. A grande surpresa me aguardava no canto oposto, à direita da porta. E a verdade é que, ao ver aquilo, não soube se ria ou chorava. Não havia dúvida: Pôncio desvairava...

Nesse canto, iluminado por três tochas, vi algo que no primeiro momento confundi com um altar. Um altar no “lugar secreto”?

Mas logo percebi o engano. Sobre um pedestal de alvenaria de dois metros de largura por um de altura, revestido de granito preto e provido de degraus na frente, aquele “gênio” colocou a estátua de um anão. Pelo menos foi o que me pareceu a julgar pela anatomia.

Tratava-se de uma escultura de madeira policromada. O suposto “ídolo” sentava-se à turca e com um sorriso malévolo que enchia o rosto redondo e bochechudo. Tinha certa semelhança com a escultura do grupo egípcio de Seneb, o anão, e sua esposa.

Ao notar um orifício de 15 centímetros, aberto entre as curtas pernas cruzadas do anão, veio-me a explicação da verdadeira “natureza” da peça. Eu estava diante, mesmo, da mais insólita latrina que havia visto em minha vida. O hóspede daquela extravagante suíte devia sentar-se sobre as pernas do anão para satisfazer suas necessidades fisiológicas.

Quanto aos braços articulados, qual seria a sua função? Também estaria explicada num instante. Bastava mover o da direita para a frente para que o interior do pedestal fosse inundado por quatro potentes jatos de água salgada. O esquerdo, ao ser puxado para a frente, punha em funcionamento um engenhoso mecanismo que liberava uma fragrância de essência de lírios.

Mas não era tudo, no “inventor” do governador...

Ao observar o torso vermelho do anão achei o que me parecia a explicação para aquela figura concreta. No peito, em caracteres latinos em relevo, lia-se um nome: “Gávio Apício”. E ainda que de momento não me ocorresse quem era o tal Apício, imaginei que a escultura tinha muito que ver com algum inimigo de Pôncio. Uma brincadeira? Uma vingança? Uma coisa e outra se encaixavam na sinuosa mente daquele maníaco.

No meu regresso ao módulo, “Papai Noel” ofereceu uma possível solução para o enigma. Ao tempo de Augusto e Tibério, parece, viveu em Roma um excêntrico milionário, M. Gávio Apício, tão famoso por sua fortuna como por seus desperdícios.<sup>80</sup> O sujeito, de vida escandalosa e refinada, acabaria convertendo-se em um mito, invejado e odiado na mesma proporção. E supus que sua “presença” no “lugar secreto” obedecia a uma dessas razões. Ou às duas, quem sabe?

Para a limpeza final, o hóspede dispunha de um “sistema”, último grito da moda escatológica, que fazia furor entre os patrícios e classes endinheiradas: do punho direito do tal Apício pendia um pequeno cubo de couro com uma boa reserva de papiros.<sup>81</sup> E logo descobri atônito que a maior parte deles trazia as mais incríveis e grosseiras frases. Algumas, impossíveis de reproduzir, rezavam textualmente, em grego ou latim:

“Para Apício...”



“Para Macro e seu chefe...”<sup>82</sup>

“Para Crono: devora-o se puderes...”

E uma me intrigou especialmente:

“Para Jasão e os malditos sonhos da leprosa...”

Jasão? Evidentemente não podia tratar-se daquele estupefato grego da Tessalônica, ou seja, eu. A quem aludia então a “carinhosa” dedicatória? E quem era a leprosa? Nessa mesma noite teria o esclarecimento.

Mas a alienação do governador não parecia ter limites. Meu assombro, também não. Não bastassem os papiros manuscritos, e suponho que para estimular a morbidez do hóspede, Pôncio instalou junto ao “altar” um pequeno escritório, com outro arsenal de folhas e os respectivos tinteiros e cálamos. Dessa forma podia o convidado dedicar-se à vontade às suas pequenas ou grandes vinganças.

Cuidadoso com os detalhes, Pôncio, por fim, pensou na hipótese de que o inquilino da suíte fosse mulher. Foi o que deduzi ao examinar um segundo cubo amarrado no punho esquerdo do disforme Apício. No interior encontrei várias “compressas” de linho ou de uma mistura de algodão e linho. Esses panos, utilizados pela maioria das judias ou gentias durante a menstruação, diferiam dos habituais pelos luxuosos cordões que serviam para prendê-los, amarrando-os à cintura ou à roupa interior.

Junto com as “compressas” um recipiente de vidro que me deixou não menos espantado ao abri-lo. Conteí quatro preservativos de tripas de animais (possivelmente gatos e porcos) e lubrificados com azeite.

Atordoadado com tanta excentricidade segui o conselho de Cívilis. Durante um bom tempo fiquei na banheira, desfrutando um banho bem relaxante. E devo ter dormido porque ao voltar para o dormitório notei que alguém havia estado ali. Sobre a cama e vestindo o manequim havia diversas túnicas com os cintos e dois pares de sandálias sem uso. As finas vestes, de linho âmbar uma e a outra de leve seda azul-celeste, ajustavam-se ao meu talhe como se feitas sob medida. Então me lembrei da petulante atitude do escravo de luminosa cabeleira loira.

As sandálias, de couro de vaca, eram outra especialidade do refinado Pôncio. Fiel à moda, presenteou-me com um modelo que eu já tivera ocasião de ver na breve visita do Mestre a Herodes Antipas em Jerusalém. Para eliminar o desagradável odor da transpiração, sobretudo em climas quentes como o de Cesareia, os engenhosos sapateiros judeus e sírios aperfeiçoaram aquele tipo de calçado com uma série de almofadinhas impregnadas de mirra. O peso do corpo fazia o resto. Os “vaporizadores” expeliam a cada passo invisíveis “nuvens” de perfume, envolvendo o indivíduo em uma reconfortante atmosfera.

Escolhi o linho e minhas próprias sandálias, as “eletrônicas”. A perda do outro par havia sido irreparável. Muitas das futuras missões deviam ser controladas por Eliseu por meio de um dispositivo alojado nas solas. As conexões via laser, sobretudo, eram vitais.

Hesitei. Levaria o cajado? Não sabia que gênero de jantar me esperava. Prudentemente, amparando-me na minha qualidade de “áugure”, decidi não me separar dele. E a escolha, como veremos, não foi acertada... Ou sim?

Prendi a bolsa impermeável no cinto cor de romã e, extraordinariamente descansado, me preparei mentalmente para o novo “salto”. Uma aventura que também não esquecerei facilmente.

Pontual, obedecendo ao combinado, o *primipilus* apareceu no meu alojamento com as primeiras estrelas. Sua roupa era a mesma. Isso me tranquilizou. A ceia devia ser íntima.

Pura ilusão...

Ao entrar no *triclinium* (o grande refeitório), pensei que me havia enganado de novo. O centurião-chefe da coorte me conduziu em silêncio à parte alta da fortaleza. Depois de atravessarmos um pátio ou presídio entramos por uma porta pesada, de bronze, guardada por dois soldados armados.

E continuaram os sustos. Eu devia ter imaginado. A suíte era um inocente jogo ao lado daquele – como qualificá-lo? – faraônico?, revolucionário?, psicótico recinto?

Felizmente fomos os primeiros, o que me permitiu examiná-lo e formar uma ideia do lugar, sabendo como proceder, além disso, em uma emergência. Por onde começar?

Poderia dizer que o *triclinium*, a mais nobre e cuidadosa parte da residência,<sup>83</sup> foi concebido com um ar tão “modernista” que teria impressionado os arquitetos da nossa época. A parede, de uns 3 metros de altura, revestida de massa de cal hidratada, formava um círculo espetacular: 50 metros de diâmetro!

Civílis, zombando do meu visível assombro, retirou-se para o fundo, onde estava uma enorme mesa repleta de manjares. E eu, provavelmente com cara de estúpido, me mantive junto ao portão de bronze. (Uma entrada que utilizarei como referência.)

Por cima da parede circular, ainda que não encravados nela, arcos metálicos quase “milagrosos” voavam de um extremo ao outro, suportando um teto abobadado e composto por pequenos painéis de um caro e raríssimo material denominado “pedra de sangue”. (Um clorite de um belo verde-maçã com incrustações de jaspe cor de sangue.) Placas que só podiam provir da remota região vulcânica do Deccan, na península de Kathiawar, na Índia.

A princípio não entendi porque os tirantes de metal não estavam presos no alto da parede. Pareciam “flutuar” por trás dela, ligados a alguma coisa não visível do piso do *triclinium*. Depois, no transcurso do agitado banquete, Pôncio se encarregaria de revelar o mistério.

O imenso refeitório abria-se no lado Oeste. Em frente ao portão de bronze, a longa parede era rasgada por uma janela de dimensões igualmente imperiais: 30 metros! Toldos de franjas vermelhas e brancas, enrolados em longas varas, permitiam fácil fechamento. O panorama do mar era magnífico e a orientação, nada menos que perfeita.<sup>84</sup>

No centro geométrico da sala, outro “capricho” do governador: do alto da cúpula precipitavam-se em uma concha de mármore rosa de um metro de altura três grossos jorros de água. Aquele “castelo aquático” superava em vistosidade e arrojo o célebre de Side e o “septizônio” de Séptimo Severo, em Roma.

Ao caminhar para a concha senti que o solo rangia sob meus pés. Assombroso! O piso era uma praia artificial, pacientemente montada com cacos de brilhantes conchas marinhas, todos, absolutamente todos brancos.

O “castelo de água”, cujo sistema de bombeamento não consegui descobrir, era alimentado pelo mar. E apesar da altura de que a água se precipitava (em torno de dez metros), a estrutura côncava da concha impedia que transbordasse. Tive de reconhecer, uma vez mais, o pouco que sabia daquela civilização romana.

Ao redor da “cascata”, vários criados instalavam uns 30 triclinios, os longos sofás sem espaldar nos quais se recostavam os comensais. (O nome de *triclinium*, que geralmente se dava ao refeitório, procedia desses sofás. Originalmente, entre os gregos, cada mesa (*clíne*) era rodeada por três desses assentos. Daí a designação de triclinio. Com o tempo, entretanto, o costume foi perdendo-se e as salas de banquetes acabaram reunindo um número ilimitado de triclinios. Também as mulheres deixaram de comer sentadas, como mandava a tradição, adotando o costume masculino: recostadas e com as pernas pendendo pela parte posterior.)

Aquilo me deu uma ideia do número de convidados para o banquete de aniversário de Cláudia Procla.

À esquerda da concha (sempre olhando-se do portão de bronze), separado do resto, foi preparado o triclinio presidencial. Provavelmente o do anfitrião. Os outros 29 compunham um bojudo U em torno do “castelo”.

Prosegui nas minhas observações, cada vez mais curioso, e minha atenção foi despertada pelo “recheio” dos almofadões. Não continham plumas ou pétalas de rosas. Apalpei-os e percebi que o couro, suave, resistia. Um dos criados, ao perceber o meu “achado”, sorriu. Na verdade os almofadões eram inflados. Como veremos mais adiante, aquilo também tinha sua razão de ser. Pôncio, parece, desejava divertir-se e fornecer diversão.

Daí a pouco estava eu diante da “joia” do lugar. No rigoroso treinamento que precedeu a Operação, recebemos noções sobre instrumentos musicais da época. E soube da existência daquele prodigioso aparelho. Mas uma coisa era estudar e documentar-se; outra, bem diferente, contemplá-lo.

Maravilhoso! Simplesmente maravilhoso! Entre os triclinios que formavam a base do U e a parede da direita, como um desafio ao errôneo conceito do homem do século XX sobre aquelas civilizações

supostamente atrasadas, erguia-se um exemplar do chamado *hydraulis*: um órgão hidráulico de 3 metros de altura, com 21 tubos de estanho e uma extraordinária "maquinaria". Fiquei tão surpreendido que durante uns minutos somente tive olhos para o curioso "ancestral" dos nossos órgãos.

Como teria chegado até a fortaleza? A julgar pelo luxo que cercava o governador, a pergunta não tinha fundamento. Era mais do que provável que o *hydraulis*, inventado no século III a.C. por Ktesibios, engenheiro fixado na cidade egípcia de Alexandria,<sup>85</sup> fosse um divertimento bastante comum entre os potentados do império.

Insisto: sabemos pouco a respeito da forma de vida e do conforto desses povos...

Antes de examinar as misteriosas pinturas que decoravam a parede esquerda do *triclinium* aproximei-me, não menos surpreso, da escultura que montava guarda às costas do "sofá" presidencial.

O ventre avultado, os amplos quadris, o rosto fino e pontiagudo... Não estava certo mas me recordou outra das célebres estátuas egípcias. Mais precisamente, uma peça depositada no museu do Cairo. Autêntica? Não sei dizer. A escultura, em calcário, representava o rei Akhenaton, o "here" da XVIII dinastia, com mitra azul e sustentando nas mãos a bandeja das oferendas sagradas. Ali, porém, o irreverente Pôncio a havia destinado a um uso muito menos místico. As "oferendas" consistiam em taças de prata e longos recipientes de alabastro. Botijas para vinho, supus. Akhenaton convertido em armário-bar!

Civílis, com uma jarra entre os dedos, continuava me observando de uma mesa junto à grande janela. De súbito irrompeu no *triclinium* um segundo grupo de escravos. Vestiam o mesmo "uniforme" dos primeiros: túnica curta, até a metade da coxa, sem mangas e de uma vistosa cor de açafrão. A entrada e a saída, no refeitório, eram feitas por um curioso jogo de duas portas, muito próximas à extremidade direita da quase interminável mesa. Na parte superior delas estavam pintados rabinos judeus nus, de frente e de costas, marcando as direções de entrada e saída para os criados. Uma vez transpostas, molas as devolviam à posição natural, fechadas.

Aquela meia dúzia de servos, trazendo lâmpadas de longo pé metálico, foi diretamente à U e distribuiu as tochas entre os “sofás”.

Um indivíduo com uma túnica do mesmo corte, mas de cor marfim, vigiava rigorosamente os silenciosos criados. E cada tricínio recebeu uma daquelas lanternas, providas, como disse, de uma haste de ferro de metro e meio de altura. E imaginei que o severo sujeito que dirigia a criadagem era o *tricliniarcha*, uma espécie de *maître* ou mordomo, responsável pela cozinha e o perfeito andamento do banquete.

Com as 30 novas candeias, o recinto, já iluminado por 60 tochas penduradas ao longo da parede circular, ficou simplesmente fulgurante. E as miríades de jaspe vermelho da abóboda tremeluziram como um segundo firmamento.

Tudo, ao que parecia, estava pronto para o festim. Uma celebração, como não tardaria em comprovar (e padecer), no mais puro estilo romano. Pressentindo que Pôncio e seus desconhecidos convidados apareceriam de um momento para o outro, apressei-me a dar uma olhadela nos grandiosos murais que adornavam o semicírculo esquerdo do *triclinium*. E à medida que os inspecionava sentia-me cada vez mais perturbado. “Aquilo” não podia ser casual. Nem mesmo fruto da calorosa imaginação de um artista.

Parei um pouco para serenar-me e voltei a examinar os murais.

Em um arco de 60 metros (quase a metade do *triclinium*), magistralmente pintadas sobre estuque e na complexa técnica do afresco, cinco cenas aparentemente relacionadas. A última, já próxima do portão de bronze, ainda estava em fase de execução, apenas esboçada a carvão sobre o segundo suporte de cal hidratada.<sup>86</sup> Provavelmente, em uma nova sessão o pintor a acabaria.

O primeiro dos afrescos, à esquerda da grande janela, foi o mais fácil (?) de interpretar. E eu, repito, tornei a experimentar uma incômoda sensação. No seu gélido brilho, entre vermelhos gritantes de cádmio, pretos-marte e alquímicos, azuis-ultramar, brancos-alpinos, verdes-mata tostados, identifiquei um velho e familiar herói mitológico: Jasão, príncipe de Tolco.

O mito da Tessália, como narra a lenda,<sup>87</sup> calçado com uma só sandália, matava com sua lança uma monstruosa serpente. Ao fundo, pendurado a uma árvore, o famoso Velocino de Ouro. E junto a Jasão a feiticeira Medeia, sua namorada.

Mas o que mais me impressionou foi a cabeça do réptil. O artista a substituíra por outra perfeitamente reconhecível: a de Pôncio. Jasão matando o governador?

Ao meu regresso da Palestina de Jesus de Nazaré creio haver interpretado a cena. A morte do dragão era um símbolo. E suponho que o hipotético leitor deste diário não terá dificuldade para perceber a que gênero de "morte" me refiro. A imagem de Pôncio esboçada nestas pobres páginas constitui um golpe mortal em quantas versões sobre sua personalidade já circularam pela História.

Bem, e qual seria a origem dessa "inspiração"? Como explicar a figura do simbólico Jasão pintada naquela parede? Ninguém, em Cesareia, conhecia minha verdadeira identidade nem os autênticos motivos da minha presença em Israel. Senti-me estremecer.

Mas tudo ali tinha sentido. A explicação chegaria pela mão de um personagem tão singular quanto desconhecido. E ao encontrar a solução, como acontecera ao Pôncio do afresco, o enigma me feriu de morte...

A cena seguinte, sem dúvida, foi mais pesada e surpreendente. Em especial pelo insinuado na arma de um dos protagonistas. E quando me dei conta, uma anestesiada angústia se apossou de mim.

Em um azul-cerúleo dominante, levemente salpicado por nervosas pinceladas em ocre-trigo, preto-petróleo e vermelho-sangue, o enigmático pintor havia recriado a imagem de Jasão, acompanhada agora de um Pôncio totalmente nu. Ambos, de joelhos, devoravam ansiosamente um terceiro indivíduo, que, com a cabeça voltada para o espectador, sorria cinicamente. Sua mão direita empunhava uma longa foice.

Ao ler a legenda escrita sobre o cutelo meu coração se deteve.

Impossível! Aquilo só podia ser um pesadelo. (E eu estava certo).

Em números romanos e caracteres latinos lia-se: "Três mil dias".

Aquele terceiro personagem, devorado pelo governador da Judeia e por um herói de uma só sandália, era Cronos, deus do tempo.<sup>88</sup> Minhas suspeitas se veriam confirmadas pouco depois por essa interessante pessoa a que aludi anteriormente. A intuição me pusera no caminho certo. Mas como era possível? Quem sabia?

Instintivamente associei a macabra cena à minha própria tragédia. Também pensei entender a do governador, ainda que não estivesse tão certo. O que o instinto me ditou foi:

Tanto Pôncio quanto Jasão (o mitológico e o de carne e osso) venceriam o tempo. Os dois primeiros passaram à História. "Devoraram" Cronos. O terceiro, o "Jasão da Tessalônica", à sua maneira, também dominou o tempo e talvez faça "história", não nos calendários, mas nos espíritos. Mas aquela "vitória" encerrava uma segunda leitura. Menos importante mas igualmente dramática. Assim, pelo menos, a interpretei.

Como não podia deixar de ser, Cronos acabaria por vingar-se. O descarado sorriso não deixava dúvida. E o prazo para a mortal desforra estava sinistramente marcado na simbólica e implacável foice: "Três mil dias". Em outras palavras, nove anos, aproximadamente.

E uma velha "companheira", uma angústia desterrada a duras penas no mais profundo da alma, se me apresentou, não menos sarcástica. A grave doença de que padecíamos, consequência das inversões de massa, havia fixado nossa expectativa de vida justamente, e casualmente (?), nesse limite. Casualidade? Era aquilo outra casualidade? Categoricamente, não. Atrás dos murais, como veremos, aninhava-se "algo" que anulou meus esquemas...

Quanto a Pôncio, pelo que deduzi, nunca soube nem suspeitou do caráter premonitório daquela pintura. O "aviso", todavia, também lhe dizia respeito.

Essa foi a minha interpretação.

Embora, como já disse, não dispomos de dados concretos e confiáveis sobre seu possível suicídio, é verossímil que tivesse morrido nove anos depois daquele histórico 30 de nossa era. De uma coisa estamos convictos: o governo desse psicopata encerrou-se bruscamente no final do 36. Devido à matança de samaritanos de



que já falei, Vitélio, legado de César na Síria, ordenou a remoção de Pôncio para Roma. E sabemos igualmente que o imperador Tibério morreu no decurso dessa viagem, precipitando a sorte do governador da Judeia. Pois bem, se a morte do “velhinho” ocorreu em 16 de março de 37, isso quer dizer que Pôncio chegou à capital do império pouco depois. (Naquela época, entre 10 de novembro e 10 de março, o tráfego marítimo pelo Mediterrâneo ficava praticamente paralisado devido às más condições meteorológicas. As viagens, por isso, se faziam por terra. Levando-se em conta que a distância entre Cesareia e Roma exigia pelo menos cinquenta e quatro dias de viagem, Pôncio teria partido da Palestina aí por janeiro ou fevereiro desse ano de 37. Só assim se explicaria que chegasse depois da morte de Tibério.)

Para sua desgraça, o sucessor de Tibério seria Caio César, conhecido por Calígula e Botinha. E, como já foi dito, o ex-governador acabaria desterrado. Aceitando-se que a ordem fosse firmada ao longo desse ano de 37, a presença de Pôncio nas Gálias pode ter-se dado entre 37 e 38. (Algumas tradições indicam a atual Suíça como a região em que se instalou e se matou.) A questão é que, curiosamente, no primeiro trimestre de 39 se completaram os 3 mil dias vaticinados no afresco de Cesareia.

Quem sabe algum dia as descobertas arqueológicas ou documentais permitirão esclarecer a data precisa da morte desse maníaco-depressivo, confirmando a minha versão e abençoando a premonição que tive a fortuna de contemplar? Seja como for me pergunto: se o artista ou sua fonte de informação acertou no vaticínio sobre Jasão e seus 3 mil dias, por que duvidar do prazo marcado para o desaparecimento de Pôncio?

A terceira pintura aludia ao governador, “quase” exclusivamente. E digo “quase” porque quando consegui decifrá-la descobri, emocionado, sob o simbolismo, a estrela de outro personagem muito querido...

Em uma cadeira transportável, tipo “curul”, usada geralmente pelos romanos para distribuir justiça, o pintor havia retratado um Pôncio menino, com expressão e vestes de louco.

Parece que alguém mais partilhava comigo a certeza da enfermidade mental do governador. O incrível é que o suspicaz e agressivo Pôncio houvesse admitido semelhante insulto na parede do *triclinium*, à vista até de estranhos. Também havia uma explicação, muito típica de um ser escravizado às superstições. O menino, deformado por um rosto de adulto, mostrava-se encolhido, temeroso e quase perdido na enorme cadeira. Vestia túnica vermelha e um estranho toucado amarelo e no pescoço trazia um colar ou renda azul com cascavéis brancas rajadas de preto e atadas aos pés ensanguentados.

As mãos eram garras. Provavelmente de crocodilo. A direita empunhava um rolo de papiro. A esquerda segurava um recipiente de vidro transparente, semelhante a um vaso e aparentemente vazio.

Os olhos salientes do menino, aterrorizados, fixavam o vaso. Melhor dizendo, uma diminuta figura alada, sem cara (uma espécie de fada) sentada à borda do vaso.

A princípio não fui capaz de descobrir o significado daquela pintura, verdadeiro criptograma. Minutos depois, no transcurso do jantar, esse "alguém" responsável, como já disse, pela "inspiração", esclareceria o mistério. E entendi o certo "alcance" da cena em geral e da suposta "fada" em particular.

Para facilitar a narração adiantarei o que me foi revelado a respeito. Aquele Pôncio simbolizava bestialidade (garras de crocodilo), irresponsabilidade (vestimentas e adornos de louco) e inconsciência (aspecto de menino). Quer dizer, alguém malvado e irrefletido o suficiente para abrir o perigoso "vaso de Pandora", outro dos mitos "clássicos".<sup>89</sup>

O trono da justiça e o papiro, segundo meu confidente, simbolizavam um fato concreto da vida do governador. Um acontecimento que eu mesmo presenciei, aliás, na manhã de sexta-feira, 7 de abril: o simulacro de julgamento de Jesus de Nazaré por Pôncio e a nota com a advertência de sua esposa aconselhando-o a absolver aquele Justo.

E numa pirueta mágico-simbólica, a "chave" da pintura: a pequena criatura alada sentada à borda do vaso. Apesar de sua

carência de noção de justiça, debilidade e delírio, Pôncio, sem o saber, estava propiciando a aparição no mundo da Grande Esperança.

Certamente meu informante não teve a percepção do enorme valor esotérico do que lhe foi ordenado pintar. Simplesmente se limitou a cumprir fielmente a ordem. Ou a teve em parte: o papel desempenhado pelo governador no acontecimento. O simbolismo do "vaso de Pandora",<sup>90</sup> entretanto, passaria inadvertido.

Do penúltimo quadro, além de descrevê-lo, pouco posso dizer. Nem a pessoa que o "ditou" soube dar-me a razão, nem eu próprio consegui decifrar seu enigmático conteúdo. Eliseu, meu irmão, trabalhou por meses tentando decifrar a indubitável e simbólica mensagem, e fracassou. Talvez algum outro perito ou iniciado, ao ler estas linhas, tenha mais sorte do que nós.

Aquele afresco era dominado por uma tormentosa combinação de brancos espumantes, vermelhões solares, azuis submarinos e pretos funerários. Em primeiro plano, sobre uma pira mortuária, vislumbrava-se com dificuldade a figura de um homem. E digo com dificuldade porque aquele cadáver estava sendo incinerado. O rosto certamente não pertencia a ninguém que eu conhecesse. O semblante expressava uma intensa paz. Na verdade, em vez de morto, parecia adormecido. As chamas, altas e de um vivíssimo vermelho, chegavam praticamente ao céu.

O indivíduo, nu, trazia na mão o que me pareceu um coração.

À direita da pira, de frente, o artista havia representado um segundo e não menos misterioso personagem: uma mulher jovem, de cabelos negra, vestida com uma longa túnica branca e trazendo nas mãos um pergaminho aberto. Tinha os olhos fixos no rolo. E parecia evidente que o lia com atenção. Um pranto de cor azul escorria-lhe pelas faces e vestes até fundir-se com o "solo". Um "solo" que parecia ser o mar. E tive a impressão de que lágrimas e mar formavam um todo.

Ao ler o título escrito no pergaminho a minha confusão foi total. Aquela "repetição", precisamente, explicaria nossas sucessivas tentativas de penetrar o irritante criptograma. No primeiro momento imaginamos que poderia guardar relação com nossas próprias

peças ou com o governador. Mas, como disse, o mistério permaneceria indecifrável.

“Três mil dias”. Assim dizia a legenda.

Aquela “loucura” estava a ponto de perder-me. O fundo do enorme mural era um firmamento (?) fechado e brilhante, com um gigantesco sol nascente (?). E no interior do disco, 58 pequenos círculos, todos de um branco prateado; e no que ocupava o centro geométrico do suposto sol, três palavras. A primeira em aramaico e as duas outras em latim: “*Ab-bã: janua vitae*”. Tradução: “Pai: porta da vida”.

A insólita combinação me deixou perplexo. Era a primeira vez que via, em uma mesma frase, conceitos pertencentes a culturas tão diferentes e todavia magistralmente reunidos. Mas havia algo mais naquele título. Algo sutil que nos remeteu de pronto à filosofia do Filho do Homem. Como creio haver dito, Jesus de Nazaré era um enamorado, um entusiasta dessa palavra: “*Ab-bã*”. Um termo que, para o Mestre, significava muito mais do que “pai”. O sentido exato era o de “papa”, mas dirigido a seu Pai Celestial.

Um “Papai” – Deus e porta da vida...

Para mim, depois de caminhar com o Galileu durante tanto tempo, a expressão tinha um profundo e esperançoso significado. E evidentemente também para o desconhecido que ardia na pira funerária. Mas quem era?

Como disse, cada um dos símbolos foi minuciosamente analisado. O fato objetivo da incineração nos fez descartar, em princípio, os judeus. Naquele tempo, contrariamente ao costume dos romanos, os hebreus sentiam autêntica repugnância pela cremação dos cadáveres.<sup>91</sup> Isso ia contra suas crenças sobre a vida eterna. O morto devia, pois, ser um gentio. Talvez um romano.

Quanto ao coração na mão, todas as consultas foram inúteis. Eliseu sugeriu uma hipótese que obviamente não passou disso: talvez o artista quisesse significar que aquele homem, por sua generosidade, trazia o coração não no peito mas na mão.

Também a imagem da mulher não forneceu maior informação. Só um detalhe parecia claro: vestia-se de branco, símbolo de luto entre aquela gente. Tinha vínculo com o morto? Podia ser a viúva? O

pranto por si próprio expressava alguma relação afetiva com o cadáver. Mas por que azul? E por que a fusão das lágrimas com o suposto mar?

Todas essas interrogações se avolumariam ao enfrentarmos o pergaminho. Que havia no rolo desdobrado pela jovem? Por que se repetia a trágica cifra? Que tinha que ver aquele indivíduo com os “três mil dias”? Significava para ele o mesmo que para Pôncio e para Jasão?

O não menos enigmático sol (?), por último, foi o remate. Não houve forma de interpretá-lo. Com exceção das três palavras, os 58 pequenos círculos resistiram a todas as nossas tentativas. Um sol nascente? Tratando-se da morte, também podia ser um crepúsculo.

Cinquenta e oito círculos rodeando a frase “Papai (Deus): porta da vida”...

O círculo, em muitas mitologias, simbolizava perfeição, poder divino, céu e tempo.

Tempo?

Entre os mesopotâmicos, por exemplo, foi uma medida de tempo. Dividiram-no em 360 graus, agrupados em seis segmentos de 60. “Shar”, justamente, queria dizer Universo.

Uma medida de tempo... Para que ou para quem? Que segredo escondia aquela pintura? Talvez falasse dos anos vividos pelo personagem da pira? Cinquenta e oito?

As dúvidas só aumentavam.

Apenas as palavras do disco central se mostraram relativamente acessíveis. Estava claro que refletiam uma ideia capital para o protagonista da cena. Mas que pagão, naquele tempo, adorava ou considerava um só Deus? Para dizer a verdade, nenhum. Apenas os judeus professavam uma religião monoteísta. Mas aquele, aparentemente, não o era. Ademais, nenhum hebreu se atreveria a designar o sempre distante e severo Yaveh com o carinhoso e familiar apelativo de “Papai”. Como é sabido, nem sequer pronunciavam seu nome.

E uma pesada dúvida nos acompanhou pelo resto da missão. Aquele gentio – o “homem do coração na mão”, como desde logo o batizamos – devia ter conhecido o Mestre e seus ensinamentos. Mas

por que foi imortalizado naquele *triclinium*? E, principalmente, por que tive eu de saber de sua existência?

Uma coisa é certa: nada é casual...

E insisto: se as restantes pinturas encerravam inegável valor simbólico, quase profético, por que duvidar da natureza igualmente premonitória (?) do penúltimo afresco? Sei que "alguma coisa muito especial" me foi mostrada pelo Destino (?). Mas, como já disse, meu curto conhecimento não foi bastante para o descobrir... por enquanto.

Quanto ao último esboço...

A verdade é que quase não pude fixar-me. Subitamente ouvi música. *Civílis* cruzou o grande círculo apressadamente e se reuniu a mim. Os soldados que faziam guarda ao portão de bronze se enquadraram e, recolhendo os *pilum*, deram passagem a um Pôncio sorridente e eufórico. E atrás, uns 30 convidados, igualmente joviais, falantes e despreocupados.

O governador, ao ver-me, mudou de direção e, movendo-se ao ritmo da música, aproximou-se de mim e me abraçou. Depois, sem perder o compasso, continuou até o "castelo". Suponho que enrubesci. E o centurião, divertido, o seguiu.

No primeiro momento, aturdido pelo gesto do governador, não identifiquei claramente aquele repugnante cheiro. A cara de Pôncio, é certo, apresentava uma grossa e leitosa maquiagem, realçada por finas pinceladas verdes sob os olhos. Pouco depois, Cláudia Procla satisfaria minha curiosidade. O desagradável "perfume" emanava da "máscara" de seu marido, elaborada com excrementos de crocodilo, outra das modas do momento.

Fechando a comitiva, essa figura singular e desconhecida a que venho me referindo: Cláudia Procla ou Prócula. Uma mulher excepcional. Atrás dela dois criados atiravam sobre sua cabeça pétalas de rosas e uma "orquestra" composta por meia dúzia de músicos fenícios uniformizados com túnicas pretas tocava os instrumentos que faziam furor no império: a *kithara* de sete cordas, com sua grande caixa de ressonância;<sup>92</sup> a lira, feita de uma carapaça de tartaruga toda sarapintada e dois chifres de cabra;<sup>93</sup> o *tricordon* ou alaúde de pescoço longo de três cordas; o duplo "aulos", espécie

de flauta frígia, de um som doce e apaixonado, preso à cabeça pelas *phorbeis* ou correias de couro,<sup>94</sup> o *tympanon* ou pandeiro e as curiosas *krotala*, pequenas castanholas de madeira surgidas séculos antes no culto a Dioniso.

E ao som da alegre canção de Seikilos, um canto aos prazeres e à vida breve,<sup>95</sup> entraram no fulgurante *triclinium*. Num instante, a um sinal do “mestre-sala”, os criados de túnica açafraão passaram a servir vinho. Feito assim o primeiro brinde, no qual Cláudia pronunciou a obrigatória oração a seu *lar* – “Eu te louvo, ajuda-me. Eu te ofereço, concede-me” – o grupo, entre risos e abraços, começou a felicitar a governadora. Entre os assistentes, ainda que praticamente não chegasse a relacionar-me com eles nem guardasse seus nomes, contei uns 12 centuriões *prior* e três ou quatro decuriões, todos pertencentes à coorte destacada em Cesareia. Vestiam túnicas vermelhas e, como o *primipilus*, traziam as armas regulamentares. O resto, com exceção do tribuno responsável pelo regime da administração das forças auxiliares, era formado por funcionários, ricos proprietários das *tabernae* (as cadeias de lojas), armadores, alguns comerciantes e abastados *monopolei* (importadores e exportadores, geralmente de cereais e matérias-primas). Não reconheci um só judeu. E logo saberia por quê.

Incapaz de mover-me, fiquei a observá-los à distância. A maioria vestia custosas túnicas de linho, tingidas de cores cálidas. Pôncio, dando atenção a todos, havia mudado de roupa, escolhendo para a especial ocasião um saio folgado ou casaca de musselina semitransparente, de uma cor púrpura quase violeta, podia-se dizer feminina. A roupa chegava-lhe aos pés e com isso dissimulava com razoável êxito o pronunciado e bamboleante abdome. E, coroando a minguada mas pomposa figura, a inseparável, instável e escandalosa peruca amarela, com a não menos inevitável e delatora cola preta escorrendo pela nuca.

Quase a totalidade dos convidados estava maquiada. Cútis branqueadas com alvaiade ou mascaradas com espessos véus de um *kohl* terroso e olhos cuidadosamente sombreados com antimônio.

Entre flores, música, felicitações, vinho e risos, Cívilis, com um controle tão férreo quanto sutil de tudo quanto cercava o

governador, inclinou-se discretamente sobre Cláudia, em dado momento, sussurrando-lhe alguma coisa. E o olhar do centurião para mim pôs-me em guarda. Suponho que ao ver-me solitário quis corrigir a incômoda situação. E a mulher, girando a cabeça em minha direção, atendeu à quase certa sugestão do *primipilus*. O Destino (?) agia de novo...

Procla, concordando, separou-se do grupo em que estava e caminhou em minha direção. Sem pressa. Examinando-me. Ao abordar-me, aquela frágil figura adiantou um cordial sorriso e, com sua voz grossa, perguntou-me em um impecável *koiné*.

– O “poderoso mago”...?

Correspondi com uma leve e respeitosa reverência, devolvendo o cortês sorriso. E me pus à sua disposição.

Aquela mulher, de uns 40 anos, extremamente fina de corpo e de uma estatura igual à do marido, era outro dos meus “objetivos” em Cesareia. Eu tinha de averiguar o conteúdo do famoso sonho que, ao que tudo indica, a transtornou na noite anterior à Crucificação de Jesus de Nazaré. Mas como fazer isso? Pois ali mesmo, junto às misteriosas pinturas, o Destino (?) me ofereceria uma oportunidade magnífica. Que aproveitei.

– Meu marido falou-me de ti...

Depois das primeiras frases de sondagem, Cláudia e eu nos dedicamos a uma mútua, dissimulada e implacável análise. Dada a minha pouca experiência de psicologia feminina precisei de um tempo para entender a razão da exagerada maquiagem que ocultava boa parte do seu corpo. Rosto e pescoço haviam desaparecido sob uma tintura ocre. Até aí ainda posso dizer que entendia. O inexplicável, porém, era que também braços e pernas, que se viam através das finíssimas gazes e da saia de baixo, estavam rebocadas com um barro avermelhado.

– Está entusiasmado contigo...

Uma peruca muito cuidada, em cabelo preto e natural, enquadrava o estreito e anguloso rosto. Os caracóis do cabelo, alinhados horizontalmente, escondiam a fronte sob uma ampla franja, caindo sedosos e brilhantes até os ombros, ao estilo da deusa egípcia Hathor.



– Esse barro do mar de Asfalto foi o melhor presente...

Os grandes olhos, de um negro tição, pareciam notavelmente maiores sob o sombreado verde de malaquita; e me chamaram a atenção desde o primeiro momento. Apesar do aparatoso da maquiagem pareciam ter luz própria, irradiando uma serenidade que não encontrei em seu marido.

– Sei que és médico...

Os lábios finos, coloridos de vermelho, abriram-se mostrando uma saudável fileira de dentes. Mas me pareceu ter captado nesse momento um ricto de amargura. Não soube defini-lo. O fato é que alguma coisa a atormentava.

– Diga-me, como está o imperador?

E quando ela ergueu a taça de prata que tinha entre os dedos comecei a compreender o porquê daquela amargura. Acabou de beber o forte e espesso licor e, voltando a aparentar naturalidade, apontou para os murais na intenção de animar o fraco diálogo.

– Jasão!... É curioso...

Convidando-me a segui-la, caminhou até a grande janela, deixando atrás de si um forte aroma de espicanardo, o apreciado perfume hindu.

Olhando para o primeiro dos afrescos – Jasão atacando a serpente com sua lança –, repetiu o comentário:

– Jasão!... Que casualidade!

E o Destino (?), como eu dizia, abriu-me as portas do enigma.

Cláudia, amável e desejosa de agradar a tão “poderoso mago”, imaginando que eu desconhecia o simbolismo das esplêndidas pinturas, começou a explicar-me a legenda.

Deixei-a falar. A certa altura a interrompi e, aproveitando uma deixa, completei a já mencionada história do príncipe de Iolco. Impressionada, observou-me como só o fazem as mulheres: do mais profundo do coração. E começou a perceber que aquele médico, mago e áugure era muito mais do que dizia ser.

Mas antes de qualquer reação dela interroguei-a em seu estilo. Aberta e diretamente perguntei pelo autêntico, pelo significado oculto daquela cena. A que vinha a alteração no dragão? Por que o artista havia substituído a cabeça do animal pela de Pôncio?

Seus lábios tremeram. E a chispa dos olhos me atingiu. Finalmente, guiando-se, suponho, pelo sempre certo instinto feminino, confessou que aquele, e os demais quadros, “não eram simples pinturas decorativas”. Minha curiosidade e interesse cresceram. Que estaria ela querendo dizer?

Confiando na firmeza e transparência do meu olhar, explicou timidamente que “aquilo tudo fora vivido por ela... em sonhos”. E o mistério foi desfazendo-se quase por si mesmo. Os célebres sonhos de Cláudia Procla...

De acordo com suas revelações, cada uma das pinturas era o reflexo fiel de um pesadelo. E, abalada, ainda desconhecendo o significado da maioria, quis perpetuá-los, à espera de que alguém pudesse decifrá-los.

Entusiasmado, tratei de aprofundar. Busquei detalhes que os murais não mostravam. Possíveis erros. Contradições. Algum sinal de patologia... Era uma pessoa normal? Sofria de transtornos mentais? O interrogatório foi bastante esclarecedor.

Cláudia Procla, aparentemente, apresentava um apreciável equilíbrio psíquico, sem sintomas esquizoides, sem dependência alcoólica nem estresse emocional. Certamente não era o caso de pensar em fármacos estimulantes atuando como fatores precipitantes.

Epilepsia? Em tão curta entrevista não poderia chegar a um diagnóstico. Mas sutilmente, com todo o tato, tentei descobrir se seria vítima do “mal sagrado”.

Cláudia mostrou saber do que eu falava e negou categoricamente. Jamais havia tido uma daquelas crises. Nunca, após os pesadelos, despertara com mordeduras de língua, cefaleia ou incontinência de esfíncteres. Também não tinha consciência de episódios de violência durante o sonho.<sup>96</sup> Tratava-se simplesmente de um típico fenômeno de pesadelos vividos ou padecidos, segundo o ponto de vista. Mais frequentes nas mulheres adultas, esses pesadelos costumam apresentar-se bem construídos, com um longo enredo e um componente de terror que angustia o indivíduo e geralmente o desperta, tirando-o da fase REM ou sonhos paradoxais.<sup>97</sup> E o protagonista guarda perfeita lembrança da história.

Em princípio, pois, aquelas “visões” noturnas de Cláudia não pareciam ter origem patológica.

Mas que importava que tais pesadelos fossem provocados por uma enfermidade? Uma vez mais me enganava. Na verdade eu estava misturando coisas. Diante do fato concreto que eram os pesadelos, que fossem ou não consequência de ansiedade, esquizofrenia ou alcoolismo era o que menos devia preocupar-me. O importante, o que merecia uma reflexão, era o conteúdo. Hoje, psiquiatras e neurologistas reconhecem que sobre sonhos e pesadelos sabemos ainda muito pouco. A História mostra uma galeria de gênios, místicos e profetas – muitos deles com sérios problemas mentais – cujos pesadelos comoveram o mundo.

No “caso Procla”, nenhuma das explicações científicas sobre a matéria resolvia o mistério.<sup>98</sup> Então resolvi centrar minha atenção no conteúdo e nas informações da mulher.

Cláudia se mostrou segura. As respostas foram claras e precisas. Não percebi erros ou contradições. Recordava-se dos pesadelos com nitidez. Mais ainda: falou-me de detalhes que não poderiam ter sido incorporados pelo artista. Por exemplo, as vozes que acompanharam as visões. Tanto na história do deus Cronos como no da suposta viúva, “alguém”, em grego, repetia sem cessar a frase pintada na foice e no pergaminho: “três mil dias”. Alta e sonora, voz de homem. E, segundo Cláudia, foi dita em claro tom de aviso.

Quanto ao simbolismo das estranhas e traumáticas sequências, salvo em dois dos murais Cláudia não captou seu significado. Talvez tivesse sido melhor assim.

No afresco do “homem com o coração na mão” ofereceu uma interpretação pouco verossímil. Para ela, a cena significava a morte do marido, aos 58 anos e em um lugar próximo do mar. Mas quando lhe perguntei a idade de Pôncio, deduzi que a interpretação não se ajustava aos dados históricos. Uma informação que naturalmente ignorava.

O governador, segundo os dados, acabava de completar 42 anos. Se aceitássemos, como já mencionei, que o suicídio pode ter ocorrido em fins do ano 38 ou princípios do 39, isso dava uma idade de 50 ou 51 anos no momento da morte.

Quanto à generosidade do psicopata, melhor não falar...

Sobre o pesadelo de Jasão alanceando a serpente com cabeça de Pôncio e do deus Cronos devorado, a governadora reconheceu que todas as consultas haviam sido inúteis. Ninguém soube decifrar o duplo enigma. E eu, prudentemente, esquivei-me à tentação de tentá-lo. Entre outras razões porque não me achava autorizado a desvelar-lhe o futuro e não queria magoá-la. Somente em dois dos pesadelos observei um alto grau de acerto da interpretação de Cláudia. A de Pôncio menino e louco, segundo suas explicações, foi interpretada, em parte, depois do quinto sonho. Esse último, esboçado a carvão na parede do *triclinium* e ao qual Mateus, o evangelista, dedica uma breve referência, me foi narrado pessoalmente pela protagonista.

Comovida e feliz pelo interesse daquele grego por seu "tesouro", deu toda a ênfase ao relato, ilustrando-o com luxo de detalhes. E respondeu às minhas perguntas com idêntica franqueza. Assim foi que consegui atingir o segundo dos meus "objetivos" em Cesareia.

Mas antes de narrar o famoso e histórico pesadelo, penso que convém destacar um fato importante. Ou melhor, dois.

Primeiro: ainda que o episódio onírico tivesse ocorrido poucas horas antes do comparecimento do Mestre diante de Pôncio, Cláudia não soubera da prisão até a manhã de sexta-feira, 7 de abril. O sonho, insisto, se produziria durante a madrugada de quinta para sexta-feira. Pois bem, ao despertar, presa de angústia, perambulou pela torre Antônia sem saber o que fazer, nem a quem dirigir-se. Obviamente não compreendia o sentido daquele trágico e violento sonho. Foi depois, ao ver seu marido sentado na poltrona "curul" e o Filho do Homem diante dele, que as duas enigmáticas histórias ganharam sentido. Foi nesse momento, repito, que interpretou em parte o sonho de Pôncio louco e menino, com um pergaminho na mão. E foi esse sonho, exatamente, que a levou a escrever a nota advertindo Pôncio a que deixasse em paz aquele Justo.

(Os "caminhos" de Deus, na verdade, são inescrutáveis...)

Segundo: como me disse a governadora, Jesus de Nazaré não era um desconhecido para ela. Nem para seu marido. A poderosa rede "policia" de Pôncio o tinha sob suas vistas desde o início da sua

vida de pregação. E sabia dos seus prodígios e ensinamentos. Ela, Cláudia, em mais de uma ocasião havia até comparecido em segredo às concorridas reuniões do Mestre, para ouvir sua palavra. Isso prova que ambos estavam a par das atividades do suposto "rei dos judeus". E ainda que Cláudia nunca se confessasse crente, é certo que sentiu curiosidade e, mais do que isso, intensa atração pela pessoa e as audaciosas manifestações daquele "atraente e corajoso judeu, capaz de desafiar e humilhar a hipócrita classe sacerdotal". Em outras palavras: ao vê-lo diante de Pôncio na manhã de sexta-feira, reconheceu-o prontamente.

Fechado o obrigatório parêntese, retomemos a descrição do pesadelo com as próprias palavras de Cláudia:

"... E de repente me vi em um lugar desconhecido. Talvez nem fosse exatamente um 'lugar'. Só aquele homem. Aquela horrível pira. Aquela terrível céu e as vozes... No sonho se ouviam de fato vozes. Vozes e gritos distantes. Um grande vozerio... Mas não sabia de quem eram nem por que clamavam. E precisei de um tempo (?) para decifrar o que diziam..."

Os grandes olhos perderam brilho. E percebi que a lembrança a arrasava.

"... Então o vi. Eu estava mais abaixo, com um pergaminho e uma pena nas mãos... Era um homem alto. Muito alto. E estava de pé sobre um enorme monte de caveiras humanas... Mas aqueles crânios tinham olhos... E se moviam sem parar, olhando para todas as direções... Tive a sensação de que pediam socorro..."

"O homem vestia uma longa túnica branca e tinha as mãos atadas à frente. Tentei identificá-lo mas não foi possível. Sua cabeça estava inclinada sobre o peito e o longo cabelo tapava-lhe o rosto. Recordo que chorava. Mas serena e silenciosamente. Mas aquelas lágrimas..."

Cláudia me olhou, buscando, suponho, minha compreensão. Olhei-a com carinho e animei-a a continuar.

"As lágrimas, estimado amigo, escorriam pela barba, mas, ao invés de cair, subiam... Não sei como explicar... Subiam. Voavam... Um pranto que voava. E as gotas, límpidas e transparentes, subiam como dardos até aquele terrível e ameaçador céu... Sim, um céu que

me produzia estremecimentos. Vermelho e coalhado de estrelas pretas. E cada lágrima tornava branca uma estrela. E a estrela ardia e se consumia. E quando a última lágrima atingiu a última estrela ouviu-se um grande estrondo...

"E o vozerio cessou, emudeceu... E tudo foi silêncio. E as caveiras fecharam os olhos..."

"E o grande firmamento vermelho começou a girar sobre si mesmo e se converteu em um enorme disco preto. E aquele gigantesco sol preto desabou sobre o homem, sobre o vozerio e sobre mim..."

A voz se tornou entrecortada. E as lágrimas ameaçaram a maquiagem. Mas, dominando a emoção, prosseguiu decidida:

"... E o pânico paralisou-me. E o pergaminho e o cálamo escaparam de entre meus dedos..."

"Então aquele homem ergueu a cabeça... Era o pregador!... Era o rabi da Galileia! E Ele, olhando para o grande disco, abriu os lábios e gritou algo. Mas só consegui distinguir uma palavra: "Ab-bã"... E o sol parou... E era tão grande que cobria o céu.

"E as caveiras abriram de novo os olhos... Entendi então o que clamavam..."

"'Não és amigo de César!'

"E o sol se tingiu de sangue... E aquele sangue, como uma onda, caiu sobre nós... E tudo foi sangue... Quis gritar mas o medo me inibiu.

"E quando pensei que estava morta, despertei... Suada... O coração me saltava no peito. E sentada na cama tentei compreender. Não pude. E com uma angústia e um medo como jamais havia sentido, caminhei como uma louca, sem rumo e sem saber o que fazer. A quem contar?..."

Tentei acalmá-la. Depois, pouco a pouco, fui tirando minhas deduções. E Cláudia rematou o relato.

Nessa mesma manhã de sexta-feira, quando a notícia da prisão de Jesus correu pela fortaleza Antônia, nossa protagonista tentou confirmar a história. E perplexa assistiu a uma cena que a faria decifrar parte dos sonhos. Seu marido, sentado na cadeira de justiça, tinha diante de si um homem de longa túnica branca, com as

mãos atadas. E ao reconhecer o Galileu, o pregador, sentiu-se morrer. E entendeu também o significado daquele Pôncio menino e louco sentado na cadeira “curul” com um pergaminho entre as garras de crocodilo. E pela primeira vez em sua vida, impelida por uma força irrefreável, decidiu intervir em assuntos oficiais de seu esposo. Foi assim que tomou a iniciativa de escrever a nota e fazê-la chegar a Pôncio em pleno interrogatório.

E devo esclarecer outro aspecto que julgo importante. Segundo Cláudia, a sua advertência ao governador nada teve que ver com o desejo de salvar o Filho do Homem. A mulher foi sincera. Na realidade, o que a moveu foi o intuito de evitar que seu esposo praticasse um erro que poderia prejudicá-lo.

E, suspirando, comentou quase que para si mesma:

– Mas, vencido por aquelas ratazanas, não me ouviu. E como sabes o rabi foi executado. E nesse mesmo dia, quando o sol se apagou, vi meu sonho tornado realidade. E soube que Pôncio havia errado. E ele também ficou sabendo...

Pedi-lhe que se explicasse com mais precisão.

– O que ninguém sabe – confessou sem ocultar certa satisfação – é que, aterrorizado pelo acontecimento, vomitou de medo e teve de ir para a cama.

Apontei para o esboço a carvão, no qual se via a silhueta de um homem sobre um tétrico monte de crânios humanos, e perguntei-lhe se pensava terminar a pintura.

– Claro – respondeu com convicção. – Não sei quem era realmente aquele galileu, mas meu marido não cometeria outra injustiça como aquela. Essa imagem o advertirá enquanto for governador.

A bem-intencionada Cláudia estava enganada. Pôncio, como todo psicopata, falharia de novo e tragicamente. E aproveitando a cálida corrente de simpatia nascida daquelas confissões e dos inesquecíveis afrescos, atrevi-me a tocar em um capítulo não menos intrigante: como agira para que o impetuoso governador aceitasse pinturas tão desfavoráveis à sua imagem?

Sorriu malevolamente e respondeu:

– Usei seu próprio medo...

E apontando o pergaminho e a pequena criatura alada sentada à borda do “vaso de Pandora”, completou a explicação:

– Tentou destruí-las, sim, mas ameacei-o de revelar as terríveis palavras escritas no pergaminho e o significado profético do seu gesto, abrindo o vaso das calamidades.

E, triunfante, com uma piscadinha de cumplicidade, resumiu:

– Aterrorizado, obrigou-me a guardar silêncio. Como sabes, não suporta os meus augúrios. Em troca, até que não disponha de outra coisa, tenho podido conservar meu tesouro...

Cláudia parecia conhecer muito bem a sinuosa psicologia de seu esposo. Os maníaco-depressivos apresentam de fato notáveis contradições em sua conduta. Apesar da permanente e odiosa onipotência, do poderio e da autossuficiência, na hora da verdade suas ações mostram o contrário.

Quando lhe perguntei sobre as “terríveis palavras” do pergaminho, das quais não me havia falado, Cláudia soltou uma contagiosa gargalhada e confessou:

– Não existe tal escrito...

Entendi.

– É triste – acrescentou sem sinal de aflição –, mas todo mundo sabe que Pôncio não está bem...

Penso que adivinhei o sentido da nova confiança. Aparentemente, envolvida de um segredo... público. Para a inteligente e observadora romana, como para quantos rodeavam o governador, era notório que o volúvel, cínico, violento e depressivo Pôncio estava desequilibrado. Mais ainda: ao longo do banquete pude surpreender alguns detalhes e atitudes que confirmavam a indiferença de Procla pela enfermidade de seu marido e me fizeram suspeitar de uma profunda crise conjugal.

Certamente a segunda ameaça – “o significado profético do gesto de Pôncio abrindo o vaso das calamidades” – foi igualmente um foco de luz. Como disse, Cláudia não conseguiu decifrar em toda a sua extensão o magnífico simbolismo daquele sonho.

Significado profético.

Esse, sim, foi um aspecto dos sonhos e pesadelos noturnos da governadora que me fascinou. E durante muito tempo tentei resolvê-



lo. Confesso, porém, que não tenho argumentos. A ciência, humildemente, deve render-se. De momento não sabemos “como”. Ignoramos tudo sobre a gestação de tão assombrosos episódios oníricos. É claro que não foram os primeiros nem serão os últimos. Outras pessoas viveram e viverão experiências similares. Calpúrnia, esposa de César, teve um desses pesadelos premonitórios na noite anterior ao assassinio do marido. O grande químico Kekulé, por exemplo, “descobriu” a estrutura do benzeno graças à “informação” surgida em sonhos. E o mesmo poderíamos dizer de gênios como Leonardo, Michelangelo, Dickens ou o músico Tartini.

Qual poderia ser a explicação? Sinceramente, só me ocorre uma. Sei que não é científica mas não tenho outra.

As vivências e imagens (visuais e acústicas) registradas durante o sonho REM devem ter sido “injetadas” nas redes neuronais daquela mulher – com acesso direto a Pôncio, não esqueçamos – por “alguém” ou “algo” que está acima do espaço e do tempo. “Alguém” capaz de ministrar informação ao “computador” cerebral do mesmo modo que eu posso fazer com nosso fiel “Papai Noel”. Dessa forma o fenômeno do sonho se converteria também em um excelente “canal informativo”. Teríamos em consequência dois grandes tipos de sonhos: os próprios (meramente fisiológicos, com suas múltiplas variantes) e os induzidos. Darei um exemplo. Ainda que grosseiro. Talvez ajude a ilustrar o que pretendo explicar. Os cientistas têm conseguido “intervir” na fase REM dos mamíferos.<sup>99</sup> Como se sabe, durante as horas de sono, o cérebro “ordena” uma atonia ou imobilização muscular quase generalizada.<sup>100</sup> Essa redução do tônus postural muscular não afeta o diafragma nem os olhos. Pois bem, ao destruir alguns determinados neurônios do tálamo cerebral responsáveis por essa paralisia parcial da musculatura, os pesquisadores observaram com surpresa que os gatos adormecidos com os quais faziam as experiências se levantavam em pleno sono e atacavam seres e coisas “invisíveis” ou fugiam delas. Essas imagens pertenciam, com toda a certeza, a sonhos tidos na fase REM.

É evidente que pouco a pouco o ser humano poderá “entrar” em seus próprios sonhos, programando-os e manipulando-os à vontade. E chegará o dia, estou convencido, em que, graças a essa

“intervenção”, será possível a conquista de uma infinidade de objetivos de todo tipo. Desde a prevenção de moléstias até a “visão” do futuro, passando pela solução de conflitos domésticos. De fato, alguns iniciados já o fazem.

Então me pergunto: se a ciência trabalha nessa direção, quem sou eu para duvidar dessa outra “Ciência”, a que rege e governa o destino do homem? Maiores prodígios havia visto, e continuaria vendo, para negar que os sonhos de Cláudia Procla podiam ser induzidos.

Sonhos proféticos ou premonitórios?

Categoricamente, sim. E acrescento: minuciosa e perfeitamente “teledirigidos”. Para quê? Talvez, simplesmente, para nos advertir de que “não estamos sós”. E foi uma lástima que os escritores sagrados (?) não quisessem dar-se ao incômodo de pesquisar sobre os fascinantes sonhos da mulher de Pôncio. Ao menos sobre os que faziam referência ao Mestre. Sempre acreditei que a vida e os pensamentos de um ser humano, com mais razão os do Filho do Homem, só podem ser compreendidos com um mínimo de rigor se se dispõe de um máximo de informação.

Mas vejo que volto a desviar-me.

Cláudia, observando que sua taça estava vazia, acenou a um criado. Imediatamente o próprio *maître* ou *tricliniarcha* aproximou-se pressuroso com uma segunda dose. E me vi obrigado por cortesia a brindar com minha nova e atenciosa amiga, degustando um vinho escuro e quente como a noite, aromatizado com canela. E sabendo que a “animada” festa não me permitiria voltar a conversar a sós com Cláudia, decidi encerrar a entrevista arriscando-me em um terreno pessoal e francamente constrangedor. Uma vez mais me deixei conduzir pela intuição. E afortunadamente me saí bem.

Desde os primeiros momentos da nossa conversa, como já disse, chamou-me a atenção a carregada maquiagem da governadora. Em especial a crosta avermelhada de pernas e braços. E ao reparar nos dedos supus entender a razão de tão impróprio disfarce e a da angústia revelada por sua voz.

Lembrando minha condição de médico, atrevi-me a tomar sua mão esquerda, com o intuito de examinar as pontas dos dedos,

deformadas. Surpreendida, fez um gesto de recolhê-la. Mas reforçando minha boa intenção com palavras de alento e um sorriso sem duplicidade, retive-a. E animei-a a falar do mal que a atormentava.

Hesitou um pouco mas a tristeza, nos profundos e negros olhos, disse “sim” antes que a sua vontade o dissesse. Nervosa, olhou ao redor, assegurando-se de que ninguém podia ouvir-nos, e confirmou minhas suspeitas.

Cláudia sofria de uma artrite psoriásica, uma moléstia da pele, complicada por um processo agudo de artrite. A inflamação das articulações interfalanges distais era um indício claro. Também as unhas estavam afetadas, com o típico pontilhado. E por suas informações deduzi que a psoríase havia invadido já o couro cabeludo, a região articular dos joelhos, o umbigo, braços e pregas glúteas. Afastando parte dos caracóis deixou a descoberto as ulceradas lesões das orelhas. E entendi, repito, o porquê do barro, da peruca e, sobretudo, da frase escrita em um dos papiros que pendiam do “Apício”, no “lugar secreto” do meu alojamento: “Para Jasão e os malditos sonhos da leprosa”.

Lamentavelmente, essa doença, como outras, era confundida por aquela gente com algo muito sinistro: a lepra. E o psicopata, dando largas à sua torpeza, utilizou os papiros para sua particular e rasteira vingança.

Esse era o governador Pôncio Pilatos.

E um duplo sentimento se apossou de mim. Não soube ou não quis evitá-lo. Não importa. Por um lado, uma raiva surda. Aquela injúria do maníaco liberou meus escrúpulos. Por outro, o terno e indefeso olhar de Cláudia, pedindo sem pedir, me levou a agir.

Em princípio, ainda que esse tipo de psoríase possa complicar-se, não considereei que uma pequena ajuda a Cláudia violasse o código ético da Operação Cavalos de Troia. E em retribuição às suas preciosas confissões decidi tratá-la.

No mesmo instante pedi-lhe que alguém me indicasse o caminho da suíte. Ela chamou outro velho conhecido: o escravo gaulês da esplêndida melena loira. Conduzido pelo silencioso criado, saí por momentos do *triclinium*.

Uma vez no dormitório examinei meus medicamentos de campanha. Apanhei duas das ampulhetas de barro. Não era grande coisa, mas, à falta de corticosteroides ou metotrexato, podia servir. As doses de vitaminas concentradas (B, C, H1 e D2) e ácido linoléico em pó remediariam durante um tempo o penoso estado da governadora.

(Inadvertidamente, ao confiar no gaulês, Cláudia e eu cometemos um erro.)

Retornei ao *triclinium*, pus os medicamentos em suas mãos, instruindo-a sobre o uso e as proporções que devia ingerir diariamente. O aspecto do remédio, um simples pó branco amarelado, não despertou receios. Ao contrário. A modesta contribuição à saúde e à paz de espírito da complexada Cláudia teria mais importância para mim do que supus no momento. A chave foi *Civílis*. Aparentemente, meus movimentos de saída e de volta podem ter passado despercebidos para quase todos, menos para ele. Mas disso eu não teria conhecimento até bem entrada a madrugada, quando ocorreu o que ocorreu...

Os olhos da mulher se iluminaram e me iluminaram. Agradecida, converteu-se em minha valiosa e inseparável companheira. E foi assim, graças ao Destino (?) e à sua generosidade, que tive minucioso conhecimento de outros assuntos relacionados com Jesus de Nazaré aos quais, estou certo, não teria acesso a não ser por essa casualidade (?).

Por alguns minutos, guiado por uma Cláudia divertida diante das minhas ingênuas perguntas, observei os manjares dispostos na enorme mesa, uma espécie de bufê cada vez mais movimentado por convidados e pela criadagem.

Aquele tipo de banquete-celebração, em que os costumes greco-romanos se misturavam anarquicamente, constava de três etapas ou rituais. A ceia começava com o *propoma*, alguma coisa parecida com o nosso aperitivo. Servia-se vinho. Faziam-se os brindes e as obrigatórias oferendas aos *lares* (deuses domésticos). Em seguida passava-se à refeição propriamente dita. Os comensais, rigorosos com a etiqueta, não tocavam os manjares. Limitavam-se a apontar ou pedir o que desejavam. O resto era missão da criadagem. E os de

túnica açafião, sob a supervisão do “mestre-sala”, trinchavam e arrumavam, oferecendo os alimentos em suntuosas travessas de prata. Cada peça da baixela tinha gravado seu peso. O “detalhe” obedecia ao secreto desejo do anfitrião de deslumbrar o convidado. E ainda que esses utensílios, pratos e vasos de ouro e prata fossem proibidos pelo imperador Tibério aos particulares, destinando-os unicamente aos sacrifícios aos deuses, a verdade é que a classe romana abastada simplesmente ignorava essa disposição.

Fome satisfeita, o jantar entrava no terceiro e último “ato”: o denominado *simposion* ou “reunião de bebedores”. Era, sem dúvida, o ritual mais aguardado, no qual os convidados bebiam até a inconsciência. Segundo o lugar, o anfitrião, o momento e as circunstâncias, o *simposion* podia ser acompanhado de música, jogos, espetáculos de dança, adivinhos, bufões, pantomimas ou discursos.

E a mórbida inclinação de Pôncio ao luxo brilhou de novo naquela descomunal mesa de quase 30 metros de comprimento. Cláudia, tomando-me pela mão, foi dando o nome dos refinados e insólitos manjares.

O governador dava com aquela festa mais um expressivo exemplo da sua dissipação. Tudo quanto era receita em moda no império estava naquela mesa: alcachofras em vinagre e mel, aspargos grossos como o meu cajado, ruissenhores e pássaros canoros fritos (avaliados, segundo Procla, em 100 mil sestércios), travessas de *sissitias* (um famoso guisado espartano de cor preta, sazonado com sangue, vinagre, porco e sal), línguas de carpas (provavelmente ao redor de mil), cabritinhos de Ambraccia assados e perfumados com anis e menta, rodovalhos da ilha de Hela, grandes morenas fritas da Pomerânia (de quase cinco palmos e os afilados dentes enfeitados com maçãs anãs da Síria), barbos marinhos sem espinhas (os valiosos *mullus*, comprados à razão de 5 mil sestércios por exemplar), torres de fígados de cavala, omeletes com cristas de galos, ostras em leite de morena, bolotas de mar (brancas e pretas) e uma interminável variedade de mariscos.

E como “prato forte”, peito de porco na brasa, rins de veados e javalis, aves empanadas e sangrentas caçarolas de miolos crus de

macacos. E para os menos audaciosos a especialidade do *maître* (grego, certamente): o *kykeón*, uma espécie de “sopa” à base de sêmola de cevada aromatizada com poejo, menta ou tomilho. E numa extremidade da mesa as sobremesas e o indispensável complemento do *simposion*: meia centena de pequenas taças repletas de favas e grãos-de-bico tostados.

Limitei-me, prudentemente, a pedir um pouco de carne na brasa, amêndoas, nozes e figos secos.

Cláudia, surpreendida com a frugalidade daquele mago, me conduziu por fim ao setor “sagrado” da grande mesa: o serviço de bebidas. E o criado responsável pelo sortido bar me deu a escolher: vinho resfriado na neve, vinho quente, vinho com água, vinho com água salgada, vinho com mel, cerveja de cevada ou sucos de frutas aromatizadas.

Por pura cortesia optei pelo vinho quente de Thasus, misturado com água. O criado filtrou o vinho, passou-o para uma espécie de coqueteleira também de prata e perguntou-me se queria muita ou pouca água.

– Pouca... pouca água – ordenou o governador, aproximando-se de mim sorridente. Tinha nas mãos uma abundante e sangrenta porção de miolos de macaco que comia com os dedos.

– Estás te divertindo?

Perguntou mas afastou-se antes que eu pudesse responder, juntando-se ao seu fiel escravo gaulês. E fiquei grato. A verdade é que não sei o que foi mais repugnante: os miolos esmigalhados e vertendo sangue pelos lábios e queixo ou o insuportável fedor da maquiagem.

De repente vi o atlético criado inclinando-se e cochichando ao ouvido do amo e pressenti alguma coisa.

Pôncio ouviu e, ao olhar-me, traiu-se. Mas não disse nada. Continuou a perambular, com demonstrações de jovialidade para todos os convidados. E quis o Destino que o meu olhar se cruzasse em seguida com o do *primipilus*. *Civílis*, no canto esquerdo da mesa, conversava com companheiros de armas. Ambos presenciáramos a cena. Mas eu a esquecera prontamente. O centurião, ao contrário, e para minha sorte, a guardara bem.

A música, localizada ao pé do *hydraulis*, baixou de tom. E uma vez servidos os primeiros pratos, parte dos criados retirou-se para retomar dentro em pouco com uma série de pequenas mesas circulares de três pernas (tipo “cabriolé”) que colocaram junto aos “sofás”. Terminada a operação, a um estalo de dedos do dinâmico *tricliniarcha* os escravos tomaram posição de novo por trás do bufê, em posição para continuar servindo.

Durante um bom tempo me vi na obrigação de passar de grupo a grupo, acompanhando a diplomática anfitriã. Mas as conversas dos ricos comerciantes, como era de esperar, só conseguiram aborrecer-nos. O tema central, quase exclusivo, foi sempre o dinheiro, as prósperas ou malogradas operações comerciais e, sobretudo, as queixas contra os impostos e a “baixa ruinosa dos rendimentos”, fixados no momento para todo o império em uma média de 3%. (Só a Grécia e a Ásia Menor desfrutavam 8% ou 9%.) Efetivamente, nada novo sob o sol...

Satisfeita a cerimônia de cumprimentos, Cláudia solicitou a atenção geral. A música parou. E ela, fiel à sua religião, apanhou tigelas com sal e farinha, elevou os braços e fez as oferendas de preceito aos *penates*, outro grupo de deuses domésticos aparentados com os já citados “lares e gênios”.<sup>101</sup>

Estava claro por que nenhum judeu teria assistido de bom grado a essa cena.

Neste ponto devo fazer um novo parêntese.

Durante nossa intensa preparação pude comparar algumas piedosas tradições cristãs que insinuavam ou afirmavam a conversão de Cláudia Procla à primitiva igreja de Simão Pedro. Pois bem, a julgar pelo que eu estava vendo e deduzi das minhas conversas, a especulação não tem fundamento.

Se uma mulher tão importante, esposa, além do mais, do verdugo de Jesus de Nazaré, se tivesse unido à confraria dos primeiros discípulos, a notícia sem dúvida teria figurado em algum dos textos evangélicos ou nos Atos e Epístolas dos Apóstolos.

Não podemos ignorar que seus princípios religiosos, nitidamente romanos, estavam profundamente arraigados. Por outro lado, ainda que Cláudia não esquecesse a figura do Mestre e os incidentes

daquela sexta-feira, 7 de abril do ano 30, sua condição de cônjuge do governador da Judeia tornava muito difícil a suposta conversão. Um ato como esse criaria um conflito com Pôncio, desapiedado inimigo dos judeus em geral, e com Roma.

Depois, com o exílio, é muito provável que essa etapa acabasse esquecida. E se me arrisco a manifestar-me com tanta segurança é porque logo depois da oferenda aos *penates* tive ótima oportunidade para continuar indagando sobre a vida e as ideias dessa sensível mulher.

Aquela conversa seria efetivamente muito ilustrativa e confirmaria o que eu disse.

Prossigamos com a ceia. Um convite que só podia acabar de uma maneira...

A música voltou a fazer-se ouvir, e com renovado entusiasmo, e o vinho começou a desatar as línguas. Alguns comensais, reclamando aos gritos novas provisões, se acomodaram nos triclinios, reiniciando com ardor as discussões sobre rendas, fortunas e negócios. E o *maitre*, multiplicando-se, encheu as pequenas mesas de travessas e jarras. E para cada um dos sofás foi designado um par de criados atentos às cada vez mais rudes ordens dos convidados e sobretudo ao incessante reabastecimento das taças vazias.

Fiquei preocupado. O *simposion* não havia ainda começado e a maioria de funcionários *monopolei*, o governador incluído, já apresentava inquietantes sintomas de embriaguez.

Só Cívilis e seus oficiais pareciam resistir à tentação. E, ao verem que Procla e eu nos dirigíamos para o triclinio situado à esquerda do "sofá" presidencial, discreta mas rapidamente tomaram novas posições a curta distância. A julgar pelo seu sóbrio comportamento, era evidente que não estavam ali para se divertir. E de certo modo a postura de vigilância e proteção a Pôncio e sua esposa me tranquilizou.

Cruzei novo olhar com Cívilis, mas o impenetrável rosto só devolveu frieza.

Cláudia deitou-se sobre os almofadões inflados e eu, cravando a "vara de Moisés" entre os cacos de conchas, tomei a liberdade de



sentar-me no chão, muito perto da cabeceira do triclinio ocupado pela governadora. Ao notar a delicadeza com que eu cravei o símbolo de áugure fez-me uma pergunta que eu esperava havia tempo:

– E tu, Jasão, quantas vezes foste condenado?

Entre as supersticiosas romanas, fanáticas por toda sorte de áugures e adivinhos, estava na moda o trato com magos e astrólogos, principalmente se, como escreveria anos mais tarde o poeta satírico Juvenal, houvessem sido processados, desterrados e postos a ferros. Se aqueles indivíduos aparecessem envolvidos em processos políticos, muito melhor. Curiosamente, apesar da severa legislação promulgada contra a magia,<sup>102</sup> desde o imperador até o último cidadão a sociedade acabava nas garras desses desprezíveis tipos. E muitos se tornavam escravos morais dos milhares de egípcios, mesopotâmicos, gregos e sírios que diziam ler o futuro e ter contato com os deuses.

Louvando-me nos *Anais* de Tácito inventei descaradamente,<sup>103</sup> em resposta à pergunta da governadora:

– Fui expulso da Itália no ano 16 por um *senatus-consulto* do divino César. E antes caiu sobre este humilde áugure a condenação de Tibério contra os druidas.<sup>104</sup>

– Não sabia que os druidas eram magos...

– Nem eu tampouco –, respondi, temendo que ela quisesse aprofundar-se em um assunto que eu desconhecia.

– Todavia, pelo que sei o “velhinho” ouviu teus sábios conselhos...

A informação que eu dera a Pôncio numa das visitas à fortaleza Antônia, em Jerusalém, me ajudou a conduzir a conversa para o terreno que me interessava.

– Vejo, querida senhora, que teu marido não tem segredos para ti...

Sorriu amargamente.

– Saberás também – acrescentei preparando o caminho – que lhe anunciei o *portentum* do escurecimento do sol...<sup>105</sup>

Aquilo interessou-a vivamente.

– Não, nunca soube...

E mordeu o anzol.

– Conta-me.

Intencionalmente ampliei o vaticínio feito ao governador na manhã de sexta-feira, 7 de abril.<sup>106</sup> E a surpresa, à medida que eu entrava em detalhes, encheu-lhe os grandes olhos.

– Então – exclamou furiosa – esse bastardo soube que alguma coisa ia ocorrer...

– Sim e não – corrigi.

Creio que não me ouviu. Ergueu o corpo no triclínio e procurou Pôncio com os olhos. Temi o pior. Felizmente o psicopata estava de costas, junto ao bufê, recebendo uma segunda porção de cérebros de macaco.

Civílis, vigilante, pôs-se em pé e aproximou-se. Mas a governadora, recobrando a calma, estendeu a mão e ordenou-lhe que voltasse ao seu posto. Reclinou-se, esboçou um sorriso e me devolveu a palavra.

– Dizias...

– E ainda que o soubesse – prossegui numa tentativa de voltar atrás – quem pode modificar o Destino?

Olhou-me com dureza.

– Pôncio, sim, foi capaz...

Ao notar minha perplexidade deixou vaziar:

– Ele tem o poder. Não era o primeiro judeu que julgava, nem será o último... Mas está louco.

Aproveitando o seu arroubo de sinceridade toquei no tema capital:

– És demasiado severa. Imagino que os remorsos...

Não me permitiu continuar:

– Remorsos? Vejo que não o conheces. Aquela execução está esquecida. Pergunta a ele!

– Mas...

Cláudia, inflexível, golpeou de novo:

– Esquecida, meu querido e ingênuo mago! O governador tem uma especial capacidade para esquecer o que não lhe interessa.

– Queres dizer que a Crucifixão...?

– Uma a mais – cortou sem rodeios. Só o sinal no sol, como já comentei contigo, o afetou durante umas horas...

– Então – manobrei em outra direção também polêmica – não informou a Tibério...

Cláudia lançou-me um olhar comovedor. E adivinhei a pergunta.

– E por que iria fazê-lo?

– As acusações contra Jesus de Nazaré...

Moveu a cabeça negativamente.

– Que acusações? De que se proclamou “rei”? De que esse reino não era deste mundo?

E argumentou com razão:

– Se não deu conta ao imperador dos incidentes provocados pelas efígies em Jerusalém ou pela apropriação do tesouro do Templo para a construção do aqueduto, por que aborrecê-lo por causa de um anônimo metido em rixas religiosas com seus patrícios? Jesus se notabilizou por seus ataques a Roma? Era um perigo para o império?

Tive de dar-lhe razão.

– Pôncio é demente mas não tolo. Que é que podia dizer ao “velhinho”? Que ele havia condenado à morte um judeu contra o qual nada apurara? Que cedera às pressões do populacho?

As sólidas colocações de Procla esclareciam um outro capítulo sobre o qual muito se tem escrito: as supostas *Atas de Pilatos*, nas quais haveria contado os pormenores do processo e Crucificação do Filho do Homem.<sup>107</sup> A verdade é que quando li e analisei esses ingênuos textos adotei a opinião da maioria dos especialistas. Estávamos diante de “cartas ou informes” dirigidos a Tibério que não apresentavam a menor consistência histórica. Os defensores dessas descaradas falsificações, caso de Reinach e Volterra, davam por indiscutível a autenticidade dessa correspondência, coisa que nunca ficou provada e que só teria contribuído para prejudicar os interesses políticos de Pôncio, como afirmava a própria Cláudia.

Essas “atas” apócrifas contêm, além de tudo, tal acúmulo de erros e despropósitos que só se pode atribuí-las a fanáticos ou a pessoas bem-intencionadas, ou seja, empenhadas em preservar a memória do governador da Judeia mas muito mal informadas. Só assim se pode entender, por exemplo, que façam extensivo o fenômeno do escurecimento do sol a todo o planeta. Hoje sabemos que naquela de sexta-feira, 7 de abril do ano 30 da nossa era, não ocorreu eclipse nem fenômeno astronômico algum. O

acontecimento, como já narrei, teve caráter muito localizado, afetando unicamente Jerusalém e arredores.

Estávamos na noite de segunda-feira, 8 de maio. Haviam transcorrido 30 dias desde a execução de Jesus de Nazaré. Tempo mais do que suficiente para que Pôncio houvesse redigido e enviado tais informes ao imperador. Mas, como assegurava minha anfitriã, esse documento não tinha razão de ser e jamais seria escrito.

Os cristãos, em geral, guardam hoje uma lembrança entre benevolente e romântica da figura do governador. E não os culpo. A História, uma vez mais, sublimou a realidade. E ocultou fatos e condutas, aparentemente anedóticos, que mostravam perfeitamente o autêntico perfil de Pôncio. Por exemplo, a violação da sagrada norma da *lustratio*, ou lavagem de mãos. Outro exemplo: mais uma insólita reação do psicopata, praticamente desconhecida, que se encaixava em seu perfil maníaco-depressivo. O “achado” surgiu sem querer na instrutiva conversa com Cláudia Procla.

– Suponho que ao menos – insinuei sem perceber a importância do tema que levantava –, ainda que haja esquecido a execução tentaria conjurar o signo celeste...

Cláudia não pôde conter a risada.

– Vejo que estás a par de nossos ritos. – Esse louco?... Pedir perdão a Júpiter? – acrescentou pesarosa.

Antes de prosseguir devo esclarecer um ponto tão importante quanto ignorado. O escurecimento do sol calhava plenamente, para a supersticiosa sociedade romana, no que denominavam *signa* ou sinais. Qualquer sinal ou fenômeno prodigioso – e o “escurecimento” do sol (?) o foi sobejamente – era tomado em princípio como uma advertência ou manifestação punitiva dos deuses. A divindade mostrava assim a sua cólera. E o cidadão testemunha da maravilha corria a consultar os áugures buscando uma interpretação e a correspondente expiação de suas hipotéticas culpas. Para isso, a religião estabelecia um solene e sagrado procedimento: a *procuratio*. Ou seja, uma série de normas visando a restabelecer a paz entre a divindade ofendida e o homem. Essa *procuratio* dos signos era um ato de especial transcendência. Não esqueçamos que a ira dos céus caía sobre o suposto infrator e sobre quantos o rodeavam.

Pois bem, cada *signa*, uma vez estudada pelo áugure, exigia uma *procuratio* ou compensação concreta. Nos livros do “colégio profissional” de áugures de Roma havia uma longa lista de reparações aos deuses, criada nos distantes tempos de Numa. Se o fenômeno, por exemplo, consistia em uma chuva de pedras, a satisfação ou *procuratio* obrigava a testemunha ou testemunhas a guardar nove dias de férias. Se o portento era o nascimento de um monstro (homem ou animal), os deuses davam-se por satisfeitos com arrojá-lo ao fogo ou ao mar. Cada *procuratio*, entretanto, estava sujeita ao oscilante critério do “arúspice” de plantão...

No caso de que falamos – um *portentum* ou manifestação divina através da matéria inanimada –, o problema envolvia uma gravidade a mais. Cada *signa*, para a religião romana, era provocada por um deus específico. Uma perturbação na terra, por exemplo, era um signo de Telus. Se no mar, refletia a indignação do deus Netuno. Se o prodígio era celeste, a cólera procedia de Júpiter. E, como disse, o escurecimento do sol, competência do grande Júpiter, não era um fenômeno comum, de todos os dias. A ofensa atingia o “número um”, a divindade tutelar do império, o soberano do mundo, o pai da magia, o garante do direito, o senhor da luz, o dono do raio e das tormentas...

A suposta falta, em suma, era de extrema gravidade, exigindo uma *procuratio* do mesmo peso. E não posso deixar de admirar a finíssima “manipulação” da Providência. Até os símbolos pagãos eram magistralmente incorporados à encarnação humana desse Filho de Deus... E comecei a suspeitar que aquele misterioso “objeto” (?) que se interpôs entre o sol e Jerusalém “sabia” muito bem o que fazia.

– Aliviar a ira de Júpiter?... Recorrer à *procuratio*?... É disso que estás falando?

Confirmei, sem perceber o que havia por trás das capciosas perguntas de Cláudia.

– Meu querido amigo – esclareceu por fim –, não só não houve expiação como, orgulhoso e autossuficiente, repudiou o “prodígio”,<sup>108</sup> acusando os judeus de provocar a ira de Júpiter.

A confissão de Procla, na minha opinião, vinha confirmar dois pontos já comentados.

Primeiro: o reduzido juízo crítico de Pôncio sobre si próprio. Mais um sintoma de seu problema mental. Entre os enfermos maníaco-depressivos, essa atitude contrasta com a sua demolidora capacidade para julgar os outros. Abjurar as responsabilidades – “lavando as mãos” – é peculiar a esses psicopatas. Sua habilidade nesse campo chega ao extremo de conseguir que os que os rodeiam se sintam responsáveis pelos seus próprios atos.

Segundo: o repúdio à *procuratio* ou compensação aos deuses provava o nulo senso de culpa na condenação do Mestre. Esse “vácuo” ético, como já expliquei, só podia obedecer a um estado de crise psíquica. Não era de estranhar, portanto, que esquecesse rapidamente a execução.

E volto a lamentar-me. Sinto, sim, que esses pequenos grandes fatos não tenham repercutido, obscurecendo a realidade. E uma sufocante dúvida me inquieta desde há muito tempo. Se os evangelistas sabiam da enfermidade do governador, por que guardaram segredo? Empanava a imagem do Mestre? Não convinha dizer que Jesus de Nazaré foi julgado (?) por um doido?

Como afirmava o Galileu, “quem tiver ouvidos...”

– E quando, enfim, venceu o medo e se decidiu a deixar a cama – prosseguiu a mulher com um ricto de desprezo –, ele, muito cínico, me anunciou que, além de repudiar o prodígio do escurecimento do sol... *omen accipio!*

Cláudia fez uma pausa e desviou o olhar para a rumorosa cascata.

Estava claro; Pôncio, como todo maníaco-depressivo, revelava uma preocupante fuga de ideias. Aquele *omen accipio* – “recebo como um bom agouro” – era mais um sintoma da sua demência.

Além de refutar ou repudiar a sagrada cólera do grande Júpiter e atirar a culpa nos judeus, mudou de tática, transformando o prodígio solar em “bom presságio”.

Cláudia, saindo das suas reflexões, acrescentou:

– Minhas críticas não foram ouvidas. E durante dias aquele maldito *omen accipio* foi sua cantilena favorita.

Procla sublinhou o estribilho em tom de censura.

– E o pior é que está convencido. Crê firmemente que nossa sorte mudou.

Não comentei. Nisso acertou. O que Pôncio não podia imaginar era o “rumo” tomado pela dita sorte.

A conversa estava árida. Para amenizá-la, perguntei a Cláudia como era a sua vida e a do governador. Soube, assim, entre outras coisas, que ambos eram divorciados. Ela ostentava com orgulho o título de “portadora de estola”, menção honorífica reservada às mães de três ou mais filhos. Pôncio tinha uma só filha, fruto também, como os de Procla, de seu casamento anterior. Em seu novo estado, que obedecera a razões políticas, o governador se negou a ter novos descendentes.

Cláudia era uma mulher culta. Admirava Homero e dizia haver lido várias vezes a *Eneida* de Virgílio. Agora, nesse “desterro”, achava falta das animadas tertúlias de Roma e, sobretudo, seu *conventus matronarum*, uma espécie de “corpo razão de mulheres” criada no século anterior e que tinha por finalidade principal a manutenção do culto religioso.

Pôncio, ao contrário, era um rústico. Jamais o vira ler. Só lhe interessava o dinheiro. E desde que tomara posse como governador aquela obsessão fora apoderando-se dele até o extremo de aventurar-se em todo tipo de negócios ilícitos e complicados. Mas o que mais a irritava era a perigosa e corrupta relação comercial com os dirigentes religiosos judeus. Nesse momento, graças a trapaças e negociatas, a fortuna do psicopata orçava pelos 30 milhões de sestércios, sem contar o luxuoso mobiliário e duas vilas de recreio nos bairros do Palatino e o Viminal, em Roma.

Estava claro que aquele matrimônio não assentava no amor. As relações, tensas, pareciam condenadas a um novo divórcio.

Essa frieza e distanciamento entre os esposos, de par com a “vergonhosa” enfermidade que ela suportava, haviam feito de Cláudia um ser profundamente magoado, com uma tristeza permanente que devia, entretanto, ocultar em razão do cargo de seu marido. E fiquei sabendo também que a inquieta mulher encontrara um raio de luz desde que se interessara pela história e pelo culto de



Ísis, a deusa egípcia de muitos nomes. Vestia linho sempre que podia, invocava duas vezes ao dia a “salvadora e cheia de graça”, fazia-se benzer com água do Nilo e respeitava os jejuns prescritos por uma religião que fazia furor em todo o Mediterrâneo.

Então compreendi meu engano. A serenidade e a paz dos seus olhos não procediam dos ensinamentos de Jesus de Nazaré. Pouco depois, de maneira casual, teria oportunidade de penetrar mais fundo em suas crenças religiosas.

Aproveitando a confiança e a entrega da minha confidente, apontei-lhe a escultura de pedra do rei Akhenaton, perguntando pela origem daquele tesouro.

Cláudia fechou a cara, com ar de desagrado, e insultou Pôncio:

– Essa besta...

E indicando com o olhar os copos e recipientes sobre a bandeja lamentou-se:

– Não te alarmes diante da irreverência desse malnascido. Faz tudo para me mortificar. Ele sabe da minha veneração pelo Egito.

E de suas explicações extraí dois fatos com o mesmo denominador comum – a arte egípcia –, mas curiosamente distintos pela intenção.

Por outro lado, as inquietantes peças eram outra mostra da voracidade do governador pelo dinheiro. Cláudia desconhecia a procedência delas. Só o que sabia é que haviam custado uma fortuna e que Pôncio pretendia revendê-las quando regressasse a Roma. Em outras palavras: o enigma da tumba de Tut-ankh-amon continuava sem resolução. De outro lado, o Egito servia para estimular a postura provocativa do demente. O fino olfato desses doentes para captar as áreas sensíveis dos que os rodeiam o levava a agredir o culto mais íntimo e fervoroso de sua esposa. Ela admirava e partilhava a filosofia egípcia? Pois nada melhor para castigar seu orgulho do que ridicularizar o sagrado “faraó-sacerdote” convertendo-o em “móvel-bar”.

Esse era o autêntico governador da Judeia...

Mas a interessante conversa e minha vontade de esclarecer o mistério do enxoval funerário foram súbita e lamentavelmente

cancelados. Na realidade não podia queixar-me. A paz até que havia durado muito...

Então um Pilatos cambaleante surgiu no triclínio. Na mão direita carregava precariamente a travessa de prata com os úmidos e sangrentos miolos. Atrás, não menos ébrio, o tribuno.

Ergui-me e, por cautela, empunhei o cajado.

Então o governador, sem deixar de cantarolar, elevou os braços e a travessa, saudando Cláudia com um efusivo *domina* (o equivalente ao atual “dona” ou “madame”).

Mas os vapores do vinho começaram a agir. E ao querer completar a galanteria com uma reverência tão caprichada quanto falsa, a comida resvalou da travessa e precipitou-se sobre o peito de Procla. E suas finas gazes receberam em cheio aquela massa de sangue e miolos.

– Bastardo!...

Pôncio, atônito, retrocedeu. Mas o longo saio de musselina reservava-lhe outra surpresa. Ao pisar a barra perdeu a precária estabilidade e se esparramou de costas como um fardo.

Cláudia, com os olhos incendiados, pôs-se em pé. No mesmo instante, o “mestre-sala”, a criadagem e o *primipilus* se reuniram em torno a Pôncio, caído, e a Cláudia, desolada.

Para culminar, os músicos, desorientados, interromperam bruscamente suas melodias. E diante do assombro geral, a mulher, em pranto, abriu caminho aos repêlões e saiu correndo em direção ao portão de bronze.

Sagaz e instintivo, o *tricliniarcha* ordenou aos boquiabertos músicos que prosseguissem. E os convidados, sem entender o que acontecia, foram aproximando-se timidamente. Mas Pôncio, ajudado por Cívilis e o tribuno, depois de recuperar uma precária verticalidade, rompeu em uma sonora gargalhada. E os olhares vagos dos bêbados se apaziguaram.

Então, sem o menor traço de sentimento de culpa, ostentando uma desinibição típica dos maníaco-depressivos, ergueu de novo os braços, agitou as mãos e saudou a perplexa assembleia exclamando:

– *Omen accipio!*

Depois disso, lentamente, comensais e criados retornaram a seus lugares, os primeiros celebrando o bom humor do anfitrião com mais uma das infinitas taças.

Quanto à Pôncio, sob o estrito controle de Cívili, foi reclinar-se no “sofá” presidencial. E apesar do excesso de vinho, a hiperatividade do governador não deu trégua. Sentou-se, voltou a deitar-se, ergueu-se de novo e, eructando cavernosamente, exigiu a presença do escravo gaulês, para que o descalçasse.

Nesse momento contemplei algo que também o retratava perfeitamente.

As solas das sandálias eram pintadas. Pareceu-me reconhecer a imagem alada da deusa Ísis. Procla, minutos mais tarde, tiraria minhas dúvidas. A extravagância não era gratuita. Pôncio expressava assim seus mórbidos sentimentos de vingança. Todos os seus inimigos e todo aquele a quem odiava haviam sido pintados em sua incontável coleção de botas, sandálias, pantufas etc. E cada dia, ao despertar, dependendo do humor, selecionava quem deveria ser “pisoteado” durante a manhã. À tarde e à noite trocava de calçado... e de “inimigos”. E para a festa de aniversário da esposa – por que não? – o símbolo mais venerado por Cláudia: a deusa Ísis.

Esse era o homem que julgou Jesus de Nazaré...

E o mudo e paciente atleta da cabeleira loira inclinou a cabeça assentindo ao último desejo de seu amo: mais vinho e mais miolos.

Então, agitando os rosados e roliços dedos, convidou o tribuno e a mim para nos acomodarmos aos seus pés. O jovem oficial responsável pela administração da corte – a quem chamavam Védio –, foi o primeiro a obedecer. E Pôncio, mais lúcido do que eu supunha, o obsequiou com o brilho dos seus três dentes de ouro.

O tribuno, a julgar por sua juventude (provavelmente estava pelos 20 anos), era um membro da classe senatorial que cumpria o serviço militar na qualidade de *tribuni laticlaui*, ou seja, um “recomendado” que assim preparava o *cursus honorum*, fundamental para ingressar no senado de Roma. Naturalmente só desempenhava funções de chefe administrativo. Ao lado do experimentado *primipilus*, aquele bisonho era uma caricatura. Um arremedo de soldado que de certo modo aliviou a pestilência dos

excrementos de crocodilo que rebocavam o edematoso rosto do psicopata. Digo isso porque o tal Védio ostentava outra das “maquiagens” em voga entre os privilegiados do império. Sobre uma peruca de pelo de cavalo, tingida de um vibrante escarlate, trazia uma branca pirâmide de sebo de 20 centímetros de altura “recheada” com mirra alaranjada. A função de tão insólito toucado era calculada. Ao calor das tochas e da cálida noite, o cone derretia e gordura e perfume escorriam pelo rosto e pela túnica, impregnando o ambiente com uma penetrante fragrância.

O amaneirado jovem se deixou cair com dificuldade sobre o branco e rangente piso e, sem dizer palavra, introduziu a mão sob a túnica de um dos escravos que nos atendiam. Naquele instante desejei abandonar o *triclinium* e a cidade. Mas o Destino ainda não havia virado a página daquele borrascoso dia.

Então redobrei a atenção e fui colocar-me à cabeceira do sofá.

Civílis trocou umas palavras com os *prior* e encaminhou-se apressadamente para a saída do *triclinium*. Os movimentos do *primipilus* não passaram despercebidos ao governador. E com a língua engrolada, sob o efeito do vinho, explodiu de repente:

– Rameira!... Essa raposa pensa que não sei de nada...

Védio girou a cabeça bruscamente, buscando a explicação para a exaltação de Pôncio. E sebo e mirra salpicaram os pés nus de Pôncio. Mas o chefe dos centuriões já havia transposto o portão de bronze.

O governador arqueou-se no sofá, comprimindo o volumoso ventre, recolheu gotas de maquiagem com as pontas dos dedos, introduziu-as na boca e provou-lhes o sabor. Depois, mostrando a negra dentadura, arremeteu como um búfalo:

– Tem o gosto da leprosa!...

Indignei-me.

Mas a descarga daquele bruto ainda não havia terminado. Introduziu os dedos pela segunda vez entre os lábios sensuais e, lambendo-se, golpeou de novo:

– Tem o gosto do Civílis!...

E cuspiendo sobre os fragmentos de conchas, escolheu a fuga:

– Tomo por bom agouro!...

O tribuno, adulator, ainda desconhecendo o sentido das sibilinas e torpes insinuações, uniu-se ao demente com outro expressivo *omen accipio*. Então o governador, em uma pirueta que me apanhou desprevenido, apontou-me acusadoramente e mudou o alvo:

– E tu, de que falavas com a leprosa?... Também te andou seduzindo?

Dessa vez não me contive. E golpееi onde podia feri-lo.

– Não, excelência... Tua ilustre esposa e este poderoso mago – me diverti com o “poderoso mago” – conversavam sobre um de teus últimos erros...

O tribuno empalideceu. E a onipotência de Pôncio cresceu como a espuma.

– Como te atreves?

Seus olhos me fulminaram. Mas não só não me intimidei como o humilhei sem piedade.

– Um juiz justo não condena um inocente.

– Inocente? – balbuciou, tentando recordar-se. – Impossível!

– Tu enviaste à cruz o Profeta da Galileia...

Franziu a testa e desviou o olhar para Védio, em busca de apoio.

– Profeta da Galileia?

Eu mal podia acreditar. Cláudia tinha razão. O maníaco havia afastado da memória o drama. Mas eu é que não estava disposto a deixar passar aquela oportunidade de ouro. E o obriguei a desbloquear a mente.

– Sim, o “rei dos judeus”...

O tribuno perguntou quem era aquele “rei”. Na minha opinião, a absoluta ignorância de Védio sobre a Crucificação do Mestre refletia uma situação que não foi bem avaliada pela História. Para crentes e não crentes, com o benefício que a distância no tempo outorga, a Paixão de Jesus tem sido considerada como um acontecimento da máxima relevância, que teria feito estremecer os pilares da sociedade judaica. Nada mais distante da realidade. Com exceção da família, dos amigos, seguidores, da casta sacerdotal e da força acantonada na fortaleza Antônia, os fatos da sexta-feira, 7 de abril não comoveram ninguém. A notícia circulou por determinadas regiões da Palestina, sim, mas isso foi tudo. A morte do Filho do

Homem não seria conhecida no império até alguns anos depois. Na época, como demonstrava a pergunta do tribuno de Cesareia, muito poucos tiveram conhecimento do processo, das torturas e execução do quase anônimo Galileu. Quanto ao significado da “inteligente” Ressurreição, melhor nem comentar...

– Jesus de Nazaré – insisti.

Pôncio, por fim, abrindo os olhos ao máximo, foi concordando em silêncio.

– Inocente, sim – exclamei enfurecido –, mas pendurado em uma cruz.

Espantado pela súbita lembrança, passou da afirmação a uma febril e convulsiva negação com a cabeça.

– Não foi um erro? – encurralei-o com todo o atrevimento de que fui capaz.

Pedi vinho aos gritos. O gaulês, como um autômato, deixou comida e bebida sobre a mesinha redonda que me separava de Védio. Esgotou a taça e, esfregando a mão no rosto, na nervosa tentativa de enxugar os filetes do espesso e quente vinho, deslocou parte dos excrementos da maquiagem e os introduziu na boca. Ficou vermelho, cuspiu, deu patadas no frágil móvel. Então, mesa, jarras, vinho, travessa, miolos de macaco, tudo rolou pelo chão.

Descontrolado pelo incidente, esqueceu minha pergunta e, como a coisa mais natural do mundo, mudou sua fúria para o assustado tribuno.

– Tu e tuas maravilhosas maquiagens!...

O *tricliniarcha* entrou em ação, E depois de recompor e limpar o ambiente, perguntou a Pôncio se considerava oportuno entoar o *peán*. Com esse cântico dava-se início ao terceiro e último “ato” do convite: o temido *simposion*.

O governador ignorou-o e retomou o tema pendente:

– Um erro?

As mudanças de assunto, as abstrações e a hiperatividade eram angustiantes. O pensamento, entretanto, não era incoerente nem dissociado. Sabia do que falávamos. Nunca o vi perder o fio condutor. Também não captei sinais de desintegração do eu. A sombra da esquizofrenia, no momento, não parecia ameaçá-lo.

– Tens razão – esgrimiui, baixando o prepotente tom.

E a inesperada tática me deslocou. Será que reconheceria o erro?

Mas o imediato e irônico sorriso mostrou ao mesmo tempo suas cáries e o sombrio coração. E me convenci de que para aquele doente a palavra “erro” não figurava em seu vocabulário.

– Foi um lamentável erro... dos judeus...

Golpeou as coxas com ambas as mãos e riu do gracejo.

– Além disso – apanhou de novo os miolos com ansiedade –, agora que me recordo, o tal Jesus era só um iluminado.

– Sim – reconheci –, mas capaz de escurecer o sol...

Pôncio engoliu o meu “torpedo” junto com os miolos. Engasgado, fez cair uma chuva de pequenas e sangrentas porções da repelente comida sobre o efeminado tribuno.

E, tossindo e arfando, ainda repetiu, apesar da sufocação:

– *Omen accipio!*

E Védio, alheio ao assunto do *portentum*, quis saber o que era. Como se recordará, o fenômeno só foi visível em Jerusalém. Expliquei-lhe isso.

– Está claro – explicou o tribuno dirigindo-se ao governador, já recuperado. – Como sustentava o grande Virgílio, um prodígio semelhante só pode ter sido obra dos *manes*. Se o réu era em verdade inocente regressou para se vingar...

A inoportuna reflexão do tribuno só serviu para acelerar o pulso e o espanto do supersticioso Pôncio.

Os *manes* faziam parte dos já citados deuses de segundo grau. E ainda que a confusão fosse muita a respeito do seu verdadeiro significado, a maior parte da sociedade romana, incluído o poeta Virgílio, os considerava almas de defuntos, encarregadas de fazer o bem e o mal entre os vivos.<sup>109</sup>

Mas meu receio era infundado. O governador se refez rapidamente do susto. Então, felicitando o incauto Védio pela proposição, abordou a tese da vingança e concordou, triunfante e convencido:

– Isso é possível. Os *manes* do profeta poderiam voltar do além para castigar os judeus...

Depois da tergiversação sobre as “atribuições” desses espíritos, olhou para mim e, em tom paternalista, censurou minha amizade com sua mulher:

– Deverias ter mais cuidado... Suponho que sabes que os *manes* se infiltram nos sonhos, provocando pesadelos quando não os honramos devidamente.

Apontando os muros às suas costas, queixou-se:

– A leprosa venera agora Ísis e esqueceu o culto aos mortos...

Pôncio mentia. Mas em sua sinistra psicologia o argumento era inevitável. Qualquer escusa era boa para responsabilizar os outros.

– E eles – insistiu, para me pôr à prova – voltam e castigam. É o que estão fazendo com ela com essa maligna doença. Quanto a ti, já veremos...

Continuou petiscando os miolos de macaco e, diante do meu silêncio, que lhe parecia a prova de que me vencera, optou pela bajulação.

– Mas não te preocupes. Sou teu protetor. Diz-me onde repousam os teus mortos e amanhã mesmo os cobrirei de flores.<sup>110</sup>

Adulação. Tentativas para dividir. Projeção de responsabilidades. Mentiras frias, calculadas e sistemáticas. Onipotência. Conduta provocativa. Ausência de inibição. Bruscas mudanças de humor. Alta capacidade para medir a resistência alheia. Fino instinto para ferir. Pensamento vertiginoso. Nenhum senso de autocrítica. Julgamento sempre severo e feroz para com os outros. Ideias delirantes...

Inútil continuar. Encerrei o assunto Jesus de Nazaré. Com aquele psicopata era difícil argumentar. Não lembrava. Não se sentia culpado. Pior ainda: culpava os judeus. A Crucifixão, em suma, passara à história em sua mente enferma e devastada.

Assim era Pôncio Pilatos.

Então uma deslumbrante e renovada Cláudia Procla veio arrancar-me de tão amargas reflexões. A governadora, com uma nova e imaculada túnica branca de linho, reapareceu feliz e radiante. E, como se nada houvesse ocorrido, foi instalar-se no tricínio contíguo.

Pôncio deixou de tagarelar. E o seu olhar, turvado pelo vinho, fixou-se no magnífico peitoral que pendia do pescoço da



governadora. Eu mesmo, ainda que por outras razões, vi-me fascinado pelo colorido e o fausto da delicada peça. Entre marfins, corindos e lápis-lazúli, sobressaía uma turquesa gigante, grande como um punho, trabalhada em forma de pássaro com as asas curvas e estendidas. Corpo e cabeça eram cobertos por finas lâminas de calcedônia semitransparente que imitavam o escaravelho sagrado dos egípcios. Das garras, de prata, pendiam lírios e latos. E sobre as pinças do escaravelho uma barca entalhada com esmeraldas, transportando o *udjad*, o olho divino, de ouro maciço.

O reflexo das tochas sobre o pesado pendente fez o governador pestanejar. Com um sorriso desafiante, a mulher apanhou uma taça de vinho, aproximou-a da boca e, sem deixar de olhar para o marido, submergiu a língua na escura, espessa e cálida bebida. E, sensual e vingativa, passou-a lentamente pelos finos e rubros lábios, umedecendo-os.

Comecei a tremer.

Cláudia havia voltado com a acha de guerra. O símbolo egípcio no peito, desafiando Pôncio, só podia desencadear uma catástrofe. Mas a súbita aparição do *primipilus* desviou subitamente a ira do psicopata. E creio não errar se afirmo que o passo marcial do centurião a multiplicou.

Procla, sem o menor pudor, girou também o olhar para o recém-chegado. E o sorriso a transformou, iluminando-a. Com a travessa de miolos sobre as coxas, Pôncio não sabia para onde olhar. Civílis ou Procla? Procla ou Civílis? O soldado, porém, continuou andando, alheio à admiração de uma e ao furor do outro. E ao acercar-se do bufê pediu vinho com mel.

Agarrei a “vara de Moisés”. O terremoto parecia iminente.

Mas Védio – Deus o abençoe –, sem se dar conta do clima de alta voltagem, salvou sem querer a tempestuosa situação. Com a ousadia que o excesso de vinho provoca dirigiu-se à governadora e retomou o debate sobre os *manes*, perguntando se as pinturas representavam a vingança dos espíritos dos mortos.

Procla, confusa, pediu que se explicasse.

E o tribuno – saindo pela tangente – resumiu a recente polémica em torno do Crucificado e a hipótese de Pilatos sobre os *manes* e

suas magníficas artes.

A mulher, aproveitando a esplêndida oportunidade, capitalizou o tema, rebatendo e humilhando o marido.

– Morto? Que morto? – replicou com ironia. – O governador foi imediatamente informado da Ressurreição do Galileu.

E sem medir o alcance das palavras, com a única intenção de esmagar a maledicência do marido, acrescentou:

– Meus sonhos não são obra de mortos, mas de vivos...

Véδιο, entre risos, refutou a “absurda notícia da volta à vida do Profeta”. Para minha satisfação fui testemunha, em seguida, de uma acalorada discussão sobre deuses e crenças religiosas. E, ainda que seja meu propósito voltar a esse apaixonante e transcendental capítulo – ao qual também Jesus de Nazaré teve de enfrentar –, não posso deixar de resumir a essência de tão instrutivo duelo. Um debate que sepultou de vez a suposta comunhão de ideias de Cláudia com o cristianismo.

O jovem aspirante a senador, pertencente, como a governadora, à classe dirigente romana, era adepto do epicurismo, uma das correntes filosófico-religiosas dominantes ao tempo.

No caso de Véδιο, essa busca da felicidade através da razão e do conhecimento das coisas enfrentava violentamente as velhas tradições, que defendiam a supremacia absoluta dos deuses (uns 30 mil, segundo Hesíodo). Devido à sua extrema juventude, o rapaz ainda não havia conseguido desembaraçar-se desse pesado lastro.

Como iríamos comprovando ao longo da nossa missão, esse era o angustioso dilema de boa parte das novas gerações minimamente cultas do império. Não compreendiam o porquê de tantos deuses. E duvidavam de sua eficácia e do seu suposto controle sobre o homem. E certo dia alguém começou a abrir-lhes os olhos. Esse personagem, o filósofo grego Epicuro, falecido em 270 a.C., viria a abalar os pilares religiosos do mundo civilizado. Esse mestre, filho de mestre, teve a audácia de questionar o papel dos milhares de divindades e os correspondentes ritos, superstições, castigos e prêmios. E suas magistras ideias desestabilizaram a mentalidade da época. Esse aluno de Pânfilo e Xenócrates ensinou a seus contemporâneos que o fatalismo era uma fraude e os deuses, um

meio para sujeitar e governar vontades. E animou-os a pensar por si próprios.

Epicuro combateu sem descanso a religião baseada no terror e na permanente submissão aos deuses. Sua moral tinha por ponto de partida o reconhecimento das necessidades humanas e a imperiosa obrigação de satisfazê-las. E baseava a felicidade na prudência. Era essa virtude que devia regular os atos dos homens. Provavelmente seu conceito de prazer não foi bem entendido. Não defendia a sensualidade desenfreada ou o prazer dos fartos. Isso foi praticado pelos maus epicuristas. Seus objetivos não eram hedonistas. Não perseguia o prazer como único e último fim. O empenho desses homens e mulheres era outro: a obtenção da ausência de dor física como o grande bem, como a "ataraxia" da alma (o "eu" imperturbável diante das agressões do mundo).

E fixou os princípios para o estudo científico que deveria levar a um melhor conhecimento das coisas e, em definitivo, à compreensão do lugar ocupado pelo homem na Natureza. E com uma visão genial do que um dia seria a física quântica, teve a coragem de romper com o determinismo mecanicista de Demócrito introduzindo o conceito de indeterminismo, em virtude do que chamou *clinamen* (certa "declinação" espontânea dos átomos). E considerou a alma uma entidade individual, construída por átomos simples, ainda que mortal e finita.

Muitos dos discípulos fundaram centros epicuristas em Lampsaco, Egito, Mitilene, Roma e Antioquia. E anos antes do nascimento do Mestre, Fedro, Zenão e Filodemo de Gadara ensinaram essa doutrina na capital do império, causando um grande impacto e levantando ondas de protestos entre os ortodoxos. Desde fins do século I a.C., em especial com as calorosas prédicas de Lucrecio,<sup>111</sup> o movimento de Epicuro atingiu o auge, semeando a discórdia entre gerações. Para esse ilustrado discípulo, a fé não passava de um "espectro gigantesco que se elevava da terra ao céu, cuja dura pisada esmagava ignominiosamente a vida do homem, enquanto que seu rosto o ameaçava cruelmente do alto". E numerosos pensadores, Ovídio, primeiro, e Epícteto mais tarde, se rebelaram contra a "heresia", exigindo respeito para com os deuses

e censurando quem, com esse veneno, destruía os espíritos jovens, desgarrando-os.

Graças a esse providencial herege, muitos passaram a aceitar que o verdadeiramente importante era trabalhar e esforçar-se por elevar o estatuto e a dignidade do homem, renegando as superstições que os aprisionavam. Algo realmente louvável se levarmos em conta que a filosofia epicurista negava toda transcendentalidade.

E do mesmo modo que o estoicismo e o cinismo, as outras duas grandes tendências filosóficas existentes em vida de Jesus, o epicurismo contribuiu em grande parte para fazer mais compreensível a originalíssima mensagem do Mestre e a posterior ação missionária de seus discípulos. Foram “sementes” que a História e a própria Igreja católica parecem ter esquecido.

E já que o menciono, seria o caso de traçar umas rápidas pinceladas que refrescassem a memória do hipotético leitor deste diário com respeito a essas filosofias, que de certa maneira abriram o caminho do Mestre. Doutrinas que Jesus de Nazaré conheceu muito bem, que respeitou e que foram tema de inesquecíveis e brilhantes debates com gentios e judeus. Um capítulo, como veremos a seu tempo, tão belo e fascinante quanto desconhecido...

O estoicismo, em síntese, fundado em fins do século IV a.C. por Zenão de Cítio, não pode considerar-se como uma religião. Foi, isso sim, uma filosofia de luxo, muito próxima, em alguns aspectos, ao doutrinado pelo Filho do Homem.

Acreditavam em uma Razão superior, em um Deus-Razão, que governava a Natureza. A virtude, o grande objetivo destes preclaros pensadores, consistia na harmonia com o criado. A alma, diziam, era de origem divina e, mesmo encarcerada em um corpo físico e detestável, devia esforçar-se por obter esse equilíbrio com homens e coisas.

Consideravam-se “descendentes” desse Deus-Razão e, em consequência, pregavam a irmandade entre os seres humanos. O melhor prêmio a que aspiravam chamava-se “esforço”. Esforço por conquistar a virtude. Tudo o mais os deixava indiferentes.

Infelizmente nunca identificaram Razão-Deus com Deus- Pai, com o "Ab-bã" que Jesus de Nazaré "patenteou".

De sua parte, os "cínicos", uma seita na qual provavelmente se inspiraram os estoicos, nunca se elevaram à espiritualidade dos "homens-razão".

Antístenes (435 a 370 a.C.), discípulo de Sócrates, pode ter sido o criador dessa escola. Outros asseguram que foi Diógenes, o ateniense.

Basicamente, seus princípios centravam-se no desprezo da matéria. Não valorizavam riquezas, saúde, ciência ou deuses. Tudo isso era "inútil e desprezível". A única coisa positiva para os "cínicos" era livrar-se dos desejos. Só assim, afirmavam, seria possível desfrutar a felicidade.

Diante do assombro do mundo lançaram-se a pregar pelos caminhos a salvação mediante a simplicidade, a virtude e a castração dos desejos.

Foram os primeiros missionários. E sua filosofia, ainda que incompleta, preparou a "grande revolução". Uma revolução, a do "Irrepetível", que melhor será compreendida se não perdermos de vista essa caótica situação em que se debatiam os povos quando o Mestre decidiu iniciar a vida pública.

Cláudia, depois de ouvir as excelências do epicurismo e as explicações sobre a alma mortal e sem possibilidades de "ressurreição", expostas por um Védio arrogante e dono da verdade, arremeteu como uma loba:

– Então te atreves a duvidar da sabedoria dos nossos antepassados? Como podes negar a proteção dos deuses?

Procla, como já expliquei, participava firmemente das tradições dos seus ancestrais. O culto a Ísis, como outros rituais, era uma manifestação a mais das religiões de massas, dominantes em todo o império e nos restantes países civilizados. Epicuristas, estoicos e cínicos constituíam uma minoria diante dessas crenças institucionalizadas.

As religiões "oficiais", que poderíamos definir como "mistéricas", estavam intimamente ancoradas nos mitos ou mistérios legendários, com as inevitáveis cortes de deuses de todo tipo. Umas religiões que

favoreciam o nascimento de sociedades secretas e herméticas, com suas inseparáveis liturgias, líderes, superstições e aberrações. Todos “vendiam” felicidade e salvação eterna, em troca, claro, de submissão, dinheiro e sacrifícios sem conta.

– Prudência? Ataraxia? O “eu” imperturbável?... – a governadora o fustigou sem piedade. – Vosso admirado Lucrécio fez de tolos a todos vós...

E sorrindo com satisfação o encurralou:

– Epicuro teria aplaudido o seu suicídio? Lucrécio de fato matou-se aos 43 anos.

– Prefiro terminar assim – respondeu Védio sem voltar atrás – a viver sob a bota de uns deuses adúlteros, cruéis, ladrões e caprichosos.

Procla ensaiou o contra-ataque. Mas o tribuno não havia terminado.

– Essa mitologia que vos consome é um conto que engorda sacerdotes e confunde o homem.

Pôncio, inexplicavelmente, fechou os olhos. Mas não parecia adormecido.

– Será que não conheces Sêneca? – atacou de novo a governadora referindo-se a um dos mais ilustres representantes do estoicismo. – Ele sim defende uma divindade superior e uma legião de deuses menores.

– Sêneca um estoico? – zombou o jovem. – O único “equilíbrio e harmonia” que enxerga e pratica é o do dinheiro e da adulação.

E acrescentou, atenuando:

– Vejo, querida Cláudia, que tu é que não conheces esse falacioso. Seu falso estoicismo ele o resumiu em uma frase: “A lógica não é conveniente para a sabedoria”.

E Védio, mais bem informado do que eu supunha, desnudou o célebre escritor, filósofo e advogado cordovês:

– A única Razão-Deus para Sêneca é Sêneca. Desde quando um político crê na virtude? De verdade o importante para Sêneca é o homem?

E rindo com vontade disparou:

– Se é assim, amanhã mesmo lhe pedirei a metade da sua fortuna.<sup>112</sup>

E cuspiendo a mistura de sebo e mirra que lhe escorria pelo rosto, deixou clara sua oposição a Lúcio Anneo Sêneca:

– Um autêntico estoico não incide no estupro e na violação. E te digo mais: logo descobriremos o seu verdadeiro senso de prudência. Por trás de seus sábios escritos e discursos só existe um desmedido desejo de poder. Sêneca não sossegará enquanto não entrar no senado...

– Calúnias! – interrompeu-o Cláudia com uma indignação crescente.

– Pergunta-lhe – defendeu-se o tribuno. – Neste momento está em Alexandria com seu tio Caio Galério, o prefeito... Além disso – desqualificou-a sem misericórdia –, eu sou epicurista.

– Estoicos, epicuristas... Que mais teremos! Todos sois iguais. Todos buscais a destruição do império...

Védio voltou a rir, negando com um gesto de cabeça.

– Pobre infeliz! – sentenciou ela amparando-se na segurança da sua hierarquia. – Pretendes mudar o mundo?

– Só o homem – distinguiu o inteligente amaneirado. – O outro, no devido tempo...

– E como? – interrogou-o Cláudia ferindo-o no mais íntimo. – Fugindo da dor? Ganhando batalhas com legiões de efeminados?

Védio buscou amparo em outra taça de vinho.

– Tua mente atrofiada – retrucou por fim com frieza –, pisoteada pela insensatez da superstição, não pode compreender. Só vês pelos olhos desses sacerdotes e deuses que te exigem, te ameaçam, te escravizam. Mas chegará o dia em que o homem ocupará esses altares...

– Blasfemo!

O tribuno não se impressionou:

– E chegará o dia em que as necessidades do homem serão mais importantes do que essas ridículas necessidades dos deuses.

– Que obsessão – explodiu a governadora. – Como podeis comparar uma coisa com outra? Vós mesmos reconheceis que o homem é algo finito, que volta ao nada...

– Sim, somos apenas átomos – assentiu o tribuno, desfechando em seguida outra cutilada mortal. – Mas tuas divindades nem sequer existiriam se não fossem esses átomos.

– A imortalidade dos deuses – vacilou Cláudia perigosamente –, é inquestionável.

– Quem o disse?

E Védio respondeu a si mesmo:

– A tradição? O imperador? Os áugures?

– Herege!

– Sim – inflamou-se o jovem –, um “herege” que quer manobrar o timão de sua vida, de seus atos, de seus erros...

E erguendo a taça pronunciou um brinde que envenenou definitivamente sua contendora:

– Pela vida!... Por um mundo sem obscuridade... Por mim mesmo, que posso dispor dessa vida quando quiser!

E Cláudia, erguendo a sua, não ficou atrás.

– Pelos deuses!... Por Ísis, a luz divina!... Pela deusa Fortuna! Que ela te confunda!

– Loucos! Estais loucos! – acometeu ele entre risadas. – Será que não sabeis que o acaso é consequência do *clinamen*? Como podeis entronizar como deusa um simples fenômeno físico? Pobres escravos do determinismo!...

– Não queiras confundir-me – bramiu Cláudia. – Determinismo não. Vontade divina sim.

– O nada governando o nada! – murmurou Védio já acusando o cansaço do encarniçado duelo. – O acaso como grande protetor dos indignos!

– Foi o acaso ou a vontade dos deuses que permitiu a Ísis encontrar o corpo de seu irmão Osíris?

A questão colocada pela iracunda governadora não foi muito feliz. E o tribuno a destroçou:

– Em que ficamos? Não dizes que os deuses são imortais? Quem então conseguiu despedaçar o pobre Osíris?<sup>113</sup>

Cláudia, perplexa, não soube responder.

– Vontade dos deuses – voltou Védio enterrando-a –, ou de uns sacerdotes que não querem perder o favor de tão prometedora e



saborosa “clientela”?

– Sacrílego!

Nesse instante Pôncio abriu os olhos e riu sarcasticamente.

Procla, surpreendida pelo inesperado “ataque” do marido, não conseguia definir-se: rebatia o insolente juvenzinho ou ajustava contas com o psicopata? A hesitação perdeu-a.

Védio, triunfante, continuou acutilando a desconcertada governadora:

– Vou dizer-te o que penso. Osíris, se é que existiu, foi um louco. E sua irmã, uma histérica...

A risota do governador feriu de novo em cheio a mulher. E desejei com todas as minhas forças que alguém acudisse em nosso auxílio. E para minha surpresa esse alguém fui eu mesmo.

– Duvidas da magia de Ísis? – recuperou-se Procla olhando depois para mim. – Pergunta-lhe!

Senti-me apanhado.

– Pergunta ao mago!

O tribuno me obsequiou com uma observação petulante:

– Outro adivinho?

Dessa vez, Pôncio não se calou.

– Ignorante, a magia existe!...

E a governadora sacou a pergunta fatídica:

– Queres uma demonstração?

Tentei dizer alguma coisa, num esforço por impedir os propósitos de Procla. Foi inútil.

– Jasão! – ordenou a mulher sem contemplação. – Mostra a este epicurista ateu e orgulhoso até onde chega o teu poder.

Mas os insultos funcionaram. E me salvaram... momentaneamente.

– Ateu? – ironizou Védio. – Me chamas ateu?

Cláudia, desorientada pela súbita réplica, deixou em suspenso a ordem e o terror que me dominava.

– Não sois vós – vociferou o amaneirado fora de si – os que adorais o raio e o lobo? Não sois vós, pobres, inconsequentes, que haveis reduzido as divindades a monstros cheios de ira, inveja, ciúmes e concupiscência? Onde estão a espiritualidade e a liberdade

desses supostos deuses? Não sois vós, cegos e tolos, que venerais a matéria inanimada?

A certa argumentação era inapelável.

– Gente como vós – prosseguiu para meu alívio – condenou Sócrates e o grande Aristóteles por não acatarem os deusinhos de suas cidades.

E tomando fôlego rematou:

– Leste a *Metafísica*? Nela, Aristóteles define Deus como um “ser eterno e perfeito”. Vale dizer, “o pensamento do pensamento”...

Arquejante e farto da discussão foi baixando o tom:

– A isso aspiramos. Isso é o epicurismo. É isso ateísmo? Quem é o ateu? Tu, adoradora de astros, ou eu, da inteligência?

Mas a governadora, com suas ideias fixas, voltou a apontar-me com o dedo.

E Védio, adiantando-se, nos desdenhou:

– Astrólogos!... Magos!... Feiticeiros!... Adivinhos!... Já sei, os novos deuses!

E aludindo ao cajado que eu tinha sobre as pernas (o *lituus* curvo de áugure), se lamentou:

– Fabricantes de felicidade empacotada... e em domicílio. Puderam os teus astrólogos predizer o escurecimento do sol? Pôde esse mago e profeta da Galileia predizer sua morte?

Meu cérebro processava a grande velocidade. Devia interrompê-lo, alongando assim a discussão? Uma vez concluída a peroração, à vista da teimosia de Cláudia, estava claro que sobraria para mim. Que podia fazer? Preliminarmente, qualquer coisa menos converter-me em uma atração. E o Destino (?) ouviu minha súplica...

– Nenhum de teus deuses – vangloriou-se o tribuno – é capaz de matar-se a si mesmo. Eu, ao contrário, posso fazê-lo agora mesmo.

E para assombro geral, sacando um punhal oculto entre as pregas da sua túnica, colocou-o sobre o coração. Cláudia lançou um grito. Pôncio ergueu-se de um salto. E os centuriões “prios”, como um só homem, caíram sobre Védio, arrebatando-lhe a arma. Civílis interveio prontamente, erguendo o afetado tribuno. As lágrimas do jovem, irrefreáveis, deram-me uma ideia de quão perto estivéramos de uma tragédia. O convicto militante do epicurismo falava a sério.

E Procla, compreendendo também que o debate havia ido demasiado longe, se apressou a consolar o tribuno, esquecendo qualquer ressentimento. Aborrecidos por tão longa espera, os convidados organizaram um cordial e jovial protesto, golpeando as mesas com punhos, jarras e taças e depois gritando em coro. Isso pôs fim à segunda parte do convite e à minha incerteza:

– *Pean!... Pean!... Pean!...*

Até a música foi suplantada pelos protestos e o rítmico e bem-vindo apelo. A partir daí a festa – o *simposion* propriamente dito – decorreu febrilmente, quase endemoniado. E houve de tudo, naturalmente.

Pôncio, reclamando paz, concordou. Então os convidados, de pé, entoaram o *pean*, um cântico de louvor a Dioniso, a “bondade divina”. A criadagem serviu vinho puro. E o governador, seguindo a tradição, molhou os dedos na bebida e a espargiu no ar com rápidos e nervosos toques. E em cada aspensão invocou o nome e a bênção do deus. Novos brindes. Esse por todos os presentes. E os bêbados encerraram o ritual com outra demonstração de alegria: ergueram os braços e estalaram os dedos.

E o *simposion* prosseguiu entre vivas, aplausos, *tragemata* (frutos secos), vinho à vontade, um vibrante solo do músico responsável pelo aulos duplo... e vomitórios.

Os escravos, bandeja na mão, ofereciam duas opções: a tradicional pena de ganso, com a qual o comensal podia “provocar” o refluxo, ou uma pastosa e escura poção à base de infusão de escamônea de Alepo, uma planta herbácea importada da Síria. O drástico purgante era eficaz cem por cento. E como alguma coisa habitual, sem constrangimento, alguns dos convidados vomitaram vinho e comida meio digerida nas bacias de prata trazidas por imperturbáveis criados. Então pediram novos manjares.

“Rei do banquete...” O “mestre-sala” distribuiu dados de argila.

A cerimônia, obrigatória nos banquetes de categoria, consistia na eleição do *simposiarca*, o “rei ou diretor” do *simposion*, o qual ficava investido de “todo poder”. Suas ordens eram sagradas. Entre as atribuições figuravam as de estabelecer as proporções de vinho e água, o número de taças a ingerir, a ordem das atrações, concursos

etc., e sobretudo os castigos a impor a quem ousasse perturbar a festa.

A maioria, demasiado embriagada, declinou do convite.

Cláudia não teve sorte. Seu dado marcou um ás (o um). E chegou a vez do governador. Beijou o falo que pendia do pescoço e lançou o cubo. E a peça, depois de repicar sobre o piso de conchas, foi parar aos meus pés. O *tricliniarcha*, atento, cantou o "seis", a "tirada de Afrodite". Vivas e aplausos. Pôncio colocou-se na cabeceira.

Instintivamente, mais por cortesia, recolhi o dado e ao lançar os olhos nele descobri perplexo que todas as faces tinham gravada a letra grega correspondente ao número "seis" (a *dseta*, com uma vírgula alta à direita). Onipotente... mas falcatruero.

E o "mestre-sala", ao pedir-me o dado, me lançou uma piscada de cumplicidade. Naturalmente, o governador seria proclamado "rei do banquete"... Na realidade, como iria comprovando a cada passo, tudo ou quase tudo naquele *simposion* estava perfeita e meticulosamente "programado" pelo psicopata.

Coros...

A outro sinal do *maître*, com prévia aprovação do "rei", a música parou. E dez meninos uniformizados com túnicas azuis irromperam no *triclinium* alinhando-se disciplinadamente diante do "sofá" de Cláudia. Dois adultos, com roupagem idêntica, dirigiam os cantores.

A governadora simulou surpresa. E, depois de pedir silêncio, sob a batuta de um dos elementos de azul, o coro entoou a primeira canção. E a "orquestra", em um discreto e heterófono segundo plano, mais divergente que convergente, mas com notável boa vontade, acompanhou a melodia.

E ao estilo grego, sem alarde, sem tons mais altos, com notas máximas de duas oitavas (às vezes em uma só), os infantes fizeram a delícia da homenageada. Éclogas de Virgílio, fragmentos do *Orestes* de Eurípides e a canção de Sicilo. E tudo isso interpretado e dançado pelo segundo adulto, um tipo de mimo-bailarino.

Fiquei maravilhado. E aquela poesia, cantada e expressada como um balé, me relaxou. Pôncio, reclinado no triclínio presidencial, bocejou sem dissimulação. E como fecho de ouro ao especial

“presente” a Procla, o virtuosismo do aulétrida. O músico do duplo aulos afastou-se de seus companheiros e, animado pela doçura da sua *kithara*, improvisou simples e genialmente. E seus acordes em oitavas inflamaram os sentimentos da mulher.

Os olhares de Procla e Cívilis se encontraram mais de uma vez.

Aplausos cerrados despediram o coro. E o músico do oboé, entre assobios, foi obrigado a beber a taça de vinho que pessoalmente lhe ofereceu a emocionada governadora. E a bebida, sem mistura, continuava correndo perigosamente...

Danças... A nova atração foi o princípio do fim.

A aparição no *triclinium* de meia dúzia de homens e mulheres, provavelmente sírios e béticos,<sup>114</sup> completamente nus e pintados com pequenos círculos vermelhos, pretos e brancos, foi acolhida com aplausos, vivas, assobios, saltos e brindes.

Védio saiu do seu letargo e, saracoteando, saiu ao encontro dos bailarinos, com a intenção de juntar-se à frenética agitação de peitos e quadris. A “orquestra” se concedeu uma folga, deixando de guarda tambores e pandeiros. Os dançarinos ocuparam o centro do grande refeitório e, contorcendo-se provocativamente, circularam entre mesas, tochas e “sofás”. Védio e seu cone de gordura e mirra não tardariam em beijar o chão. E ali ficaram, em plácido sono.

Vários convidados tentaram agarrar os belos homens e mulheres. Atentos e ágeis, porém, e ainda por cima lambuzados de azeite, souberam sempre esquivar-se às libidinosas investidas. Saturados como esponjas, os excitados funcionários e *monopolei* foram tombando, um depois do outro, sobre mesas, escravos e companheiros.

Por sorte, a embaraçosa situação foi conjurada em parte pela quase simultânea entrada em cena dos jogos e competições.

O *tricliniarcha*, veterano nessas lides, tinha tudo calculado. Melhor dizendo, quase tudo...

No centro do U formado pelos triclinios foi disposto um enorme odre de pele de porco repleto de vinho. A pele havia sido previamente untada com gordura. O jogo, a que chamavam *ascoliasmós*, era simples. O competidor devia subir no odre e tentar

permanecer o máximo de tempo sobre a resvaladiça superfície. O vencedor ficava com o vinho.

Sorridentes e animados, retorcendo-se ao compasso do estimulante rufar de um tambor, gracejos e aplausos faziam o acompanhamento da esperada e rápida queda do ousado. Depois de dez ou 12 tentativas, cada qual mais desastrosa, o concurso foi encerrado sem vencedor.

Espanhóis e sírios se retiraram e a enlouquecida plateia readquiriu o equilíbrio... temporariamente. Então teve início outro dos jogos da moda: o *cótabo*.

A criadagem colocou no solo, equidistante dos triclinios, uma vasta vasilha de prata cheia de água. Sobre o líquido, flutuando, quatro tigelinhas de barro sem asas. Cada comensal, do seu lugar, depois de beber uma taça de vinho, atirava os restos da bebida sobre a vasilha, procurando encher e afundar as tigelas. Ao mesmo tempo, invocava o nome da pessoa amada. Um "alvo" era considerado bom presságio.

Entre vivas e aplausos, o vencedor, com dois afundamentos, recebeu uma cesta cheia de ovos podres. O disputado *cótabo*, com as abundantes e repetidas ingestões de vinho, "afundou" por sua vez vários dos pagãos, que se abandonaram inconscientes sobre os almofadões ou no chão mesmo.

Civílis e seus homens não prestaram muita atenção ao jogo. Ficaram conversando animadamente às costas dos dois "sofás" ocupados pelo governador e Cláudia. Esgotado pelo espetáculo da bebedeira geral, resolvi juntar-me aos centuriões e decuriões.

Acrobatas...

O "rei" concordou, com um gesto de cabeça. E logo, a um toque de chamada do duplo aulos, saltou para o *triclinium* o não menos obrigatório grupo de funâmbulos: uma mulher extremamente delgada, com o cabelo raspado e nua da cintura para cima, e dois jovens negros. E com uma sugestiva cortina de tambores, os ginastas iniciaram sua exibição: malabarismo, equilibrismo, saltos, volteios...

Os convidados, incapazes de distinguir a mão esquerda da direita, prorromperam em assobios, exigindo algo mais excitante.

Então a atleta, abandonando os exercícios, pediu aos companheiros um novo aro. Entre murmúrios de admiração, os negros surgiram com um aro de metal de um metro e meio de diâmetro.

Cláudia protestou. O demente, porém, riu como uma hiena. Eu estremei. É que o aro era cruzado por seis espadas, firmemente presas ao ferro e com as afiladas pontas voltadas para a parte interna.

A acrobata, quase uma menina, hesitou. Parecia procurar o lugar adequado. Finalmente ordenou aos ajudantes que se colocassem diante dos triclinios dos anfitriões. Procla fez um gesto de retirar-se. Mas o "rei", com um autoritário gesto das mãos, obrigou-a a permanecer no "sofá".

Civílis, inquieto, deu um passo à frente. E vi que media o espaço livre entre os extremos das armas: um "círculo" de apenas 40 centímetros de diâmetro. E de novo se ouviu a risota de Pôncio.

Os atletas, tensos como a própria Cláudia, ergueram e imobilizaram o rebrilhante aro a pouco mais de um metro do solo. Suarentos, contiveram a respiração.

A música emudeceu. E com ela os poucos que conservávamos um mínimo de lucidez. A jovem, contando os passos, retrocedeu 15 metros. Voltou a calcular visualmente e se concentrou durante uns segundos eternos.

Nesse instante, obedecendo a um quase imperceptível movimento de cabeça do governador, o *tricliniarcha* mobilizou em silêncio os criados. A atleta, com os olhos cerrados, não percebeu a manobra.

Então, 30 ou 40 criados foram ocupar posição junto aos "sofás", às costas da sonolenta plateia. O *primipilus* e eu nos olhamos, num sinal de alerta, mas sem compreender.

Demasiado tarde...

A adolescente acabava de iniciar uma elegante e ágil corrida.

Quatro metros: uma primeira e limpa cambalhota.

Exclamações. Sussurros.

Quatro mais: segundo salto com giro completo sobre si mesma.

Cláudia cerrou os olhos.

Os corações se encolheram.

Terceiro e último salto.

E a jovem se lançou, corajosa, com os braços colados ao corpo, na direção do aro. E nesse crítico momento 30 ou 40 punhais se cravaram nos almofadões inflados sobre os quais repousavam os bebedores. Estrondos. Quedas. Gritos. Lâmpadas derrubadas... Boa parte dos convidados rolou pelo chão.

A ginasta, descontrolada pelo súbito cataclismo, perdeu o equilíbrio e abriu os braços no instante mesmo em que penetrava no círculo entre as espadas. E um amargo e pesado silêncio caiu sobre a sala. Cláudia desmaiou.

Durante alguns segundos, mudos e perplexos, os atletas que sustinham o aro ainda permaneceram imóveis como estátuas, sem dar crédito ao que viam.

Impelido por uma raiva incontida, precipitei-me em direção ao corpo da infeliz. Civílis me seguiu. Nada pude fazer. Duas das espadas lhe haviam aberto o flanco e literalmente seccionado o coração. A mão esquerda, amputada, jazia sobre os leitosos fragmentos de conchas, agora rubros do sangue que gotejava dela incessantemente.

Movi a cabeça negativamente. E o centurião, com um rápido e frio movimento da *uitis*, ordenou aos escravos que levassem o aro, o cadáver e os negros. "Priores" e decuriões, instintivamente, rodearam os triclínios presidenciais, isolando-os. E só se moveram quando os atletas já haviam abandonado o *triclinium*.

E aquele repugnante psicopata assassino – morto de rir – deixou o "sofá", foi recolher a esquecida e ainda quente mão da acrobata, colocou-a sobre a peruca e se pôs a dançar, entoando o *omen accipio*. A paróquia, entusiasmada, acompanhou em coro o "recebo como bom agouro" e aplaudiu frenética a excitante "atração", tão magnificamente montada pelo "rei".

Civílis leu a indignação que me dominava. Sem palavras, agarrou-me pelo punho esquerdo e me levou até o solitário bufê, onde me ofereceu uma taça de vinho e pediu-me calma. Tinha razão. Era preciso que me controlasse.

Presentes...



E o *simposion* entrou em uma fase mais relaxada e não menos esperada pelos bêbados. Na realidade, uma das principais atrações dessa “festa” para tanta gente era precisamente o sorteio que estava a ponto de acontecer. A categoria e o poder econômico do anfitrião se mediam também pelos presentes distribuídos entre os convidados. “Presentes” de todo tipo, claro... Ao som de música, o próprio Pôncio, ainda com a sangrenta mão sobre a cabeça, foi distribuindo as “papeletas”: pequenos papiros, dobrados e cuidadosamente costurados, postos em uma urna de vidro.

Então cada comensal, os que ainda sobreviviam, entre calorosas adulações a tão “régio *simposion*” e gracejos alusivos ao macabro “toucado do rei”, foi retirando seu papiro “surpresa”.

O *primipilus* voltou para junto de seus companheiros de armas. Eu, com o firme propósito de fugir daquele manicômio quanto antes possível, segui seus passos.

Cláudia parecia refeita. O rosto, entretanto, armado pelo recente assombro, não era o mesmo... No intento de confortá-la fui sentar-me ao seu lado. Agradeceu-me o gesto com um curto e forçado sorriso.

Então chegou meu turno.

O psicopata, aproximando-se de nós, estendeu-me a urna. Hesitei. Olhei para Cláudia e ela me animou a apanhar um dos papiros. Pôncio, requebrando-se todo, com maquiagem e túnica arrasados pelos filetes de sangue, perguntou-me com a voz enrouquecida e entaramelada pelos litros de vinho:

– Divertindo-te?...

Respondi com o silêncio e um olhar de infinito desprezo. E ele, com o olhar enevoado, anunciou ameaçador:

– Prepara-te... Logo poderás demonstrar teu grande poder...

A advertência me assustou. Que é que pretendia aquele louco? Em que estaria pensando?

Cada qual dos convidados foi abrindo sua “papeleta”. Mas no interior só figurava um número. E supus que o maníaco não havia esgotado sua fértil e daninha imaginação.

Mas o inicial desencanto da clientela foi rapidamente neutralizado. O *tricliniarcha*, diante da expectativa geral, pôs-se a

cantar os números, enquanto a criadagem entregava o presente correspondente.

Risos. Aplausos. Assobios...

Houve de tudo. Uns receberam exóticos pássaros cantores em gaiolas de ouro. Outros, misteriosas caixas de osso e marfim. E ao abri-las, novos gritos... Uma continha moscas. Outra, uma reluzente esmeralda. Uma terceira, excrementos humanos rodeando um grande rubi. Mais além, um preservativo ou uma libra romana (327 gramas) de plumas de ganso com o preço pintado no fundo: cinco denários de prata (pouco mais ou menos o salário semanal de um trabalhador do campo).

O tribuno, já quase recobrado, estava ao pé da grande concha e acolheu com indiferença um dos "presentes" mais invejados: uma das dançarinas sírias. E além disso...

Custosos vasos de cristal e "murra". Um soberbo açor adestrado para a caça. Mantos vermelhos. Um anão nu com um enorme membro viril. E outra das "delicadezas" do louco: um cesto de vime fechado com percintas. O ébrio, atropelado pela ruidosa companhia, abriu-o de golpe e arrancou com violência a tela que o cobria. Gritos, correrias, golpes. E mesas, lâmpadas e escravos novamente lançados ao chão.

Cláudia, guinchando sem controle, subiu no triclínio. Civílis e seus centuriões, espadas na mão, saltaram ao centro do U. Da canastra havia escapado – mais assustada talvez que os comensais – uma família de dóceis e inofensivas serpentes "aurora".

Os 15 ou 20 exemplares, de 90 centímetros de comprimento, com escamas verde-oliva sobressaindo no fundo preto e a inconfundível estria laranja da cabeça à cauda, deslizaram velozes entre "sofás", mesas, gaiolas e bêbados que jaziam inconscientes, tentando por sua vez fugir daquela chusma de perigosos seres humanos.

Um dos ofídios, importados das distantes terras da África Meridional (em Israel não existia esse tipo de serpente), indeciso, aproximou-se dos meus pés.

Procla, histérica, pôs-se a saltar. O *primipilus*, erguendo o *gladius*, já se dispunha a partir o réptil em dois. Então me interpus e

tomei na mão o indefeso bicho. Cívilis olhou para mim perplexo.

Acaricieei a cabeça da serpente e deixei que se enroscasse no meu pescoço. Pôncio, histérico, perdeu a mão mutilada. Retrocedeu e na fuga foi topar com um grupo que cuidava também de safar-se. E o justiceiro Destino (?) quis que ele fosse cair sobre um dos “novelos” de auroras.

Em segundos as serpentes o envolveram e uma delas coleou por baixo do seu saio de musselina. Tomado de um ataque de nervos, o psicopata se contorceu sobre as conchas berrando como um possesso. Não posso negar: desfrutei o breve castigo. Era o menos que merecia.

*Tricliniarcha* e escravos passaram a capturar os répteis. Eu entreguei o meu e voltei a sentar-me junto ao triclínio da governadora.

A mulher, pouco a pouco, passou do sufoco ao riso. E a ordem se fez. Só os músicos, com um estoicismo que teria feito empalidecer Sêneca, continuavam em seu posto, atacando um fragmento muito apropriado da comédia *Os convidados*, do poeta satírico Aristófanes. Menos mal que os bêbados não estavam em condições de distinguir um toque de alaúde de um ornejo...

Cívilis continuava a olhar-me com admiração. Então, advertido pela anfitriã, caí na conta de que ainda não havia aberto o meu papiro.

O *maître*, a um sinal da anfitriã, tirou-o de minha mão e cantou o número: a *iota* (o nove). No mesmo momento um dos criados me entregava uma bolsa de couro, fechada com um nó. Temeroso de um novo “gracejo” do “rei do banquete”, apalpei-a, procurando adivinhar o conteúdo.

Procla, impaciente, pediu-me que a abrisse. Não me decidia. Ela, então, rindo, arrebatou a bolsa e desfez o nó nervosamente. E ao verificar a natureza do presente, seus olhos se iluminaram. Devolveu-me a bolsa e sussurrou:

– Ísis protege os nobres de coração...

Emborquei a bolsa e sobre a palma da minha mão caiu uma enorme e iridescente gema montada sobre um anel de ouro e turmalina azul. Surpreso, examinei a joia à luz das tochas. Era uma

esplêndida opala branca, do tamanho de uma amêndoa, de uns quatro centímetros no maior diâmetro, com uma subterrânea fosforescência verde, devida provavelmente à presença de algum mineral secundário uranífero.

– Ísis te protege – insistiu Cláudia absolutamente convicta. E sem dissimular sua satisfação acrescentou: – Sabes em quanto foi cotada?

Então escutei uma cifra que me neguei a aceitar. Atônito, pedi-lhe que a repetisse.

– Dois milhões de sestércios!

Bendito Deus! Aquela joia podia resolver todos os nossos problemas financeiros... De repente lembrei que não havia resolvido o terceiro e não menos complexo “objetivo”. Uma das “razões” que me haviam arrastado àquela difícil aventura em Cesareia.

Resolvido? Eu diria que com juro. Na verdade, o Destino ou a Providência, pouco importa o nome, fora magnânimo com estes exploradores. E pelo caminho mais insuspeitado.

A opala, ao câmbio, representava a salvadora quantia de 333.333 denários de prata. Curiosamente somava nove, meu número. Toda uma fortuna... Mas seria autêntica?

Proclariu do que supunha um gracejo. Mas eu falava a sério. Ainda tinha na memória a imagem do anterior “obséquio” de Pôncio, entregue a mim na segunda-feira, 10 de abril, durante uma de minhas visitas à fortaleza Antônia, em Jerusalém. Naquele almoço, “com seu reconhecimento”, o governador me presenteara com uma magnífica esmeralda, com uma anêmona gravada. Só que era uma hábil falsificação...

– Foi encomendada por esse louco – cochichou Cláudia – nas jazidas dos montes Somonka.

Kassa e as minas próximas a Cervenica, ambas na região oriental da atual Eslováquia, eram dois dos mais importantes focos de extração de opala naquele tempo. Entusiasmada, a devota de Ísis foi enumerando as supostas excelências da pedra que me coubera na sorte:

– A opala absorve e elimina a hipocrisia...

Atento ao “rei” e ao que podia estar tramando, eu não dava atenção a Cláudia.

– O desonesto se faz honesto...

O governador cochichava com o *tricliniarcha*.

– E atua com a lei cármica do retorno...

O *maître*, dócil, fazia que sim com a cabeça.

E o instinto, uma vez mais, me pôs em guarda.

– A opala branca serve ao elemento água e ajuda a moderar as paixões...

Civílis, ao meu lado, já percebera também os estranhos manejos do seu chefe.

– Os sábios de Ísis dizem que esta gema só pode ser trazida por homens e mulheres especialmente capacitados e treinados para a dor, a guerra e o ensinamento...

O centurião, receoso, se reuniu com os oficiais e os alertou.

– E o que dispõe dela abre o seu sexto sentido...

E o meu se abriu.

O “mestre-sala” deixou o *triclinium* e Pôncio, dirigindo-se à orquestra, exigiu “algo” mais forte.

– E o homem da opala será como uma luz...

E o *tympanon* e o duplo aulos arremeteram com fúria, anunciando o desastre final. E o músico da *kithara*, subindo à bomba de água do *hydraulis*, abriu o registro dos órgãos, preparando-se. E permaneceu atento ao “rei do banquete”.

– Uma luz que abrirá as consciências...

Foi premonitório.

O *tricliniarcha* assomou de novo a uma das portas de serviço. E sob o lintel deu as ordens oportunas. A criadagem, provida de longas varas com peças cônicas na extremidade, foi apagando as tochas que pendiam do alto da parede circular. Cláudia, surpreendida, interrompeu a lição de esoterismo. Os convidados, prevendo uma nova “atração”, acolheram a penumbra com vivas demonstrações de júbilo.

Dali a pouco só as 30 lanternas sustentadas em pés de barro e distribuídas entre os triclinios iluminavam a expectante e esgotada “reunião de bebedores”. Depois disso os criados desfilaram diante do

*tricliniarcha* e desapareceram com os apagadores. Só o criado gaulês continuou junto do seu senhor. Então, sem que nada se soubesse os “planos” do governador, “aquilo” começou a mover-se.

Um sismo?

O trompetista, desequilibrado, interrompeu a ardorosa composição, caindo ao solo. Seu duplo aulos partiu-se na queda. Novos gritos. Novo desastre.

Várias das lanternas oscilaram, precipitando-se mais uma vez sobre os bêbados, um dos quais, com as roupas incendiadas, readquiriu milagrosamente a agilidade, saltando como uma lebre até a tríplice cascata.

A totalidade dos presentes teve de buscar algum apoio para não se deixar desequilibrar também pelo estranho rodopio.

Finalmente compreendi. O *triclinium* girava.

Cláudia, no solo, amaldiçoou Pôncio.

Civílis e os soldados tentavam manter-se em pé, agarrados à estátua de pedra do faraó. Eu, apesar dos meus esforços, rolei sobre o piso de conchas. E o grande salão de banquetes foi ganhando velocidade.

Tudo, exceto a abóbada, se movia em sentido oposto aos ponteiros do relógio. Aí entendi por que os arcos metálicos que prendiam a “cúpula” não se fixavam na parede. Aquela, sem dúvida, era outra das extravagâncias do louco. E imaginei que o giro do *triclinium* fosse propiciado por algum mecanismo alojado no subsolo e acionado por tração humana. Muito provavelmente pelos da túnica açafraão.

E as grandes janelas ofereceram de súbito a visão de uma Cesareia arborizada de tochas. Ao apontar para o Norte, a negrura da cadeia montanhosa do Carmelo. Depois, de novo a lua tremeluzindo no mar.

Alguns dos bêbados, meio refeitos pelo choque, engatinharam até a parede, tentando frear o mareante carrossel. Mas logo se esparramavam pelo solo, incapazes de pôr-se de pé.

Pôncio, em êxtase, ergueu braços e rosto para o teto. Mas o “rei” não havia terminado. Trôpego, saiu ao meu encontro. E aos berros anunciou o “grande momento”. Diante do meu assombro

comunicou aos convidados que o “poderoso mago” os deleitaria com um milagre. E acrescentou:

– Jasão, te ordeno que o detenhas!

Risadas. Assobios. Aplausos.

Ergui-me e, firmando-me nos pés, me neguei categoricamente. As chacotas e protestos aumentaram.

O governador, desafiando minha “ousadia” e “impertinência”, berrou babando:

– Faz que se detenha!... Sou teu protetor! Sou o “rei”... Obedece, bastardo!

Um silêncio de morte acolheu minha taxativa resposta:

– Meu poder já não está a teu serviço...

Pôncio pestanejou atônito. Cívilis, satisfeito, sorriu com o olhar. E a matilha, ávida de sangue, passou a golpear de novo as mesas, reclamando “justiça” e um adequado castigo para o insolente.

– Tu podes!...

A mudança de tática não teve sucesso. E o adulator se desintegrou contra a minha frieza.

– Maldito filho-da...!

Apesar da leitosa maquiagem, o rosto do energúmeno ficou rubro. Agarrando-me pelo peito, arremeteu como uma cobra.

– A ela sim você serve...!

Cláudia, agarrada ao triclínio, empalideceu. Delicada mas firmemente, retirei de minha túnica suas sebosas mãos. Os centuriões se moveram inquietos. Mas o *primipilus*, erguendo o *uitis*, recomendou-lhes calma. Instintivamente, meus dedos deslizaram até o cravo dos ultrassons.

– Ou será que pensas que não sei de tuas mágicas poções?

Cívilis e eu fixamos o olhar no servo e confidente da cabeleira loira.

– Pela última vez!... Pára o *triclinium*!

Então, para minha surpresa, melhor dizendo, para minha perplexidade, o *triclinium* parou bruscamente. E tudo, móveis, utensílios e pessoas fomos projetados ao solo. Dessa vez o desastre nos afetou a todos. O fogo das lanternas projetou-se sobre os

convidados, alcançando túnicas, almofadões e “sofás”. E o alarido se somou à escuridão.

Tentei erguer-me. A plataforma deixara de girar. Algo falhara. Ignoro se aquelas bestas associaram o fato ao meu “poder”. Na realidade não houve como prová-lo, nem me importava. O certo é que as consequências se voltaram contra mim... Porque ao pôr-me em pé uma das sombras me atropelou e eu fui cair de novo sobre as conchas.

E perdi a vara. Desesperado, abri passagem aos empurrões, topando sem cessar com aterrados bêbados.

Não sei quanto tempo pode ter durado aquela angustiosa cena. Mas subitamente a grande sala circular se moveu. Foi um giro breve. E ao deter-se fez-se a luz. A criadagem, com o *maître* à frente, irrompeu naquele caos trazendo novas tochas. Então entendi: o *triclinium* fora ajustado até a sua posição inicial. E o *tricliniarcha* e sua gente, aos gritos, apagaram com água da cascata os focos de incêndio que se alastravam por todos os lados.

Meu coração, acelerado, sentiu a nova tragédia.

A “vara de Moisés”... Lancei-me frenético à U, que estava toda em desordem... Nem rastro...

E entre os gemidos dos queimados e o combate ao fogo, que ainda ardia em mesas e sofás, tive tempo de presenciar uma fuga que me desconcertou. Um Pôncio a coxear, amparado pelo gaulês, se afastava em direção ao portão de bronze. E na mão esquerda do criado... o meu cajado!

Como o encontrara? O *lituus* era o símbolo do meu poder. Pretendia humilhar-me? Que vingança suja tramava o demente? Eu sabia que minha negativa e o desafio público me trariam funestas consequências. Só não imaginava que a diabólica mente do psicopata agisse com tamanha rapidez.

Humilhar-me? Não, o “castigo” era menos sutil mas mais contundente e selvagem. Logo o saberia.

E esquecendo tudo que me cercava voei sobre móveis e bêbados no intuito de alcançá-los e recuperar meu precioso instrumento. Mas a meio caminho entre a cascata e a porta surgiu “aquilo”: a última “atração”, malograda em parte pela avaria do *triclinium*. Mas a



Pôncio nada mais importava. Ao abandonar a sala, em sua demência, ordenou o “fim da festa”.

Primeiro ouviu-se um rugido. Talvez dois...

Em seguida, meio evanescentes devido à penumbra, algumas silhuetas. Cívilis, atrás de mim, me aconselhou que ficasse quieto. Pareceu-me que também ele dera pela súbita desapareição de Pôncio. Obedeci. A falta de luz tornava difícil a identificação.

Novos rugidos. E “aquilo” avançou pausadamente. O centurião, empunhando o *gladius*, colocou-se a meu lado.

– Para trás! – sussurrou sem deixar de olhar para as silhuetas. – Rápido!...

Impotente, não tive alternativa. Ao fundo, Pôncio cuspiu sua risadinha de hiena. Lentamente, sem perder de vista os “recém-chegados”, retornei para junto do triclínio de Cláudia.

A mulher, desarvorada diante do dramático espetáculo dos feridos, continuava agarrada ao braço de um dos decuriões. Até esse momento, absortos pelo fogo e pelos feridos, nenhum dos presentes havia reparado no último “presente” do “rei” do *simposion*. Mas os rugidos, cada vez mais próximos, acabaram por alertar a devastada “reunião de bebedores”.

Procla lançou um grito. Os urros se repetiram. Estremeci. Os oficiais, a um só tempo, desembainharam as espadas. E as silhuetas começaram a ganhar nitidez à luz das tochas.

Deus!

Escravos, *tricliniarcha* e quantos podiam manter-se em pé, ao verem as feras, abandonaram as vítimas do fogo e fugiram em debandada. A maioria, caindo e atropelando-se, escapou pelas portas de serviço. Outros, cegos pelo pânico, lançaram-se sob a mesa do bufê ou se precipitaram para fora pela grande janela.

Uma parilha de guepardos, abrindo as fauces ameaçadoramente, pôs-se a rodear os “sofás” tombados. Mas era uma via de escape o que os animais queriam na verdade.

Amaldiçoei minha precipitação. Se os houvesse identificado a tempo talvez tivesse podido alcançar o governador e seu criado. Aqueles carnívoros, de quase 2 metros de comprimento, altas patas e pelagem da cor do leão e mosqueada, não eram especialmente

agressivos. E provavelmente não teriam causado problemas, não fora a histeria e o terror.

Mas tudo já estava feito...

E de certa maneira a ausência de Cívilis me tranquilizou. O chefe dos centuriões, esquivando-se dos felinos, conseguiu sair do *triclinium*. O restante da cena foi igualmente vertiginoso. Uma das feras, imitando os fujões, cruzou diante do *hydraulis* e numa relampagueante corrida passou pelo bufê e desapareceu pela janela. O músico da *kithara*, não sei como, apareceu encarapitado no mais alto dos tubos do órgão.

O segundo "gato" quis seguir o irmão, mas um dos retardatários, sem saber quais as intenções do animal, cortou-lhe o avanço, atirando-lhe uma jarra de prata. A fera, surpreendida, retrocedeu, vagando até a U e chocando-se com o grupo dos desorientados *monopolei*.

Gritos. Pontapés. Empurrões...

Um dos convidados, brandindo uma lanterna, ameaçou o felino, que fechou a cara, rugiu atroadoramente e descarregou um par de patadas contra a chama. Com medo da tocha, porém, recuou e tomou a direção do triclínio da aterrorizada governadora.

O brusco movimento da fera apanhou desprevenidos os centuriões, que ao se afastarem tropeçaram uns nos outros e acabaram no chão e sem as armas. E Cláudia se viu à mercê do carnívoro.

Paralisada, não foi capaz de emitir um único som. Permaneceu de pé, com as mãos crispadas sobre o peito. A fera voltou a rugir mostrando as presas. Presas? Então me dei conta...

A enorme e redonda cabeça do felino avançou ligeiramente, ameaçando a quase inerte figura que lhe fechava a passagem. Cláudia, aterrorizada, olhar opaco, perdeu todo o controle.

Disposto a dar um fim ao dramático lance, caminhei para o animal e ofereci às suas presas o braço direito... e a "pele de serpente".

Presas? O demente havia preparado a "atração" com sua peculiar meticulosidade. Ainda que os felinos houvessem atacado os convidados os danos teriam sido mínimos. Os incisivos, assim como

as garras não retráteis da parelha de guepardos, haviam sido exaustivamente... limados! Mas o susto foi outra questão.

E o encurralado animal acabou ferrando as presas no meu antebraço. Os soldados, recuperada a compostura, fizeram menção de ajudar-me. Obriguei-os, porém, a permanecer a distância. Então arrastei o belo exemplar até as proximidades do bufê e ali ele largou meu braço e, com uma elasticidade invejável, se perdeu na escuridão da noite.

Diante da surpresa geral, sem dizer uma só palavra, abandonei rapidamente o *triclínium*. A partir desse instante tudo foi igualmente febril... e providencial. Depois de alguns extravios alcancei enfim o corredor que conduzia à suíte.

Minha obsessão era o cajado. Como recuperá-lo? Tentaria falar com o louco. Procuraria enganá-lo, confundi-lo, adulá-lo... E se ele me prendesse?

Então abençoei a feliz ideia de incluir a "tatuagem" entre as novas medidas de segurança. Mas estava claro que não podia confiar inteiramente. Aquele personagem era extremamente perigoso. Hesitei.

A porta dos meus aposentos estava entreaberta. À amarelada luz das lanternas que iluminavam o longo corredor observei alguma coisa que me pôs em guarda. Abaixei-me e constatei que era sangue. O rastro partia do dormitório e se perdia ao fundo da galeria.

Tentei captar algum som, mas só percebi o rumorejo do mar. Tenso, com os músculos prontos para rechaçar um eventual ataque, penetrei no terraço. O rastro de sangue, menos espaçado, desaparecia por baixo do grande cortinado cor de romã. Alguém havia sido ferido. Mas quem era o intruso? Que fazia na suíte?

Com o coração acelerado, pressenti algo. De um golpe descerrei a cortina, deixando à vista o dormitório. E aquele inesquecível personagem, acorado ao pé da cama, ao ver-se surpreendido, ergueu-se como uma mola, com notável reflexo. E o semblante de gelo relaxou ligeiramente.

Civílis! Surpreso, aproximei-me do *primipilus*. A seus pés se agitavam os restos seccionados de uma serpente de um metro.

Deus! Meu saco de viagem estava também no chão, sobre o brilhante piso de mármore vermelho... Havia sido manipulado. Várias das ampulhetas de barro estavam espalhadas aqui e ali. O centurião, com o ensanguentado *gladius* na mão, sem pronunciar palavra, dirigiu-se ao “lugar secreto” e lavou a arma.

Recolhi os medicamentos e ao recolocá-los no seu lugar observei novo rastro de sangue que se projetava para o lado direito da cama. Ali, junto à grande arca, me esperava outra surpresa. Sobre uma poça de sangue, meio oculta debaixo da cama, estava a minha “vara de Moisés”!

Lancei-me sobre ela em delírio.

Não parecia danificada. Abençoei a Providência. E o fiz com todo o meu ardor. Não fora por aquele rastro de sangue e é possível que a perdesse para sempre.

Providencial rastro? Não, devo ser justo. Providencial *Civílis*... Então entendi o que acontecera no aposento. Ao examinar o réptil verifiquei que estava diante de uma extremamente perigosa *naja nigricollis*, uma cobra “cuspidora” de pescoço preto. O aspecto não deixava lugar a dúvidas: coloração dorsal grisácea típica, ventre vermelho-escuro, longa faixa preta no pescoço e uma só escama separando olho e boca.

Não pude deixar de estremecer.

Esse ofídio, originário da África Oriental, ainda que encontrado nos desertos ardentes do Egito e de Israel, além de possuir um veneno letal desfruta uma particularíssima “habilidade” que o torna especialmente perigoso quando encurralado e atacado. Como seu nome indica, a “cuspidora” pode lançar (não exatamente “cuspir”) sua carga mortal a distâncias que oscilam entre dois e três metros.<sup>115</sup> E geralmente escolhe os olhos da vítima. Sua pontaria é excepcional. E se falhar pode repetir o lançamento uma segunda vez.

Alguém próximo ao psicopata (não era preciso lucubrar muito para descobrir a mão do gaulês), cumprindo sua ordem, tentara introduzir a cobra no meu saco de viagem. Surpreendido e provavelmente ferido pelo sagaz centurião, se pusera em fuga pouco antes da minha chegada.

Se o gaulês tivesse conseguido seu propósito, quem sabe... talvez agora não estivesse relatando tudo quanto vivi naquela fascinante aventura na Palestina de Jesus de Nazaré. Meus olhos eram justamente o único ponto vulnerável naquele momento e o efeito da "cuspidora" pode ser gravíssimo. Além de lesar as mucosas nasais, afeta rapidamente a visão, ocasionando dolorosas conjuntivites ou cegueira, temporária ou permanente, segundo a quantidade do veneno projetado.

E a simples ideia de ficar cego tão longe do módulo me aterrorizou.

Disposto a fugir logo daquele antro, troquei de roupa e pendurei minha mochila em bandoleira. Só havia um "pequeno problema"...

Como enganar Pôncio? Poderia contar com Civílis?

Logo o descobriria...

Ao voltar e verificar que eu mudara de roupa, o centurião se limitou a indicar a porta de saída com a cabeça. Pensei que falaria. Que explicaria o acontecido. Enganei-me, naturalmente. Em silêncio, com passos decididos, abandonou a suíte. E eu, confiante em suas intenções, segui o corpulento militar e meu salvador.

Alguma coisa, no meu íntimo, me dizia que devia confiar nele. Sua ação em meu alojamento era o melhor aval. E durante rápida descida até a entrada da fortaleza só me falou em uma ocasião. Foi para perguntar por Cláudia. Tranquilizei-o e isso foi tudo. Não houve mais comentários.

Ao desembocarmos no pátio pediu a presença de um dos *optio* de guarda. Prudentemente me manteve a distância.

Depois de rápida troca de palavras com o subordinado, me conduziu a um dos quartos do pavilhão da *excubiate*. E minha curiosidade logo foi satisfeita. A pouco iluminada sala era um armazém de armas, ferramentas e equipamentos em geral.

Civílis também pensava em grande velocidade. E encontrou a solução para mim. Escolheu uma túnica vermelha, um gibão de couro, uma couraça de escamas metálicas, os correspondentes *gladius* e *pugio* e um capacete de centurião com um penacho de plumas igualmente vermelhas. E mandou que eu vestisse o uniforme.

Nada perguntei. Obedeci e me meti nas roupas e no armamento. Cívilis deu a sua aprovação e me levou até o estreito portão de saída.

Ninguém, entre os suboficiais e mercenários, mostrou surpresa diante da aparição do novo "oficial". Suponho que a companhia do chefe da coorte dizia tudo. Com a sua costureira frieza no olhar, Cívilis me advertiu:

– Dispões de cinco dias... A partir do dia 13, mesmo sabendo que és um homem justo, certamente terei de procurar-te e prender-te.

Cinco dias?... Quis fazer-lhe perguntas. Mas à chegada do *optio* calei-me. Trazia pela corda um nervoso e magnífico cavalo branco, chamado Poseidon, com uma estrela preta na cabeça.

Quando acabei de montar, Cívilis despediu-se exclamando:

– Que teu Deus te proteja!

Sorri-lhe agradecido e respondi:

– Meu Deus... e o teu, amigo!

Com o ramo de videira ele deu uma ligeira pancada na anca do animal e eu me perdi na escuridão da noite.

Cinco dias?... Que quis ele dizer?

Minha passagem pela silenciosa e adormecida Cesareia foi rápida. Dezenas de tochas, como cúmplices secretos, marcaram o trajeto da artéria principal. Os coletores de excrementos de cães e lixeiros em geral foram as únicas testemunhas da minha fuga.

Correspondi à saudação do guarda que vigiava do alto das torres gêmeas e, ao cruzar a porta oriental, ativei o passo do cavalo e tomei a estrada então solitária.

Dentro em pouco os tons de laranja no horizonte anunciaram o amanhecer. A galope distanciei-me daquele pesadelo e do perigoso Pôncio. Cinco dias?

A advertência viajou comigo até meu regresso ao Ravid. Só então, ao consultar o computador central, entendi a razão da margem de tempo dada pelo centurião.

"Casualmente", naquele 9 de maio, terça-feira, os romanos iniciavam uma festa muito "particular": os *Lemuria*.<sup>116</sup> Uma celebração carregada de medo e na qual todo cidadão, não

importava classe, posição ou profissão, evitava pôr os pés na rua. Durante três dias (9, 11 e 13 desse mês de maio), segundo os supersticiosos donos do mundo, os *lemures*, intimamente aparentados com *lares*, gênios e *penates*, voltavam da tumba para atormentar e acostrar os humanos. E ninguém estava a salvo. Aqueles que houvessem participado direta ou indiretamente da morte violenta de alguém levavam a pior parte nessas supostas aparições. E quem fosse vítima delas acabava louco. Esses eram chamados *cerriti* ou *laruati*.<sup>117</sup>

Durante esses três dias, em suma, a totalidade das famílias romanas se enclausurava em casa, procurando agradar os “fantasmas” com toda sorte de exorcismos e ritos amáveis.<sup>118</sup>

Esse costume não excluía as guarnições. Daí a advertência de Cívili. Estava claro agora o porquê do prazo. E agradei ao Destino (?) a oportuna “delicadeza” e a vantagem sobre o psicopata maníaco-depressivo. Não era muita mas o suficiente para ganhar terreno e adotar minhas cautelas. O problema era que a nossa missão “oficial” exigia duas últimas deslocações fora do “porta-aviões”. Duas incursões mais, antes do anunciado e salvador terceiro “salto” no tempo.

Confiando sempre nesse enigmático e benéfico Destino (?), decidi preocupar-me com o assunto... a seu tempo.

Fortim de Capercotnei. Hesitei. Deveria parar? Obedeci à intuição e desmontei, deixando que os mercenários cuidassem do meu animal. Aparentemente eu era um oficial de passagem. Não tinha o que temer. E de fato nada ocorreu. Ninguém fez perguntas.

Poseidon recebeu água e eu, depois de repor as energias, prossegui para o Nordeste. E em meio à manhã, ao avistar a cidade de Séforis, tive uma ideia. Devia tentar? Calculei o risco. E também a distância que me separava do Ravid.

Com um pouco de sorte, se a “operação” fosse executada com eficiência, talvez alcançasse o “berço” antes do pôr do sol. A viagem, até o momento, havia sido uma delícia. E por que não?

Se conseguisse meu propósito, a discutida paternidade de José com respeito a Jesus ficaria definitivamente esclarecida... Mas acho

que me estou precipitando. O hipotético leitor destas memórias não conhece os antecedentes. Peço perdão.

O assunto era tão simples quanto apaixonante.

Ao meu regresso de Nazaré, trazendo, como se recordará, o lenço empapado no sangue da Senhora, Eliseu tivera uma excelente iniciativa. Dispúnhamos do DNA do Mestre, extraído das mechas da barba e dos múltiplos coágulos de sangue recolhidos na Paixão e morte. Pois bem, podíamos analisar igualmente o material genético da mãe do Filho do Homem, estabelecendo assim, cientificamente, o que já conhecíamos: o parentesco entre ambos.

Mas meu irmão, como já disse, pensou mais alto.

Se conseguíssemos uma amostra que conservasse os cromossomos de José, a “impressão digital” do seu DNA resolveria o grande mistério: era José o pai biológico do Galileu, ou, como defende a Igreja católica, a concepção de Jesus foi “obra divina”?

Para consumir essa interessante experiência, já comentada em parte em páginas anteriores,<sup>119</sup> precisávamos, pois, da terceira “pista genética”: sangue, cabelos com raiz, ossos ou qualquer outro resto que houvesse preservado células vivas, nas quais, como se sabe, se armazena, entre outros elementos, a “espiral da vida”, ou DNA.

Com a “fotografia” do DNA dos esposos e do filho era viável a comprovação. Se Jesus tivesse sido concebido com o sêmen de José, seu código genético apareceria no DNA dos pais. Claro que a obtenção dessa “terceira pista” não seria fácil. José havia falecido em 25 de setembro do ano 8 da nossa era. Quer dizer, fazia 22 anos... Como então conseguir a amostra?

A não ser que Maria houvesse conservado dele alguma mecha de cabelo (e com raiz), a única possibilidade, logicamente, estava nos restos ósseos. Em outras palavras: no recôndito cemitério que eu visitara em companhia de Tiago e seu cunhado Jacó durante a inútil busca de João Zebedeu.

Solicitar licença à família para a exumação não tinha sentido. Que é que eu lhes diria? Então sobravam duas alternativas. Primeira: indagar da Senhora a respeito das mechas de cabelo. E para isso sempre havia tempo. Segundo: a ideia que acabava de me ocorrer.



Apesar do risco decidi tentar a façanha. Eu sabia o que me aconteceria se me pegassem. A manipulação de cadáveres ou ossos humanos, com exceção dos traslados obrigatórios, era proibida pela lei e castigada com severidade. Mas o desafio me incendiou.

À medida que me aproximava de Séforis tentava convencer-me de que a “operação” era simples e inofensiva. O “trabalho” não tinha por que complicar-se. E um estudo científico dessa natureza nunca mais seria possível. Seriam suficientes alguns molares ou pré-molares. Coisa fácil de ocultar... Bastava esperar o anoitecer.

Eu conhecia a posição do marco em memória de José e seu filho Amós, assim como a localização do cemitério e da choça do coveiro. Tomaria a vereda que subia pela ladeira Norte do Nebi e passava muito próximo do campo santo...

Contava, além disso, com uma lua quase cheia. Em uma ou duas horas a escavação estaria pronta. E uma vez consumada a extração dos dentes tudo consistia em fechar a tumba e desaparecer...

Sim, aquela era uma magnífica oportunidade...

Ao chegar ao pé da colina em que se assentava a branca e altiva capital da Baixa Galileia, dobrei para o Leste, pelo poeirento caminho que a unia a Nazaré. No total, marchando a passo, apenas uma hora.

Mas eu não contei com o implacável Destino... E os primeiros contratempos não tardaram a surgir. Os *felah* que trabalhavam em hortas e plantações de linho à margem do caminho, ao descobrirem o odioso centurião romano, cuspiram e amaldiçoaram. Alguns, mais ousados, erguendo seus instrumentos, me insultaram aos gritos, encolerizados e desafiadores.

Demasiado tarde...

Meu aspecto, efetivamente, não era o mais adequado para cavalgar sozinho. E optei por galopar. Durante um bom trecho, minha viagem foi um suplício. Todo o tempo tive de esquivar-me de cebolas, pepinos, alhos e pedras. Ao avistar o cume do Nebi Sa'ín parei, desmontei e, parado à beira do olival que tomava boa parte da escarpa Norte, dediquei uns minutos a observar atentamente os arredores.

Alguns camponeses, do outro lado da estrada, ergueram a cabeça, interrompendo o trabalho e espiando-me com hostilidade. Senti-me perdido.

Aquilo não fazia parte do plano... Que faria?

Esquecia o "assalto" ao cemitério? Retomava o caminho do Ravid?

O sol, no zênite, ainda levaria de seis a sete horas para se pôr. Como ocultar-me durante tanto tempo?

Inspecionei o compacto bosque de oliveiras. Os grossos troncos ascendiam até quase a metade do monte. Uns 200 metros. Depois vinha o bosque de alfeneiros. E o cume.

O que estava claro é que se eu decidisse continuar com o plano não podia ficar ali plantado em pleno caminho, à vista daqueles potenciais inimigos. Teimoso, disposto a alcançar o objetivo, sem avaliar detidamente meus atos, montei de novo e penetrei no bosque de oliveiras.

O propósito, pouco claro, aliás, era esconder-me nas proximidades do cume. Ali, supus, entre a ramagem azul e prateada dos alfeneiros, estaria a salvo de olhares indiscretos.

Mas, como dizia, superestimei minhas possibilidades.

Quando mal havia percorrido quinze ou vinte metros pela áspera ladeira olhei para trás e me sobressaltei. Como era de esperar, o repentino aparecimento daquele "maldito romano" no Nebi desencadeou a imediata mobilização dos *felah*. Quatro deles se reuniram para discutir acaloradamente a estranha "manobra" do centurião. O resto, mais distante, optou por esquecer a disputa, retomando suas tarefas entre hortas e pomares.

Pressentindo um mau desenlace, amarrei Poseidon a uma árvore, desfiz-me do capacete e da couraça e fui entrincheirar-me atrás de um dos centenários *zavit*. Os lavradores, alarmados, terminado o conclave apanharam enxadas, paus e tesouras de poda e em magote puseram-se a caminho, dispostos a seguir o rastro do odiado invasor.

Eu precisava agir com serenidade e rapidamente. Reconhecendo que me achava demasiado perto do caminho, apanhei o capacete e a couraça e subi velozmente a escarpa. A coisa de uns cinquenta

metros abandonei o reluzente capacete. Mais adiante, 15 ou 20 passos mais, praticamente no mais espesso do olival, fiz outro tanto com as brilhantes escamas metálicas.

E voltei a ocultar-me entre os grossos troncos...

Foi meu único acerto naquela desventurada incursão.

O restante dos *felah*, como eu dizia, parecia haver já esquecido o incidente. Isso me tranquilizou relativamente. Mas, como supunha, os quatro galileus não tardaram em aproximar-se do cavalo. E, cheios de medo, procuraram ao redor.

Brandindo as improvisadas armas, animando-se entre si com irreproduzíveis impropérios contra o intruso, formaram uma linha e avançaram. A primeira isca foi descoberta sem problemas. Trocaram impressões e, cuspidando no capacete, o atiraram ladeira abaixo.

Eu fiquei preparado, ajustando as "crótalos". Logo mais a espelhante couraça chamou-lhes a atenção. Precipitaram-se sobre ela e, depois de um rápido exame, furiosos, agitaram paus e ferramentas, intimando-me a mostrar a cara.

E eu obedeci. Um primeiro jato de ondas ultrassônicas derrubou o mais próximo.

Os *felah*, atônitos, emudeceram. Cinco segundos depois, os quatro camponeses jaziam inconscientes no chão argiloso e vermelho.

Então percebi que havia feito uma tolice. Que fazer com aqueles exaltados? Em questão de minutos recuperariam os sentidos e minha situação seria verdadeiramente difícil. O mais provável é que os aterrados homens, regressando aos hortos, lançassem o alarme e mobilizassem meia povoação de Nazaré e arredores.

Devia fugir?

Contra o mais elementar senso comum, pus-me freneticamente a atar mãos e pés. Utilizando cintos e faixas, amarrei cada indivíduo a uma árvore separada. Por último, rasgando a túnica militar que me cobria, amordacei-os sem contemplação.

Suando, cansado, com o coração na boca, lancei uma vista de olhos aos hortos. Tudo estava em paz. Então mudei de planos. Esperar o ocaso teria sido uma loucura. Apesar do meu esforçado

trabalho, os *felah* podiam achar uma fórmula para livrar-se e fugir. Loucura? Tudo era uma loucura...

Correndo, cheguei até o extremo do olival. Distanciei-me do caminho que chegava ao cume do Nebi e, contornando as árvores, virei à esquerda, à procura do pequeno cemitério.

Ali estava ele!

Repus oxigênio e um mínimo de energia. A ação seguinte era a mais delicada. O campo santo, um quadrilátero de uns 50 metros da frente ao fundo, estava deserto e silencioso. O sol da primavera arrancava uma brancura cortante das 80 colunas de pedra das tumbas.

"Fileira 11..."

A choça de palha e adobe do coveiro, no lado oriental, estava igualmente tranquila.

"Fileira 11 e ao centro..."

E o coveiro? Estaria no interior? Antes de começar a escavar devia verificar. "Fileira 11, ao centro e muito perto da cabana..."

E junto à linha de oliveiras que cercavam o cemitério fui ganhando terreno até desembocar às portas do imundo telheiro. Então ouvi algo. Roncos? De fato. Ao espiar distingui na penumbra a mulher escandalosamente pintada que havia conhecido na minha primeira visita: a carpideira e *bustuariae* (prostituta). Dormia em uma cama de folhas escuras e malcheirosas. A seu lado, abraçando-a, um indivíduo nu que não identifiquei, também dormindo e roncando.

Má sorte! E voltei a hesitar. Devia imobilizá-los? Muito trabalhoso. Descartei a ideia. Talvez fosse melhor deixá-los dormir...

Mas e o coveiro? Por mais que olhasse para todos os lados não enxergava vestígio dele. Ao Oeste, em um talude tomado da colina, as cinco grandes pedras que fechavam os panteões da gente endinheirada de Nazaré estavam desertas.

Subitamente me lembrei. Eu não chegara a ver o coveiro. Podia ser o sujeito que dormia com a mulher? O tempo corria. Tinha de me decidir. E o fiz. Silenciosamente dirigi-me para a tumba.

"Fileira 11..."

"José e seu filho Amós."

Rogando perdão aos céus pela ousadia, ajoelhei-me diante do marco. Desembainhei o *pugio* e, lançando mais um olhar à cabana, iniciei a escavação.

Argila branda e esponjosa. Bem...

Jamais havia removido uma terra com tanto ardor.

Mais rápido!

Então comecei a suar copiosamente. Ainda não sei se pelo esforço ou o medo.

Ânimo!

Ao aprofundar o solo, empapado ainda pelas torrenciais precipitações dos fins de abril, senti-o de repente compacto e de difícil acesso. Entretanto, o punhal continuou colaborando. Tratei de me acalmar. Inspirei profundamente, ao mesmo tempo em que vigiava os "maravilhosos roncoss".

Novo ataque. Com ambas as mãos. Com os cinco sentidos.

De repente, a lâmina quebrou-se.

Droga!

Olho mais uma vez para a choça. E para o olival.

Não me dei por vencido. Ao pôr a mão no *gladius* reparei no cajado, estrategicamente colocado à minha esquerda. Estúpido! Como não pensei antes?

Devolvi a espada à bainha, sem as "crótalos", ativei o dispositivo de laser a gás, regulando-o a 15 mil watts. E o bloco de barro começou a desintegrar-se, produzindo pequenas e ligeiras colunas de vapor de água.

Vinte centímetros...

Vamos lá!

O coração, no limite, acusou o excesso de adrenalina. Tive de interromper. Tomado pela tensão, esquecera os roncoss.

Roncoss? Haviam cessado! Desorientei-me. Dentro em pouco umas vozes...

Fundi-me contra o terreno. E as vozes se elevaram. Era uma discussão. E eu com o rosto afundado na argila.

Tinha de alcançar...

Sessenta centímetros!

E comecei a suspeitar que meus problemas não estavam apenas no exterior. A essa profundidade os restos já deveriam ter aparecido.

Oitenta!

A disputa na cabana se agravou. O homem pretendia um novo favor. A mulher queria mais dinheiro.

O laser, implacável, alcançou 1,20 metro. E com meio corpo dentro do buraco resfoleguei como um búfalo. Não, aquilo não era normal.

O sujeito na cabana cedeu. Pagaria. Por um lado respirei aliviado. Mas por outro...

Um metro e meio!

Impossível! Onde estavam os ossos?

Fechei o laser. Voltei a ler a legenda gravada na pedra e a verificar a identidade do morto.

“José...”

Não estava enganado.

“Não desaparece o que morre. Só o que se esquece.”

O epitáfio o confirmava. Mas então... Vazia!... Vazia?... Sim, a fossa havia sido aberta e os esqueletos removidos.

Deus do céu!

– Necessitas ajuda?

A súbita voz me enregelou.

Levantei a vista, por detrás da branca lápide, e dei com uma interminável figura de quase dois metros de altura, com um chapéu de palha e um ameaçador porrete na mão esquerda.

O coveiro?

Claro que não perguntei. E escolhi uma resposta tão eloquente quanto pouco honrosa. Pus-me em pé de um salto e fugi como um coelho. E o gigante, chamando aos gritos os que estavam na choça, lançou pedradas e maldições ao violador de tumbas.

Nunca fiquei sabendo se me seguiram.

A descida pelo Nebi foi autenticamente suicida.

Caindo aqui e ali, chocando-me com troncos e ramos, recuperei voando a couraça e passei como um raio diante dos perplexos e manietados *felah*. Do capacete nem me lembrei. Depois arrastei o

não menos atônito Poseidon, cheguei à borda do caminho e obriguei o nobre equino a voar, mais do que a galopar.

De volta a Séforis tive de suportar uma segunda chuva de projéteis, duros ou brandos, e uma cerrada gritaria que dedicou diversas “homenagens” a meu pai e minha mãe. E aceitei tudo como uma justa penitência. No fundo o merecia.

Muitas milhas além, perto da confluência com Caná, percebi que aquela louca corrida era tão absurda quanto perigosa. Então parei à margem do *nahal* Iphtahel, refugiei-me à sombra de uma velha e amável figueira e tentei pôr ordem na minha confusa mente.

Como era possível? A tumba vazia...

Então o Destino, zombeteiro, desenterrou em minha memória uma cena e uma frase, estranha e misteriosamente esquecidas.

“Já não estão aqui...”

E lembrei a voz de Tiago, o irmão de Jesus, e sua mão em meu ombro. Na primeira visita ao cemitério de Nazaré, enquanto contemplava emocionado o marco que homenageava a memória de seu pai, o segundo filho da Senhora, agradecendo minha respeitosa atitude, insinuou que os restos haviam sido trasladados.

“Já não estão aqui. Vamos...”

Que queria dizer precisamente? Minha obstinação, confesso, era quase patológica.

Os ossos teriam sido atirados à fossa comum, ao *kokhim*? Nesse caso, pouco poderíamos fazer para obter a terceira pista genética. Ou talvez se referisse ao *ossilegium*? Essa prática funerária era igualmente comum entre as famílias judaicas. Decorrido, por medida de prudência, certo tempo, os ossos eram exumados e depositados em ossários de pedra, no interior de grutas ou panteões. Víramos isso nas duas explorações (a última de triste memória) da cripta próxima a Nahum. Nesses depósitos estavam gravados os nomes dos mortos e seus vínculos familiares.

Se a Senhora e os seus escolheram essa segunda alternativa, a mais “humana”, nem tudo estava perdido...

Invulnerável ao desalento, propus-me verificar isso na primeira oportunidade. O fracasso em Nebi, longe de me curar os perigosos

pendores para a aventura; cravou-se em meu orgulho como um espinho envenenado.

Mas o esgotamento, o déficit de sono e o sol, filtrando-se em estilhas entre a ramagem, acabaram com as obsessivas reflexões deste humilhado explorador. E por sorte caí num profundo sono, alheio a lamentos, hipóteses e futuros e arriscados planos.

Lembro que fui bruscamente despertado no meio de um pesadelo. Pôncio, com seu riso de hiena, empapava minha cara com aquela pestilenta e úmida maquiagem à base de excrementos de crocodilo...

Ao abrir os olhos vislumbrei sobressaltado o branco focinho do aborrecido Poseidon e senti sua língua molhada a lambar-me o rosto. Acariciei-o e me levantei sem saber muito bem onde estava.

Ao verificar a posição do sol, já a despedir-se sobre os azuis da cadeia montanhosa do Carmelo, irritei-me comigo mesmo. Não gostei daquilo. Cavalgar de noite era incômodo e pouco recomendável. Mas ainda era a alternativa menos má. Procurar refúgio e continuar a marcha no dia seguinte podia representar maiores problemas. De outra parte, as deslocções projetadas me obrigavam a chegar ao Ravid quanto antes.

E Deus quis que meus temores fossem infundados. A viagem de regresso, praticamente solitária e auxiliada por uma benéfica lua, foi "quase" um passeio. Depois de tudo – animei-me –, a vertiginosa "excursão" a Cesareia não havia sido negativa. Os três objetivos capitais haviam sido atingidos com apreciável sucesso.

Salvo-conduto. Estava em meu poder e garantia certa tranquilidade com vistas à completa e ampla aventura que estávamos a ponto de inaugurar. O cada vez mais próximo terceiro "salto" no tempo nos levaria muito longe, colocando-nos por vezes em situações altamente conflituosas.

Sonhos de Cláudia Procla. A informação, reveladora, estava no meu "banco de dados". A lamentável "lacuna" dos evangelistas ficava definitivamente sanada.

Problemas financeiros. Dois milhões de sestércios! Mais do que imaginava e pretendia.



A tudo isso somava-se algo de valor incalculável. Algo que não estava nos meus objetivos e que simplesmente me foi “presenteado”: a oportunidade de aprofundar na verdadeira personalidade do verdugo de Jesus de Nazaré.

E juro que só por isso valera a pena tantos sustos e dissabores. Como disse, Pôncio Pilatos não foi covarde. Tampouco um hábil diplomata. Pura e simplesmente foi um louco agressivo, de uma frieza e brutalidade quimicamente puras.

E falando de bastardos quase me esquecia. A aldeia dos *mamzerîm*! Parei indeciso. Devia arriscar-me? Então imaginei que a essa hora avançada da noite a passagem entre as choças seria coisa simples.

E o Destino (?) foi generoso. De fato, o galope me tirou limpamente do negro e adormecido “inferno”.

Mas, como comentei anteriormente, meu retorno ao Ravid foi “quase” um passeio... E o “quase” esteve a ponto de causar-me um enfarte.

Tudo foi bem até que desmontei.

Ao deixar para trás as tochas da cidade de Migdal e tomar o caminho de Maghar, estabeleci a primeira conexão auditiva com o módulo. Eliseu, gratamente surpreendido por meu rápido regresso, comportou-se com naturalidade. Até se permitiu alguns gracejos...

– Tenho uma surpresa para você – disse-lhe partilhando seu bom humor. – Melhor dizendo, várias... Câmbio.

– Surpresa? – perguntou Eliseu impaciente. – Boas ou más? Câmbio.

– Trago companhia – respondi alimentando sua expectativa. – Câmbio.

– Feminina? Câmbio.

– A julgar pelo nome creio que não... Câmbio.

– Bom, eu também tenho uma surpresa – disse rindo meu irmão. – Câmbio.

Não foi possível tirar dele uma palavra mais. Intrigado, tentando não ser visto, desmontei. E a partir desse momento, como disse, o Destino interferiu nessa tormentosa jornada.

O céu estava limpo e estrelado, tudo parecia tranquilo e se aproximava a meia-noite. Só os cascos de Poseidon, golpeando às minhas costas na rampa da “zona morta”, animavam a negra e silenciosa “popa” do “porta-aviões”. E uma vez sobre a ladeira do Ravid respirei aliviado.

Missão cumprida!

Pobre ingênuo!...

Enquanto cobria a centena de metros que me separava da primeira referência, a macieira de Sodoma – pensava em Poseidon e perguntava: “que vamos fazer com você?”.

O nobre e carinhoso cavalo, obviamente, não soube responder. Pode ser-nos útil?... E por que não? A viagem seguinte – à Cidade Santa – sempre seria mais cômoda e veloz em sua companhia. E comecei a perceber algo que me inquietou: estava tomando afeto por ele.

Mas a súbita irrupção de Eliseu desviou meus pensamentos.

– Vejo vocês... Mas que é isso?

Meu irmão não pôde conter o riso:

– Um soldado romano e um asno!...

– Um centurião e um bravo cavalo húngaro, ignorante! – repliquei, no mesmo tom de zombaria. – Câmbio.

– Só vejo dois potenciais inimigos... Terei de ativar as defesas...

– Ative quanto quiser! Mas, acima de tudo, a cafeteira... Câmbio.

– Não há café nesta época, ignorante!... Sorte!...

Eliseu corrigiu no mesmo instante:

– Quero dizer, salve!... Câmbio e desligo.

Sorte?

Eu devia ter percebido. A saudação encerrava algo mais do que uma brincadeira...

Mas, ansioso por reintegrar-me ao módulo, não lhe dei maior atenção. E continuei a caminhar pela suave e escura ladeira, procurando não tropeçar nos calhaus basálticos. Seguindo o costume não usaria as “crótalos” até alcançar a muralha.

Poseidon, dócil, se deixava arrastar pela corda. E talvez tivesse percorrido quinhentos metros quando, de repente, entre os arbustos espinhosos, me pareceu escutar algo...

Conservei-me em silêncio.

O animal levantou a cabeça. E seus negros e brilhantes olhos apontaram na mesma direção. E, de novo, aquela espécie de guincho, que procedia, sem dúvida, dos círculos de *Gundelia*.

Então pus-me em guarda. Poseidon relinchou assustado e, erguendo-se, escoiceou o ar e retesou as rédeas...

Quis acalmá-lo mas um terceiro e agudo guincho fê-lo eriçar as crinas. Agitou-se de novo e de tal forma que fui obrigado a soltá-lo. Então girou e arrancou a galope, perdendo-se na escuridão.

Poseidon!...

Foi inútil. Um distante relincho me indicou que já descia pela zona da macieira. Foi então que, ao defrontar-me com a rampa do Ravid, aquela visão me plantou no solo.

Meu primeiro pensamento foi o "berço". Não podia ser... Eliseu acabara de falar comigo. E pulsando o ouvido direito reclamei aos gritos sua "presença".

Silêncio...

– Eliseu!... Que é isso?... Está me ouvindo?... Oh, Deus!

Silêncio...

Convencido de que alguma coisa lhe havia ocorrido, lancei-me contra "aquilo". Mas o horror foi mais forte do que o arrojo. Entre calafrios me senti contido e impotente. E agarrando-me ao cajado me preparei para a defesa.

A pouco mais de trinta metros, entre os perfis dos cardos espinhosos, corriam, guinchavam, se erguiam sobre os quartos traseiros e me observavam uns gigantescos...

Como defini-los?

Naquele momento não soube...

Ratazanas? Não exatamente. Os animais, desnudos, sem pelo, rosados, em forma de salsicha, não eram roedores. Ao menos como os que eu conhecia. E as cabeças...

Retrocedi espantado. Pareciam as de um buldogue, mas com olhos diminutos, negros e chispantes. Os caninos, aterradores, sobressaíam como sabres.

Então caí...

E os guinchos arrasaram o Ravid.

O tamanho das criaturas, às dezenas, me fez pensar em alucinação. Mas não. Poseidon também havia captado.

Imensas! Provavelmente um metro de altura. Do chão tentei uma nova conexão.

Silêncio.

As bestas, raivosas, se atacaram entre si. E os guinchos se tornaram mais agudos. Os menores, de pele vermelha, subiam angustiados na manada. E alguns, abrindo as enormes fauces, mostraram ameaçadores os quatro grandes e afiadíssimos caninos de morsa.

Então, saltando em minha direção, ensaiaram alguns movimentos de ataque.

Pensei que enlouquecesse.

E na nave, que se passava?

De onde procediam aqueles monstros?

De repente reparei em “algo” que me confundiu ainda mais.

Era impossível!

Tinha de ser uma alucinação...

Entre sangue, guinchos, sabres e corridas... uma luz! E não precisamente da lua.

Uma luz?

Sim, um resplendor intenso, mercurial e banhando a totalidade dos furiosos animais. Pus-me em pé e percebi um segundo “detalhe” que não era normal: a assustada colônia – fosse do que fosse – quase não avançava. Tampouco retrocedia. Parecia fixada num ponto.

Reunindo as minhas últimas gotas de coragem, com os trêmulos dedos sobre o cravo do laser de gás, dei um passo à frente.

E os guinchos, em resposta à minha temerária iniciativa, se multiplicaram. Retrocedi.

E as bestas ganharam posições.

Novamente surpreendido, pareceu-me distinguir naquele movimento coletivo “algo” que não encaixava. As enormes ratazanas (?) sem pelo se deslocavam ao mesmo tempo. Em bloco. Eu diria que sem tocar o solo. Sem uma clara e natural sensação de avanço progressivo. De fato, nenhuma ficou para trás.

Então uma repentina ideia me ocorreu. Bastardos! E avançando em direção àquela massa de sabres, fui tomar posição a vinte metros da muralha.

E a manada reagiu com ímpeto, lançando-se contra este cada vez mais indignado explorador. Não havia dúvida. Ao observar o grande "salto", me convenci.

Filho de Satanás!...

Ativei o laser e golpeei os mais próximos. Como supunha, o impacto, atravessando-os, incendiou as *Gundelia* às suas costas. Então, do pânico, passei para algo pior: a fúria. "Cruzando" entre animais e guinchos, corri como um meteoro para a muralha.

– Bravo!...

A voz de Eliseu, entrecortada pelo riso, soou 5 x 5 (forte e clara).

As "imagens" se extinguiram e o silêncio voltou a reinar no Ravid.

– Lembre-se da advertência – Eliseu retomou a conexão em tom conciliador. – Eu também tinha uma surpresa... Câmbio.

Não respondi. Só queria estrangulá-lo.

– Não esqueça que somos amigos – acrescentou sem muita convicção. – Além disso, antes da sua partida tive a delicadeza de avisá-lo... Câmbio.

Tinha razão. Então rememorei suas palavras, ao amanhecer de sexta-feira, 5 de maio:

"Espero que ao regressar de Saidan você mesmo possa experimentá-lo", foram as suas palavras, sem mais explicações, referindo-se a algo em que havia começado a trabalhar e que tinha estreita relação com os cinturões de proteção da massa.

Mas ainda que eu tivesse me lembrado, como poderia estar esperando uma coisa assim? Não, não era justo. Eu o estrangularia! Mas Deus abençoa e protege os "inocentes".

Ao saltar sobre a derruída muralha, a quase cento e setenta metros do "berço", e já me preparando para usar as lentes de contato, uma chamada familiar me deteve de novo.

Voltei-me e escrutei o negror do "porta-aviões".

E o relincho se repetiu.

– Esse sim é um amigo – atacou Eliseu mordaz, confirmando a minha própria impressão. – Agora já não sei quem é o asno...

Poseidon...!

E a feliz volta do “companheiro” acabou por acalmar-me e neutralizar meu desejo de revanche. Voltei alguns passos e recuperei-o.

– Amigo? – insistiu o “engraçadinho” – Câmbio.

– O.K.! – cedi encantado. – Com uma condição. Câmbio.

– Está feito! – apressou-se a aceitar meu irmão, vendo a situação serenada. – Fale, soldado!

– Tudo esquecido, sempre que haja café... – Câmbio e desligo.

E nessa mesma noite, com um fumegante e delicioso café entre as mãos, Eliseu, sem dissimular sua satisfação, explicou o segredo da “visão” que eu acabava de conhecer e sofrer. O “invento” era um simples holograma. Em palavras simples, um encadeamento de imagens que, submetidas a determinados efeitos de refração, dão lugar a uma “ilusão” em três dimensões.

Devo reconhecer que o novo sistema de segurança viria a prestar vários e inestimáveis serviços.

Durante minha ausência, o incansável cientista fizera o sacrifício de passar longas horas junto aos cones de terra que havia em uma ampla franja do Ravid. E a exploração dera resultado.

Nos momentos mais frescos do dia, geralmente ao amanhecer, os orifícios que os cones apresentavam entravam em “erupção”. “Alguém” habitava mesmo aqueles túneis. Ao descobrir finalmente os horrendos “vizinhos”, meu irmão consultou o “Papai Noel” e confirmou a existência, sob os nossos pés, de uma enorme população de *Heterocephalus glaber* (de cabeça diferente e imberbe), curiosos e sociáveis roedores da família dos “batiérgidas”.

Os pequenos animais, de 30 ou 40 gramas de peso, implacáveis, incansáveis e hábeis escavadores, haviam construído uma rede de galerias de quase três quilômetros de comprimento, abarcando uma superfície – junto à muralha romana – de vários milhares de metros quadrados.

E as “ratazanas-topo desnudas” lhe haviam dado uma ideia. O feio e agressivo aspecto dos bichos – conhecidos também como

“bebês-morsa” e “salsichas com dentes-de-sabre” – podia ser aproveitado como medida dissuasória ante uma invasão ou ataque inimigo em “nossos domínios”.

E a iniciativa funcionou. Disso dou testemunho.

Seguindo as informações armazenadas no computador central, Eliseu comprovou igualmente que a grande família, composta de uma rainha e uma centena de “mineiros”, perfurava e planificava seus ninhos em função da comida. A dieta consistia basicamente de raízes dos cardos e arbustos.<sup>120</sup> E justamente nas proximidades das *Gundelia* localizou os mais importantes habitáculos.

O resto foi relativamente simples. Tratava-se, como dizia, de aproveitarmos a figura nada atrativa dos “bebês-morsa”. Para isso bastaria filmá-los.

Localizados os ninhos, ao final de não poucas tentativas frustradas, conseguiu introduzir uma das microcâmeras de reserva, conectada ao módulo por uma fibra “contaminada” com érbio. Uma lâmpada estroboscópica de mercúrio acoplada à filmadora e a potente fibra óptica amplificadora<sup>121</sup> fizeram o “milagre”: a tomada e a transmissão das imagens dos 30 ou 40 exemplares que integravam aquele núcleo de “ratazanas-topo desnudas” às “mãos” peritas do “Papai Noel”.

Aos clarões os roedores tinham reagido com agressividade e confusão, remexendo-se, atacando e sobretudo guinchando ferozmente. As crias subiam nos adultos e esses, entorpecidos, tentando fugir, se mordiam mutuamente.

As cenas, ampliadas 20 vezes, como eu tive oportunidade de comprovar e suportar, eram qualquer coisa de arrepiante. As fitas selecionadas entraram diretamente na órbita de “Papai Noel”, que, depois da codificação, remeteu os correspondentes feixes “objeto e de referência” a um cristal especial (fotorrefrativo)<sup>122</sup> que, finalmente, por meio de um processo que não posso divulgar,<sup>123</sup> revelou as espetaculares “visões”. Hologramas dotados de movimento e som que, uma vez provados – e eu fui, sem querer, a cobaia de eleição – foram armazenados na memória do computador, prontos para utilização.

A projeção sobre o cume do Ravid podia efetuar-se manual ou automaticamente. A princípio, Eliseu fixou o sistema nessa segunda posição, estabelecendo o “cenário” entre mil e mil e quinhentos metros a partir da nave. Se um suposto visitante (homem ou animal) transpassasse os dois primeiros cinturões – a varredura em microlaser e a radiação infravermelha<sup>124</sup> –, a “barreira” das agressivas “ratazanas-topo desnudas” era fulminantemente lançada pelo fiel “Papai Noel”. A súbita e terrífica “visão” só tinha uma falha. Durante o dia, o excesso de luz tornava-a praticamente ineficaz. Mas nos demos por satisfeitos. A proteção da nave e dos pilotos parecia assegurada. Eu disse bem: “parecia”...

Mas não nos adiantemos.

O resto da semana, até segunda-feira, 15 de maio, decorreu em uma calma tensa. A advertência de Civílis afetou Eliseu mais do que a mim mesmo. Para ser franco, nada do sucedido em Cesareia o alarmou tanto quanto a ameaça de Pôncio. E acho que tinha razão. Se realmente o louco ordenasse minha captura, o final da missão “oficial” e nosso acalentado sonho de acompanhar o Mestre na totalidade dos seus dias de peregrinação podiam sofrer um sério revés.

Então aumentamos as precauções. Em especial a partir do dia-chave: 13, sábado.

Para começar, minhas saídas da “base-mãe-3” foram drasticamente suprimidas. Só na quinta, 11, e depois de vencer a natural resistência de meu irmão, pude deixar o Ravid para visitar meu velho amigo, o pai dos Zebedeu. Além de recuperar os valiosos papiros que lhe confiara, tínhamos de acertar alguns detalhes em torno da iminente viagem a Jerusalém e da venda da opala branca.

O ancião alegrou-se ao receber em sua casa o “poderoso mago”. Como eu temia, as notícias sobre o “prodígio” no pátio da guarnição romana de Nahum não haviam tardado a circular pelo *yam*. E, lamentavelmente, ao chegarem aos ouvidos de Zebedeu, já não eram quatro as palmeiras-tamareiras “desaparecidas”, mas um bosque inteiro e boa parte da odiosa soldadesca.

Por sorte, Zebedeu pai se mostrou cético diante daquelas fantásticas versões. Elogiei sua sensata atitude.



Com relação à viagem para a Cidade Santa, concordou comigo que efetivamente era mais seguro, ainda que não tão rápido, fazê-la com uma caravana das muitas que partiam de Nahum ou Tiberíades, ou que passavam diariamente pela costa ocidental do lago. Por uma módica quantia, muitos viajantes e peregrinos se uniam a esses “comboios” de carga, garantindo assim um mínimo de proteção.

No momento não achei oportuno entrar em maiores explicações sobre a autêntica e secreta razão que me impelia a viajar acompanhado: a ameaça do governador.

Quanto à opala, Zebedeu, depois de examiná-la, moveu a cabeça negativamente. Assustei-me.

– Não, querido amigo – esclareceu –, não é falsa. Ao contrário. Demasiado boa para se tentar negociá-la nestas corruptas e pouco confiáveis cidades do *yam*...

Seguindo seu conselho, adiei a operação. Zebedeu relacionou alguns nomes de banqueiros e cambistas de “relativa confiança” e me aconselhou a adotar duas cautelas: primeira, e a mais importante, não mostrá-la em público. Minha vida estaria em perigo. Segunda, não perder de vista a rapacidade desses traficantes.

Estava certo...

Ao nos despedirmos, o bom homem estranhou meu cálido abraço. Mas não fez perguntas e correspondeu com idêntico afeto. Aquela seria a última vez que o veria... naquele “agora” histórico.

E até a viagem a Jerusalém, prevista para a madrugada de segunda-feira, 15, permaneci ilhado no alto do “porta-aviões”, pondo em dia notas e lembranças. Eliseu, por sua parte, com a minha esporádica colaboração, trabalhou nas análises do sangue da Senhora e na minuciosa revisão do que deveria ser a última aventura naquele ano 30: a busca e investigação do “epicentro” da misteriosa explosão subterrânea que, segundo os especialistas do Cavalo de Troia, pôde provocar o célebre terremoto da sexta-feira, 7 de abril, pouco depois da morte de Jesus de Nazaré. Operação que foi batizada com o nome de “Salomão”.

Mas desses apaixonados temas me ocuparei mais adiante. O que está por contar – e não é pouco – tem absoluta prioridade.

Antes de prosseguir devo confessar algo. Pode ser até que careça de importância. Mas também é bom que o suposto leitor deste diário conheça minuciosamente o estado de espírito destes exploradores em cada momento. Afinal de contas éramos seres humanos e a condição amímica influía poderosamente em nosso trabalho.

Foi um gesto íntimo do meu companheiro. Um pequeno pormenor que ilustrou às mil maravilhas a especialíssima fase que atravessávamos nesses dias, a um passo do ansiado e ao mesmo tempo temido terceiro "salto".

A complexa e ambiciosa meta – seguir o Mestre durante quatro anos –, nascida quase casualmente (?) foi dominando nosso coração com tal veemência que naquele maio do ano 30 ocupava praticamente todas as nossas conversações. E pouco faltou para que desprezássemos as demais missões.

O terceiro "salto"!

Tudo estava preparado. Conhecíamos a data a que teríamos de retroceder. Havíamos traçado um magnífico plano inicial. Acreditávamos saber onde e como encontrar o Mestre...

Só faltava o quando. Quando ativaríamos a nave e a inversão da massa?

A tensão começou a disparar os nossos "alertas" interiores. Devíamos acalmar-nos e agir com mais gelo que fogo. E na noite anterior à minha partida, como eu vinha dizendo, meu irmão, presa dessa crescente inquietação, mostrou-me um papel. E com sua habitual candura disse-me:

– E tenho muitas outras...

Ao ler o conteúdo fiquei perplexo. O cabeçalho dizia tudo: "Perguntas a formular a Jesus de Nazaré".

Contei meia centena.

O ardente desejo de voltar a ver aquele Homem, de fato, se convertera em obsessão. Uma obsessão – diga-se – que merecia e mereceu a pena.

- 
- 49 Baseando-nos em fontes como Plínio, Cavalo de Troia, entre os nove tipos de papiros utilizados comumente à época de Jesus, escolheu o modelo *amphitheatrica*, assim denominado porque a oficina onde eram manufaturados ficava muito próxima do anfiteatro de Alexandria. Esse papiro, dada a proximidade do Egito, era um dos mais acessíveis e mais utilizados pelos judeus. (N. do M.)
- 50 O papiro, planta aquática, foi empregado no Egito como base para a escrita desde 2600 a.C. Sua técnica de fabricação era extremamente simples. Cortava-se o talo longitudinalmente em tiras muito finas, colocando-as lado a lado, até obter-se o tamanho da folha desejada. A segunda camada era colocada sobre a primeira, no sentido contrário. Formavam uma trama quadrangular. Geralmente usavam cola e, à guisa de prensa, um peso que variava de 5 a 10 kg. Postas ao sol para desidratar, as folhas depois eram polidas com pedra-pomes. Para obter as folhas usadas por mim os especialistas da Operação Cavalo de Troia necessitaram de um total de dois feixes de talos. Em caso de necessidade, esse material podia ser lavado ou lixado e reaproveitado. (N. do M.)
- 51 Ver informação em *Cavalo de Troia 1*, p. 604. (N. de J. J. Benítez)
- 52 Na primeira metade do século I – a época imperial –, depois das reformas de Augusto e Tibério, cada legião, em linhas gerais, somava ao redor de 5.500 homens e era dividida em dez coortes. A *miliaria*, com mil soldados, e as nove seguintes, com 500 cada uma (*quingenaria*). A coorte destacada em Nahum era, portanto, de nível inferior: *quingenaria*. Essas unidades eram integradas, por sua vez, por três manípulos, com duas centúrias por manípulo. Salvo exceções, em cada coorte havia um número de centuriões que a comandavam e que variava entre seis e dez. A esses havia que acrescentar outros tantos *optiones* (suboficiais). Uma legião, portanto, reunia entre 60 e cem centuriões. Com Augusto, a tradicional infantaria uniu-se novamente à cavalaria – recobrando o prestígio perdido – e um contingente de tropas auxiliares. Em cada região a cavalaria era formada por 480 ginetes, divididos em *turmae*, com três decuriões na chefia de cada *turma*. Seus objetivos básicos eram a exploração e o apoio aos infantres. Em Nahum, a coorte era completada por um desses esquadrões (uma *turma*), com 33 ginetes. Na organização da legião não figuravam os chamados serviços auxiliares, formados por músicos, príncipes aliados, artilharia, engenharia e intendência, que pertenciam à patente mais alta do general-em-chefe. Até a morte de Augusto, o império contava com um total de 25 legiões, aproximadamente de 140 mil homens, mais os que pertenciam às tropas auxiliares e mais 10 mil pretorianos. Os contingentes chegavam a mais de 320 indivíduos. Na época de Jesus, três dessas legiões – a *VI Ferrara*, a *X Fretensio* e a *III Gallica* – encontravam-se concentradas na Síria, ponto estratégico da região oriental do império, vigiando os partos e, claro, os judeus rebeldes. No total, na província da Judeia (assim era conhecida em Roma a nação palestina), ainda que fosse possível modificar-se o número em função da necessidade, chegamos a contar até seis coortes, quase todas do tipo *quingenaria* (500 a 600 homens). A mais importante (*miliaria*), que recebia o nome de *Italica*, permanecia acantonada em Cesareia, residência oficial do governador. O resto se achava distribuído pelas zonas de conflito de Israel. A fortaleza Antônia, em Israel, era um desses pontos “quentes”. Essas unidades eram formadas por tropas auxiliares, compostas por gregos, trácios, samaritanos, sírios, gauleses, germânicos e espanhóis. (Os judeus eram isentos do serviço militar.) O exército de ocupação ainda era integrado por quatro *turmae* (por volta de 120

ginetes), igualmente distribuídas pelo país, muito embora com um caráter “volante”. (N. do M.)

53 O candidato à legião era submetido a um rigoroso exame médico e psicológico. Se fosse portador de algum defeito físico, ou apresentasse uma tara moral ou mental, ou se não tivesse uma compleição mínima, era rejeitado. Se fosse declarado *probabilis*, recebia uma placa de chumbo, com seu nome gravado (*incumare*), para ser usada ao pescoço, e era enviado para uma coorte. Isso acontecia com todos os “recrutas”. (N. do M.)

54 O *optio* – uma espécie de brigada ou sargento – desempenhava o cargo de ajudante do centurião, que passava ao auxiliar as funções administrativas e a supervisão de alguns pequenos grupos de tropas. Segundo Festo, *optio* derivava de *optare*, já que o centurião podia optar por manter um auxiliar. (N. do M.)

55 O ramo de videira, o sarmento, era o emblema e o símbolo do posto de centurião.

56 Na complexa organização das legiões, os centuriões eram selecionados pelos tribunos, de acordo com sua bravura e capacidade de mandar. Vinham sempre da tropa e só conseguiam subir de patente depois de muitos anos de serviços. A época de Augusto esse tempo era de 20 anos. Dez anos para cada linha de *hastate*, *principes* e *triarii*, e outros dez de segunda categoria para que se fossem formando a seu cargo. Os primeiros recebiam o nome de *priores*. Como a unidade tática fosse o manípulo (cada coorte constava de três manípos), o *centurio prior* comandava a unidade. (N. do M.)

57 A chamada *honesta missio* era uma das principais metas do soldado romano. Consistia na licença absoluta e podia beneficiá-lo de duas maneiras: econômica e juridicamente. A primeira vantagem se concretizava em terras ou em dinheiro. O veterano podia assim estabelecer-se em colônias ou em fazendas particulares, ou ainda dispor de uma soma razoável que lhe permitisse viver honestamente. A isso ainda vinham somar-se privilégios legais. Além de não ser obrigado a pagar impostos, o veterano recebia automaticamente o título de cidadão romano. Não importava sua origem. Qualquer indivíduo que se alistasse na legião tinha direito a essa importante classificação. O único inconveniente é que só recebia tudo isso depois da *honesta missio*. Esses privilégios – para os marinheiros e membros das tropas auxiliares – eram consignados num diploma militar que certificava, por sua vez, a concessão definitiva do título de cidadão romano. Tal diploma também concedia aos soldados o princípio de *connubium*, para legalizar seus casamentos. Como é sabido, os legionários e mercenários das tropas auxiliares não podiam casar-se oficialmente. Ao receber, portanto, a *honesta missio*, tanto as esposas quanto os filhos tidos durante o período de serviço militar eram automaticamente transformados em cidadãos romanos. O título de veterano era muito mais que uma distinção honorífica. Bastava sua apresentação em qualquer ponto do império para que magistrados e autoridades em geral abrissem as portas para o novo cidadão. A concessão do título era feita numa solenidade especial. Eram comemorados os 25 anos de serviços prestados por aqueles que se haviam distinguido por suas ações heróicas. Se o indivíduo incorresse em alguma das faltas graves estabelecidas pela rígida disciplina militar, corria o risco de ser expulso ou justicado ou ainda perder seus privilégios na hora da aposentadoria. (N. do M.)

58 Apesar de já ter mencionado o assunto quando me referi ao suposto abandono da guarda romana que custodiava o sepulcro de Jesus de Nazaré, em Jerusalém, vou estender-me agora um pouco mais sobre esse interessante e importante capítulo dos castigos militares. Em especial, levando em conta que isso pode esclarecer alguns dos acontecimentos que nos coube presenciar durante a vida pública do Mestre.

Segundo nossas informações, colocadas no banco de dados do “Papai Noel”, o exército romano infligia as seguintes penas para os soldados infratores: castigo, multa pecuniária, trabalhos pesados, mudança de destino, rebaixamento, a baixa com desonra, tortura e pena de morte.

O castigo – *castigatio* – consistia na flagelação (*Fustuarium supplicium*). Mas o mais temido era o espancamento, ou apaleamento, que muitas vezes levava à morte e que era aplicado por negligência nas vigílias noturnas, abandono do posto, saída não justificada na ordem das marchas, rebelião, roubo, homicídio no acampamento ou quartel, pilhagem, atentado ao pudor, perda ou venda de armas e por reincidir em uma falta pela terceira vez. Existiam, ainda, as penas de prisão, privação de alimentos e sangria.

A multa pecuniária era imposta quando o soldado ou o oficial negligenciava o trabalho, iniciava um ataque sem ordem ou, simplesmente, não apresentava um rendimento satisfatório na opinião dos chefes. Nesse caso, era-lhe descontada uma parte ou a totalidade do soldo.

Os chamados trabalhos pesados – *munerum indictio* – constituíam os serviços de alto risco ou vexatórios. Se alguém, por exemplo, abandonasse seu posto podia ser condenado a permanecer em pé a noite toda diante do pretório ou acampar fora do acampamento, exposto aos perigos de um ataque inimigo. Se o delito fosse perda ou venda de armas, o culpado era obrigado a tirar os calçados e as roupas e ficar assim por um tempo diante de seus companheiros. Em outras ocasiões, legionários ou oficiais eram levados a guarnições consideradas de alto risco.

A *militiae mutatio*, ou mudança de destino, era uma das penas mais frequentes. O insubordinado passava para uma corporação de hierarquia inferior. Por exemplo, um ginete ou cavaleiro passava para a infantaria e alguém que estivesse nessa categoria passava para uma coorte de armamentos leves ou a um corpo auxiliar. As faltas que levavam a essa situação às vezes eram até ridículas: insultar um companheiro, tomar parte em uma briga ou sair da formação de uma coluna em marcha sem autorização.

A baixa com desonra – *ignominiosa missio* – podia recair sobre um só soldado de uma unidade ou sobre uma legião inteira. Nesse último caso, os inocentes eram redistribuídos em outras legiões, e a culpada, extinta. Assim aconteceu na derrota de Varo e também com as legiões *III Gallica* e a *III Augusta*. César, segundo conta em *Bell Afric.* 54, aplicou a *ignominiosa missio* a tribunos e a um centurião que haviam fomentado a indisciplina.

O rebaixamento ou *gradus deiectio* aplicava-se quase que exclusivamente aos oficiais. Às vezes, claro, esse castigo se prestava a injustiças, abusos e vinganças pessoais. Conta-se, por exemplo, que Tibério rebaixou um legado por haver enviado alguns legionários à caça para prover sua mesa. Em outras ocasiões, o castigo recaía nos chefes que não sabiam defender uma posição. Foi esse o caso de Aurélio Pacuniola, rebaixado no cerco de Lipari. Cota ausentou-se, deixando-o à frente das tropas. O inimigo ateou fogo à paliçada do acampamento e Cota ordenou que o açoitassem, rebaixando-o a soldado raso.

As torturas e a pena de morte, por último, eram o castigo máximo e somente podiam ser impostas pelo general-em-chefe. Eram aplicadas para punir delitos como desobediência, insubordinação, abandono de posto, perda ou venda de armas, traição e, sobretudo, deserção. Geralmente, a pena capital era precedida de tortura. Era qualificado como desertor aquele que abandonava a guarnição sem autorização, o que saía das colunas antes do toque de bandar, o que fugia diante do inimigo e passava para as suas fileiras. Nesses dois últimos casos, os mais graves, a pena era morrer na cruz. Se não pegasse pena de morte, tinha as mãos cortadas ou era vendido como escravo. Em tempos de paz,

os desertores eram rebaixados. A disciplina rígida também atingia os que ajudavam os desertores. Confiscavam-lhes os bens, podendo até ser deportados ou condenados a trabalhos forçados. Os castigos atingiam até os *uagus*, os preguiçosos, que não se apresentavam a tempo nas fileiras, e os *emansor* ou soldados que ultrapassavam o tempo da licença.

Em geral, a maior parte dessas penas era de responsabilidade dos *optio* e dos centuriões. (N. do M.)

59 Em suas obras *Antiguidades* (15, 9) e *Guerras* (1, 21), o historiador judeu romanizado Flávio Josefo explica como o rei "construtor" (Herodes, o Grande) "havia visto ao longo do mar um lugar chamado Torre ou Pirgo de Estraton, cuja configuração era muito vantajosa". E ali, sobre a antiga e decadente povoação, sem ligar para os gastos, edificou uma esplêndida vila e um porto – réplica do Pireu –, no estilo dos melhores centros da época. Chamou-a Cesareia, em homenagem ao imperador César Augusto. Foi iniciada sua construção no ano 22 a.C., e concluída em 9 a.C. Três anos mais tarde, Roma usou-a como residência oficial de seus governadores na Judeia. (N. do M.)

60 O poeta latino de origem hispânica, em seu livro 12 (57), lamenta-se do insuportável ruído que castigava a Roma da segunda metade do século I. Escreve textualmente: "Como viver em Roma? Aqui em Roma, ó Esparso, o pobre não pode nem pensar nem dormir. Como viver, diz-me, com os professores de escola pela manhã, padeiros à noite e com o martelar dos caldeireiros durante o dia? Aqui há um cambista que se diverte batendo em sua banca suja as moedas cunhadas com a efígie de Nero; mais adiante, um batedor de cânhamo, cujo mangual reluzente golpeia sobre a pedra o linho trazido da Espanha. A cada instante do dia ouvem-se os gritos dos sacerdotes fanáticos de Belona, os do naufrago charlatão com sua tigela de esmolos, os do judeu cuja mãe o ensinou a mendigar..

"Quem contasse as horas de sono perdidas em Roma poderia contar facilmente o número de mãos que golpeiam as gamelas de metal para fazer feitiços à luz do luar... Sou despertado pelo escândalo que fazem os transeuntes: Roma inteira está à minha cabeceira. Quando se apodera de mim o nojo e quero dormir, corro ao campo." (N. do M.)

61 Entre a farta informação armazenada no banco de dados do "Papai Noel" sobre a miríade de deuses venerada por aquela supersticiosa civilização romana, figurava o culto ao "gênio". Cada homem tinha o seu. Horácio afirmava que essa espécie de Deus tutelar nascia e morria com o indivíduo, velando-o e controlando seus atos. Sêneca ia mais longe, assegurando que o ser humano ao nascer recebia um deles como guia e protetor. Esses gênios eram encarregados de suscitar os desejos e apetites naturais de cada um. Por isso mesmo, satisfazer as inclinações da natureza humana foi definido como *indulgere genio*.

Alguns, como Augusto, afirmavam que alma e gênio eram a mesma coisa. Era comum, nos juramentos, colocar o nome desse gênio particular como testemunha do que se afirmava. Se a pessoa mentisse, bastava fazer um sacrifício para recuperar a "amizade" e proteção do gênio ofendido.

Com a morte do cidadão, seu gênio ficava sobre o sepulcro, transformando-se em um espírito bondoso, a que chamavam *manes*, ou um ser maligno, *lemures*.

Tudo na natureza – até os deuses maiores – tinha seu próprio gênio. Segundo Cícero, o próprio senado desfrutava o privilégio de um desses deuses de uma categoria inferior. Suas grandes resoluções eram sempre inspiradas por esses guias protetores.

Os romanos costumavam representá-los como uma serpente, pintada geralmente nos lugares mais íntimos da casa. Os mais ricos procuravam obter um réptil vivo, que

- serpenteava por todos os aposentos ou era guardado em uma urna. (N. do M.)
- 62 Horácio (*Epd.* 5, 16), Virgílio (*Ecl.* 8, 64 e ss.) e Apuleio (*De Magia*, 31). (N. do M.)
- 63 N. H. 24, 171. (N. do M.)
- 64 Nos rituais mágicos, a hora escolhida era de vital importância. Segundo o Papiro de Paris, o pôr do sol e os momentos que antecediam o seu nascimento eram os de maior força mágica. Também os dias de lua cheia eram propícios. No meu caso, com o sol próximo ao horizonte do mar, a comédia foi perfeita. (N. do M.)
- 65 Segundo autores como Sêneca (*Phaedr.* 420 e *Med.* 840 e 841), além de Hécate, o mago devia recorrer a todos os deuses gregos ctônicos: Hades, Cibele, Deméter, as Fúrias etc., assim como os superiores: Zeus, Apolo, Hera – e os egípcios Anúbis, Horus e Seth. Diziam que possuir esses nomes era o mesmo que possuir os deuses. E a súplica era essencial para o bom resultado da operação mágica. Quantos mais deuses fossem invocados, maior a possibilidade de êxito. Entre outras razões, “porque sempre havia deuses surdos”. (N. do M.)
- 66 Segundo a rígida norma dos áugures do Estado – colegiados profissionalmente (*augures publici*) –, o *silentium* nos rituais mágicos era uma das condições essenciais para a pureza e o bom resultado da operação. Qualquer interrupção ou falta de respeito invalidava a conjuração, obrigando o mago a recomeçar. Ninguém podia fazer perguntas. O silêncio devia ser total. (N. do M.)
- 67 A proliferação de bruxos, adivinhos, intérpretes de sonhos e outros charlatões era tal que Cícero assim se lamenta em um de seus escritos: “A superstição nos ameaça, nos espreita e persegue por todos os lados: as palavras de um adivinho, um presságio, uma vítima imolada, uma ave em voo, o encontro com um caldeu, um arúspice, um relâmpago, um trovão, um objeto atingido pelo raio, um fenômeno que tenha algo de prodigioso, coisas que devem ocorrer com frequência nos inquietam e nos perturbam o descanso. Até o sono, no qual deveríamos encontrar o esquecimento das fadigas, converte-se num manancial de novos terrores”. Convém que o hipotético leitor deste diário não esqueça esta penosa realidade, a mesma que o Mestre deve ter enfrentado. (N. do M.)
- 68 Ênio (*An. fr.* 467 W). (N. do M.)
- 69 Propércio (*Elegias* 3, 22, 17-22). (N. do M.)
- 70 Naquele tempo o império achava-se dividido fundamentalmente em três classes de províncias: senatoriais, imperiais e procuratorianas. A Judeia (Israel), desde a queda de Arquelau (filho de Herodes, o Grande) no ano 6 de nossa era, pertencia a esse último grupo. E depois do governo Copônio, Ambíbulus, Rufus e Valérius Gratus, Tibério designou Pôncio (26 a 36 d.C.) como governador. Os territórios senatoriais – totalmente pacificados – eram dirigidos por um procônsul, eleito pelo senado de Roma. Havia falta de legiões (caso de Anatólia ou Bética, na Espanha). Ao contrário, as chamadas províncias imperiais, por causa dos muitos conflitos, estavam sob o controle direto do imperador. E eram tuteladas por um legado. Na Síria, por exemplo, com a ameaça dos partos em suas fronteiras e dos judeus revoltosos no Sul, o legado imperial dispunha de várias legiões e podia mobilizá-las segundo suas necessidades. Por último, as “procuratorianas” figuravam como províncias de escalão inferior, com poucas forças militares e dirigidas por funcionários, geralmente pertencentes à distinta “ordem equestre” (caso de Pôncio). Suas atribuições centravam-se em assuntos administrativos, jurídicos e sobretudo financeiros. É bastante provável que esses governadores não tivessem recebido o título de “procurador” até os anos 41 a 54, com a reforma de Cláudio. (N. do M.)

71 Segundo os estudos de Raz, verificados minuciosamente pelos homens do Cavalo de Troia, o principal abastecimento de água do mar Morto (o rio Jordão), ao contrário de outros rios, arrasta um importante leque de sedimentos, formado fundamentalmente por argila. Mais de 80% desses sedimentos são integrados por componentes de reduzidas dimensões, de até meio centésimo de milímetro. Esse tamanho ínfimo favorece a impermeabilidade da argila, evitando a ação do oxigênio, que acaba colorindo o barro com sua típica tonalidade escura. Basta descobrir a argila para que o ar oxide o ferro, variando sua cor.

As principais características desse famoso “barro negro” – de excelentes propriedades cosméticas e terapêuticas – são as seguintes: densidade, 1,65 g por centímetro cúbico (refiro-me ao que fica a descoberto perto da borda); quantidade de água, uns 27%, aproximadamente; minerais dissolvidos (principalmente sal-gema), 39%; fragmentos de vegetais, 1%; minerais dissolvidos numa mistura oxigenada salgada (10% HCL), 15,7%, e minerais não solúveis, 17,3%.

Nesse sedimento são frequentes os cristais de sal-gema, em forma de cubo, precipitados no interior do barro, como é demonstrado pelo lodo que fica preso nos cristais durante sua formação. Esse fenômeno se deve, ao que tudo indica, à capacidade da argila para captar íons. (N. do M.)

72 Segundo Josefo em *Antiguidades dos judeus* (3, 9), aquela costa, na rota marítima para o Egito, sempre apresentou um gravíssimo problema, ou seja, o forte vento da África (Sudoeste) que dificultava o atracamento dos barcos. De Dora a Jope (ou Jaffa) o litoral só oferecia um refúgio medianamente aceitável. O intenso tráfego se via na necessidade de desviar-se do mar encapelado, ancorando longe da costa, com as lógicas dificuldades de embarcar e desembarcar passageiros e carregamentos. Mas Herodes, o Grande remediou a situação ao construir a torre de Estraton, equidistante de Dora e Jaffa, uma réplica do sistema portuário do Pireu. E denominou-o Sebastos. O porto era circular, para que mesmo as grandes embarcações pudessem acercar-se da costa, submergindo para isso – prosseguia Josefo – imensas rochas até uma profundidade de vinte braças. A maior parte delas tinha 50 pés de comprimento (15,25 metros) e pelo menos 18 de largura (6 metros) e 9 de espessura (3 metros). E o cais que mandou construir sobre essa fundação, para resistir ao ímpeto do mar, tinha a largura de 200 pés (uns 30 metros). A metade, verdadeira fortaleza contra o mar tempestuoso, estava preparada para resistir ao empuxo das ondas que arremetiam contra ela de todos os lados. E chamou-a quebra-ondas. A outra metade era formada por um muro de pedras, com várias torres, sendo que a maior, muito bonita, chamava-se Druso, nome do neto de César, que morreu muito jovem. Fez construir também uma série de abrigos abobadados, para marinheiros. Em frente a esses abrigos mandou construir um grande cais de desembarque, que contornava todo o porto, um belo lugar para passear. A entrada e a abertura do porto estavam expostos ao vento do Norte, mais favorável. No extremo do cais, à esquerda da entrada, erguia-se um torreão de pedras, para resistir aos inimigos. Sobre o lado direito, levantavam-se dois grandes pedestais, unidos entre si, mais altos do que a torre em frente. (N. do M.)

73 Como diz o grande arqueólogo submarinho Alexander Flinder, contra a opinião de especialistas como Nicholas Flemming, o poderoso porto da antiga Cesareia não desapareceu por causa de um suposto terremoto. Durante muito tempo continuou sendo um importante entreposto comercial. O Talmud o menciona em alguns trechos. Foi a partir do século VI, ao que parece, que se deu sua decadência. Procópio de Gaza o menciona em seus escritos: “O porto da cidade que leva o nome de César encontra-se em



más condições por ser muito velho, à mercê das ameaças do mar, e já não pode mais ser classificado como porto, esplendor que só conserva no nome; não se pode esconder suas deficiências nem as queixas das embarcações que, ao escapar do mar, acabaram sendo totalmente destruídas por ele". Para Flinder, ratificando o lamento do Major, a explicação para o desaparecimento de Sebastos deve ser buscada na deliberada e sistemática obra de destruição daquela gigantesca estrutura por parte de cidades e reinos próximos. O porto foi simplesmente sendo desmantelado pedra por pedra, coluna por coluna. O *khan* El Ourdan, de Acra, por exemplo, foi feito inteiramente com os restos de Cesareia. O mesmo aconteceu com cidades da Itália, Egito e Ásia. Durante a Idade Média, dezenas de navios partiram do semidestruído Sebastos, transportando uma riqueza arquitetônica que serviria para remodelar e construir infinidades de palácios, fontes e mesquitas. A rapinagem chegou ao cúmulo de arrancar os silhares submersos do grande "anel". Apesar dessa lamentável desintegração do "orgulho" de Herodes, o Grande, a base original em forma de meia-lua pode ser observada do ar, em dias claros. (N. de J. J. Benítez)

74 Dentre os milhares de divindades que conviviam com a cultura romana, entendo que por sua importância devo deter-me nos chamados *lares*. Dos cultos praticados em Roma, esse era dos mais arraigados – esses deuses menores eram os protetores das casas. Segundo consta no canto dos Arvales e nas obras de Apuleio, entre outros, os *lares* eram as almas dos mortos, responsáveis pelas *domus* (casas). Ainda que a origem dessa veneração não esteja muito clara, parece que a princípio foram identificados com espíritos infernais, que perseguiram os humanos. Com o tempo, a crença popular foi mudando e eles passaram a ser autênticos "membros da família". Eram deuses que, além da saúde, protegiam móveis, casas, jardins, fontes, campos e tudo o que viesse a fazer parte do lar. Tíbulo chama-os *custodes agri*, uma espécie de anjos da guarda.

Dentro da casa ocupavam o lugar de honra, com o obrigatório *sacrarium*. Ali ardia permanentemente uma chama sagrada, se faziam as rezas e as súplicas e se colocavam as oferendas diárias, inclusive pratos de comida. O romano, sobretudo, recorria aos *lares* de suas famílias nos momentos mais significativos de sua vida. Por exemplo, quando o adolescente trocava a *bulia* (bolinha de metal ou couro que os filhos dos patrícios usavam no pescoço até os 17 anos) pela toga de homem, quando partiam ou voltavam de viagem, ou ao partir para a guerra. Ao abandonar a casa paterna, o jovem ali fazia suas preces agradecendo a proteção dos *lares* e solicitando ajuda para "encontrar seus próprios *lares*". (N. do M.)

75 Herodes, o Grande, além dos aquedutos e da rede que distribuía água potável para quase toda a Cesareia, dotou a cidade de um gigantesco e inteligente complexo de cloacas abobadadas que entravam pelo mar. Por esses túneis, de três metros de altura e meio quilômetro de comprimento, penetrava a água salgada a cada nova maré, saneando e retirando os detritos. Um desses condutos estava preparado até para permitir a entrada das águas do Mediterrâneo nas ruas da cidade, para lavá-las. (N. do M.)

76 Segundo pude comprovar, a loção contra cabelos brancos nada mais era que sangue de boi ou vaca, fervido com azeite. A crença popular admitia que a cor do pelo dos animais passava ao indivíduo que usasse tal mistura. (N. do M.)

77 O uso desses *estrigilos* entrou na moda por intermédio dos atletas gregos, que os usavam em ginásios e competições, eliminando assim o azeite e a areia. Uma vez raspada a pele, entravam no banho. (N. do M.)

78 Essas máscaras de beleza eram feitas à base de farinha, à qual podiam acrescentar bolotas de cipreste trituradas com leite, mel, clara e fatias de pão. Em certas ocasiões, a

*ornatrix* (criada encarregada dos cosméticos) preparava a máscara à base de pó de alvaiade, um carbonato básico de chumbo de eficiência duvidosa. (N. do M.)

- 79 As poções contra rugas e outros sinais de envelhecimento eram muito mais estranhas e sujeitas a todo tipo de superstições. Por exemplo, uma das mais usadas era uma mistura de incenso, azeite fresco, cera e as já citadas bolotas de cipreste, moídas com leite de jumenta. O "tratamento" devia ser repetido por seis dias. (N. do M.)
- 80 De acordo com o banco de dados do computador central, aquele Gávio Apício chegou a gastar em orgias, viagens e toda sorte de caprichos entre 60 e 100 milhões de sestércios (um denário de prata equivalia a seis sestércios, mais ou menos). Ápio, num livro sobre esse milionário, conta que sua loucura era tanta que, em certa ocasião, empreendeu uma fatigante e longa viagem até o mar de Minturne, na África, porque alguém lhe assegurou que naquela zona os caranguejos eram gigantescos. Ao que parece, esse esbanjador compulsivo acabou por suicidar-se porque, por um erro de cálculo, acreditou que sua fortuna havia encolhido a uma cifra "ridícula e insuportável" de 10 milhões de sestércios (mais de um milhão e meio de denários de prata). A questão é que o nome de Apício se converteria em símbolo de riqueza e prazer desenfreado. Todo jovem, e os não tão jovens, aspiravam ser um "Apício". Heliogábalos, mesmo, tomou-o como exemplo 200 anos mais tarde. (N. do M.)
- 81 Ainda entendendo que não seja um tema agradável, creio que devo ser fiel aos costumes que vim a conhecer naquela época e naqueles lugares. Um deles – a limpeza depois de satisfeitas as necessidades – provocaria repugnância e consternação em nossos dias. Tanto judeus quanto pagãos, à exceção dos mais pudicos e refinados, serviam-se do que tivessem mais próximo. Geralmente pedras, folhas ou simplesmente os dedos. Daí a obrigação, além de enterrar os excrementos, de lavar-se antes de comer. Meter a mão direita (a esquerda também, entre muitos judeus) no prato comum, sem se haver lavado, era qualificado como ofensa grave. E com toda razão. (N. do M.)
- 82 Poderia tratar-se do chefe supremo das forças romanas destacadas em Capri, que tinham por missão zelar pela segurança do "chefe" ou "velhinho": o imperador Tibério. (N. do M.)
- 83 Esses aposentos eram o lugar ideal para mostrar e exibir poder e riqueza. E as refeições e recepções, o melhor pretexto. O "cenáculo", ao contrário, era reservado para os almoços íntimos. (N. do M.)
- 84 Seguindo as instruções dos arquitetos romanos, em especial do genial Vitruvius, as casas das famílias abastadas eram construídas com estudada precisão. Nada se deixava ao acaso. Refeitórios e banhos de inverno, por exemplo, eram orientados para a face Oeste, por serem utilizados na parte da tarde. Dessa forma mantinham uma agradável temperatura. Dormitórios e bibliotecas, por sua vez, orientavam-se para o Leste, propiciando assim a melhor conservação dos rolos e a secagem da roupa de cama. No Mediterrâneo, os ventos do Sul e do Oeste sopram carregados de umidade. Os refeitórios de primavera e outono eram também orientados para o Leste. No caso do de verão voltava-se para o Norte para se manter fresco. E o mesmo ocorria com os salões onde se exibiam pinturas e tapeçarias. Todos deviam voltar-se para o Norte. A luz constante realçava o brilho das cores. (N. do M.)
- 85 Os modelos romanos do *hydraulis*, estudados por Ulrich Michels e cujas investigações nos serviram de documentação, haviam sido, logicamente, aperfeiçoados. Dispunham de três fileiras de tubos (de bronze ou estanho) a distância de uma quinta e uma oitava (também a oitava e dupla oitava), conectados com amplificadores de registros e teclas. O

ar era fornecido por um engenhoso sistema consistente em duas bombas providas de válvula de retenção. O genial Ktesibios, para equilibrar as rajadas, dirigiu o ar por pressão para um depósito de metal aberto na parte inferior e encerrado por sua vez em outro tanque cheio de água. O ar pressionava o líquido para baixo, forçando a água a subir para o depósito exterior. Ao mesmo tempo, o ar do recinto interno via-se sujeito a uma pressão uniforme, obtendo-se finalmente nível de água em ambos os tanques. Existe documentação sobre a utilização desses instrumentos musicais ao ar livre, especialmente em anfiteatros. (N. do M.)

86 As técnicas do afresco, conhecidas desde o III milênio a.C., alcançaram o auge durante o Império Romano. A parede circular daquele *triclinium* fora disposta em sua totalidade para a realização desta bela e difícil modalidade artística. A parede que servia de suporte recebeu um primeiro reboque, grosso e rugoso. Sobre esse se aplicou um segundo reboque, mais delicado, à base da mencionada cal hidratada. Outros artistas preferiam o gesso fino. Sobre esta segunda preparação o pintor desenhava paisagens ou figuras. Posteriormente a cobria com uma leve capa de mármore pulverizado (*intonaco*). E o esboço, tornando-se transparente, servia de guia para a definitiva coloração. Geralmente o artista devia ultimar o trabalho em um só dia. O *intonaco* que ficasse sem pintura teria de ser raspado e submetido de novo ao mesmo processo. Uma das grandes vantagens do afresco consistia na rápida absorção da pintura pelo reboque, formando um todo compacto e de grande resistência ao desbotamento. (N. do M.)

87 Como creio haver mencionado, o nome de "Jasão" foi adotado pelos responsáveis pela Operação Cavalo de Troia precisamente com base nas aventuras vividas pelo herói grego em sua busca do Velocino de Ouro. E, ressalvadas as diferenças, a verdade é que acertaram. Em síntese, a vida de Jasão, príncipe herdeiro de Iolco (Tessália), foi uma incessante luta para conquistar o que Jung definiu como um "impossível" (o que repugna à razão). Desde muito jovem foi separado da corte de seu pai, o rei Éson, sendo educado nas artes da medicina, da guerra, da filosofia e da Ciência por Quíron, um sábio centauro. Nesse tempo, seu tio Pélias destronou Éson e Jasão retomou a Iolco para reivindicar o trono. No caminho ajudou uma anciã a cruzar o rio, perdendo uma sandália. A anciã era em realidade a deusa Hera disfarçada. E Jasão beneficiou-se do seu poder. E ao apresentar-se diante do usurpador, Pélias atemorizou-se. Parece que um oráculo havia vaticinado que se acautelasse de um estrangeiro calçando uma só sandália. E tentando ganhar tempo Pélias prometeu restituir o trono se e quando seu sobrinho Jasão trouxesse o Velocino de Ouro. Este velo ou lã de ouro pertencera a um prodigioso carneiro dotado de inteligência e capaz de falar e voar. O fantástico animal foi presenteado por Hermes aos irmãos Frixo e Hele, filhos do rei beócio Atamante. Esses irmãos tiveram de fugir do seu reino e o fizeram no lombo do carneiro voador. Hele caiu ao mar e desde então aquele lugar ficou conhecido como Helesponto. Frixo conseguiu chegar à Cólquida, no extremo do Ponto Euxino. E ali, em agradecimento, sacrificou o carneiro a Zeus, dando de presente a "pele" (o Velocino de Ouro) ao rei Eetes, dono e senhor da Cólquida. E o tesouro foi dependurado em uma árvore e guardado por uma serpente que jamais dormia. Jasão aceitou o quase impossível desafio e armou uma embarcação a que chamou "Argo". E reunindo os heróis mais famosos lançou-se à aventura, rumo à Cólquida. E depois de muitas peripécias conseguiu vencer a serpente com a ajuda de Medeia, filha de Eetes, apoderando-se do precioso butim. (N. do M.)

88 Na mitologia da Grécia antiga o deus Cronos, que despedaçou seu pai Urano com uma foice, devorava sua prole, induzido por um oráculo que predisse seu destronamento por

um de seus filhos. Conforme nasciam, Cronos os devorava. Sua esposa Rea, pouco antes de um novo parto, pediu ajuda a seus pais e foi para Creta, onde deu à luz em uma profunda caverna dos bosques do monte Ageu. Depois, envolvendo uma grande pedra entre fraldas deu-a a Cronos, que a devorou na suposição de que se tratava do último rebento. Mais tarde, como anunciou o oráculo, aquele filho sobrevivente, o grande Zeus, derrotaria seu pai. (N. do M.)

89 A mitologia conta que durante o reinado de Cronos deuses e homens firmaram a paz. Mas, com o golpe de estado de Zeus, segundo Hesíodo, tudo mudou. O novo chefe do Olimpo impôs seu poder aos mortais. E em uma reunião para determinar que partes dos sacrifícios rituais correspondiam aos deuses e quais aos homens, outro dos heróis, Prometeu, conseguiu enganar Zeus, cobrindo os ossos de um boi com reluzente gordura. Zeus, colérico, retirou o fogo eterno que iluminava a Terra. Mas o astuto Prometeu conseguiu roubar uma chispa desse fogo inextinguível e a entregou aos humanos. Indignado, Zeus ordenou a Hefestos que moldasse um corpo de barro cuja beleza superasse a das deusas do Olimpo. E todas as divindades cumularam de presentes e dons esta jovem virgem. E foi chamada Pandora, que em grego significa "tudo" e "presente". Um dos deuses, entretanto, encerrou em seu coração a perfídia e o engano. E Zeus a enviou a Epimeteu, irmão de Prometeu. E apesar das advertências desse último, Epimeteu acolheu a formosa Pandora. E aquele foi o pior momento da Humanidade. Pandora abriu então o "vaso" (não "a caixa") que tinha nas mãos e liberou males e calamidades. E com a primeira mulher entrou a desgraça no mundo. Só a Esperança permaneceu imóvel no vaso, como único consolo dos homens. (N. do M.)

90 "Caixa" (com tampa), e não "vaso", é o recipiente universalmente associado ao famoso mito de Pandora. Aqui, porém, era forçoso conservar o termo "vaso" do original porque foi empregado deliberadamente em substituição a "caixa". (N. T.)

91 Ainda que não acreditassem na ressurreição da carne (caso dos saduceus), o povo judeu dificilmente cremava seus mortos. A incineração era considerada um atentado contra a natureza. Se, além disso, acreditavam na vida eterna, a cremação significava a absoluta impossibilidade de recuperar o corpo para esse novo estado. Daí que a execução por abrasamento fosse uma das mais temidas. Para a religião de Moisés só existia o sepultamento. (N. do M.)

92 A *kithara*, pendurada ao ombro, era tocada com a mão direita por meio de um *plektron* atado a uma corda. A esquerda tangia as fibras de tripa de carneiro. (N. do M.)

93 A lira ou *chelus* (tartaruga) foi inventada, ao que parece, por Hermes quando acidentalmente pisou o tendão seco estendido no interior de uma carapaça de tartaruga. Como a *kithara*, era consagrada ao culto de Apolo. (N. do M.)

94 O "aulos" ou "kalamos" (cana), dispunha de uma palheta dupla, como a do oboé. No duplo "aulos" sopravam-se dois *auloi*. (N. do M.)

95 A tonalidade desta canção de moda naquele tempo correspondia à extensão de uma oitava (*mi'-mi*), nota central *la*, com nota superior e final *mi*. As semicadências sobre o *sol* e a distribuição dos semitons davam a denominada "escala frígia". (N. do M.)

96 Entre os epiléticos, os fenômenos de agressividade (*ictales*) costumam ser comuns durante o sono. Consistem basicamente em comportamentos anômalos, geralmente violentos, que podem ir desde a agitação das mãos a manifestações complexas e com objetivos muito específicos. Às vezes, sonhando, podem ser vistos de punhos em riste, em atitudes ameaçadoras, ou ainda saudando com as mãos. Gritos também são frequentes, gemidos, caretas e movimentação brusca das extremidades. Outros indivíduos, não

necessariamente epiléticos, como os sonâmbulos, desenvolvem atividades durante o sono como caminhar pela casa, sair de casa, arrastar móveis etc. (N. do M.)

97 Graças aos eletroencefalogramas, a ciência tem comprovado que, durante o sono, o cérebro emite uma série de ondas elétricas de ritmo lento e magnitude crescente, misturadas a outras de frequência rápida. Isso dividiu o sonho em quatro etapas, segundo a atividade elétrica. Mais tarde, os cientistas observaram que existia outro estágio, intercalado regularmente no sono, no qual o EEG (os elétricos) simulavam o estado de vigília. Os olhos movimentavam-se debaixo das pálpebras fechadas, o coração acelerava o ritmo, a respiração se agitava e a pressão arterial subia. A esse estágio foi dado o nome de REM (*Rapid Eye Movement*). O paciente ao ser despertado da fase REM, lembrava-se do sonho. (N. do M.)

98 Atualmente a ciência aceita que mais ou menos 85% dos pesadelos, sonhos e os demais conteúdos oníricos são registrados na frequência chamada REM ou paradoxal. Mas o que gera tais fenômenos ainda não é claro. É provável que tenham origem nos centros reticulares mesencefálicos e protuberâncias do cérebro, e que as descargas nervosas conhecidas como PGO (pontas ponto-genículo-occipitais), ao percorrer os sistemas neurológicos e alcançar o tálamo e o córtex cerebral, estimulem determinados fragmentos de vivências, “convertendo-os” nos típicos sonhos. Esse fenômeno maravilhoso e essencial para a manutenção da vida tem sido muito pesquisado em homens e animais, comprovando-se que é comum a todos os mamíferos, à exceção do golfinho e do urso comedor de formigas. Por razões que ignoramos, esses dois animais são privados do fascinante prazer de sonhar. Até os fetos sonham. Mas os fatores neurofisiológicos que intervêm na urdidura do sonho são tantos e tão complexos que é arriscado tentar raciocinar como e para que surgem tais sonhos. Nos de Cláudia, nenhuma das teorias científicas atuais explica satisfatoriamente a origem e a finalidade deles. Não estou de acordo com Freud, que propunha a hipótese de “estrada real”. Ou seja, os sonhos como “via” de penetração no inconsciente e o meio para trazer à tona os mais íntimos elementos da vida psíquica de um indivíduo. Tampouco creio que os pesadelos podem ser considerados como consequência do acaso, estimulado pela atividade aleatória dos neurônios. É possível, como defende Jonathan Winson, que os sonhos intervenham nos processos de memorização. A teoria, não obstante, também não se encaixa no “caso Cláudia”. Quanto à hipótese da “ativação-síntese” que especula sobre sonhos sem significado, nem sequer cheguei a considerá-la. Tampouco a explicação de Crick e Mitchison resolveria o problema: os sonhos, para esses pesquisadores, não são outra coisa senão um sistema de eliminação de tudo aquilo que deve ser descartado pela memória. Simplesmente Cláudia Procla não sonhou para esquecer-se. Muito ao contrário. (N. do M.)

99 Como já havia assinalado, os mamíferos – exceção feita aos golfinhos e aos ursos que se alimentam de formigas – têm um mesmo tipo de estágio REM. Esse sonho geralmente aparece depois de uma hora e meia do início do repouso. Dura mais ou menos dez minutos. A segunda e a terceira fase de REM são mais longas e surgem depois de períodos mais curtos de ondas lentas. Por último, o quarto e quinto REM alcançam entre 20 e 30 minutos cada. No transcurso do quinto acontece o despertar do indivíduo, que em muitas ocasiões consegue lembrar-se dos últimos sonhos. (N. do M.)

100 Esse importante componente neurofisiológico do sonho REM aparece como consequência da ativação do núcleo denominado *peri-locus coeruleus*. Graças à via tectogenículo-reticular, se encarrega de mobilizar o foco inibidor magnocelular reticular bulbar

de Magoun e Rhines. E essa “ordem-ação” inibidora, ou de proibição do tônus ou movimento muscular, é comunicada por um canal retículoespinal aos correspondentes neurônios motores da haste anterior. Se destruímos esse núcleo *peri-locus* ou anularmos o trato tegmento-reticular, o estágio REM aparecerá “com movimentos”, produzindo-se sequências como a já citada dos gatos atacando ou fugindo de “fantasmas”. (N. do M.)

101 Em geral, segundo nossas fontes, os *penates* foram *lares* que com o tempo adquiriram personalidade própria. Parece que tinham como missão fundamental tomar conta da despensa doméstica. A verdade é que os romanos não formulavam uma ideia clara dos *penates*, confundindo-os com os *lares*, e esses com aqueles. O *penus* ou armazém de provisões era o recinto habitual desses pequenos deuses de segunda categoria. Suas imagens eram guardadas também no interior das casas. Em cada refeição a família lhes oferecia um prato (geralmente sal e farinha). Alguns dos móveis e utensílios da cozinha – mesas, saleiros, pratos, gamelas etc. – eram considerados de propriedade dos *penates* e, portanto, sagrados. Cada casa, aldeia, povoado e cidade tinha seus próprios *penates*, com o que o número de deuses ascendia a milhares. Augusto, por exemplo, descendente de Eneias, acolheu em sua casa os *penates* tutelares de Troia. (N. do M.)

102 As hordas de bruxos e feiticeiros, com seus correspondentes ritos, invadem Roma a partir da segunda guerra púnica. Tal foi o desastre provocado entre os crédulos cidadãos que a legislação interveio sem contemplações. Um *senatus-consulto* ordenou a destruição dos livros sobre adivinhação, proibindo também cultos e sacrifícios estrangeiros. No ano 32 a.C., Otaviano, Antônio e Sépido expulsam os bruxos do império. E o próprio Tibério foi quem introduziu o termo *magus* na legislação, para qualificar “feiticeiros criminosos”. No entanto, como já disse, magos e “arúspices” pulularam por povoados e cidades, burlando a lei e “aconselhando” até os que deviam zelar pelo cumprimento da tal legislação. Tibério e Nero foram dois bons exemplos. (N. do M.)

103 Tácito (*Anais*, 2, 32). (N. do M.)

104 Plínio (*História Natural*, 30, 1, 3) assegura que foram ditados um *senatus-consulto* – proibindo sacrifícios humanos – e uma lei de Tibério contra os druidas. (N. do M.)

105 A superstição do povo romano era tal que praticamente ninguém dava um passo importante sem consultar os deuses. Aí intervinham os áugures, interpretando toda sorte de *signa* ou sinais, que até podiam ser involuntários, como o piscar de olhos, o voo dos pássaros, um espirro, os astros. E pouco a pouco essa parafernália foi profissionalizando-se, até que nasceu uma curiosa divisão de signos: o *prodigium*, o *monstrum*, o *estentum* e o *portentum*. Os dois últimos eram manifestação divina através da matéria inanimada. Os *prodigia* eram atos ou movimentos especiais efetuados pelos seres vivos. Os *monstra* correspondiam à natureza orgânica. (N. do M.)

106 Ver informação em *Cavalo de Troia* 1, p. 436. (N. de J. J. Benítez)

107 Desde o século VII e ao longo de boa parte da Idade Média aparece no mundo cristão – tanto oriental quanto ocidental – uma série de informes e atas, atribuídos a Pôncio. Tertuliano e Simão Cefas (apóstolo Pedro) – segundo a tradição – já haviam comentado essa “confissão” do governador da Judeia. Nesses escritos – *Anáfora*, *Paródosis* e outras cartas – Pôncio figura como um decidido defensor de Jesus de Nazaré, comungando com sua divindade e doutrina. Alguns autores modernos, como Sordi, com um exíguo conhecimento histórico, defendem a autenticidade de um primitivo documento, assegurando mesmo que Pôncio acabara convertendo-se num paladino dos primeiros cristãos. (N. do M.)

- 108 A religião romana estabelecia igualmente que os *auspicia oblativa* ou sinais não desejados podiam ser recusados pelo cidadão. A tradição dos áugures fixara vários métodos: *non obseruare* (não prestando-lhes atenção), *refutare* (desprezando ou repudiando o sinal) ou, simplesmente, seguindo a política do avestruz (negando-se a ver). (N. do M.)
- 109 Tanto na *Eneida* quanto nas *Geórgicas*, Virgílio refere-se com frequência aos *manes*, conferindo-lhes diferentes papéis. Por vezes, por metonímia, representam os “infernos”, como lugar de residência dos mortos. Também os associam às sombras dos falecidos, consideradas coletivamente. Outros autores chamam *manes* aos restos mortais dos mortos. O povo acabou por defini-los como “espíritos dos mortos”. (N. do M.)
- 110 Os romanos, com efeito, acreditavam que os *manes* se irritavam quando não atendidos com respeito e veneração. E essa, diziam, era a causa dos pesadelos, dos tiques nervosos, das manias e das doenças misteriosas. A melhor homenagem eram as flores. Daí justamente o costume de adornar as sepulturas com rosas, gladiolos, violetas, mirtos e lírios. As flores eram o símbolo da renovação e os *manes* gostavam da sua presença. (N. do M.)
- 111 Lucrécio, morto em meados do século I a.C., podia considerar-se um predecessor do moderno ateísmo. Em sua obra *Da natureza das coisas*, seguindo a física do seu mestre Epicuro, estudou o tema da suprema felicidade, chegando à conclusão de que a felicidade consiste na indiferença. Lucrécio adotou uma ordem imutável do Universo, acreditando, portanto, que o temor pelo sobrenatural (os deuses) era um absurdo. “O homem” – afirmava ele – “é unicamente matéria organizada, composta de átomos, e como tal só pode voltar ao nada do qual surgiu.” Estas afirmações caíram como um balde de água fria na tradicional sociedade romana, que as classificou como escandalosas. (N. do M.)
- 112 Sêneca seria acusado anos mais tarde por Suílio de “enriquecimento ilícito”. Ao que parece conseguiu 300 milhões de sestércios em quatro dias. (N. do M.)
- 113 Parte da lenda da grande feiticeira Ísis – segundo Plutarco – dizia assim: Ísis foi a primeira filha de Geb e Nut. Nasceu nos pântanos do delta do Nilo, foi escolhida para ser a esposa de seu irmão Osíris, e ajudou-o na sua obra civilizadora. Enquanto Osíris ensinava as técnicas da agricultura e da fabricação dos metais, Ísis se ocupava das mulheres, ajudando-as com os teares, a moenda do grão e a cura de doenças. Instituiu também o casamento, fazendo com que seus súditos se acostumassem a viver em família. Quando essa obra foi concluída, Osíris partiu para a Ásia a fim de transmitir seus conhecimentos ao resto do mundo. E sua esposa permaneceu como regente. Mas ao regressar ao Egito, o “Ser Bom” foi vítima da inveja de seu irmão Seth, que o matou e o encerrou em um cofre, atirando-o no Nilo. Conta a mitologia egípcia que o cadáver de Osíris chegou finalmente às praias da Fenícia. Ali o encontraria Ísis. Pegando o cofre, escondeu-o nos pântanos de Buto. Mas Seth conseguiu encontrá-lo, e esquartejou-o em 14 pedaços e esparramou seus restos. A deusa, porém, sem desanimar, foi reunindo os despojos. E graças ao seu poder reconstituiu o corpo de seu marido-irmão e devolveu-lhe a vida eterna. Desde então Osíris passou a ser o deus dos mortos. (N. do M.)
- 114 Bético: natural da antiga Bética, hoje Andaluzia, na Espanha. (N. T.)
- 115 Essa peculiar e perigosíssima característica, que a distingue do resto dos ofídios, é possível graças à disposição dos caninos. O canal injetor aparece nas *najas nigricollis* quase em ângulo reto. Dessa forma, os poderosos músculos contráteis que mobilizam o veneno permitem um jato (uma pulverização) forte. Instintivamente o réptil seleciona o

rosto – especificamente os olhos – do agressor. É só em casos excepcionais que morde a vítima. (N. do M.)

116 No banco de dados do “Papai Noel” aparecia a seguinte informação: “Festa semelhante aos *Parentalia*, mas celebrada na intimidade do lar e em homenagem aos mortos. Origem possível: assassinio de Remo por seu irmão Rômulo. Segundo a lenda, aquele aparecia toda noite para assombrar Faustulus e Acca Larentia. A sombra em questão foi denominada *Remores*. Talvez venha daí a corruptela *Lemures*. Para conjurar o tormento, Rômulo estabeleceu aquela festa. *Dias*: 9, 11 e 13 de maio. Cada um desses dias, especialmente suas noites, representava para a supersticiosa sociedade romana uma gravíssima ameaça por pane dos fantasmas de seus morros. Considerados dias especialmente nefastos. Templos fechados. Proibida a celebração de casamentos. Os cidadãos mais supersticiosos não saem de casa. Atividade praticamente paralisada”... (N. do M.)

117 Misturados com os *lemures*, havia também outros “fantasmas, esqueletos, espectros”; as *larvas*, que são mais daninhas que os *lemures*. Para alguns autores *larvae* e *lemures* são sinônimos. Eram todas almas penadas. Durante três dias por ano regressavam ao mundo dos vivos para vingar-se. (N. do M.)

118 Um dos rituais obrigatórios nas noites dos *lemuria* consistia no seguinte: o cabeça da família levantava-se de madrugada e, descalço, estalava o polegar contra os outros dedos. Assim fazendo, evitava que os espectros se aproximassem. Em seguida, lavava as mãos três vezes e ao voltar ao seu quarto introduzia favas negras na boca. E conforme caminhava atirava-as por sobre os ombros, repetindo nove vezes: “Atiro estas favas!... Por elas resgato a mim e aos meus!”.

Não podia virar-se, já que se supunha que os mortos o seguiam. Lavava as mãos outra vez e tocava um objeto de bronze. E o pai de família convidava as sombras a deixarem a casa, exclamando outras nove vezes: “*Manes* de meus pais, saí!” Só então voltava para a cama. (N. do M.)

119 Ver informação em *Cavalo de Troia 2*, p. 407. (N. de J. J. Benítez)

120 Esses roedores – frequentes no Quênia, Etiópia e Somália – alimentam-se basicamente de tubérculos. Depois de devorar a parte interna cobrem a raiz com a terra removida, favorecendo a regeneração da planta. (N. do M.)

121 Como exemplo da enorme capacidade de amplificação dessas fibras, posso dizer que uma radiação infravermelha de 1,06 micrômetros de comprimento de onda pode ser ampliada a 50 mil, correspondendo a um ganho de 47 decibéis. Esses “canais” encontravam-se preparados para suportar transmissões superiores aos 10 mil *gigabites* por segundo. E ainda que não estivéssemos autorizados a tirá-los do módulo, nesse caso excepcional prestaram um excelente serviço. (N. do M.)

122 Esses cristais foram fabricados para a Operação com semicondutores de arsenito de gálio e vários compostos orgânicos (só posso mencionar o “2-ciclo-octilamino-5-nitropiridina”). (N. do M.)

123 O holograma “*movi-som*” (movimento-som), como é chamado no jargão militar, é de alto segredo, não me encontrando autorizado a ampliar os detalhes sobre eles. Basta dizer que sua criação serviu em alguns conflitos bélicos para enganar forças inimigas, multiplicando, por exemplo, o número de homens e armas numa “visão direta” e com isso provocando numerosas retiradas e rendições. (N. do M.)

124 Ampla informação em *Cavalo de Troia 1*, p. 92 e ss. (N. de J. J. Benítez)



# 18 de maio, quinta-feira

Rode, a jovem criada, não me reconheceu.

De repente, à luz das tochas, distingui a pequena e agitada figura do caçula da família, que correu ao meu encontro.

Colocou-se entre a mulher e a porta e, abrindo os negros olhos, gritou meu nome. Depois, de um salto, pendurou-se em mim.

Poseidon, assustado, agitou a cabeça.

Ao ver o cavalo, o interesse da criança por este explorador desapareceu. E por cima dos meus ombros pôs-se a acariciar o animal.

– É teu? Como se chama?

Maria Marcos, a mãe, aproximando-se, repreendeu-o ao mesmo tempo em que me convidava a entrar.

Hesitei, mostrando-lhe que não estava só. Maria, chamando a criadagem, puxou-me pela mão, sem querer ouvir minhas desculpas. Eu e o cavalo entramos no pátio a céu aberto do lar dos Marcos, em Jerusalém.

Mas o entusiasmado João Marcos não permitiu que os criados se encarregassem de Poseidon. Pelas rédeas, conduziu-o ao fundo do jardim.

No princípio estranhei, depois compreendi. As roupas velhas e sujas, a barba por fazer e cabelos despenteados eram sinal de um profundo sentimento religioso.<sup>125</sup>

Lembrando-me do recente falecimento de Elias Marcos,<sup>126</sup> o cabeça da família, apressei-me a dar minhas condolências à gentil anfitriã. Maria aceitou-as em silêncio e, tomando-me as mãos, fez-me sentar junto do fogo no meio do pátio. Fiel ao costume, tentei levantar-me e saudar as sete vezes que a Lei estipulava (assim rezava o tratado *Baba bathra*). Mas a mulher, sorrindo, não me permitiu fazê-lo.

A julgar por suas precárias explicações, o marido tivera morte súbita e sem razão aparente. Era relativamente jovem – 45 anos – e bastante forte. Deduzi que a morte pode ter sido causada ou por um problema cardíaco ou por hemorragia cerebral. A questão é que lamentei profundamente a perda daquele excelente amigo.

O fatídico desenlace os pegara desprevenidos, principalmente ao jovem João Marcos, que, como se recordará, estava voltando a Jerusalém.

Maria, evitando o doloroso assunto, assaltou-me com perguntas. E fui-lhe respondendo da melhor forma possível...

Expliquei-lhe que me havia juntado a uma caravana procedente de Tiro e que, depois de descer pelo caminho do Jordão, praticamente acabara por entrar na Cidade Santa. Contei-lhe também minhas experiências no mar da Galileia e as aparições que tivera a sorte de presenciar.

Claro, ela soubera. Seu filho e os discípulos a haviam informado de tudo detalhadamente.

Os discípulos?

E dessa feita fui eu que a interroguei sobre o paradeiro dos íntimos. Soube então que os 11 encontravam-se ali mesmo, no cenáculo, no andar superior da casa. O histórico lugar era usado como “quartel-general” desde a chegada do grupo a Jerusalém, na noite de quarta-feira, 3 de maio.

Mas pelos esclarecimentos de Maria Marcos deduzi que os eufóricos “embaixadores do reino”, ao estabelecer contato com a Cidade Santa e perceber o ambiente de hostilidade entre a casta sacerdotal, haviam voltado a cair numa profunda crise de medo. E não lhes faltava razão. Como já mencionei, as disposições do Sinédrio contra todo aquele que se atrevesse a propagar notícias relacionadas com o Mestre, ou com a Ressurreição, eram draconianas: expulsão das sinagogas e até a possibilidade de execução.

Também tomei conhecimento de dois outros fatos, protagonizados um pelo Ressuscitado, outro pelos apóstolos. Do primeiro, as notícias eram confusas. Maria só ouvira rumores. Ao que

parece, o Mestre se apresentara igualmente na noite de 18 de abril para um grupo de fiéis, em Alexandria.

Para que me enganar? Nessa altura senti-me incapaz de contar o número de suas aparições. Doze? Catorze?...

Inquieto e irritado por causa daquele “descontrole”, tomei a firme decisão de levar a cabo as indagações necessárias para “pôr ordem” nesse importante capítulo. Um capítulo, sim, igualmente manipulado e censurado pelos evangelistas...

O último acontecimento, segundo minha anfitriã, ocorrera na noite seguinte à chegada dos íntimos a Jerusalém. Nessa quinta-feira, 4 de maio, os 11 se haviam reunido numa assembleia.

A situação, insisto, continuava sendo grave. Mas Simão Pedro, tomando a iniciativa, animou seus irmãos a vencer o medo e aparecer. E recomeçou a velha rixa.

Bartolomeu, o “urso de Caná”, foi o porta-voz da “oposição” contra Pedro e seu grupo. Não se opunha a sair às ruas e pregar o novo Evangelho. Natanael, Tomé, Mateus Levi, Simão o Zelote, João Zebedeu e André estavam igualmente dispostos a anunciar o “reino”. No que não concordavam era no planejamento.

Os primeiros – e não vou me cansar de repeti-lo –, deslumbrados pela volta física de Jesus, pretendiam basicamente comunicar esse fenômeno extraordinário. O “urso” e seu bando, ao contrário, mais sutis e fiéis às repetidas recomendações do Filho do Homem, desejavam transmitir a grande mensagem: o “descobrimento” de um Deus-Pai e sua consequência lógica: fraternidade entre os homens.

Mas Bartolomeu e a facção dos “puros” – se me for permitida a simplificação – foram literalmente atropelados pela eloquência de Pedro e o entusiasmo de seus “falcões”. Entre esses apareciam também várias das mulheres do primitivo movimento.

Dessa reunião – “esquecida” pelos escritores sagrados (?), como é natural –, o impetuoso e nada ponderado Simão Pedro sairia consagrado como líder indiscutível. E com ele, lamentavelmente, o que no futuro seria uma religião “sobre” Jesus e não “sobre” sua magnífica e original mensagem.

De repente, interrompendo-se, Maria se pôs em pé, pedindo perdão. E antes que pudesse evitá-lo – reiterando as desculpas pelo lamentável esquecimento – vi-me com uma fumegante tigelinha de madeira entre as mãos.

– Feita agorinha mesmo – disse-me ela, recusando-se a ouvir meus protestos.

Apesar de já haver jantado, agradei a hospitalidade e saboreei a suculenta sopa de cebola e o cremoso queijo que a recobria. Respirei profundamente, agradecendo aos céus tanta bondade: uma tranquila viagem de Nahum à Cidade Santa e, naquele momento, amigos acolhedores, um fogo, um firmamento estrelado e aquele embriagador perfume dos jasmims!

Não insisti mais nas perguntas sobre os discípulos. Em parte porque supus que estivessem dormindo. A primeira vigília da noite já havia silenciado a cidade. Não era o momento certo para irromper no histórico cenáculo. Além do mais, quem sabe como iriam receber-me. O ódio de João Zebedeu pulsava na minha memória como uma luz de perigo.

Quem sabe com o novo dia... Sim, algo aconteceria. E esse “algo” ocorreu, naturalmente. O Destino (?), com efeito, havia tempo que esperava por mim...

– E por que esse nome?

O garoto voltou, por fim, para junto deste explorador.

– Por que Poseidon?

Carinhoso, foi sentar-se nos meus joelhos, brincando com seu “presente”, um saquinho de pano desbotado que me dera semanas antes e que, por sorte, eu ainda trazia dependurado no peito.

Sorri e, depositando o vasilhame de sopa ao pé do tamborete, improvisei:

– Me traz sorte..., como teu amuleto.

– Mas que significa? – insistiu, apontando o cavalo branco.

– É um deus – repliquei, compreendendo que seu interesse pelo animal não o faria desistir. – Na realidade deveria mesmo é chamar-se Posídon.

O pequeno – que um dia seria o evangelista Marcos – submeteu-me a um implacável interrogatório. Fiquei-lhe grato. Durante um

bom tempo as ingênuas e deliciosas perguntas tiraram-me da realidade.

– O deus dos terremotos?... Por isso os cavalos fazem tanto barulho ao galopar?

– Como foi que adivinhaste? – apoiei encantado. E o garoto continuou a empurrar-me para a lenda de Poseidon.

– Conta-se que esse deus grego criou o cavalo com um golpe de seu tridente...

João Marcos arregalou seus enormes olhos negros.

– E te digo mais, Poseidon estabeleceu sua morada nas profundezas do mar. O palácio, no mar Egeu, era resplandecente e eterno. E quando saía com seu carro tirado por belos corcéis de cascos dourados...

– Cavalos com cascos de ouro! Mas Poseidon não tem... – e franziu o sobreceixo como que protestando.

Ingênuo, não me havia dado conta do olhar contrariado do menino.

– É que esse cavalo é especial – tentei remediar.

– Por quê?

– Porque ele tem o ouro no coração...

Não se convenceu muito, e continuei com a versão de Heródoto.

– E voava por sobre as águas, provocando tempestades. No entanto, nenhuma gota o molhava.

– E os cavalos se molhavam?

Embatuquei.

– Suponho que não. Como sabes, cavaleiro e cavalgada chegaram a ser um todo.

– E ele tinha esposa?

– Sim, ela se chamava Anfitrite. Sabes como foi que ela o conquistou?

Fez que não com a cabeça, e o sono já começava a dominá-lo.

– Anfitrite, filha de Oceano, não quis saber de Poseidon e escondeu-se. Mas o deus enviou um golfinho para procurá-la e levá-la ao deus dos mares. O golfinho o fez e Poseidon recompensou seu fiel mensageiro, transformando-o em sol.

João Marcos espevitou-se, afastando o sono:

- É por isso que os golfinhos podem tirar a cabeça fora d'água?
- Naturalmente. E então riem quando fazem isso.

Aquela conversa, para minha surpresa, iria ter mais transcendência do que eu podia imaginar. Sem querer, este explorador cometera um erro na história do golfinho...

Mas volto a me precipitar. Melhor que eu ajuste os fatos tal qual aconteceram:

– Então desse casamento nasceram-lhes três filhos: Tritão, Bentesicime e Rode...

- Rode? – excitado, pôs-se a rir. – Rode é filha de um deus?

Dei-me conta. Rode era a escrava que me havia aberto a porta e que praticamente vira o travesso e inquieto João Marcos nascer.

Lenta e placidamente, o menino dormiu em meus braços. Dei-o à mãe e busquei um lugar para dormir no aconchego daquele lar.

5h06, hora do nascimento do sol, segundo os relógios do módulo. As últimas estrelas deram lugar à aurora. Maria Marcos e os seus começaram a cruzar o pátio, avivando o fogo e preparando a moenda do grão. Ao fundo, chamando à vida, o duplo tanger do bronze dos levitas abrindo no Templo a porta de Nicanor.

6 horas...

Leite quente, mel e pãezinhos servidos sobre a tradicional prancha abaulada de ferro. Observei o céu. Limpo e amplo, riscado pelo voo das alvoroçadas andorinhas de primavera.

6h15, aproximadamente. A dona da casa dispôs duas grandes bandejas de madeira, com o desjejum dos 11. Aproveitei a circunstância. Adiantei-me e lhe pedi permissão para ajudá-la. Sorriu-me, passou-me a bandeja, cruzou o pátio e dirigiu-se à escada que levava ao piso superior. Decidido, segui-a. Atrás de mim, com o restante do desjejum, Rode, a “filha do deus Poseidon”.

Ao entrar no cenáculo, as lembranças assaltaram-me. Tudo parecia igual, até o odor acre de ambiente fechado e ocupado por 11 homens durante duas semanas.

A mesa baixa, em forma de U, no mesmo lugar, e também os divãs ao seu redor. À esquerda da porta, três lavatórios de bronze com rodas, as jarras e as bacias. Nas paredes brancas, as tapeçarias vermelhas...

Com a ajuda da claridade acinzentada que se filtrava das nuvens, distingui os íntimos. Melhor dizendo, uma série de vultos escuros, deitados parte sobre os triclinios, parte no assoalho.

6h20...

Maria Marcos bateu palmas, anunciando o novo dia e o leite quente. Rode depositou a bandeja sobre a mesa e foi organizar o que havia para comer ao longo do U. Ajudei-a. Depois apanhou a única lanterna acesa e foi acendendo as outras seis. Nesse instante, inquietei-me. Como reagiria o Zebedeu ao dar comigo?

Já despertos, à exceção dos gêmeos de Alfeu, os discípulos espreguiçaram-se nas camas improvisadas, bocejando ruidosamente. Não pensei duas vezes. Para evitar novos e desagradáveis confrontos, peguei a bandeja, dei meia-volta e dirigi-me para a porta. Na realidade, ali não estava acontecendo nada...

6h30...

Então, em meio à penumbra, quando já me encontrava a dois passos da saída, apareceu aquele "homem".

Apareceu? Entrou? Estava ali?

Impossível sabê-lo. Na verdade, quase tropecei nele. Aturdido, ao pedir-lhe desculpas e tentar desviar-me, ouvi que me dizia em voz baixa:

– Não se transmudou em sol... Poseidon transformou-o numa estrela. Estupefato, deixei cair a bandeja, que chegou ao chão com um enorme estrépito.

O "homem", sorrindo, inclinou-se, pegou-a e a pôs nas minhas mãos, sussurrando:

– Mas também não é para tanto...

Passou por mim e se dirigiu ao centro da sala. Como explicá-lo?

Simplesmente senti-me colado ao chão e a olhar para a porta. Atrás de mim soou um grito, e outra bandeja teve a mesma sorte que a minha. Murmúrios, passadas rápidas, um ou dois "sofás" que caíram, e por fim, um nome...

Mestre!

Arrepiado, girei nos calcanhares. Aquele homem voltou a agachar-se. Pegou a bandeja de Rode e teve de insistir para que a aterrorizada mulher a apanhasse.

Pensar? Limitei-me a agir como um robô.

Era Ele... outra vez!

Manto cor de vinho enlaçando o atlético tórax. Túnica branca, imaculada, com mangas largas...

Devagar, odiando os estalidos do assoalho de madeira, avancei para o lado esquerdo do U.

O Ressuscitado continuava à cabeceira da mesa, olhando para o grupo dos íntimos. Mais tarde, ao recordar a cena, sorri com meus botões.

Os 11 homens, espantados, amontoados num canto, contrastavam dramaticamente com o semblante das mulheres. Maria Marcos e Rode, à minha frente, superado o susto, permaneciam abraçadas, mas controladas, com o olhar fixo no rosto bronzeado de Jesus de Nazaré.

Rosto bronzeado, cabelos lisos, da cor de caramelo, flutuando sobre os poderosos ombros, nariz proeminente, lábios finos, barba curta e dividida ao meio, e, sobretudo, os amendoados, intensos e infinitos olhos cor de mel...

Era Ele... outra vez!

Compreender? Raciocinar? Analisar? Para o inferno com a ciência! Pestanejou e o sereno semblante se iluminou com aquele sorriso doce e acolhedor. Fez um sinal com as mãos para que os seus se acercassem. Mas ninguém se moveu.

Ao reforçar o sorriso, seus dentes brancos e impecáveis refulgiram naquele claro-escuro do cenáculo.

E Pedro foi o primeiro; e atrás dele, passando do pânico à euforia, todos os outros. E os 11, entre lágrimas e risos, empurrões e confusão, disputaram e beijaram as mãos do Galileu.

Então aconteceu algo que não gostaria de omitir. Emocionado, senti inveja. Também quis beijar aquelas grandes e mágicas mãos.

Com suavidade mas firmemente, o Mestre foi estendendo-as. A mão direita dirigiu-se às mulheres e a esquerda, para o que restava deste pobre explorador.

Aquele seria um beijo que jamais esqueceri...

– Que a paz esteja convosco...



A voz grave e potente tomou um tom sério mas igualmente cálido e familiar:

– Pedi-vos que permanecêsseis aqui, em Jerusalém, até minha ascensão junto ao Pai...

Os íntimos foram enxugando as lágrimas. Pedro, na primeira fila, transformou-se. Eu diria que flutuava de alegria.

– Disse-vos que enviaria o Espírito da Verdade, que logo será derramado sobre toda a carne e que vos conferirá o poder do alto...

Cotoveladas. E alguns cochicharam entre si. Jesus, fazendo uma pausa, aguardou. Novas cotoveladas, até que finalmente, empurrado por seus companheiros, o enegrecido rosto de Simão o Zelote destacou-se na penumbra. Gaguejando, perguntou:

– Então, Mestre, restabelecerás o reino? Veremos a glória de Deus manifestar-se no mundo?

Cumprido o “encargo”, apressou-se a voltar para o seu lugar e a esconder-se atrás de seus “instigadores”. Simão Pedro, olhando fixamente para o rabi da Galileia, e sempre sorrindo, meneava a cabeça afirmativamente. Mas o Mestre, voltando-se para mim, transmitiu uma clara e triste sensação de impotência. Depois, dirigindo-se ao antigo guerrilheiro, lamentou-se:

– Simão, ainda te prendes às tuas velhas ideias sobre o Messias judeu e o reino material...

E o sorriso de Pedro se foi desvanecendo.

– Não te preocupes – animou-o –, receberás o poder espiritual quando o Espírito descer sobre ti.

O Espírito? A que se referia? Em que consistia esse poder?

E o Mestre, erguendo ligeiramente os braços, abriu as mãos e tentou abrir o entendimento daqueles equivocados galileus. E sua voz vibrou:

– Depois andareis por todo o mundo pregando esta boa-nova do reino. Assim como o Pai me enviou, assim também vos envio eu agora...

E os sempre tímidos gêmeos, comovidos, agarraram-se outra vez às mãos do Ressuscitado. Jesus recuperou o sorriso, apertou os dedos dos Alfeu com força e exclamou como só Ele sabia fazê-lo:

– E quero que vos ameis e tenhais confiança uns nos outros!

Os 11, a uma só voz, replicaram com um decidido "Sim, Mestre"!

– Judas já não está convosco – acrescentou para reforçar seu apelo – porque seu amor esfriou e porque negou-vos sua confiança...

A alusão ao Iscariotes surpreendeu-me. Mas teria de viver o terceiro "salto" para captar a dimensão daquelas palavras.

– Não lestes nas Escrituras que "não é bom que o homem esteja só"? Nenhum homem vive para si mesmo. Todo aquele que quiser ter amigos deverá mostrar-se amistoso. Acaso não vos enviei a ensinar dois a dois, para que não vos sentísseis sós e não caísseis nos erros e sofrimentos provocados pela solidão?

"Sabeis também que durante minha Encarnação não me permiti estar sozinho por muito tempo. Desde o princípio tive sempre a meu lado dois ou três de vós... inclusive quando falava com o Pai..."

Agitando as mãos, que seguravam as dos gêmeos, deu nova entonação na voz e ordenou:

– Confiai, pois, uns nos outros!

Dias mais tarde eu entenderia também o porquê da insistência na confiança mútua.

Bartolomeu, acusando o golpe, instintivamente baixou os olhos.

O Mestre, baixando o tom, sem dissimular um quê de amargura, concluiu:

– E isso hoje é muito necessário, porque ireis ficar sozinhos...

Os rostos se anuviaram e os murmúrios soaram como um presságio.

– É chegada a hora...

Pedro e João Zebedeu entreolharam-se sem entender. Alguns tentaram fazer perguntas. Mas o Mestre, com uma inesperada gravidade no semblante, deixou-os sem palavras.

– Estou prestes a voltar ao Pai.

Dei-me conta. Aquela era a última vez que Jesus de Nazaré se apresentava entre os seus: a mal chamada "ascensão".

Fez um aceno para que o seguíssemos. Deu meia-volta e, com os olhos baixos, seguiu para a porta. As testemunhas, mudas, paralisadas por aquela notícia, não puderam – não pudemos – reagir. Vimo-lo afastar-se e descer as escadas. E uma vez mais

foram as mulheres que obrigaram aquele pelotão de homens perplexos e inúteis a se mexerem.

7 horas...

Saíram todos correndo atrás de Maria e Rode, mobilizados por Pedro. Como quase sempre, fui o último a sair. Perturbado, ao alcançar o pátio, chamaram-me a atenção o espanto da criadagem e os relinchos de Poseidon, no fundo do jardim.

Maria Marcos e Rode, outra vez abraçadas junto ao fogo, estavam com o olhar fixo no portal de entrada da propriedade. A cena só durou alguns segundos. Olhei para o cavalo e vi, com efeito, que estava assustado. Estranhamente assustado.

Maria, então, com um gesto, indicou-me a saída. Esquecendo-me até do cajado, corri atrás do grupo, mas me detive no umbral. Voltei e apanhei a "vara de Moisés". Essa fração de tempo foi decisiva. Perdi-os... Imprequei contra o deus grego, o cajado e seu portador.

Para onde deveria dirigir-me?

Aquele setor da cidade, o bairro baixo ou *súq-ha-tajtôn*, era um labirinto infernal de ruelas, a maior parte formada de becos sem saída.

Fui observando os rostos dos numerosos transeuntes que iam e vinham. Nada. Ninguém parecia surpreso. Fui descendo na direção da muralha Sul, passando por quase meio quilômetro de casinhas brancas e negras, que pareciam escorar-se umas nas outras.

E dessa feita não reneguei os evangelistas. "Depois levou-os para Betânia..." A providencial frase de Lucas foi uma tábua de salvação.

Guiado pelas colunas de fumaça acinzentada que se cruzavam no horizonte, optei por uma das rampas em degraus. Saltando, esquivando-me e tropeçando naquele caminho com crianças, fornhos, cachorros esqueléticos, pilhas de lixo, jumentos e seus tocadores, fui avançando (?) aos tropeções... para lugar nenhum.

Arfando, e furioso comigo mesmo, tive de parar pela enésima vez. Desalentado, encostei-me numa das paredes. Perdido! Perdido em Jerusalém!

De repente, acima de minha cabeça, ouvi os gritos de uma mulher que se dirigia a outra hebreia, que também estava à janela. Em grande agitação, disse que havia visto passar o “defunto profeta da Galileia”. A segunda matrona, surda como uma porta, protestava indignada que ela “não era da Galileia”.

Cortando a conversa, perguntei-lhe em que direção havia visto “o defunto”. Tão nervosa estava ela que não se deu conta do absurdo de minha pergunta. Apontou para a direita e deu-me uma preciosa informação-chave: a porta da Fonte. Mas, rápida como o vento, interpretando a pergunta daquele maldito pagão como uma chacota, apressou-se a esvaziar o conteúdo do vasilhame que tinha nas mãos, ao mesmo tempo em que manifestava sua mais justa indignação: “Lá vai água!”.

Água? Antes tivesse sido só água... Agradecendo-lhe efusivamente, tomei a direção indicada.

O Destino, “benevolente”, permitiu que aqueles últimos cem metros fossem percorridos praticamente sem tropeços: algumas quedas sobre os degraus escorregadios, deliciosamente atapetados pelo esterco dos animais, meia dúzia de tendas destruídas, uma pilha de cântaros de barro caindo atrás de mim e espantando uma interminável fila de jumentos, com as correspondentes maldições contra aquele corredor alucinado...

A porta da Fonte! Afastando mendigos, aleijados e desocupados, finalmente vi-me na trilha que levava a Betânia. Pouco faltou para que este suarento e agitado explorador voltasse a errar.

Dessa vez, reneguei Lucas... Levou-os para Betânia? Não. Por sorte, ao passar pelos cruzamentos que saíam daquela muralha, consegui visualizar o apressado grupo, que seguia bordejando a muralha oriental.

Aquela direção não era, obviamente, a indicada pelo evangelista. Deduzi que se dirigiam para o monte das Oliveiras. Corri ao encontro deles.

O Mestre, à frente, caminhava com suas largas passadas, tão características dele. Parecia-me que estava com pressa. Atrás, guardando uma distância de três ou quatro metros, seguiam os 11, em silêncio. Efetivamente, desceram pela abrupta encosta do

Cedron, na direção da ladeira que fica ao Oeste do monte das Oliveiras.

Bartolomeu começou a coxear, não aguentando o declive acentuado. Os gêmeos apoiaram-no pelas axilas, e ele pôde manter o ritmo dos outros.

Era evidente que Jesus de Nazaré, ao escolher aquele caminho de cabras, pretendia distanciar-se dos viajantes e *felah* que transitavam pela rota mais cômoda que levava à propriedade de Lázaro. Lucas, uma vez mais, fora mal informado.

Ao chegar a uma distância de mais ou menos cinquenta metros do cume, o Mestre parou. Saindo da trilha, entrou no olival. Ofegantes, sem saber muito bem o que fazer, os discípulos sentaram-se para descansar. Eu me mantinha sempre a uma certa distância, discretamente.

Jesus deu alguns passos e virou-se para contemplar a cidade. A luz do sol banhava-lhe o rosto e uma suave brisa agitou seus cabelos.

Eu não podia acreditar, e estava olhando para Ele, ouvia-o falar. Apesar de tudo, custava-me entender. Morto? Não, Ele era um ser humano... vivo! Vivo! Meu Deus!

Foi como se tivesse lido meu coração. Seus olhos buscaram os deste atormentado explorador e confirmaram meu pensamento, com um leve sorriso: "Um ser humano... vivo!". Foi-me suficiente.

Mas aquele leve sorriso... Era como um lenço branco agitado em uma despedida. Como a distância. Como o silêncio de um pai que parte. Como uma lágrima brotando solitária...

Regressando para junto dos seus, dispôs-se a falar-lhes. Mudos, amordaçados por aquele lenço no ar. Com um nó na garganta, fui o único a permanecer de pé.

O Mestre, com a voz embargada, recordou-lhes o que havia dito no cenáculo, na casa de Marcos.

– Pedi-vos que permanecêsseis em Jerusalém até que recebêsseis o poder do alto. Estou prestes a despedir-me de vós e subir ao Pai. E logo, muito breve, enviar-vos-ei o Espírito da Verdade a este mundo onde vivi...

Os discípulos, sem entender, olhavam-no como crianças.

– E quando Ele chegar, espalhareis o Evangelho do reino. Primeiro em Jerusalém. Depois...

E virando o rosto para mim, veio na minha direção. Estremeci.

– Depois... pelo mundo todo!

Nesse instante eu o soube. Aquele olhar de águia abriu-me a alma.

“Roger! Mensagem recebida!”

Nossa missão era muito mais do que um ambicioso e arriscado projeto científico...

E descendo até os 11, com docilidade no semblante e no tom de voz, continuou:

– Amai aos homens com o mesmo amor com que vos amei. E servi vossos semelhantes como eu vos servi.

Olhando para cada um daqueles rostos angustiados, acrescentou:

– Servi a eles com o exemplo... e ensinai os homens com os frutos espirituais de vossa vida. Ensinai-lhes a grande verdade...

Silêncio.

– Levai-os a crer que o homem é um filho de Deus.

Nova pausa, e os corações quase pararam.

– Um filho de Deus!

E a mensagem, a grande mensagem, soou “5 x 5”: alto e claro.

“Roger! Mensagem recebida!”

– O homem é um filho de Deus e todos, portanto, sois irmãos.

Erguendo o rosto, fechou os olhos e bebeu do azul do céu. Ao abri-los de novo, vi neles o Universo.

– Recordai tudo quanto vos ensinei e a vida que vivi entre vós.

Adiantando-se, foi pousar as mãos na cabeça dos atônitos galileus.

– Meu amor vos envolverá.

A frase foi repetida 11 vezes. Melhor dito, 12. Porque, ao concluir, avançou em minha direção e, num gesto típico, colocou as mãos em meus ombros, sussurrando:

– Meu amor vos envolverá...

E aquelas palavras – bem no alvo – me marcariam para sempre.

– Até muito breve!

Com uma piscadela de cumplicidade, sufocou-me com um sorriso. Deu meia-volta, dirigindo-se outra vez aos íntimos, e concluiu:

– Meu Espírito e minha Paz reinarão sobre vós – e levantando os braços, gritou: – Adeus!

E de súbito desapareceu, no mais completo silêncio. Como uma lágrima imolada ao sol.

Poderiam ser 7h50... Durante algum tempo (?) – quem é capaz de dimensionar alguma coisa em tais circunstâncias –, os “doze” nos entreolhamos pasmados.

Ninguém o procurou. Nem nos céus, nem entre as oliveiras, nem na trilha... Ninguém falou. Não houve lamentos, gemidos ou protestos. E nos corações ficou aquele lenço branco, flutuando como um adeus definitivo.

Definitivo? Não!...

E a partir daí, as recordações são confusas e desordenadas. O que posso dizer é que retomei à cidade e que, embriagado por uma intensa emoção, cavalguei sem parar.

“Até muito breve!”

Sim, aquele era o sinal.

Nem prestei atenção nos cascos “dourados” de Poseidon – a última travessura de João Marcos –, nem pensei na necessidade de trocar a opala branca por dinheiro...

Minha única obsessão era galopar. Alcançar o Ravid...

E, ao ver-me, Eliseu soube.

Havia chegado o momento da grande aventura:

O terceiro “salto” no tempo!

O Mestre nos esperava...

Seu amor nos envolveria.”

*Primeiro livro em Ab-bã (Cabo de Plata), amanhecendo, às 7h50 de sábado, 2 de março de 1996.*

---

125 Entre os judeus, o luto se prolongava por 30 dias. Nos três primeiros, os familiares, além de praticamente não sair de casa, não respondiam a saudações nem trabalhavam. Pelos restantes dias do mês, ao menos entre os mais ortodoxos, vestiam as roupas mais velhas e sujas, deixavam de fazer a barba, jogavam cinzas na cabeça e não tomavam banho nem usavam as “filacterias” nas orações. As viúvas fiéis colocavam o *saq* ou tanga

que algumas vezes era feita de pele de cabra ou camelo. Muitas delas não a tiravam pelo resto da vida.

Uma vez por ano, igualmente cumprindo a Lei, a família ia à tumba para colocar a estrela ou polvilhá-la de cal. Como creio haver mencionado, o branco era símbolo de luto e, no caso dos cemitérios, seria de aviso para que os caminhantes não se aproximassem. O contato com a morte era um grave pecado de impureza. (N. do M.)

126 Este explorador teve conhecimento da morte de Elias Marcos ocorrida na quarta-feira, 3 de maio, durante a última visita ao Zebedeu pai, em Saidan. Segundo me disseram, João Marcos, que viajava com os discípulos do lago a Jerusalém, não chegou a vê-lo com vida. (N. do M.)





J. J. Benítez nasceu em Pamplona, norte da Espanha, em 7 de setembro de 1946. Formou-se em Ciências da Informação pela Universidade de Navarra em 1965. Escritor e jornalista, há 33 anos viaja incansavelmente investigando inúmeros enigmas, tendo percorrido 5 milhões de quilômetros e dado a volta ao mundo 122 vezes, o que resultou em 50 livros publicados até o momento.

Seu especial interesse por Jesus de Nazaré, seu “grande amigo” como ele mesmo diz, nasceu em 1975, quando foi anunciado que o Santo Sudário poderia ter sido a mortalha que envolveu o corpo do Galileu.

Atualmente, J. J. Benítez dispõe de 144 projetos que, obviamente, não poderá cumprir...

Mora em Barbate, sul da Espanha, junto ao seu segundo “amor”, o mar, e sua esposa Blanca, e celebra a noite de Natal em 21 de agosto, o verdadeiro nascimento de Jesus.